



Diário da Sessão n.º 090 de 09/12/03

Presidente: Muito boa tarde, Srs. Deputados.

Conforme foi combinado na Conferência de Líderes, vamos dar início à discussão das **Propostas de Decreto Legislativo Regional relativas ao Plano e Orçamento da Região para 2004.**

Gostaria de informar a Câmara dos tempos disponíveis para a discussão destes diplomas e são os seguintes:

- Partido Socialista 3 horas e 45 minutos
- Partido Social Democrata 2 horas e 37 minutos
- Partido Popular 45 minutos
- Partido Comunista Português 45 minutos
- Governo 3 horas e 45 minutos

Para as declarações finais os tempos são os seguintes:

- Partido Socialista 20 minutos
- Partido Social Democrata 15 minutos
- Partido Popular 10 minutos
- Partido Comunista Português 10 minutos
- Governo 20 minutos

Posto isto, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento para abrir o debate e fazer a apresentação.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

O Orçamento e o Plano da Região Autónoma dos Açores para o próximo ano de 2004 irão ser executados num enquadramento internacional e nacional que comporta graus de incerteza muito elevados, a maioria deles a



apontar para situações de dificuldade, na sequência, aliás, do que já actualmente sucede.

No corrente ano de 2003 a maioria dos indicadores económicos publicados apontam para resultados pouco favoráveis, com quedas na actividade produtiva, deterioração do mercado de trabalho e redução do comércio internacional.

A única excepção de relevo foram os E.U.A. que, no 3º trimestre deste ano, registou um crescimento económico de 7,2%, crescimento este, porém, que apresenta um elevado grau de probabilidade de não ser sustentável dado, fundamentalmente, alguns desequilíbrios existentes na sua economia, nomeadamente a nível orçamental e das contas externas (B.T.C.), ambos com défices previstos superiores a 5%.

Estando a economia da generalidade dos países ocidentais muito dependente do que se passa com a economia dos E.U.A. não será indiferente para a sua evolução a forma, o momento e a intensidade com que os E.U.A. vierem a corrigir estes desequilíbrios, sendo certo que eles não são sustentáveis a prazo e que a sua correcção implicará, com toda a certeza, uma forte desvalorização do dólar e/ou menores taxas de crescimento económico.

Na área do Euro o abrandamento da actividade económica foi mais acentuado do que o previsto, tendo mesmo alguns países entrado em recessão técnica, como foi o caso de Portugal, Alemanha, Itália e Holanda. No conjunto da área do Euro, as taxas de variação homóloga do PIB nos três primeiros trimestres do ano foram de, respectivamente, 0,7%; 0,2% e 0,3%, não sendo, portanto, ainda muito claros os sinais de retoma do crescimento económico.



É, no entanto, de esperar que em 2004 a economia venha a acelerar um pouco o seu ritmo de crescimento, muito embora ainda abaixo do seu nível de desenvolvimento potencial. Para isso não será indiferente a política orçamental que vier a ser seguida pelos diferentes países, pelo que será de acompanhar com atenção a recente polémica surgida pelo incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento por parte da Alemanha e França e que poderá, inclusivamente, levar à sua reformulação, com as necessárias consequências a estenderem-se a todos os Estados Membros da União Europeia.

Uma coisa parece já adquirida: - o P.E.C. irá ser reformulado. Oxalá o seja no sentido de os objectivos e metas a prosseguir serem orientados mais para o Crescimento (que nem sempre é sinónimo de Estabilidade) e tendo em consideração um período de tempo plurianual, de três ou quatro anos e não de apenas um, como agora sucede.

Quanto ao enquadramento nacional, o Orçamento de Estado para 2004 irá ser executado num quadro em que se perspectiva que a economia nacional inicie um processo de retoma em ritmo inferior ao da média europeia. No corrente ano de 2003 perspectiva-se uma taxa de crescimento negativa de cerca de -1% do P.I.B. devendo o défice do Orçamento de Estado, sem receitas extraordinárias, ultrapassar os 5% do P.I.B..

Para 2004, a taxa de crescimento esperada para o P.I.B. deverá situar-se num intervalo entre 0,5% e 1,5%, crescimento este baseado, fundamentalmente, num crescimento de exportações superior ao das importações e num consumo e investimento privados superiores aos do sector público em que se perspectiva mesmo um consumo negativo, consequência directa das restrições orçamentais já aprovadas pela Assembleia da República.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O défice previsto no Orçamento de Estado para 2004 é de 2,8% do P.I.B., valor que é já superior em 0,9% ao constante do Programa de Estabilidade e Crescimento apresentado à Comissão Europeia no final do ano passado.

Este défice, que pode ser considerado como optimista e que para ser alcançado será, certamente, com o recurso a um volume significativo de receitas extraordinárias, expressa bem as dificuldades financeiras com que o país se irá confrontar no próximo ano e que não deixarão, também, de se fazer sentir na execução do Orçamento da Região, desde logo com a renovada imposição de um endividamento zero pelo segundo ano consecutivo.

Na realidade, as características da economia açoriana tornam difícil a concepção de um modelo de desenvolvimento e crescimento económico auto-sustentado, se baseado apenas em recursos gerados internamente. Haverá sempre, pelo menos num horizonte temporal de médio/longo prazo, que recorrer a recursos externos, quer sejam os provenientes de transferências do Orçamento de Estado quer sejam os provenientes da União Europeia (fundos comunitários), quer sejam os provenientes de empréstimos.

No que se refere às transferências do Orçamento de Estado, contamos com o montante global de 231,1 M.€. dos quais 205,1 M.€ respeitam a transferências a efectuar nos termos do artº 30º e 31º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, (calculadas na base de um crescimento da despesa pública corrente do Orçamento de Estado para 2004, de 3,38%), 6 M. € respeitantes a bonificações de juros de créditos à habitação, (que são da responsabilidade do Governo da República), e, ainda, 20 M. € respeitantes ao compromisso assumido pelo Governo da República em



financiar, até 2006, em 60%, os custos da reconstrução das habitações afectadas pelo sismo de 1998.

Quanto às transferências da União Europeia, elas têm o seu quadro de utilização perfeitamente definido até 2006, importando apenas assegurar o indispensável auto-financiamento regional para que todos os fundos comunitários sejam integralmente utilizados. O seu valor para 2004 está estimado em 45 M. €..

Na impossibilidade de recurso ao endividamento, mais uma vez imposta pelo Governo da República, a comparticipação regional para co-financiamento do investimento financiado com fundos comunitários terá de ser feita, exclusivamente, com receitas próprias da Região e com verbas provenientes de transferências do Orçamento de Estado, o que, desde logo, impõe um enorme esforço de contenção da despesa, nomeadamente de funcionamento.

Esta impossibilidade da Região recorrer a novos empréstimos para financiar o seu Plano de Investimentos é, pois, um factor agravante das condicionantes e restrições com que o Orçamento da Região Autónoma dos Açores foi elaborado e irá ser executado, constituindo, só por si, uma contribuição dos Açores para a resolução e superação da crise financeira com que o nosso país se debate.

Seria desejável, porém, em nosso entendimento, aliviar um pouco esta restrição financeira por forma a assegurar um maior volume de investimento, que possibilitasse uma maior convergência com as médias de desenvolvimento nacional e da União Europeia, pelo que o Governo Regional, no parecer que emitiu sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2004 tivesse proposto que a cada Região Autónoma fosse autorizado um endividamento líquido de, pelo menos, 20 M. €..



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Este novo endividamento de 20 M. €. apenas corresponderia a 0,8% do PIB da Região e passaria a dívida pública regional de 11,37% para 12,2% do PIB, valor, portanto, ainda perfeitamente compatível com a economia e com as finanças públicas regionais.

Em termos nacionais, este montante corresponderia a um agravamento do endividamento líquido autorizado no Orçamento de Estado para 2004 de apenas 0,23% - repito, 0,23 % - e a um agravamento do défice, em termos de PIB, de somente 0,01% - repito, 0,01% - valores estes que, em termos nacionais são, como se vê, insignificantes, mas que, em termos regionais, representaria um aumento de mais de 7% no nosso plano de investimentos. Se tivermos em conta essas restrições do Governo da República e bem assim as avultadas verbas que temos afectado à reposição de situações originadas por calamidades, fácil e honestamente constataríamos o muito mais que teríamos feito e que estaríamos agora a fazer.

Também não teve acolhimento por parte do Governo da República a nossa proposta de aumentar em 5,2 M. €. A transferência do Orçamento de Estado para apoio à reconstrução das habitações destruídas pelo sismo de 1998. Havíamos pedido um apoio de 25,2 M. €, que correspondia, precisamente, a 60% do investimento que pretendíamos realizar em 2004.

Face a esta recusa, tivemos, pois, que diminuir a intensidade do esforço financeiro no próximo ano, projectando-o para os anos de 2005 e 2006 que estão ainda dentro do horizonte temporal em que o Governo da República se comprometeu a financiar em 60% o custo total da reconstrução. Todavia, com os nossos próprios meios, a reconstrução terminará no calendário por nós estabelecido.

Esta indisponibilidade do Governo da República em aceder a estas nossas pretensões, que, como já referi, têm expressão significativa no nosso



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

orçamento e na nossa economia mas que não têm qualquer expressão a nível do país, assumem um significado ainda maior numa altura em que o próprio Pacto de Estabilidade e Crescimento está posto em causa e em que a “obsessão” pelo seu cumprimento, não fazendo já qualquer sentido, não pode ser imposta apenas à Região Autónoma dos Açores.

Mesmo com todos estes constrangimentos, pudemos elaborar um orçamento equilibrado e sem recurso a novos empréstimos, que vai prosseguir em 2004 as vias do progresso e do desenvolvimento para a nossa Região, que os analistas independentes têm unanimemente reconhecido.

Temos perfeita consciência de que não podemos evoluir em contraciclo com o que se passa nos espaços económicos mais amplos em que nos inserimos, mas temos também plena consciência de que podemos criar alguns mecanismos que nos protejam de algumas influências externas adversas. É, isso, indiscutivelmente, que temos vindo a conseguir.

Por mais que a oposição exercite a sua maledicência, os açorianos sabem como a Região estava em 1996, sabem como está o continente agora e sabem como, felizmente, estamos hoje: - indiscutivelmente, muito melhor nos Açores!

Deputado Herberto Rosa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Apesar do clima de incerteza com que actualmente nos confrontamos, foi-nos possível elaborar um orçamento para 2004 que apresenta um



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

acréscimo, embora não muito significativo, relativamente ao orçamento revisto para o corrente ano.

Do lado das receitas, são as receitas próprias as que constituem a principal fonte de financiamento do Orçamento da Região, com um montante estimado de 532,5 M. €. Seguem-se-lhes as transferências do Orçamento de Estado, com 231,1 M. €, e as da União Europeia com 45 M. €, categorias de receitas estas a que já atrás referi.

No âmbito das receitas próprias, merecem especial destaque as receitas fiscais que, ao atingirem uma previsão global de 459 M. €, traduzem uma taxa de crescimento de 5,6%.

Aquando da apresentação que fiz desta Proposta de Orçamento na Comissão de Economia desta Assembleia e no debate que se lhe seguiu, tivemos a oportunidade de apreciar, pormenorizadamente, a evolução prevista para cada uma das categorias de receitas e de impostos. Não vou, por isso, descer muito ao pormenor, mas talvez interesse aqui destacar que as previsões feitas para alguns impostos - I.R.S., I.R.C., I.A.B.A. e Imposto de Selo – contemplam já, embora ainda parcialmente por uma questão de precaução, os trabalhos que estão a ser desenvolvidos pelo Grupo Técnico que foi constituído no âmbito do Ministério das Finanças, com representantes das duas Regiões Autónomas, para apuramento das receitas fiscais que por lei nos pertencem e que não nos estão a ser transferidas.

Assim:

I.R.S. – taxa de crescimento de 5% sobre a execução prevista para o corrente ano acrescida de 14 M. €. de acertos referentes ao próprio ano de 2004 e ao ano anterior de 2003;

I.R.C. – taxa de crescimento de 0%, contemplando aqui já previsão da diminuição de receitas dos 2 pontos percentuais em que o Governo da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

República introduziu no Orçamento de Estado como baixa deste tipo de imposto.

Mais:

São 0% de taxa de crescimento, valor ao do ano anterior e igual àquele que nós prevíamos receber até ao final do ano, acrescida de 3,5 M. €. de acertos referentes ao próprio ano e a 2003, acrescentando ainda que este valor engloba também o previsível reembolso em 2004 das reduções fiscais de que as instituições financeiras foram beneficiárias e que a Comissão Europeia considerou incompatíveis com o Mercado Comum.

Este é um processo, como sabem, que está ainda nas instâncias do Tribunal de justiça europeu.

I.A.B.A. – contempla já o montante que já quantificamos como sendo o normal a receber em 2004 e mais 6 milhões referentes a retroactivos referentes a 2003.

Imposto de Selo – taxa de crescimento de 7% sobre a arrecadação prevista para o corrente ano acrescida de 5 M. €. de acertos referentes ao próprio ano de 2004 e a 2003.

Por uma questão de prudência orçamental, porventura demasiado conservadora, apenas fizemos reflectir no Orçamento para 2004 acertos de receitas do próprio ano e do ano anterior (2003), mas é nosso objectivo fazer com que estes acertos sejam feitos, pelo menos, desde 1998, data em que entrou em vigor a Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Isso é, de resto, uma obrigação devedora, que devia ser assumida pelo Governo da República.

Quanto ao orçamento da despesa, ela atinge o valor de 808,6 M. €. o que representa um acréscimo de 6,3% relativamente a 2003. Com contas de ordem a sua dotação total atinge os 1.100,8 M. €.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

No que respeita à estruturação da despesa (sem contas de ordem) verifica-se que as despesas de funcionamento representam 65,5% do respectivo total e as despesas de investimento os restantes 34,5%.

Constata-se, assim, que a presente proposta de orçamento reforça o peso relativo das despesas de investimento em detrimento das despesas de funcionamento, numa linha de contenção destas e de afectação crescente de meios financeiros para o plano de investimentos da Região que, relativamente ao anterior, tem um acréscimo de 21,6%.

Dentro das despesas de funcionamento são as despesas correntes as que têm maior expressão, com 528 M. €, sendo as de capital de apenas 1,8 M. €, o que corresponde, somente, a 0,2% do total da despesa.

Relativamente ao orçamento do corrente ano de 2003, as despesas correntes apresentam um crescimento de apenas 0,35%, sendo as rubricas de “Despesas com pessoal” e de “Transferências” (em que avultam as transferências para o sector da saúde) as que apresentam crescimentos superiores a este com, respectivamente 0,42% e 1,82%; as rubricas de “Aquisição de bens e serviços correntes” e de “Encargos correntes da dívida” apresentam taxas de crescimento negativas de -1,1% e -30,8%, respectivamente.

Importa aqui salientar que a previsão feita para as despesas com pessoal tem implícita uma taxa de crescimento de 3,5% sobre a estimativa de execução no final do corrente ano, taxa esta que é superior à prevista no Orçamento de Estado e que entendemos deverá ser suficiente para fazer face aos encargos que resultarão da evolução, ainda incerta, dos salários e das progressões na função pública.

Uma referência final, apenas para dizer, sem qualquer juízo de valor ou apreciação crítica adicional, que deixo ao cuidado de V. Exas, que a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

presente proposta de orçamento observa o princípio do equilíbrio tal como se encontra definido no artº 4º da Lei 79/98 de 24 de Novembro.

É, pois, com este orçamento, “equilibrado”, que iremos continuar a enfrentar como até aqui o temos feito, com segurança, com empenhamento e com muita determinação, os desafios do futuro e a prosseguir o grande objectivo de conseguir para a nossa Região um desenvolvimento económico e social de qualidade e cada vez mais auto sustentado, continuando a impedir que a crise económica, financeira e social que se vive no continente, se repercuta, nefastamente, nas nossas ilhas.

Estamos certos de que, com a colaboração activa e empenhada de todos os agentes económicos e sociais e de todos os açorianos que conosco queiram trabalhar, o conseguiremos.

Sabemos que continuamos a mudar os Açores para melhor. Por isso, temos a certeza que continuaremos esse caminho com o apoio dos açorianos e com a liderança competente e esclarecida do Presidente do Governo, Carlos César.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para 2004, cuja discussão e aprovação se inicia hoje nesta Assembleia, foi elaborado num quadro de prolongada recessão económica internacional e nacional e reflecte os sucessivos reajustamentos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

necessários a prossecução do modelo de desenvolvimento que o VII e o VIII Governos vem prosseguindo e que se tem consubstanciado, objectivamente, na defesa dos interesses dos açorianos por forma a impedir que os efeitos desastrosos da política financeira seguida pelo Governo da Republica tenham um impacto negativo directo na economia regional.

Apesar de sermos uma economia aberta, de dimensão reduzida, dispersa e estruturalmente frágil conseguimos, ao longo dos últimos e mais recentes anos, evitar que o flagelo do desemprego atingisse, na Região os níveis verificados no continente e na Europa, que os nossos empresários se desmotivassem e deixassem de investir como o fizeram todas as regiões do continente, e que as condições sociais das nossas populações, designadamente das camadas mais carenciadas, se degradassem.

Sr. Presidente Srs. Deputados:

Este Plano para 2004 é um plano que, associado ao rigor e a credibilidade possível na obtenção de receita que o suporte, visa preparar a economia e a sociedade para a próxima legislatura, na qual iremos consolidar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento iniciado em 1997 e garantir aos açorianos do Século XXI condições de progresso e competitividade nunca antes atingidas na nossa Região.

Na nossa primeira legislatura resolvemos problemas estruturais que afectavam o tecido económico e social da Região (como sejam por exemplo o preço dos transportes e da energia e a inexistência de ligações marítimas inter-ilhas) e avançamos com investimentos estratégicos (2ª fase da geotermia e o cabo de fibras ópticas) além de termos conseguido que o tecido empresarial reganhasse confiança nos poderes públicos e iniciasse um ciclo de investimento com há muito não se via.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Na segunda legislatura, consolidamos aquela estratégia mediante o fortalecimento das redes de infra-estruturas (rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, de educação, formação, saúde e ciência e tecnologia), da implementação de estruturas fundamentais para melhorar a eficiência da nossa base económica primária (fileira agro-pecuária e pesca) e para a diversificação do tecido produtivo, apoiando quer o investimento associado ao crescimento da actividade turística quer a sua promoção e animação. Além disso, fortalecemos os mecanismos de cooperação inter-regional e transnacional, seja no âmbito da UE e das RUP's, seja no nosso relacionamento com a diáspora.

Sr. Presidente Srs. Deputados:

Este Plano, o ultimo desta legislatura e o primeiro da próxima, visa, no essencial, consolidar os alicerces de uma fase qualitativa e sustentável que pretendemos garantir na nossa terceira legislatura. Uma fase que constituirá as bases estruturais para a melhoria da nossa competitividade assente no apoio ao investimento direccionado para a qualidade, para o desempenho, para a modernização tecnológica e de gestão, para a inovação e para a inclusão social.

Nessa próxima legislatura, garantiremos a empregabilidade e asseguraremos as condições para atracção de investimento externo, designadamente em núcleos tecnológicos e sectores industriais avançados.

Este Plano, como ponte para um futuro que vamos continuar a construir, evidencia efectivamente com os seus 278,8 Mc, o mais elevado nível de investimento público atingido na Região, sendo que o valor inscrito em Plano, corresponde a um acréscimo de despesa de 21.6%. relativamente a 2003.



Além deste valor e directamente associados ao Plano há ainda que ter em consideração os 89,9 M€ relativos ao FSE, FEOGA-O e IFOP que co-financiam acções cuja inscrição em Plano apenas releva a comparticipação regional.

Poderemos também mencionar, ainda no quadro do investimento de iniciativa pública aquele que é realizado pelos Fundos e Organismos Autónomos designadamente as Administrações Portuárias, assim como os associados a empresas públicas com destaque para a LOTAÇOR e a SATA.

É claro que, este volume de investimento não seria possível sem o apoio de verbas comunitárias que, no caso específico do Plano para 2004, atingem, cabimentados em Plano, cerca de 45 MC FEDER (inscrito no PRODESA e no INTERREG III-B) e extra plano, mais de 89 Mc, correspondentes ao FEOGA, IFOP e FSE.

Alias, este apoio comunitário reforçado no âmbito III Quadro reflecte bem a forma como os fundos estruturais tem sido geridos e aproveitados pela Região.

Durante os VII e VIII governos socialistas, conseguimos, no caso do PEDRAA II, um reforço de mais de 136 M€ e uma taxa de execução de 99% e, no REGIS II uma execução que ultrapassou os 98%.

Quanto ao III Quadro Comunitário cujas negociações nos permitiram obter acréscimos para o PRODESA superiores a 25% relativamente ao PEDRAA II conseguimos, pela 1ª vez e em termos significativos, o acesso ao POE (101 M€), aos programas da Ciência, Tecnologia e Inovação (7,5 M€) e da Sociedade da Informação (13 M€), ao Programa Operacional da Educação (17 M€) assim como ao Fundo de Coesão (mais de 20 M€),



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

verbas que estão a ser integralmente utilizadas, quer pelo sector publico, quer pelo sector privado da economia.

Mas voltando ao Plano, a despesa pública nele inscrita privilegia a dinamização e crescimento da competitividade da economia regional com 23,1% do total, o aumento dos níveis de protecção da sociedade açoriana, a sustentabilidade do desenvolvimento e a qualidade de vida com 26,5%, a melhoria da eficiência dos equipamentos e infra-estruturas de desenvolvimento com 17% e,

considerando a reestruturação do sector publico empresarial no quadro da eficácia da gestão pública e institucional, que absorve 19,1% do total.

A estas percentagens há ainda a acrescer a prevista com a recuperação dos efeitos das calamidades (sismo) que absorve 14,3% da despesa em investimento, programada para 2004.

Aliás, estas despesas, que vimos suportando ano a ano, constituem um factor aleatório mas susceptível de por em causa qualquer exercício de planeamento, atingiram na I legislatura, valores que absorveram em média cerca de 18,5% do total do investimento público anual e na II irão atingir, também em média, cerca de 16,3% daquele investimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

No que respeita a responsabilidade orgânica do Governo pela concretização das acções inscritas no Plano, a SRHE é responsável por 27,5% do total, onde se destacam as associadas a recuperação das calamidades (49,2%), ao sistema rodoviário (24,8%) e a habitação (15,1%). Em segundo lugar, a SRPFP absorve 17,7% do total da despesa onde a reestruturação do sector público empresarial representa 85% daquele total.



Seguem-se-lhes a SRAPA (16,5%), a SRE com 13,7% e a SREC com 12,0%. A SRAS absorve 4,4% do Plano com destaque para os sistemas de solidariedade social (41,1%) e saúde (35,5%) e, ainda com algum destaque vai para a SRA com 4,1%, dos quais 93% afectos ao sistema de qualidade ambiental.

Relativamente a dispersão espacial do investimento, só uma leitura desatenta permite constatar que a despesa não desagregada e excessiva pois, a análise projecto a projecto evidencia a impossibilidade de desagregar cerca de 98,6 M€ de entre os quais se podem destacar a reestruturação do sector empresarial (42 M€), os sistemas de incentivos (9,8 M€), ou o serviço público de transporte aéreo (10,9 M€) que conjuntamente com muitos outros, levaria a que a rubrica não desagregada não ultrapassasse os 20% do total.

Em termos sectoriais, e relevando a importância do actual Plano no que concerne aos objectivos definidos para a III Legislatura do Governo Socialista, referenciamos acréscimos significativos num conjunto de opções estratégicas já identificadas.

Assim, na fileira agro-pecuária, os maiores acréscimos vão para a diversificação agrícola (40%), para o fomento agrícola com +13,5% e para a transformação de produtos agrícolas (33,6%).

No que respeita a Pesca, os acréscimos são significativos seja no que concerne as estruturas de apoio (+64,7%) em termos das estruturas portuárias, e das funções de inspecção e gestão, seja na modernização (+21,7%) com especial destaque para a transformação, comercialização e cooperação externa.

Em termos de infra-estruturas básicas verificam-se acréscimos significativos nos transportes aéreos com mais 61,8% do que em 2003 e no



sistema rodoviário com mais 35,7% essencialmente destinados a novas estradas.

Em termos sociais, o sistema educacional evidencia um acréscimo de 63,6% que incide essencialmente nos equipamentos escolares; o sistema de saúde revela um acréscimo de 33,3% onde se destacam as tecnologias de informação e a telemedicina; por fim a despesa pública com habitação aumenta 28,9% afectos essencialmente a construção de habitação própria e aos realojamentos.

O programa de qualidade ambiental regista um acréscimo de despesa da ordem dos 40,8%, o do património e actividades culturais de 29,7% e o da ciência e tecnologia de 17,3%.

Para além destes sectores que vão potenciar a continuação da estratégia do VIII Governo Regional uma referencia ainda aos sistemas de incentivos ao investimento privado inscritos no Plano e nestes 2 últimos anos partilhados, por questões de gestão, com o Fundo Regional de Apoio as Actividades Económicas.

Estes apoios que potenciaram o investimento privado para níveis nunca antes atingidos na Região e reforçaram a confiança dos agentes económicos, revelam, desde 1997 ate 2004, uma taxa média anual de crescimento da ordem dos 15% e atingem em 2004 o valor de 24,1 M€ dos quais inscritos no Plano 11,1M€ e no FRME de 13 milhões de euros.

Assim podemos afirmar que, com a concretização deste Plano, estão criadas as condições para que, na próxima legislatura, em coligação com os açorianos, possamos progredir na nossa utopia deste ser o melhor lugar do mundo para se viver.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)



Presidente: Como estamos a testar o novo Regimento, eu agradecia que os Srs. Deputados que pretendem prestar ou pedir esclarecimentos, se inscrevessem.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como é habitual nestes debates, no período imediatamente seguinte à apresentação, é o momento certo, não de explicar à apresentação, é o momento certo não de explicar grandes posições, mas de pôr algumas questões suscitadas pelas intervenções de apresentação.

Eu gostava de dizer, antes de mais, que a intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento foi feita dentro daquele estilo de sobriedade, que nós todos lhe reconhecemos há muitos anos, em que costuma apresentar, e fê-lo, nos seus pontos de vista e preocupações e que, independentemente da concordância ou discordância, temos que lhe reconhecer esse estilo.

Eu gostava de colocar ao Sr. Secretário uma ou duas questões que me parecem pertinentes, dentro da linha daquilo que apresentou.

Uma delas tem a ver com o problema do endividamento que referiu e que referiu dentro dum ponto de vista que esta bancada partilha.

Consideramos uma violência haver dois anos consecutivos de autorização zero de endividamento para a Região Autónoma dos Açores e tanto consideramos que também na Assembleia da República, por



intermédio do Grupo Parlamentar o PCP, tínhamos a posição de que deveria ser concedida uma autorização de endividamento à Região, aliás, posição semelhante àquela que o Governo Regional inscreveu no seu parecer sobre o Plano.

Entretanto, nós todos e a opinião pública somos confrontados com notícias, que eu não conheço os contornos rigorosos, de que terá havido uma autorização de endividamento para a Região Autónoma da Madeira num montante de 30 milhões de euros, e eu gostava de ouvir do responsável pela finanças públicas regionais um comentário sobre esta matéria, na medida em que o Governo Regional, de forma modesta e equilibrada, fez uma proposta duma autorização mínima de 20 milhões de euros, tendo como finalidade potenciar o investimento público, principalmente de origem comunitária.

Somos confrontados com esta notícia e obviamente que ela nos merece comentário. Se o Sr. Secretário quisesse fazer o favor de comentar esta notícia, agradecia.

Em relação à questão da reconstrução também agradecia, se possível, um eventual esclarecimento suplementar sobre esta matéria.

Tanto quanto percebi na Comissão e hoje aqui, o que o Governo Regional propôs foi uma verba que equivalia rigorosamente a 60% da previsão de investimento para o ano em curso e essa verba não foi concedida.

Presidente: Agradecia que o Sr. Deputado terminasse o seu raciocínio.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Gostaria de saber que compromisso o Governo da República, quando anunciou os tais 60%, assumiu com o Governo Regional? Como é que a



execução dessa filosofia/compromisso foi assumida pelo Governo Regional? Parece-me que é uma matéria que está pouco clara.

Eu tenho mais perguntas, mas fá-las-ei noutra ocasião.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
(Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com muito gosto que respondo às perguntas, que são pertinentes, do Sr. Deputado José Decq Mota.

Efectivamente são duas questões fundamentais e que convém aclarar.

Quanto ao endividamento da Madeira, e que todos nós fomos surpreendidos com as notícias dos jornais em que havia sido autorizado um endividamento adicional de 35 milhões de euros para 2004, eu próprio não prestei, até ao momento, nenhuma declaração pública, porque também não percebi e continuo a não perceber muito bem o que está por trás disto.

Tentei junto do Ministério das Finanças contacto telefónico, quer com o Sr. Secretário de Estado do Orçamento, quer com a Sra. Ministra. Na impossibilidade de me atenderem ao telefone, mandei dois faxes.

Finalmente a Sra. Ministra respondeu-me por telefone, ao segundo fax que eu lhe tinha dirigido, garantindo-me que não tinha tido nenhuma interferência no Orçamento da Madeira, onde aparece este artigo em que o Governo fica autorizado a fazer um encaixe de 35 milhões de euros e que iria zelar escrupulosamente pelo cumprimento do Orçamento de Estado.

Ora esta resposta não resolve a situação, porque ficamos sem saber como é que aparecem os 35 milhões.

No Orçamento de 2002 a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma da Madeira foram autorizadas a um endividamento líquido de 6



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

milhões de euros, não podendo exceder esse montante; no Orçamento para 2003 esta restrição permaneceu, mas aí não houve qualquer problema. No Orçamento de 2004 há a restrição de não haver nenhum novo empréstimo. Portanto, entre 2002 e 2004 alguém não cumpriu com as suas obrigações. Não lhe posso dizer mais do que isto.

Quanto à reconstrução, o compromisso que foi público, e todos nos lembramos, foi que o Governo da República iria assumir em 60% o custo total da reconstrução e iria inscrever nos Orçamentos de Estado as verbas necessárias para o efeito.

Sucedeu que nós havíamos previsto para 2004 um investimento a que corresponderia os 60% num montante de 25,2 milhões de euros. O Governo da República, por restrições orçamentais, que não me cabe a mim agora discutir nem analisar, entendeu que só poderia dar 20 milhões de euros e nós fizemos a adaptação do nosso Plano de Investimentos, retirando 5 milhões de euros na verba da reconstrução, no caso concreto, na verba que corresponde ao contrato-programa que será enviado para a SPRHI,SA durante 2004.

Isto obrigava-nos também a fazer uma ligeira alteração no contrato-programa com a SPRHI,SA, pondo para 2005 e 2006 o diferencial que não irá ser possível transferir em 2004.

Fundamentalmente são estas as respostas às questões colocadas pelo Sr. Deputado José Decq Mota.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:



É apenas para pedir um esclarecimento e que é o seguinte:

Exigir pelo segundo ano consecutivo o endividamento zero às Regiões Autónomas, penso que é demasiado e gostava de perguntar ao Sr. Secretário das Finanças qual seria efectivamente o montante do endividamento pretendido ou solicitado pela Região Autónoma dos Açores, relativamente a este ano? É 20 milhões de contos ou outro montante diferente?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta pergunta só poderia ter uma resposta.

Depende dos objectivos que nós queremos, porque, infelizmente, somos sempre confrontados com escassez de meios financeiros para aquilo que queremos fazer. Se no parecer que o Governo Regional deu sobre o Orçamento de Estado para 2004, em que já estava previsto no Orçamento de Estado o endividamento zero, nós pedimos, no mínimo, 20 milhões de euros para fazer face a um aumento de 7% no nosso Plano de Investimentos.

É óbvio que se viessem os 35 milhões que foram para a Madeira ainda seria melhor.

A nossa dificuldade está em saber o que cortar, porque nós em cada ano que fazemos orçamentos e planos de investimentos temos muita dificuldade em saber em que é que vamos cortar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, quanto mais recursos financeiros nós tivermos, mais fácil se torna esta tarefa periódica e anual de ter que fazer cortes no plano de investimentos.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

Eu gostaria que me informasse se houve em alguns anos, durante esta legislatura, empréstimos aprovados nesta Assembleia e autorizados pela Assembleia da República que não foram utilizados pela Região Autónoma dos Açores? Em caso afirmativo, quais as razões por que não foram utilizados?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para responder.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não houve nunca nenhuma autorização para endividamento dada por esta Assembleia e inscrita também no Orçamento de Estado que não tivesse sido cumprida integralmente.

Ainda em complemento à resposta do Deputado Cabral Vieira quero dizer também que em 2002 nós tínhamos previsto um endividamento de 12,5 milhões de contos, dos quais apenas foram autorizados 6 milhões.

Em 2003 não houve qualquer endividamento e em 2004 também não irá haver qualquer endividamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Todos os endividamentos foram feitos dentro dos limites autorizados por esta Assembleia e contidos no próprio Orçamento de Estado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para pedir esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria fazer um pequeno comentário e um pedido de esclarecimento ao Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus e começava por dizer, com toda a franqueza, que, da mesma maneira que o Sr. Secretário das Finanças usou aquela forma de intervir, que já nos habituou, e que é marcada pela sobriedade, o Sr. Subsecretário Regional fez-me pensar, num dado momento, que me tinha enganado na porta. Fiquei sem saber se estava na Assembleia ou num comício e, portanto, fez uma entrada de leão.

Não é neste momento que vou marcar a posição do meu Grupo Parlamentar sobre estes documentos, mas gostava de lhe colocar duas questões concretas.

O Sr. Subsecretário Regional está absolutamente certo de que os efeitos negativos da crise económica e social que há no País, que tem tido uma expressão limitada aqui na Região, é em função das políticas feitas ou em função da natureza da crise que temos? Gostaria que procurasse explicar-me esta situação.

Há muito desemprego no Continente motivado por deslocalização de empresas. Não há empresas para deslocalizar na Região.

Há quebra de capacidade de consumo no Continente e na Região. Quais são os reflexos da quebra do poder de compra na vida dos cidadãos?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Subsecretário no seu discurso empolgado traçou um contorno como se nada disto existisse na Região e fechou, permita-me que lho diga, de uma forma terrível, porque se utopia é atingir a realidade em que estamos, então a palavra utopia perdeu sentido, perdeu contorno.

A realidade em que estamos é de dificuldades, que têm e devem ser combatidas, agora dizer-se que estamos a construir a utopia com esta situação, é completamente desastrado da sua parte.

Por outro lado, o Sr. Subsecretário pôs muito ênfase, e falou sempre nos últimos 7 anos, no processo de desenvolvimento começado em 1997 e de ter conseguido a confiança do tecido empresarial.

Eu gostava que me explicasse, em termos de dados, se possível, como é que afere esse grau de confiança, se é pelo volume de incentivos e se tem de memória os incentivos concedidos?

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Porque não percebi qual o número que o Sr. Subsecretário adiantou, gostaria que me dissesse qual o volume das verbas introduzidas no Plano e as extra Plano, relativamente à União Europeia?

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu disse no meu discurso que a verba extra Plano é a verba que está fora do Capítulo 50 do Orçamento e que cofinancia os investimentos na agricultura, nas pescas e na formação profissional, cuja reflexão no Plano, e vem inscrito e indicado em cada uma das acções, é a comparticipação regional desse investimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, há essa comparticipação regional a acrescer a esses fundos comunitários que, por virtude das portarias saídas e que fazem parte da legislação específica de cada um deles, exigem apenas que a comparticipação regional seja cabimentada em Plano, sendo as comparticipações comunitárias pagas por institutos que fazem a gestão desses fundos.

Em segundo lugar, relativamente à questão da nossa economia, eu reconheci plenamente que a nossa economia é frágil, é dispersa, é de dimensão reduzida e que a nossa preocupação fundamental tem sido impedir que os impactos negativos que se verificam no Continente cheguem aqui e a prova disso é muito clara, está associada ao níveis de desemprego e está apoiada em níveis de investimento como os que não se passam no Continente.

Em relação ao investimento privado, usando apenas os nossos sistemas de incentivos, o SIME, o SIDEP, o SIDEL e o SIDER, houve 217 processos de investimento que correspondem a 507 milhões de euros de investimento privado.

Para além disso, no período de 97 a 2002, para falar outra vez no mesmo período, o total de investimento efectuado por privados e beneficiários dos regimes de incentivos, ascendeu a 202 milhões de euros. Deste montante cerca de 107 milhões foram investidos em 2002, valor este que foi mais do dobro do investido no ano anterior e por sua vez quase o triplo do investido nos anos precedentes.

Portanto, há efectivamente um reganhar da confiança dos agentes económicos, há a confiança que eles têm no investimento público e na nossa capacidade de promover o investimento privado, porque o investimento público não é despesa de funcionamento. Quem constrói



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

estradas ou constrói portos são os privados e são suportados pelo investimento público, da mesma forma que os privados nas suas actividades próprias recorrem a estes sistemas de incentivos e têm mantido uma determinada performance na economia regional que não existe no Continente.

No Continente houve uma quebra efectiva e dramática do investimento em todas as regiões e os últimos boletins regionais do Continente, saídos no fim do mês passado e publicados pelo INE, revelam a incapacidade do arranque do investimento em todas as regiões do Continente, uma a uma, Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve.

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria colocar mais uma questão ao Sr. Subsecretário.

O senhor afirmou que faziam uma análise ligeira aqueles que diziam que as verbas não desagregadas eram demasiado elevadas.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Não é não desagregadas!

O Orador: Diz-se concretamente que era uma análise apressada e não atenta, aqueles que diziam, e eu já o disse, que as verbas não desagregadas tinham atingido uma percentagem demasiado elevada.

Assim sendo, eu queria confrontar o Sr. Subsecretário com o seguinte:

De acordo com os dados publicados, as vossas propostas não desagregadas, em 2001 foram 21% das verbas do Plano; em 2002, 31%;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

em 2003, 37%; e em 2004, sem contar com os 40 milhões da EDA, 41% das verbas do Plano. Se quiséssemos meter esses 40 milhões, dava 55%.

O Sr. Subsecretário vai fazer o favor de me explicar, se assim o entender, por que é que este critério tem tido uma alteração tão substancial em tão pouco tempo? O que é que se modificou de substancial para que tenhamos passado de 21% de não desagregado em 2001, para 41% em 2004?

Esta é a realidade. Foram contas feitas com o maior cuidado e o Sr. Subsecretário vai explicar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus.

Subsecretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à questão da desagregação, o Sr. Deputado fez o favor de fazer as contas, já tirando os 42 milhões do sector público empresarial, mas por exemplo as verbas para a promoção turística fazem parte de protocolos assinados e são no valor de 4,6 milhões de euros; as verbas para as funções de inspeção e gestão das pescas na ZEE, são de 1 milhão e 25 mil euros; as verbas inscritas nos sistemas de apoio ao incentivo privado, são de 9,8 milhões de euros e que dependem da dinâmica dos sistemas; as verbas para os operadores de segurança rodoviária, que estão associadas à renovação da frota, são de 1,2 milhões de euros; as verbas ligadas ao apoio ao tráfego de passageiros inter-ilhas, na época alta, são 2,8 milhões de euros; as verbas de serviço público de transportes aéreos inter-ilhas, são de 10,8 milhões euros, etc.. Eu podia continuar, porque há muitas mais.

Claro que eu podia ter utilizado critérios para desagregar estas verbas, mas eles seriam sempre discutíveis. Eu podia desagregar o apoio do serviço



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

público à SATA por número de passageiros aéreos ou o de passageiros inter-lhas, por número de passageiros marítimos, ou outro pela população, outro pelo número de turistas por ilha, mas eu pergunto: A maior parte destes critérios têm o mínimo de rigor? Eu considero que não têm, sendo certo que no relatório de execução material do Plano vai vir efectivamente o valor gasto por ilha, mas destas rubricas nunca virá.

Isto não é só um exercício, é uma aplicação de percentagens.

Para fazer essa desagregação o Sr. Deputado eliminou as estatísticas e utilizou percentagens. Esses critérios são perfeitamente discutíveis.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento:

Eu queria voltar ao pedido de esclarecimento que fiz anteriormente pela simples razão de que eu não percebi a sua resposta e volto a reformulá-la.

Em 2004 o nível de endividamento que está inscrito é zero e o aprovado é zero.

Em 2003 era zero e foi zero.

Em 2002 foi aprovado nesta Assembleia, se eu me recordo, um endividamento de 6 milhões.

Qual foi o endividamento efectivamente utilizado e aprovado também pela Assembleia da República e se houve alguma outra entidade para além da Assembleia da República e da Assembleia Regional que obviou a que houvesse utilização plena deste endividamento?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.



Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou explicitar melhor, reconhecendo que não fui suficientemente claro na primeira intervenção que fiz, porque me circunscrevi apenas a esta Assembleia.

Em 2002 nós pretendíamos, e todos se lembram, um endividamento de 12,5 milhões de contos, mas a Assembleia da República aprovou no Orçamento de Estado 6 milhões e houve um compromisso posterior em que haveria uma sessão de dívida, que foi feita, da Região para a República do remanescente para os 12,5, ou seja, 6,5 milhões de contos.

Nós fizemos esta sessão de dívida, só que – o Deputado Vítor Cruz que estava nessa altura na Assembleia da República, deve lembrar-se perfeitamente disso – havia o entendimento com o Governo de António Guterres, ainda antes da substituição do governo, que seria substituída por 6,5 milhões de contos para financiamento do nosso orçamento em 2002.

Sucedo que o entendimento do Ministério das Finanças, e que foi comunicado à Região, foi que estes 6,5 milhões de contos não poderiam ser utilizados no Orçamento de 2002, porque aumentava o défice em 2002 e isto estava vedado pelo Orçamento de Estado, razão pela qual nós não pudemos inscrever os 6,5 milhões de contos no Orçamento da Região. A Madeira não inscreveu no seu Orçamento os 6,5 milhões de contos que havia também transferido para o Governo da República.

Agora, inexplicavelmente, aparece uma autorização de 35 milhões de euros para a Madeira e não para os Açores, o que ainda não estou completamente esclarecido sobre esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.



Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para voltar a este esclarecimento.

Penso que agora ficou para mim um pouco mais claro, mas porque ainda não ficou claro, volto a insistir.

O Sr. Secretário afirmou nesta Assembleia que neste ano e no diálogo com o Ministério das Finanças, que aqui descreveu pormenorizadamente, a Sra. Ministra disse-lhe que não interferiu na elaboração do Orçamento da Madeira, mas eu faço-lhe a seguinte pergunta:

O caso que me descreveu é um caso de interferência directa na execução e nas capacidades, que estão legisladas para a Região em 2002. Isso tem-se verificado na elaboração dos orçamentos em relação à Região Autónoma dos Açores?

Para ser mais preciso, eu sei que na Lei de Finanças Regionais está prevista a colaboração com o Ministério da Finanças ao abrigo de uma comissão específica e eu quero saber se essa comissão funciona, se no âmbito dessa Comissão têm sido concertados níveis de endividamento ou outras medidas, ou se é fora dessa comissão que isso se tem verificado?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento

(Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para dizer que no âmbito dessa comissão, prevista no âmbito da Lei de Finanças Regionais, houve uma reunião o ano passado. Não reuniu aquando da apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento, nem para este caso concreto do Orçamento para 2004.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quanto ao entendimento do Ministério das Finanças em 2002, ele foi transmitido por ofício a dizer que “por endividamento líquido entende-se a contracção de empréstimos para financiar a execução orçamental, deduzida das despesas com o pagamento de amortizações, ou seja, o endividamento líquido máximo admissível definido na Lei de 29 de Dezembro, não é líquido de futuras assunções não previstas nessa lei”. É isto que está em causa para determinar se poderia utilizar ou não os 6,5 milhões no Orçamento de 2002.

Em resumo, e isto aqui é que interessa, “o endividamento líquido não se confunde com a variação final do stock da dívida da Região, a qual resulta não só do endividamento, mas de outras alterações”. Foi o que sucedeu.

Portanto, com base neste entendimento de endividamento líquido, nós não pudemos utilizar, como estávamos a pensar fazer e já havia sido concertado com o Governo da República em 2002, esses 6,5 milhões de contos que transferimos para o Governo da República e que não pudemos substituir por outro empréstimo de igual valor.

Espero ter respondido agora à sua pergunta.

Presidente: Não há mais pedidos de esclarecimento relativamente às intervenções anteriores.

Assim sendo, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos, uma vez mais, reunidos neste hemiciclo, para discutir dois documentos de grande importância para a economia regional, uma vez que reflectem grandes linhas de orientação e de intervenção do Governo na



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

economia e na sociedade. Refiro-me, naturalmente, ao Plano e ao Orçamento Regional.

Estes dois documentos agora apresentados surgem num contexto internacional e, sobretudo, nacional bastante desfavorável. A retoma da economia europeia tarda a chegar. Espera-se no entanto que os últimos sinais de crescimento da economia norte-americana sejam duradouros, embora existam poucas garantias nesse sentido.

Acresce a tudo isto, o facto de as relações financeiras entre a República e as Regiões Autónomas se terem alterado de forma significativa e com óbvios prejuízos para estas, com a chegada ao poder da coligação que governa a República. Uma má solução, dirão hoje os eleitores.

Não se percebe, por exemplo, que seja exigido o endividamento zero às Regiões Autónomas pela segunda vez consecutiva, quando o Governo da República se endivida como quer e como lhe apetece, ascendendo o montante do endividamento aprovado no âmbito do Orçamento de Estado a 7800 milhões de euros (sem contar com os 441 milhões adicionais aprovados à última da hora).

Esse mesmo Governo não aceita que os Açores se endividem em 20 milhões de euros (ou seja cerca de 4 milhões de contos), o que corresponderia a 0,25% do montante autorizado para a República.

Não se percebe também que os Deputados Regionais dos partidos que suportam a dita coligação e presentes nesta Assembleia se mantenham imperturbados e serenos perante tal injustiça.

Não se percebe, nem as gentes destas nove ilhas perceberão, que esses Deputados se verguem, num acto de subordinação reprovável, que coloca os interesses dos Açores e os açorianos em segundo, senão mesmo, em terceiro ou quarto lugar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores é uma região pequena, geograficamente distante dos grandes centros de desenvolvimento, insular e dispersa, com poucas possibilidades de diversificação da actividade produtiva, o que resulta em dificuldades acrescidas para o seu desenvolvimento económico e social.

Apesar disso, tudo indica que os Açores e os açorianos estão no bom caminho. Embora a pobreza ainda não tenha sido erradicada, os Açores estão a ser governados, ao contrário do que se passa na República, por um partido virado para as pessoas, que sabe o que é a solidariedade e valoriza a formação profissional e a criação de emprego, enquanto outros lá fora mais não fazem do que promover a destruição de postos de trabalho.

De acordo com os dados oficiais a evolução económica dos Açores foi ao longo dos últimos anos muito positiva. A taxa de desemprego baixou de 7,9%, em 1995, para 3,1% no terceiro trimestre de 2003, tendo mesmo atingido o mínimo histórico de 2%, no primeiro trimestre do corrente ano.

Uma taxa de desemprego de 4% ou menos é, do ponto de vista técnico, considerada de pleno emprego, embora poucas regiões ou países se possam orgulhar de viver em tal situação. Muitos espaços económicos nunca a experimentaram. Contudo, os Açores vivem com uma taxa de desemprego abaixo de 4% há dezoito trimestres consecutivos.

De referir ainda que a população empregada passou de 89 017 trabalhadores (média anual de 1996) para 100 293 trabalhadores, segundo os últimos dados.

Estando a oferta de trabalho a aumentar, sobretudo devido a uma cada vez maior participação da população feminina no mercado de trabalho, a baixa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

taxa de desemprego então verificada deve-se necessariamente a um aumento da procura trabalho superior ao crescimento da oferta.

E sendo a procura de trabalho uma procura derivada, ou seja que resulta da procura dirigida ao mercado de bens e serviços, este é um indicador que indicia crescimento e dinamismo do tecido produtivo regional. De facto assim é!

O Produto Interno Bruto Regional por habitante passou de cerca de 70% da média nacional em 1996 para 78% em 2000, indicando um claro processo de convergência com a economia nacional.

A atestar isto está o facto de, por exemplo, o Produto Interno Bruto Regional ter crescido, em termos reais, a uma taxa de 4,9% em 1999 e 5,2% em 2000, correspondendo a um diferencial de 1,1 e 1,8 pontos percentuais acima das taxas verificadas para o resto do país.

Não é também irrelevante a constatação de que a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto Regional tem vindo a subir desde 1997, sendo de 3,3% em 1998, 4,9% em 1998 e 5,2% em 2000, constituindo uma evolução animadora e portadora de esperança no que diz respeito à nossa trajetória de crescimento e de desenvolvimento.

No que respeita ao Rendimento Disponível Bruto das Famílias per capita o mesmo passou de 79%, em 1995, para 85% em 2000, o que se traduziu, naturalmente, num aumento do bem-estar das famílias.

Lisboa e Vale do Tejo, Madeira e Açores foram as regiões que mais cresceram no que respeita a este indicador entre 1995 e 2000, o qual aumentou 4 pontos percentuais na região de Lisboa, 1 ponto na Madeira e 6 pontos nos Açores.

Sendo este um indicador importante para comparar a evolução do nível de vida nas regiões, não é nada difícil de concluir que a Região Autónoma dos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Açores foi aquela que mais evoluiu no que respeita ao nível de vida das famílias, desde meados da década de 90.

Mais: a Região Autónoma dos Açores abandonou a última posição que ocupava 1995.

Finalmente, e para não falar na evolução favorável de outros indicadores como a taxa de inflação, que se situa abaixo da média nacional, o indicador per capita do poder de compra concelhio publicado pelo Instituto Nacional de Estatística passou de 60,6% da média nacional em 1995 para 65,15% em 2000, o que uma vez mais traduz uma evolução positiva da nossa economia.

Este valor, por razões ligadas à metodologia utilizada na sua construção, deve estar subestimado sendo talvez mais talvez adequado para medir a evolução das regiões do que para fazer comparações entre as mesmas.

No que respeita a este último aspecto, os Indicadores de Conforto, também publicados Instituto Nacional de Estatística e que nos colocam numa situação confortável no contexto nacional, parecem mais adequados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A promoção do crescimento económico e do bem-estar dos cidadãos deve estar presente em qualquer Plano. As propostas apresentadas pelo Governo Regional cumprem esta regra. Como já afirmei, o Produto Interno Bruto por habitante ascende na Região a cerca de 78% da média nacional. Tal diferença resulta essencialmente da menor produtividade do trabalho, que se situa em 80% daquela média.

O aumento deste indicador, passa pela qualificação dos recursos humanos e pela promoção da modernização dos processos produtivos, através da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

introdução de novas tecnologias. No futuro deverá passar também pela captação de investimento externo.

A importância destes elementos dinamizadores do crescimento foi entendida pelo Governo Regional dos Açores, desde o final de 1996, ou seja, desde a tomada de posse do primeiro Governo Socialista na Região Autónoma dos Açores.

E a obra está à vista: os processos produtivos melhoraram, o tecido empresarial modernizou-se, os custos de transporte baixaram, a base económica de exportação diversificou-se com o desenvolvimento do turismo, o emprego aumentou e a economia cresceu.

E tudo isto foi possível apesar das intempéries e das calamidades naturais que assolaram os Açores e que exigiram e continuam a exigir a utilização de um montante significativo de recursos para repor o que foi destruído.

E tudo isto foi possível com baixos níveis de endividamento anual e no quadro de um processo de estabilização financeira e de gestão racional dos recursos disponíveis.

Nada disto foi fruto do acaso, mas resultou, sem dúvida, da existência duma estratégia de desenvolvimento implementada pelo Partido Socialista e entendida por todos os agentes económicos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A avaliação da governação não se mede pelos gastos, mas acima de tudo pelos resultados da mesma. E vive-se, hoje, nos Açores, uma situação muito diferente da encontrada em 1996.

Os açorianos podem orgulhar-se daquilo que o Partido Socialista realizou desde essa altura e do que continuará a realizar no futuro. Podem orgulhar-



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

se também do que se pretende realizar em 2004 e, estou certo, posteriormente àquela data.

As Receitas que o Governo Regional espera arrecadar ao longo de 2004 ascendem, sem Contas de Ordem, a 808,6 milhões de euros, mais 6,3% do que o valor revisto do corrente ano. No que respeita às aplicações, as Despesas Correntes absorvem 528 milhões de euros, a maior parte das quais se destinam ao pagamento de Despesas com o Pessoal, e as Transferências Correntes para os organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, com destaque para os serviços integrados no âmbito do Serviço Regional de Saúde, 1,8 milhões de euros serão aplicados em Despesas de Capital e 278,8 em Despesas do Plano, correspondendo este último grupo a 34,5% do total da despesa, ou seja mais 4,3 pontos percentuais do que no ano anterior.

Ao continuar a apostar em 2004 no aumento dos níveis de eficiência dos equipamentos e das infra-estruturas de desenvolvimento, na valorização e no aumento dos níveis de protecção da sociedade açoriana, na promoção da sustentabilidade do desenvolvimento e da qualidade de vida, no aumento da eficiência da gestão pública e institucional e na recuperação dos efeitos das calamidades, este Governo prossegue com mérito a sua tarefa de desenvolvimento dos Açores.

Governar bem é acima de tudo compreender as restrições, ainda que externas, e fazer uma utilização correcta e, portanto, eficiente dos recursos disponíveis. É saber fazer os ajustamentos necessários, sem alterar os objectivos iniciais.

Estou certo que o Partido Socialista, a avaliar pela determinação e pelo rigor com que tem conduzido a governação dos Açores nos últimos anos, continuará a fazer com que esta Região progrida e continue a mudar. A



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

avaliar pelo passado outra coisa não seria de esperar, talvez para desagrado de alguns, embora, certamente, poucos.

Disse!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancada do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Não existindo pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas para uma intervenção.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao analisar o Plano e Orçamento para 2004 - último ano desta legislatura e oitavo de governos socialistas - temos de fazer um balanço acerca da governação e dos seus efeitos na sociedade e economia açoriana.

Devemos também fazer uma análise crítica acerca das expectativas criadas e das promessas efectuadas face à realidade e à obra concretizada.

Um balanço à situação macro-económica dos Açores revela-nos que, apesar dos enormes fluxos financeiros que tivemos ao nosso dispor, a Região não descolou dos últimos patamares de pobreza do País e da União Europeia.

Desde 1997 até 2002, tivemos 670,8 Milhões de Euros de Fundos Comunitários à nossa disposição, o que representa, em percentagem face



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

ao Produto Interno Bruto (PIB), quase o dobro da Região Autónoma da Madeira.

Temos, desde 1999, uma Lei de Finanças Regionais que, se bem que imperfeita, reforçou e estabilizou as perspectivas de transferências do Orçamento de Estado e fez a República assumir grande parte do passivo financeiro acumulado pela Região.

Tivemos, é certo, de fazer face às calamidades que ciclicamente assolam os Açores, mas contamos com a solidariedade externa que assegura a maior parte dos gastos com a reposição dos estragos, de uma forma bem mais expressiva do que se passou em outras altura do nosso passado autonómico.

Da soma dos Orçamentos aprovados por esta Câmara aos governos socialistas desde 97 a 2002 resulta uma verba de mais de 5.000 Milhões de Euros ou, na moeda antiga, mais de mil milhões de contos.

Na fase final das maiores infra-estruturas nas várias ilhas, com tantas disponibilidades financeiras, e com um situação económica externa muito favorável, especialmente até 2000, os Açores viveram uma oportunidade de desenvolvimento impar na sua história autonómica.

Importa pois perguntar quais os efeitos de tão favorável cenário.

Aos açorianos, que percebem que com tanto dinheiro tem de se fazer algo, é preciso perguntar se estes governos socialistas fizeram tudo o que deviam.

A quem nos dirigiu é preciso perguntar se cumpriram o que prometeram ou se prometeram mais do que podiam.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O nosso índice de poder de compra é 65% do da média nacional, isto é, o mais baixo do País.



Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Segundo dados publicados em 2002 pelo Instituto Nacional de Estatística, a Região Autónoma dos Açores registou mesmo, nestes últimos anos, uma diminuição do seu índice de poder de compra.

O nosso índice de produtividade é 79% do da média nacional, isto é, o mais baixo do País.

O nosso Produto Interno Bruto per capita é 76% do da média nacional, na cauda do País, representando apenas 52% da média da União Europeia, o que nos empurra para uma das quatro mais pobres regiões da União Europeia.

Mesmo assim, a evolução do valor do PIB per capita está, como se sabe, muito influenciada pelo efeito estatístico que resultou do acerto em baixa das estimativas de população que, na sequência dos censos de 2001, obrigaram a uma correcção estatística que influenciou positivamente em termos estatísticos o ano de 2000 face aos anteriores.

Temos uma taxa de desemprego que, embora crescente, é a segunda menor do País, situando-se, inclusivamente, abaixo dos indicadores técnicos do desemprego natural. Porém esta realidade não esconde, antes é consequência, de uma muitíssimo baixa taxa de participação no mercado de trabalho.

Segundo o Serviço Regional de Estatística dos Açores a taxa de actividade ronda os 42,5%, que compara com 51,8 a nível nacional e a taxa de actividade da população em idade activa chega apenas a 54,4%, que compara, por seu turno, com os 61,7% nacionais e se situa muito longe do objectivo de 70% almejado para 2010 pela União Europeia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Neste cenário destaca-se ainda mais pela negativa a participação feminina no mercado de trabalho que no final de 2002 se situava, para a população activa, nuns meros 38,6%, muito longe dos 54% nacionais.

Segundo estimativas, feitas por técnicos, se elevarmos a taxa de participação no mercado de trabalho para os valores médios nacionais, poderíamos chegar a uma taxa efectiva de desemprego de 19 %.

Com uma produtividade média que baixou, com um peso relativo no PIB nacional estagnado em 1,8% entre 95 e 2000 e com este quadro do mercado de emprego pode bem dizer-se que somos poucos a trabalhar e os que trabalham têm baixos níveis de produtividade.

Esta baixa produtividade, este baixo nível de emprego e de rendimento caracterizam bem estes 7 anos de socialismo açoriano - um tempo de oportunidades perdidas.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Desta feita, nem os parcelares indicadores de consumo de cimento, de licenças concedidas, do turismo ou da venda de automóveis podem valer ao Governo de César e de Contente, como forma de iludir o estado geral da Região.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nos últimos 12 meses, o consumo de cimento decresceu 8,2%, as licenças de construção concedidas decresceram 16,5%, a procura turística desceu 1,2% e a venda de automóveis diminuiu 26,5%.

Com estas políticas não há Lei de Finanças que nos valha, não há mil milhões que nos melhorem, nem há Fundos Comunitários que nos favoreçam.

E temos uma dívida pública consolidada que se estima crescer 50% de 2002 ao final de 2004.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em 18 de Dezembro de 1998, nesta Casa, por altura da discussão do Plano e Orçamento de 1999, o Presidente do Governo afirmava que, a partir de 2002, os Açores não necessitariam recorrer ao endividamento.

No entanto, agora, o Governo Regional propõe-se fazer crescer fortemente a dívida indirecta e garantida, para valores que poderão ascender aos 735 Milhões de Euros, excluindo os montantes da dívida administrativa, que, já em 31 de Dezembro de 2001, ascendiam a cerca de 50 Milhões de Euros.

Para além, destes compromissos financeiros, haverá ainda que ter em conta a dívida que este Governo está a constituir com Projecto S.C.U.T. que poderá custar, a preços correntes, cerca de 333 milhões de Euros, com um impacto no orçamento regional que rondará os 14 Milhões de Euros ao ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:
O relatório de execução do Plano referente ao terceiro trimestre de 2003, no que toca à anunciada grande aposta do actual Governo em Rabo de Peixe, mostra a relatividade e subjectividade das análises que aqui fazemos e, especialmente, abala a credibilidade deste Executivo.

Por contraste, com a execução global do Plano que é de 73%, o que lamentavelmente se verifica é que a execução do Projecto de Intervenção Específica em Rabo de Peixe é de apenas 22,9%. Mais se observa que cerca de 40% dos Programas tem execução de zero por cento!

Apesar destes exemplos, devemos fazer um esforço para analisar o Plano e Orçamento de uma forma séria e atenta.

Do Orçamento, do lado da receita, destaca-se o encaixe previsto com a privatização da EDA, no valor de 40 Milhões de Euros, quando o Governo ainda não decidiu quanto vai vender.



Em tão importante matéria e a poucos meses das eleições, manda a sensatez e recomenda o PSD que não se cometam, por precipitação, erros irreversíveis para o futuro da Empresa que presta o serviço público de fornecimento de energia eléctrica nas nossas ilhas.

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento
(*Roberto Amaral*): O Sr. Deputado não esteve na Comissão?

O Orador: Destacam-se também as receitas de mais de 15 Milhões de Euros dos encaixes relativos ao projecto S.C.U.T. de duvidosa arrecadação em 2004, tal como aconteceu no ano em curso, tendo em conta toda a problemática que envolve este concurso público.

Com razoabilidade, tanto uma situação como a outra, não se enquadrariam desta forma num orçamento que deve ser prudente na previsão das receitas. Em sentido contrário é de realçar a estimação prudente das Transferências da União Europeia em 45 milhões de Euros, ao contrário de anos anteriores em que sempre se sobrestimou este tipo de receitas.

Quanto às Transferências do Orçamento de Estado, em 2004 cumpre-se, mais uma vez, escrupulosamente, a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, continuando-se, por outro lado, a apoiar a reconstrução.

Na verdade, as Transferências do Orçamento de Estado atingem os 231,1 Milhões de Euros, mais 5,1% do que no ano anterior.

Quanto às Receitas Próprias, destacamos com ênfase que, pela primeira vez, a Região recebe as verbas resultantes dos acertos de impostos, tal como resulta dos estudos efectuados pelo Grupo de Trabalho constituído no Ministério das Finanças, com o intuito de apurar os impostos gerados e não cobrados nas Regiões Autónomas.

É bom lembrar que o valor dos acertos corresponde a cerca de 28,5 Milhões de Euros, isto é, um valor superior à soma de 20 Milhões que, fora



de tempo, o Governo Regional reclamou de endividamento, mais os 5 Milhões para a reconstrução.

Quanto às taxas de crescimento dos impostos de realçar uma previsão de crescimento implícita do IRC de 9% que não se vislumbra poder efectivar-se face aos constrangimentos económicos presentes, bem como o crescimento estimado de 4% para o imposto automóvel quando se verifica uma forte contracção do consumo deste tipo de bem.

No seu global as receitas acabam por sofrer um forte impulso devido aos encaixes das privatizações e aos acertos dos impostos, que elevam extraordinariamente a receita estimada em mais 77,5 Milhões de Euros.

Sem as contas de ordem e sem o encaixe das privatizações, que por Lei são obrigatoriamente consignadas, o Orçamento de 2004 é de 766 Milhões de Euros, representando um crescimento inferior a 1 %.

Quanto à despesa, de notar a descida acentuada das Contas de Ordem, consequência da desorçamentação proveniente do novo estatuto das autoridades portuárias.

Apesar do Governo continuar a negar atrasos, a verdade é que muitas das verbas previstas na despesa para 2004 servirão para pagar responsabilidades de 2003.

É o caso da Variante P. Delgada/Lagoa que tem no contrato para 2004 um dispêndio de 2,8 Milhões de Euros e regista para 2004 uma dotação de 6,4 Milhões, numa obra que ficará concluída ainda este ano.

É o caso da Escola dos Ginetes, obra já concluída, mas com uma dotação para 2004 de 1,9 Milhões de Euros.

É o caso da Escola EB 2/3 Bento Rodrigues, obra concluída desde Agosto deste ano e que tem uma dotação de 653 Mil Euros para 2004.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É ainda o exemplo da Reformulação da Rede Escolar do Topo e Santo Antão que tem obras concluídas desde Agosto de 2003, mas tem rubrica aberta para 2004 no valor de 495 Mil Euros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Quanto ao Plano, não podemos, como Deputados, deixar de evidenciar pela negativa, o facto de este Governo pretender um autêntico cheque em branco desta Assembleia com uma previsão de verbas não desagregadas que ascendem a mais de 40% do global de investimentos, depois de retirada a verba proveniente das privatizações.

Faço lembrar, ao contrário do que foi dito aqui, que este crescimento é real, porque os critérios são idênticos de ano para ano e, portanto, temos um crescimento de 21 para 41%, como já foi aqui bem explicitado, com o mesmo tipo de critérios e retirando a verba dessa privatização.

Para além da desorçamentação recorrente com investimentos fora do Plano, acresce este “record” que não dignifica o nosso sistema parlamentar e representa uma autêntica submissão da Assembleia Regional aos caprichos de um Governo que teme as eleições pelo que pretende ter um grande bolo nas mãos para gastar onde entender.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Acresce que um olhar mais detalhado faz notar que estamos perante um Plano mais quantitativo do que qualitativo, existindo uma grande dispersão e proliferação de acções com verbas demasiado reduzidas.

Vinte e nove por cento das acções tem um valor inscrito menor do que 50.000 Euros.

Quarenta e quatro por cento das acções tem um valor inferior a 100.000 Euros.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

E sessenta e oito por cento das acções tem dotação abaixo dos 250.000 Euros.

Trata-se, pois, de um Plano com pouco crédito, mais preocupado com as aparências em ano de eleições do que com o verdadeiro cumprimento dos compromissos, não tendo muitas das acções previstas o devido cabimento para a sua execução na íntegra.

É o caso da pavimentação de diversos troços de estrada na Graciosa que, para uma empreitada adjudicada no mês passado, com prazo de execução de 300 dias e preço com I.V.A . de 620 Mil Euros, vê inscrito no Plano pouco mais de metade do que vai efectivamente ter de ser pago em 2004.

É o caso da reabilitação e pavimentação da E.R. 1-1ª Lajes/Praia da Vitória que, constando dos Planos desde 2000, foi iniciada há alguns dias atrás, já não com 6 Quilómetros, mas com 2,4 e com uma dotação no Plano de 2004 que é 700.000 Euros, quando tinha um valor base de concurso de 1.250 Mil Euros, sem I.V.A .

É o caso da Estrada Regional 1-2ª Urzelina/Aeroporto, obra lançada a concurso em 11 de Julho de 2001, com valor base de 321 Mil Contos (mais de 1,5 Milhões de Euros) e um prazo de execução de 360 dias.

Esta obra ainda não está adjudicada, passados mais de 2 anos sobre a data do concurso e, uma vez mais, o Governo coloca verbas no Plano insuficientes para a sua execução, dotando a rubrica com 500 Mil Euros, isto é cerca de um terço do valor da obra.

É ainda o caso da reabilitação da E.R. 1-1ª Cruz das Cinco/S. Mateus /Silveira , obra inscrita no plano de 2001, com concurso lançado em 29/01/2002, para um prazo de execução de 540 dias.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Esta obra ainda não foi adjudicada, verificando-se em 2004 uma dotação de 24% do valor da empreitada para 2/3 do prazo de execução da mesma, se contabilizarmos todo o próximo ano.

Por outro lado, retirando as verbas das privatizações que passam pelo Plano por mera obrigação legal, mas que não se podem considerar para o investimento mais do que qualquer outra verba consignada, o Plano de 2004 ascende a 236,7 Milhões de Euros, que compara com os 229,3 de 2003, representando um crescimento de 3%, muito longe dos 31% propalados pelo Governo.

No Plano a Médio Prazo apresentado nesta Assembleia a seguir às eleições de 2000, o Governo fez naturalmente transparecer nesse documento os seus compromissos eleitorais, prevendo um investimento global para os quatro anos de 1127,5 Milhões de Euros e uma previsão de investimento para 2004 de 291 Milhões de Euros.

Ora, retirando as verbas das privatizações, o Plano proposto para 2004 tem menos 54 Milhões de Euros do que o previsto no (PMP), Plano a Médio Prazo inicial, isto é, quase menos 20%.

Se considerarmos uma execução de 90% para 2003 e 2004 - que seria muito boa tendo em atenção os últimos anos - teremos uma execução global do PMP que fica quase a 25% do previsto no PMP inicial.

E, apesar do discurso governamental de cumprimento da generalidade do PMP inicial, a verdade é que são inúmeros os projectos e as promessas na gaveta, desde a Variante à Cidade de Horta, à via de acesso ao Porto da Praia da Vitória ou à Envolvente à Ribeira Grande - trecho III, por exemplo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:



Apesar dos esforços eleitoralistas, o Governo Regional de Carlos César e José Contente prometeu mais do que devia e cumpriu menos do que podia. O Plano e Orçamento para 2004 tem pois de ser visto na óptica de um Governo em fim de ciclo, que teme as eleições e aposta em passar a mensagem de que pode fazer nos meses que lhe restam do ano que vem tudo aquilo que prometeu e não cumpriu em 4 anos e, nalguns casos, em 8 anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Este Plano e Orçamento é um último suspiro de um Governo sem fôlego que tenta fazer crer que pode recuperar a poucos metros da meta seu atraso já irremediável.

É tarde para correr atrás do prejuízo.

Não há mais oportunidades.

Um mau Orçamento para a execução de uma continuada má política, só pode merecer a nossa reprovação.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O ano passado, em 2002, a meio do ano, o Sr. Deputado Humberto Melo teve a delicadeza de ir àquela tribuna e referir-se à execução do plano de intervenção em Rabo de Peixe.



Lembro os valores da execução de 2002 nas várias rubricas para intervenção em Rabo de Peixe:

- na área da diversificação agrícola, ficámos por 65,1%, das taxas mais baixas dos vários programas;
- na área de actividades da pesca, ficámos pelos 100%;
- na área da formação e do desenvolvimento do turismo, 100%;
- na área do comércio e exportação, 100%;
- na área sistema rodoviário regional, 100%;
- na área da actividade científica e ecológica, 100%.

Esperemos para o final do ano e os senhores verão que os dados para intervenção específica de Rabo de Peixe nada têm a ver com a desgraça que o Sr. Deputado disse sobre a intervenção nesta área.

Se há duas ou três áreas que não o fizemos e uma é a escola de Rabo de Peixe, mas perguntem à Câmara o tempo que levou para executar o respectivo projectos. Os Srs. Deputados conhecem perfeitamente o que se passa em relação a esta área.

O que disse o Sr. Deputado Duarte Freitas em relação a escolas, nós ficamos satisfeitos por termos escolas para pagar, porque elas estão feitas. No vosso tempo elas estavam nos Planos e não se executavam.

Nós assumimos os nossos compromissos, pagamos aquilo que nós fazemos. Para nós é óptimo inaugurar uma escola em Santa Maria ou nos Ginetes e ter que pagar no próximo ano.

Não nos envergonhamos por aquilo que fizemos e nesse aspecto damo-nos por satisfeitos e vamos honrar os nossos compromissos com os fornecedores, o que muitos vezes, no passado, o vosso partido não cumpriu e foi este Governo que pagou muitas das obras deixadas por V. Exas..



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para esclarecimentos.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria simplesmente prestar um esclarecimento nesta Casa, usando a intervenção dum ilustre deputado ainda hoje com assento nesta Assembleia.

Ele referia-se à execução do Plano de 1992...

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Estamos a discutir o Plano para 2004 ou o de 1992?

O Orador: ... e na sua intervenção dizia o seguinte:

“Em 1992 foram investidos na educação 21 milhões de contos” e até Setembro desse mesmo ano foram gastos 22 milhões.

O relatório de execução anual referia que tinham sido gastos 21 milhões e até Setembro o relatório semestral apontava para 22 milhões.

Continuava dizendo assim:

“No sector dos transportes e comunicações, em 1992 foram investidos 8 milhões de contos, enquanto que até Setembro já tinham gasto 8,8 milhões de contos.

Em 1992 gastaram-se no sector das pescas 4,7 milhões de contos e até Setembro do mesmo ano já tinha sido gasto 4,8 milhões.

Na habitação e urbanismo investiu-se em 1992, 2,3 milhões de contos e até Setembro do mesmo ano havia-se já investido 2,5 milhões de contos.

Na saúde investiu-se em 1992, 1,5 milhões de contos e até Setembro daquele ano já se tinha investido 2,1 milhões de contos.



O relatório semestral tem valores substancialmente maiores do que o relatório anual. Isto é que é realismo nas contas da Região.

Nas pescas investiu-se 1,2 milhões de contos e até Setembro já se tinha gasto 1,6 milhões de contos.

E concluía, Sr. Deputado:

Será que os Srs. Deputados do PSD, como representantes do povo, não percebem que estamos perante documentos falsos, que denunciam um escândalo financeiro de proporções incalculáveis”.

Citei o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Depois desta citação, penso que não há mais ninguém inscrito.

Faltam 10 minutos para a nossa hora regimental e está inscrito o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção. Se a sua intervenção se circunscrever aos 10 minutos eu dou-lhe a palavra.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, S. Presidente e Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores, injustificadamente, tem feito gala de proclamar aos quatro ventos que, enquanto Portugal, a Europa, a América, a Ásia e o Mundo estão mergulhados numa profunda recessão económica, os Açores, qual oásis à face da Terra, sob a iluminada gestão socialista, cavalgam uma onda ímpar de crescimento económico e de progresso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para além da irresponsabilidade das afirmações subjacentes a esta infundamentada tese do Governo Regional, os açorianos sabem do ridículo desta irrealista visão cor-de-rosa.

Desde a perspectiva lírica dos que consideram os Açores imunes à crise económica nacional e europeia, passando pelos que anunciam que nos Açores se vive um ambiente económico muito mais favorável do que no continente e que os Açores são o lugar mais seguro para se investir em Portugal, acabando naqueles que afirmam que os Açores já são conhecidos no país e na Europa pelo seu avanço tecnológico.

Perante tanto disparate apetece perguntar: será que vivemos todos na mesma Região?

Importa, desde logo, ter presente que no respeitante à situação económica dos Açores, a máquina de propaganda do Governo Regional ignora sistematicamente a crise estrutural que tem atingido a Agricultura e as Pescas bem como as dificuldades por que passam algumas das indústrias transformadoras tradicionais.

A grave situação destes sectores produtivos deveria merecer a maior preocupação dos responsáveis políticos e dos agentes económicos envolvidos, já que continuam por resolver as inadmissíveis indefinições que os condicionam e não foram ultrapassados os estrangulamentos impeditivos do seu normal desenvolvimento.

Todos temos perfeita consciência de que a agricultura definhou e se perdeu a batalha da diversificação produtiva. A fileira do leite permanece amordaçada em limitativas contradições e o subsector da carne, além de desvalorizado, mantém traços terceiro – mundistas.

Resta a nova aposta no Turismo, que deu passos largos no seu arranque, mas cuja consolidação aguarda melhores dias.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Mas centremo-nos na análise da evolução recente da situação económica e social dos Açores que tanto tem entusiasmado a administração socialista.

A versão constante da proposta de orçamento já é bem mais moderada do que o discurso oficial dos responsáveis socialistas.

A dado passo do documento governamental afirma-se que e cito: “Através de informação estatística mais actualizada, observam-se alguns sinais de repercussão na economia regional dos sinais de crise e de recessão económica ao nível externo, com enfoque para a situação da economia nacional, factores que acabam por condicionar de alguma forma a produção regional....”. Citei a versão orçamental.

Curiosamente parece que os responsáveis regionais nas áreas económicas e os dirigentes do PS não leram o diagnóstico feito pelo Governo, que, ainda assim, só teve em conta os dados dos primeiros meses de 2003.

É indeclinável papel do Partido Popular lembrar-lhes um conjunto de dados estatísticos que já são do domínio público e que traduzem as dificuldades crescentes por que passa a economia e a sociedade açoriana.

Quando no 1º trimestre do ano a taxa de Desemprego atingiu 2 %, logo os Governantes enfatizaram que a Região tinha a mais baixa taxa de Desemprego do país e isto demonstrava que a nossa economia estava mais saudável do que a nacional.

Deputado Osório Silva (PS): E isso é bom ou mau?

O Orador: Ainda o PS colava cartazes alusivos ao fenómeno e a taxa de Desemprego, durante o 2º Trimestre, aumentava 35%, passando de 2% para 2,7%.

Todavia, com a entrega da Proposta de Orçamento nesta Assembleia, em fins de Outubro, o Governo Regional esqueceu-se propositadamente de actualizar a taxa de Desemprego, mantendo a informação relativa ao 1º



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Trimestre, quando no que respeita ao, por exemplo, índice de preços no consumidor e à produção de electricidade já forneceu elementos de Julho.

Por aqui já se vê o rigor e a seriedade técnica da análise do Governo Regional à evolução económica e social.

Entretanto os cartazes estavam desactualizados, era conhecida a Taxa de Desemprego, no 3º trimestre, no valor de 3,1%, um acréscimo de 55% em relação ao 1º Trimestre, ultrapassando inclusivamente a Taxa de Desemprego da zona Centro de país, que possui uma mais significativa densidade industrial e tem sido fustigada pelo fenómeno europeu da deslocalização de empresas.

Este nível de desemprego nos Açores é o maior dos últimos três anos. Desde meados de 2000 que o desemprego na Região se situava abaixo dos 3%.

Em 2002, a Taxa média de Desemprego ficou-se nos 2,5%.

Entre 1998 e 2003, a população empregada da Região aumentou 6.441 unidades, o que traduz uma média anual de 1.300 novos empregos, Sr. Presidente do Governo, isto corresponde a cerca de $\frac{1}{4}$, repito, $\frac{1}{4}$ dos valores anunciados pelo PS e pelo Presidente do Governo ao povo dos Açores, naquilo que foi um dos maiores boatos da história da Autonomia.

Era o primeiro boato, há alguns dias para cá passou a ser o segundo.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Esse segundo que refere é muito próprio do seu carácter!

O Orador: O senhor viu alguma que o perturbasse. Deve estar muito perturbado para estar a fazer leituras destas.

Por outro lado, os valores referentes ao índice de preços no consumidor, em relação a Outubro de 2003, apontam nos Açores para uma taxa de 3,4%, valor inferior à média nacional, ao contrário do que aconteceu no



passado recente, período em que a taxa de inflação foi superior nos Açores.

Mas vejamos a evolução de alguns indicadores básicos que traduzem o estado verdadeira da economia e o da sociedade açoriana.

Ao Governo e ao PS não convém dar o devido relevo ao comportamento dos consumidores açorianos em relação a um dos bens mais simbólicos para avaliação do seu índice de rendimento e de optimismo quanto ao futuro.

Trata-se da evolução da Venda de Automóveis novos, muito esquecida pela máquina de propaganda do Governo Regional do PS.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Até se riem.

Durante 2001 já se verificou uma quebra de 9% na venda de Automóveis novos nos Açores, sendo 6% nos Automóveis ligeiros e 17% nos Comerciais.

A quebra nas viaturas Ligeiras, com cilindrada superior a 1750 cm³, foi de 37%, bem revelador de que o cinto dos açorianos já estava a apertar desde 2001.

Em 2002, a quebra na venda de Automóveis novos nos Açores continuou próxima dos 9%, sendo 10% nos Ligeiros.

Em 2003, acentuou-se a preocupante retracção do consumo das famílias e das empresas dos Açores. Até Setembro, a diminuição da venda de veículos Automóveis novos nos Açores atingiu os 29%, sendo a quebra nos Ligeiros de 28% e nos Ligeiros de Mercadorias de 34%.



Só ao PS, só ao Governo e a estes Secretários Regionais é que isto não lhes diz nada.

Será que há ainda quem sustente que o rendimento dos açorianos tem aumentado nos últimos anos?

Que estranho fenómeno é esse? O rendimento aumenta e o consumo retringe-se.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): O consumo de automóveis.

O Orador: Mas a retracção das famílias açorianas atinge também os gastos num sector básico como o da Habitação.

De Janeiro a Setembro deste ano, as Construção Novas para Habitação nos Açores sofreram um decréscimo de 29%., atingindo 26% na Terceira, 44% na Graciosa, 48% no Pico e 57% no Faial.

No mesmo período de tempo, o número de fogos novos nos Açores, Sr. Secretário da Habitação, também baixou 50%, com quebras de 45% no Pico, 54% em São Miguel, 55% no Faial e 56% na Graciosa.

Eu estou a adiantar-me ao que o Sr. Secretário da tutela que poderá dizer que esta situação se deve ao fracasso do processo da Reconstrução no Faial e no Pico, mas então, Sr. Secretário, se assim é, por que motivo é que as restantes ilhas acompanham esta desastrosa evolução.

Ainda no sector da Construção importa analisar o comportamento das licenças concedidas, que terão inevitável reflexo no próximo futuro.

De Janeiro a Setembro, o número de licenças concedidas para construção diminuiu nos Açores 24%. A quebra nas Flores é de 30%, 31% na Terceira, 35% no Pico e 46% no Faial.

A par desta dura realidade que se vive nos Açores, é bom também ter presente que nos primeiros nove meses do ano a Venda de Cimento



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

decreceu 7%, que era um indicador que os senhores todos os anos colocavam na primeira página dos vossos documentos, estando este importante indicador em queda sucessiva desde o mês de Fevereiro.

Mas os sinais negativos que afectam a economia e a sociedade açoriana, têm também correspondência nos indicadores dos sectores básicos de produção.

De Janeiro a Setembro, a quantidade de leite entregue nas fábricas baixou 3%, atingindo quebras de 9% em S. Jorge, 7% no Pico e 5% no Faial. Durante o 3º trimestre o decréscimo da entrega de leite nas fábricas da Região foi de 5,7%.

Quer isto significar que os produtores açorianos – e era bom que esta Assembleia tivesse isso presente – já perderam idêntica percentagem de rendimentos que tendo em conta a inflação e, nalguns casos, as quebras decorrentes de novos sistemas de classificação apontam para uma significativa redução de rendimentos de um importante segmento do procura regional.

Apesar do crescimento de 23% de gado bovino abatido nos Açores durante o 1º Semestre, o peso do gado saído da Região diminuiu 5%, mantendo-se a incerteza que caracteriza a exportação desta produção regional e a desvalorização permanente do preço da carne, o que constitui mais uma fonte de quebra de rendimento dos produtores açorianos.

O único indicador de aumento de produção relaciona-se com as capturas de pescado, que aumentaram 27% de Janeiro a Outubro.

Só que o passado ano de 2002 foi o pior na história da Autonomia.

Em 1999, o Peixe descarregado nos Açores foi 77% superior ao que se conseguiu o ano passado.



Em 1998, com 23,5 mil toneladas, o Peixe descarregado foi superior ao triplo dos montantes de 2002, com apenas 7,6 Toneladas.

Em 1995 chegou-se a atingir as 32,4 mil toneladas, quase cinco vezes mais do que o ano passado.

Esta é a verdadeira dimensão da crise no sector das Pescas e o significado que tem as taxas de crescimento de 2003, que incidem sobre os valores mais baixos da nossa história recente.

Quando o único indicador positivo que temos no sector produtivo refere-se às pescas e estas encontram-se no valor mais baixo das últimas décadas – estamos conversados.

Nos transportes aéreos, a evolução também é negativa. Até Setembro, a redução do número de passageiros nas ligações inter-ilhas atingiu 4%. No tráfego territorial a diminuição foi de 3%. Apenas no tráfego internacional, que é mais reduzido, se nota um crescimento de 3%.

No que respeita ao Turismo é compreensível que tenha havido alguma euforia quando, em 1999 e 2001, se registaram crescimentos de 40% e 27 % respectivamente, no conjunto das dormidas.

Porém, ao contrário do que o Governo Regional tem afirmado, o Turismo não foge ao princípio dos ciclos económicos.

Quando o Governo enfatizou que em 2002 o Turismo tinha crescido na Hotelaria Tradicional a uma taxa de 8 %, não chamou a atenção para o facto de que a procura na hotelaria estava a diminuir desde Setembro do ano passado, tendo mesmo baixado 3% no último quadrimestre.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O senhor sabe porquê?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: A Região acabou por sofrer um decréscimo na procura Turística durante oito meses consecutivos, de Setembro a Abril passado. Se isto não é um efeito da crise, digam lá então o que é.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Foi a Região que mais cresceu.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu sei que isso dói, dói ao Presidente do Governo, dói ao Governo Regional, dói a alguns Srs. Deputados que Partido Socialista que acreditavam piamente que este Governo pintava um cenário realista e rigoroso, mas é importante ver a outra face da moeda que o PS, o Governo e a sua máquina de propaganda anunciam constantemente.

O papel do Partido Popular nesta Assembleia é o de não permitir que os senhores, além de pretenderem enganar este Parlamento, enganem o povo dos Açores. É isto não podemos permitir.

No 1º Trimestre de 2003, a quebra nas dormidas foi de 11 % e no 1º Semestre ainda apresentava um decréscimo de 1,6 %. De Janeiro a Setembro, a quebra nas dormidas na hotelaria tradicional foi de 0,9 %

Mas, a evolução recente do sector nas diversas ilhas da Região tem apresentado tendências distintas.

Sr. Secretário Regional da tutela, o senhor devia estar preocupado com a desagregação dos números, porque isto são assuntos muito sérios.

Durante os primeiros 9 meses deste ano, o Faial já acumula uma redução de 24% na procura e vamos inaugurar um hotel para o ano que vem.

Esta descida tem que preocupar qualquer responsável político, Esta descida preocupa os empresários dos Açores.



Na Ilha das Flores apresenta, nos primeiros 9 meses deste ano, uma significativa baixa de 28%, o que não deixa de ser dramático para as unidades hoteleiras daquela ilha.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): E na Terceira?

O Orador: A Terceira tem um crescimento positivo de 10%. Eu não fiz as contas, porque essas os senhores têm.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): São 11%.

Ó Sr. Secretário, se V. Exa., e julgo que é um homem de ciência, como homem de ciência que é sabe perfeitamente se a média regional é, em termos de descida, de 0,9, se há ilhas como o Faial que tem descidas de 24 e 28%, é óbvio que algumas crescem e a Terceira, felizmente, é uma delas. Agora, julgo que o que vos deve preocupar neste momento é a crise específica que atinge particularmente uma das ilhas.

No Turismo em espaço Rural, com expressão bem menor, a evolução em 2003 tem sido francamente negativa, registando uma quebra de 10% até Setembro. Em S. Miguel a diminuição atinge 24%. Não é preocupante? É preocupante, Sr. Secretário

Como o número de hotéis e de estabelecimentos em espaço rural continuam a crescer, graças a Deus e felizmente,...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Graças aos empresários!

O Orador: ... graças aos empresários e à política regional.

Sr. Presidente do Governo, nós não temos complexos. O que nos distingue é que nós apoiamos aquilo que merece ser apoiado, reconhecemos aquilo que está bem feito, mas também não permitimos que os senhores ocultem uma situação que já é de crise, que é de preocupação e o senhor transforma numa situação eufórica.



O Sr. Secretário devia estar preocupado com isto.

Vamos à taxa de hotelaria.

Na Hotelaria, a taxa de ocupação desceu 20% no 1º Trimestre de 2003, 14% no 1º Semestre e 15% até Setembro de 2003.

No mês de Julho, que é o mês que todos os empresários do sector aguardam ansiosamente, a quebra na ocupação atingiu 12 pontos percentuais, baixou de 64% para 52% e em Março desceu de 37% para 28%.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E no mês de Agosto?

O Orador: Em Janeiro a taxa de ocupação ficou abaixo dos 20%, o que já não acontecia nos Açores há muitos anos.

Nos Estabelecimentos em Espaço Rural, de Janeiro a Setembro, a taxa média de ocupação baixou de 21% para 18%. Mas em Julho assistiu-se a uma quebra brutal, passando dos 44% em 2002 para 29% este ano.

Esta situação está naturalmente preocupando muitos investidores do Turismo Rural.

Responder-me-ão, que se trata de uma crise conjuntural que resulta dum rápido crescimento da oferta não acompanhado por idêntica evolução da procura. É verdade. Mas não é por isso que deixa de ser uma evolução negativa.

De resto, o indicador da “Apreciação da actividade passada” apresenta uma evolução negativa, de acordo com os dados divulgados em Setembro e respeitantes a Abril, intensificando-se o perfil descendente dos últimos meses sobre o volume de vendas na Região.

É um indicador que se deve ter em conta e que não é nada animador, Sr. Secretário, embora muito pouco divulgado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ao nível macro-económico o Governo Regional tem evidenciado que o PIB dos Açores, em 1999 e 2000, cresceu a taxas superiores à média nacional, assegurando a convergência real nestes dois anos. Esquecem o facto de em 1997 os Açores terem passado por um crescimento zero, enquanto o país cresceu 4% e a Madeira 7,3%.

Em 1998 os Açores só cresceram 3,3%, enquanto o país cresceu 4,6% e a Madeira 8%.

Aliás, em 2000, apesar do PIB dos Açores ter crescido 5,2%, para uma média do país de 3,4%, a Madeira cresceu 11,4%, mais do dobro dos Açores.

Como se verifica pelo vasto conjunto de indicadores que acabei de apresentar a verdadeira situação económica e social dos Açores nada tem a ver com o quadro manipulado de progresso que o Governo Regional e o PS dizem estar a imprimir aos Açores.

Há que mudar de políticas e de intérpretes e há, sobretudo, que ter maior respeito pelos açorianos, que não se vão iludir com a falsa propaganda deste debilitado e esgotado Governo Regional do PS.

Vozes das bancadas do PSD e do PP: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Srs. Deputados, chegámos à hora regimental e por isso vou dar por encerrado o debate por hoje.

Recomeçaremos amanhã pelas 10,00 horas, com a inscrição para pedidos de esclarecimentos em relação a esta intervenção.

Entretanto, agradecia que anotassem os tempos ainda disponíveis.

PS – 3 horas e 27 minutos



PSD – 2 horas e 19 minutos

PP – 21 minutos

PCP – 35 minutos

Governo - 3 horas

Muito boa noite e até amanhã.

(Eram 20 horas e 15 minutos)

Diário da Sessão n.º 091 de 10/12/03

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a continuação do debate das Propostas de Decreto Legislativo Regional relativas ao “Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2004”.

Como se recordam, ontem, quando terminámos os nossos trabalhos, estávamos na fase de pedidos de esclarecimento.

Para esse efeito estava inscrito o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, ao qual dou a palavra.

Deputado Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, no fim da tarde, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro brindou-nos com aquilo que eu poderia apelar, numa versão PP/Açores, de discurso da tanga e que agora está transformado no discurso da crise.

O Sr. Deputado, indisfarçavelmente, deixou patente que nós teríamos uma crise nos Açores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

À falta de argumentos consistentes, tentou mistificar os dados e os números. Quando as coisas registam algum abrandamento, a culpa é do Governo Regional, quando apresentam melhorias os méritos são da conjuntura, mas não vou desenvolver este assunto, porque penso que os dados são evidentes.

O Sr. Deputado citou dados que são oficiais, relativos às dormidas por ilha na hotelaria tradicional. A hotelaria tradicional não é toda a hotelaria disponível, naturalmente.

De qualquer modo, gostaria de esclarecer que, independentemente desses dados, há um dado que é importante reter relativamente ao que são os fluxos de passageiros.

Naquilo que respeita à Ilha das Flores, em concreto, até final de Outubro de 2003, comparativamente com o período homólogo do ano anterior, no aeroporto registou-se um acréscimo de movimento de 5%. Ou seja, entre passageiros entrados e saídos, registaram-se 28.786 contra 27.427.

Isto quer dizer que houve um aumento de 5% de passageiros e um aumento de tráfego, de voos regulares para as Flores, de 15,1%.

As pessoas poderão ou não ter utilizado a hotelaria tradicional. Poderá ser um outro tipo de turismo.

Nós sabemos que a recessão que se vive a nível nacional, considerando que uma grande percentagem dos turistas que demanda os Açores é nacional, fez com que os turistas continentais procurem menos os Açores.

Os Açores foram compensados com turistas de outras paragens.

De qualquer modo importa salientar que a demanda da Ilha das Flores este ano, aumentou em 5%.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Antes de continuar, informo que hoje estamos muito bem acompanhados por 66 alunos e 4 professores da Escola Básica e Jardim de Infância da Cônsul Dabney.

Eu pedia um aplauso para aquela moldura que está no público.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Espero que gostem para que amanhã possam sentar-se no nosso lugar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que o Sr. Deputado Herberto Rosa, apesar do que disse, percebeu claramente a intervenção que fiz e, sobretudo, percebeu a mensagem e a desmontagem que a minha intervenção fez daquilo que tem sido o discurso oficial e a base da propaganda política do Governo Regional dos Açores.

Aliás, ele próprio, nas palavras que utilizou, também fez essa desmontagem quando referiu que a crise que afecta o país, tem que se fazer incidir na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, a Região Autónoma dos Açores sofre, naturalmente, as consequências da situação económica e social que se vive no todo nacional e não era fácil a situação ser diferente, ainda por cima numa Região com as características da nossa.

Portanto, na própria base da questão levantada, já está parte da resposta. A diferença é que o Sr. Deputado fez um discurso tentando encontrar a explicação real para o que acontece, coisa que o Governo não faz. O Governo faz o contrário tal como o Partido Socialista e os seus dirigentes



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

regionais. Ocultam a situação e tentam fazer crer que o Governo controla tudo o que se passa nos Açores e que é graças à sua política que as coisas correm bem. Quando as coisas não correm bem tenta esconder e quando não pode esconder admite que a culpa é do resto do país.

Preocupa-me imenso que o Sr. Deputado, eleito pela ilha das Flores, citando os exemplos daquela ilha, subestime uma situação que é muito grave, tendo em conta a sua pequena dimensão, a sua fragilidade e partindo do princípio que a Ilha das Flores tem uma justa pretensão, isso é, ter algum lugar, com peso relativo, no contexto do turismo dos Açores.

É nessa medida que se situa o facto de durante este ano já se verificar uma quebra de 3 mil dormidas na pequena e modesta hotelaria da Ilha das Flores. Eu penso que perder mais de 3 mil dormidas na ilha da Flores é preocupante para os florentinos e para qualquer açoriano.

Embora no turismo de espaço rural tenha havido um crescimento que percentualmente é significativo, ele corresponde apenas a 260 dormidas, dado que a base de incidência é mínima no turismo rural na Ilha das Flores. Portanto, ganhar 260 dormidas no turismo rural e perder 3 mil na hotelaria tradicional, é dramático para qualquer empresário da ilha.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino estranhando a insensibilidade do Sr. Deputado para uma questão concreta da sua ilha. Esperava, sobretudo, que o senhor aproveitasse esse momento para apelar ao Governo Regional no sentido de apresentar um conjunto de medidas, incluindo a questão dos transportes aéreos, portanto, para o Governo ter em conta as justas e velhas reivindicações da hotelaria e do conjunto do sector turístico na Ilha das Flores. Infelizmente, não vi isso. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.



Deputado Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Tenho que voltar a este assunto, por duas razões:

Primeiro aspecto:

Concordo absolutamente com o que disse. Nós não podemos ficar imunes da crise nacional, mas há uma grande diferença entre o que se passa nos Açores e o que se passa a nível nacional.

Essa diferença deve-se ao conjunto de políticas adoptadas pelo Governo Regional do PS, dentro daquilo que é o seu espaço de manobra, porque estamos inseridos num todo. A política autonómica e autonomista do Governo Regional dos Açores tem permitido marcar a diferença.

Se em alguns sectores há algum abrandamento que é inevitável, face àquilo a que a governação da República conduziu o país nos últimos dois anos, não é menos verdade que tem sido a política diferenciada e autonomista do Governo Regional do PS que tem permitido que nos Açores não haja sinais de recessão, ao contrário do que se passa a nível da República.

Segundo aspecto:

Obviamente que a hotelaria tradicional da Ilha das Flores ressentiu-se. Ressentiu-se, nomeadamente, da política catastrófica que está a ser conduzida a nível nacional.

Se os portugueses não têm dinheiro para o essencial (qualquer dia nem para comprar pão vão ter), muito menos terão para fazer férias e turismo.

Temos que ver os fluxos turísticos aonde é que se destinam. O turista continental tradicional procura a hotelaria convencional.

O que eu disse e repito é que tirando esse factor que é importante e que este ano conjunturalmente é complicado (e provavelmente vai ser no próximo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

ano, porque a economia nacional não dá sinais de retoma, ao contrário da propaganda e ao contrário da tanga 2, porque houve a tanga 1 e agora há a tanga 2 que é de uma retoma que ninguém vê em sítio nenhum), o que é um facto, é que as políticas de desenvolvimento turístico, que são inquestionáveis e que estão a ser desenvolvidas na Região, fizeram com que houvesse um afluxo de passageiros para as Flores de 5%, até 31 de Outubro deste ano.

Portanto, foram mais turistas às Flores. O que houve foi menos turistas clássicos continentais a procurar aquela ilha.

Há um sector do turismo das Flores que se está a sentir neste momento. No entanto, o fluxo aumentou. Foi isso que eu disse, é isso que eu repito e tenho os números à minha frente para prová-lo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Eu não posso fazer com o tempo do PP aquilo que o PS faz com o dinheiro dos açorianos.

Seja como for, achei graça à interpretação do Sr. Deputado, na medida em que ele próprio indicia que os turistas nacionais são mais selectivos. Portanto, têm dinheiro para ir para a Terceira, mas não têm dinheiro para ir para as Flores. (*)

Muito obrigado.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota para uma intervenção.



Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a debater o Plano e o Orçamento para 2004 que é o último da presente legislatura.

No que respeita ao Orçamento globalmente considerado a presente proposta tem as mesmas características fundamentais das anteriores dos últimos 3 anos, sendo de salientar entretanto o esforço feito para conseguir aumentar a receita possível de inscrever.

No que respeita ao Plano, tendo como referências, quer a reprogramação do Plano Médio Prazo feita há um ano quer a prática governativa concreta, verifica-se ser absolutamente claro que o Governo pretendeu apresentar esta proposta como se fosse a cereja que se coloca no bolo, só que, raciocinando pelos quatros anos da legislatura, verifica-se que o bolo afinal não será de grande qualidade!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para analisarmos e definirmos posição sobre as presentes propostas torna-se necessário, antes de mais, ponderarmos sobre a realidade económica em que nos movemos.

E a este respeito temos que ser todos muitos claros. Para além do investimento anualmente executado; para além daquilo que é realmente investimento com efeito reprodutivo e daquilo que é classificado como tal sem realmente o ser; para além do muito proclamado crescimento do investimento privado, que é na verdade mais pequeno do que parece; para além das programações sempre muito recheadas de verbas com muitos dígitos; para além de tudo isso, a verdade é que a nossa pequena economia regional tem sentido, de há muitos anos a esta parte, incluindo nos últimos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sete anos, uma enorme dificuldade em convergir, ou seja em crescer num ritmo maior do que o dos espaços económicos envolventes.

É por isso que não faz sentido o discurso político desenquadrado desta enorme dificuldade que se tem sentido e que resulta essencialmente da situação de bloqueamento em que se encontra a economia produtiva.

Diria mesmo que há, investimento – quase todo público com várias origens – do qual ainda se não tirou verdadeiro proveito económico pelo facto dos principais sectores produtivos estarem bloqueados.

Como não faz igualmente sentido o discurso da eventual superioridade da política económica regional face à crise nacional uma vez que não só não é rigoroso do ponto de vista económico, como principalmente é profundamente distorcido no plano político.

De facto, todos sabemos que o nosso País está a viver uma acentuada crise económica e social motivada pela política de terra queimada feita pelo Governo PSD/PP e que transformou as dificuldades financeiras públicas de 2001 e 2002 numa verdadeira crise económica. No que respeita às consequências da diminuição do poder de compra e da diminuição do investimento, não resta qualquer dúvida que elas, as directas e as indirectas, estão a chegar a esta Região Autónoma.

É, pois, este o quadro em que nos movemos, no qual as consequências da política da direita nacional se fazem sentir e no qual são bem claras as insuficiências de medidas específicas de há muitos anos a esta parte, incluindo os últimos sete anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A incapacidade demonstrada, perante a União Europeia, pelo País e pela Região, em anos e governos sucessivos, em criar um quadro favorável à existência de uma produção de leite compatível com a capacidade



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

produtiva existente; a incapacidade regional também prolongada no tempo em adequar o subsector da carne às exigências de hoje; a incapacidade nacional em defender os mares ocidentais; tudo isto são problemas e situações que levam a que não se consiga aproveitar de forma segura as nossas potencialidades.

Todas estas situações se têm agravado nos últimos tempos sendo de realçar a postura fechada e irracional recentemente assumida, em declarações, pelo Primeiro-Ministro em relação à questão do leite.

Estamos profundamente convictos de que o nosso atraso relativo só será superado, melhor dizendo, só poderá ser superado, só poderá vencer a distância a que nos encontramos, se conseguirmos somar àquilo que produzimos muito e bem (leite, queijo, lacticínios, carne verde, conservas de peixe, peixe fresco, alguma fruta de qualidade e alguma floricultura de qualidade) outros produtos e outros sectores, nomeadamente o turístico, que se afirmem e consolidem.

O presente Governo, embora sem o afirmar explicitamente, teve sempre a tentação de considerar que o crescimento de novos sectores económicos, implica o enfraquecimento dos actuais e esse é um erro imperdoável que tem levado à estagnação.

O Governo Regional “orgulha-se” da taxa de desemprego ser baixa, mas nada refere sobre o enorme crescimento da precariedade do trabalho, nem sobre o facto da taxa de actividade ser a mais baixa do País.

É também na nossa Região que o nível médio de formação profissional ministrada é mais baixo e é também aqui, como muito bem sabemos, que os trabalhadores por conta de outrem ganham, em média, menos 10% do que no resto do País.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Que fez o Governo Regional, nestes anos para resolver estes problemas? Melhor dizendo, que fez o Governo do PS de diferente em relação aos Governos do PSD para resolver estas questões essenciais para os trabalhadores açorianos? A esta pergunta temos que responder que nunca foram, por iniciativa do Governo, procurados os caminhos adequados.

Como é que o actual Governo tem gerido a saúde?

A esta questão temos que responder que durante anos não houve política de saúde, apenas gestão corrente e que agora a principal medida tomada foi a constituição da Saudaçores, sociedade anónima de capitais públicos que visa ser, de imediato, um instrumento contractor de dívidas.

Como tem encarado o Governo as dificuldades, financeiras públicas? Criando sociedades anónimas de capitais públicos que possam ir à banca contrair dívidas.

Como tem o Governo gerido o Orçamento? Diminuindo os meios essenciais ao desenvolvimento das políticas sociais básicas e aumentando fortemente as transferências directas para sectores privados.

Como tem o Governo gerido a educação? De forma assustadoramente fechada, economicista e conflitual.

Como tem o Governo gerido a cultura? De forma progressivamente centralizada e afastada das realidades.

Como tem o Governo desenvolvido as políticas para a Juventude? De forma autoritária, paternalista e centralizada.

Como tem o Governo encarado o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas? De forma absurda, marginalizando os mais pequenos e penalizando assim a unidade regional. Exemplos dessa situação são a recusa em levar o cabo submarino de fibra óptica ao Grupo Ocidental e o estado calamitoso a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que chegou a rede regional de estradas nalgumas ilhas, nomeadamente o Faial e Flores.

Muitos exemplos mais poderia dar, mas os referidos são suficientes para demonstrar quer as más políticas do Governo, quer o carácter perverso das maiorias absolutas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na chamada Reestruturação do Sector Público Empresarial da Região está prevista a privatização da EDA, SA.

Sem que se conheçam todos os pormenores, sabe-se no entanto que o Governo Regional prevê realizar 40 milhões de euros com essa alienação, valor esse fundamental para atribuir à presente proposta de Plano a designação de “maior de sempre”.

Queria aqui, com toda a clareza, dizer que o Grupo Parlamentar do PCP não só não concorda com a privatização da EDA, SA, como considera mesmo que tal opção é um erro grave face ao futuro da Região.

A natureza insular da Região, a distância a que estamos, a necessidade de haver múltiplos centros de produção de energia, a necessidade de se aproveitarem bem as energias alternativas, a obrigação pública de garantir patamares adequados de energia em todas as ilhas, aconselha, a que nesta Região, exista o controlo público da empresa produtora e distribuidora. A simples aplicação mecânica e dogmática das teses ultra-liberais da privatização contraria, em elevado grau, as especificidades e particularidades regionais.

A privatização da EDA vai certamente transferir o controle da produção e distribuição de energia eléctrica para longe da Região, para centros de decisão muito afastados das nossas especificidades e não haverá certamente contrato de prestação de serviço público que, para além de assegurar a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

rentabilidade do privado, consiga assegurar um efectivo controlo da situação.

A necessária construção de um modelo de desenvolvimento adequado à insularidade distante, um modelo onde certamente a economia privada tem que ter o maior espaço, não passa, de nenhum modo, pela alienação pelo sector público regional de dois ou três instrumentos de controle e equilíbrio.

Não podemos, ao mesmo tempo, proclamar a necessidade de comportamentos específicos e desfazermo-nos dos meios de actuação próprios.

Não podemos passar a vida a queixar-nos dos centralistas do País, dos eurocratas da União Europeia, do impacto das decisões económicas tomadas pelos decisores que não olham para o mapa e que portanto não vêm estas e outras ilhas e sermos nós próprios, por iniciativa fundada na aceitação mecânica de premissas ideológicas, a abrir mão dos mecanismos necessários à correcção das diferenças concretas que existem.

A privatização apressada da EDA ficará, na nossa opinião, na História da Região como um dos maiores erros deste Governo Regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No tempo que dispomos neste debate iremos registar as nossas opiniões sobre diversas matérias.

É, entretanto, necessário sublinhar desde já que os documentos propostos, reflexo de políticas insuficientes umas e erradas outras não podem merecer a nossa concordância.

É mesmo necessário dizer que o esforço feito por este Grupo Parlamentar, especialmente nos primeiro e segundo Planos desta Legislatura, em dialogar com o Governo no sentido de contribuir para certos equilíbrios não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

teve, da parte do Governo o seguimento que deve resultar da livre aceitação de acordos e compromissos.

Tudo isto nos leva a pensar ser absolutamente indispensável, para que a região possa de facto evoluir em termos económicos e sociais, e abrirem-se outros e novos caminhos que não exista no futuro próximo qualquer maioria absoluta – nem a maioria absoluta que levaria à instalação na Região de um Governo Delegado do Governo Durão-Portas, nem a maioria absoluta que permitisse a continuação pura e simples da política regional actual.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições na sequência desta intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado José Decq Mota e aproveitava também para saudar a sua intervenção, a qual trouxe ideias ao debate, face ao enorme vazio que outras representações políticas aqui nos trouxeram.

A minha pergunta é muito concreta:

O Sr. Deputado apresentou aqui uma tese – não é nova, eu já a vi apresentar recentemente – de que a Região tem dificuldades em termos de convergência económica, porque os sectores económicos estão bloqueados e deu exemplos.

Como nós sabemos, a convergência económica não é um movimento de curto prazo, é um movimento, normalmente em sociedades e em economias, de longo prazo. Portanto, não pode ser analisado em dois, três, quatro ou cinco anos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para sermos honestos, terá de ser analisada no conjunto da experiência da nossa vida autonómica, que é aquela em que nós temos as mãos nos lemes da política.

Será que esta explicação também se aplica aos primeiros 15, 16, 17 e 18 anos de autonomia? (*)

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Decq Mota trouxe-nos aqui uma intervenção afastada e com diferenças substanciais em relação ao perfil do debate que se tem traçado.

Inicialmente fez um elogio à forma como o Governo Regional tem procurado manter o recurso a receitas extraordinárias.

Percebemos que a sua intervenção ia noutra linha, numa linha mais substancial, mais de matéria.

Depois, veio criticar a privatização da EDA e outras medidas tomadas pelo Governo Regional.

Pensei, como disse ontem, que me tinha enganado na porta e que não estava a continuar a ouvir falar quem tinha começado o discurso.

O Sr. Deputado José Decq Mota não concorda que a Região Autónoma dos Açores tem conseguido contrariar, em muitos aspectos, o clima de recessão efectiva, declarado por independentes e pela sociedade em geral, que se vive ao nível do Continente?

Não concorda que ao nível do turismo nós temos tido uma política efectiva e interventiva nesta matéria, apesar de em determinados meses,



cirurgicamente escolhidos, haver uma descida na taxa de dormidas, de haver indicadores em determinados trimestres que são menos positivos?

Focou a questão da educação. Acredita mesmo que, em matéria de educação, nós temos o mesmo cenário que tínhamos em 96?

Acha que não houve nenhuma diferença encetada por este Governo Regional?

Era estes os esclarecimentos que lhe queria pedir, porque focou áreas em que houve – e é da opinião geral açoriana – mudanças muito significativas. Na área da educação elas são tão significativas que até o Governo da República adopta a maior parte delas.

Como é que é possível traçar-se este quadro negro de completo vazio da acção governativa?

Concorda mesmo com o que disse ou estava a fazer o discurso habitual no debate do Plano e Orçamento e por isso teve que dizer essas coisas?

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Eu disponho de muito pouco tempo, por isso muito sucintamente gostaria de fazer duas ou três considerações.

Em primeiro lugar, queria agradecer as intervenções do Sr. Deputado e da Sra. Secretária e registar duas posturas em relação à minha intervenção.

O Sr. Deputado Fernando Lopes agradeceu e cumprimentou-me pelas ideias que lancei no debate. Por sua vez a Sra. Secretária Regional tentou demonstrar que eu não tinha lançado ideias. Eu não posso deixar de fazer este registo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A ideia que eu tenho é que lancei ideias no debate. São as ideias do Grupo Parlamentar do PCP e do PCP/Açores. Estas ideias, como o Sr. Deputado Fernando Lopes disse, não são novas. São teses por nós defendidas que balizam a nossa intervenção na acção política regional e que marcam a diferença em relação a outros interventores, uns que estão no poder e outros que estão na oposição.

Não vim aqui ocupar nem o vosso, nem nosso tempo. Vim defender os pontos de vista do meu partido.

Recuso, Sra. Secretária Regional, que tenha feito uma intervenção catastrófica e uma análise negra.

Em relação à educação, o que eu disse concretamente, o que reafirmo e o que sublinho, é que o Governo tem gerido a educação de forma assustadoramente fechada, economicista e conflitual.

Não fiz nenhuma comparação em relação ao antecedente, não fiz nenhuma afirmação no sentido de que não há nada diferente. Há coisas diferentes, algumas por decisão do Governo, outras por determinação nacional. Por exemplo, hoje há mais professores do que havia há muitos anos, porque há mais professores no país do que não havia.

Portanto, não fiz nenhuma posição valorativa ou comparativa.

Em relação à parte inicial da intervenção, eu faço referência, porque intervenho com rigor, ao esforço feito para aumentar a receita. Não faço nenhum elogio sobre a natureza desse esforço, nem o classifico.

Se ler globalmente a minha intervenção, vai ver, por exemplo, que não concordo com os 8 milhões de contos que constam como receita relativamente à reprivatização da EDA. É uma constatação que faço no abrir da intervenção.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em relação à pergunta concreta que o Sr. Deputado Fernando Lopes colocou, eu penso que o facto de não se ter conseguido somar àquilo que somos capazes, em termos económicos, outros sectores, é um problema muito antigo e vem desde o início da vida regional. É evidente que tem conjunturas diferentes.

Eu recordo-me, por exemplo, que em 84, o PSD fez a sua campanha eleitoral dizendo que a fase das infra-estruturas tinha acabado e que ia avançar para a fase do desenvolvimento. Não só as infra-estruturas não tinham acabado, como não conseguiu dar nenhum passo na perspectiva do desenvolvimento.

Este é um problema muito antigo, é um problema para o qual nós – nós, Região Autónoma dos Açores e Portugal – não conseguimos encontrar solução.

Gostava de dizer que a análise que nós fazemos é que só conseguiremos quando somarmos àquilo que podemos e sabemos fazer, outras coisas que hoje não fazemos.

Quando conseguirmos isso no plano político, então aí vamos conseguir alguma convergência. Até lá não conseguiremos.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sr. Deputado Decq Mota, pela resposta franca que me deu em relação à questão da convergência.

Pelo que eu percebi, recolocou o problema não num período de conjuntura nos últimos anos, mas em todo o período que percorreu este período autonómico, com diferenças e com respostas políticas acentuadas, para no



fim tirar a conclusão de que só se ultrapassa este problema da convergência se somarmos novos dinamismos e novas actividades económicas àquelas que já existem.

Se olharmos para as estatísticas das diferentes regiões do país, no que respeita à convergência medida pelo Produto Interno Bruto, nós vemos que há duas regiões que conseguiram ter um esforço de convergência positivo e, inclusive, conseguiram ultrapassar a média do país. Essas duas regiões foram a Madeira e o Algarve.

Quem conhece a economia do país também sabe que essas duas regiões, para além da região da grande Lisboa, são os grandes motores de turismo deste país.

Pergunto: considera que a orientação estratégica seguida pelo Partido Socialista de reforçar os instrumentos de política no sector do turismo está errada neste enquadramento?

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Apenas posso gastar um minuto, mas noutra oportunidade conversaremos sobre isso.

É evidente que o sector turístico tem uma fundamental importância para que se consiga exactamente fazer esta soma de parcelas.

Em relação aos instrumentos e às opções que têm sido utilizados, faço duas observações:

Primeira: acho que houve insuficiente discussão política e social sobre as opções tomadas;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Segunda: acho que várias das opções tomadas foram feitas com algum aventureirismo, sem saber bem o efeito delas.

Portanto, numa altura oportuna explanarei melhor essa ideia. Neste momento, não posso gastar mais tempo.

Agradeço ao Sr. Deputado a questão colocada.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como ficou visível no meu anterior pedido de esclarecimento, há um dado importante e que eu salientei, ou seja, as regiões que convergiram turisticamente foram a Madeira e o Algarve. No caso da Madeira temos um factor extra, que é o factor da Zona Franca, como bem tem apontado o Governo Regional e o Dr. Alberto João Jardim.

Gostaria de prestar apenas mais um esclarecimento.

Neste âmbito, o Governo Regional e o Partido Socialista têm se antecipado, de forma correcta e com grande previsão, às orientações económicas que hoje em dia se desenham no país, nomeadamente àquelas apontadas pelo nosso Primeiro-Ministro Durão Barroso. Em estudo recente e apontando perspectivas para 2010, disse que o sector motor da economia será o do turismo.

Era este contributo que queria aqui trazer para o enquadramento das questões que aqui levantou sobre a convergência económica e sobre a correcção ou não correcção da política económica defendida pelo PS.

Muito obrigado. (*)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta intervenção, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cumpre-me apresentar parte do Plano e Orçamento da Região afecto à Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Eu começaria por apresentar o enquadramento global desta matéria no contexto do conjunto da Secretaria.

Em termos de objectivos, a despesa global prevista para o ano 2004 corresponde a 222,8 milhões de euros para o sector da educação, 25,4 milhões para as áreas da cultura e do desporto e 23 milhões para as áreas do Fomento do Emprego e do Trabalho.

Esta despesa desagrega-se, em termos da despesa corrente, em cerca de 191,7 milhões exclusivamente para o sector da educação. Se nós considerarmos como estimativa do Produto Interno Bruto da nossa Região 2.100 milhões de euros, dá um investimento de 9,1% do PIB em educação.

Este investimento é o mais alto da Europa se nós compararmos em termos de investimentos nacionais e será certamente um dos mais altos, se não o mais alto, em termos de investimento na educação, isto num contexto em que nos últimos 8 anos o número de alunos nos Açores decresceu cerca de 7.500, enquanto que o número de docentes aumentou cerca de 200 e o investimento global no sector educativo quase duplicou.

Em relação a outras áreas que são da responsabilidade da Secretaria, em termos globais e em termos da despesa corrente temos:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

- 750 mil euros investidos na área afectada ao gabinete do secretário, que inclui o Gabinete da Zona Classificada e toda a área administrativa da Secretaria;
- 7,29 milhões para a Direcção Regional da Cultura, em que cerca de 70% desta verba se destina ao funcionamento dos museus e bibliotecas da rede pública;
- 7,2 milhões na área da Educação Física e Desporto, onde predomina largamente a despesa com o funcionamento dos parques desportivos regionais;
- 3,8 milhões para a Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional, incluindo aqui o funcionamento das Agências para a Qualificação e Emprego;
- 1,6 milhões para a Inspeção Regional do Trabalho;
- e 577 mil para a Inspeção Regional da Educação.

Para além desta despesa corrente, o investimento do Plano afecto à Secretaria Regional da Educação e Cultura é de 33,8 milhões de euros.

Para além deste investimento, existem ainda os Fundos e Serviços Autónomos afectos à Secretaria que têm uma despesa global prevista de 42,6 milhões. Destes, 1,1 estão afectos à área da cultura, investimento essencialmente destinado às actividades culturais feitas por agentes não governamentais, 4,5 correspondem ao orçamento do Fundo Regional do Desporto, todo ele dedicado ao apoio à actividade desportiva e 9,1 ao Fundo Regional do Emprego. A 9,1 milhões há que acrescentar 14 milhões provenientes do Fundo Social Europeu e 2,1 milhões da Segurança Social. Esta verba é investida essencialmente na área da formação profissional.

Temos ainda 9 milhões que correspondem ao funcionamento da Escola Profissional das Capelas e 18,9 milhões ao funcionamento do conjunto dos



Fundos Escolares das Escolas. Estes fundos, para além de suportarem todo o funcionamento da acção social escolar, também suportam as pequenas e médias intervenções nas escolas, a aquisição de equipamentos e materiais para o seu funcionamento, sendo um dos factores essenciais no funcionamento do sistema educativo.

Passando agora à análise do investimento na área do Plano, o projecto 17 – Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais, prevê um investimento de 19,7 milhões de euros, que se destina a continuar o investimento na melhoria do nosso parque escolar. É preciso não esquecer que nos últimos anos foram concluídas as escolas dos Ginetes, do Topo, de Santa Maria e das Flores e que a nossa Região já conseguiu colmatar uma boa parte das suas falhas, em termos de cobertura da rede escolar, estando neste momento a iniciar um novo ciclo de investimento.

Pretendemos iniciar investimentos em São Carlos, na Horta, na Roberto Ivens, ou seja, nos principais pólos urbanos, depois de termos feito um investimento fundamental nas zonas rurais, que teve a ver com a extinção da telescola, matéria em que a Região foi pioneira. Também se resolveu o problema dos transportes que levavam muitas das nossas crianças e jovens a gastar duas e três horas por dia, em termos de transportes escolares.

Hoje, a rede escolar não é perfeita, mas não tem comparação com aquela que nós tínhamos em 1996, nem em termos de cobertura, nem em termos de qualidade de instalações.

Hoje, os Açores orgulham-se de ter algumas das melhores instalações escolares do país e são obra deste Governo.

Para além dessas obras novas que vamos iniciar, estão em curso grandes intervenções – intervenções que correspondem praticamente à construção



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de novas escolas – na Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, na Escola de Santa Cruz da Graciosa e no Nordeste.

Para além disso, existem cerca de 40 pequenas e médias intervenções que estão a decorrer, quer em colaboração com as autarquias, quer em colaboração com as próprias escolas, obras geridas directamente pelas escolas.

Outro projecto que está voltado para o investimento na educação e voltado para a melhoria da qualidade da nossa rede escolar, é o projecto de desenvolvimento do sistema educativo. Nós estamos a planear um investimento de 1,8 milhões de contos, essencialmente voltados para o equipamento das escolas, com particular destaque para as tecnologias de informação e comunicação, para o projecto Internet nas escolas e para a formação do pessoal docente e não docente das escolas.

No que diz respeito à Juventude e Emprego, projecto 19, há um investimento previsto de 1,6 milhões de contos voltado para a formação profissional e para a mobilidade juvenil, para além do apoio a todas as actividades de organizações juvenis, mas aqui com particular enfoque no alargamento do funcionamento do Cartão Intermar que teve um enorme êxito este ano e que no próximo ano contamos alargar a outras modalidades de transporte e a outras valências.

No que diz respeito ao Património e Actividade Cultural, Projecto 25, o investimento previsto é de 4,8 milhões de euros. Cerca de 80% desta verba vai para o apoio às actividades culturais feitas, na sua totalidade, por entidades não governamentais. O restante, destinado a investimento governamental, está focado essencialmente na conclusão da Igreja dos Jesuítas, em Ponta Delgada, na Igreja do Senhor dos Passos, na Ribeira Grande, no início das obras da segunda fase da Biblioteca Pública da Horta



e num conjunto de melhoramentos e de investimentos que têm que ser feitos em instalações propriedade da Região.

A área da Actividade Cultural terá um investimento de 1,67 milhões de euros executados integralmente por entidades não governamentais.

Na área do Desporto – Programa 26, o investimento previsto é de 4,6 milhões, dos quais mais de 80% se destinam ao apoio de entidades de associativismo desportivo.

Em termos de investimento, o maior investimento será feito no arrelvamento sintético de um campo na Ribeira Grande e na manutenção e melhoria dos parques desportivos da Terceira e do Faial.

Para além destes investimentos que são feitos directamente pela Secretaria, existe ainda uma parte do Programa 33, relacionado com o apoio à recuperação dos danos provocados por Calamidades, que é também executado pela Secretaria da Educação e Cultura. O investimento previsto é de 1,2 milhões dos quais 997 mil e 600 euros se destinam ao pagamento de um protocolo que foi assinado com a Diocese de Angra para a recuperação de infra-estruturas religiosas danificadas pelo sismo de 1998 e o restante para a recuperação de algumas escolas de propriedade municipal (uma no Faial, outra no Pico) que será feita em colaboração com os respectivos municípios.

Em conclusão, posso dizer que o investimento global da Secretaria Regional da Educação é, neste ano, o maior de sempre e coloca a educação acima de qualquer outro objectivo, com um investimento de 9,1% do PIB em despesa corrente.

Isto é uma demonstração clara de que o Governo Regional continua a investir na formação dos mais jovens, continua a investir no desenvolvimento cultural e desportivo dos Açores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Este enorme investimento que está a ser feito, começa a produzir os seus resultados.

Se hoje formos comparar aquilo que é a realidade do nosso sistema educativo com aquela que era em 1996, as semelhanças são poucas.

Basta lembrar, por exemplo, a situação de escolas como a de Santa Maria que em 1996 estava num estado caótico e de quase ruína, como a de Francisco Ornelas da Câmara, que durante anos e anos foram anunciadas obras que nunca chegaram a ser feitas e áreas que continuavam a ser cobertas pela telescola como os Ginetes ou a Maia, onde não havia qualquer intenção de investir em termos de construção de novas infra-estruturas escolares. Hoje, essas áreas estão cobertas por escolas de grande qualidade.

O investimento foi enorme. Hoje, as nossas escolas não se comparam com aquilo que eram nessa altura.

O mesmo pode dizer-se em termos do seu funcionamento. Hoje, os Açores, tem escolas que gozam de ampla autonomia, têm fundos escolares que nesta altura são extremamente vultuosos, com quase 19 milhões de euros a serem investidos directamente pelas escolas, isto partindo de um ponto em que nem sequer o Decreto de 83, que criava o regime de autonomia experimental nas escolas do Continente, nem o de 87 que o alargou, tinham sido aplicados na Região.

Essa é a realidade e foi esse o nosso ponto de partida.

Hoje, os Açores, orgulham-se de ter um dos melhores sistemas educativos do país, senão o melhor.

Basta pensarmos que somos a única Região do país em que todas as nossas escolas têm nos seus quadros, pelo menos, um psicólogo; nós somos a única Região do país em que as nossas escolas são responsáveis



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

integralmente pelas suas infra-estruturas; somos a única Região do país em que o funcionamento das nossas escolas se pauta pela busca constante de um melhor serviço aos alunos, sem constrangimentos artificiais impostos a partir da tutela e sem regras de congelamento como aquelas que nós agora assistimos no resto do país.

Hoje, o nosso sistema educativo é um dos melhores. Os resultados começam a aparecer e estou seguro de que este investimento que estamos a fazer, daqui por 10 anos, vai colocar os Açores na frente, em termos de qualificação das pessoas.

Também gostaria, aproveitando esta passagem pela tribuna, de vos dizer que algumas das afirmações que constantemente são repetidas, como por exemplo, os Açores têm a mais baixa taxa de actividade do país, ou que os Açores tem uma das mais baixas taxas de actividade da Europa, são afirmações que, apesar de muitas vezes repetidas, não as transforma em afirmações verdadeiras.

Basta nós olharmos para os números e vamos perceber que nós temos uma das mais baixas taxas de inactividade no que diz respeito à população activa de toda a União Europeia. Temos valores de actividade que são semelhantes aos Estados Unidos e ao Canadá e que são superiores à generalidade dos países da Europa.

Nós temos (felizmente que temos, porque é um grande recurso para o futuro) uma taxa de população jovem superior àquilo que acontece em muitos outros países.

Por isso, quando se fazem contas sem pensar, quando se pensa que também os bebés devem trabalhar e se faz esse tipo de contabilidade, aparecem taxas que não fazem qualquer sentido.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É bom que percebamos isso e é bom que se abandonem certos discursos, porque não é por se dizer muita vez uma mentira, que ela passa a ser verdade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Não irei questionar sobre a área da educação, embora lhe pudesse endereçar os meus parabéns pela acção reformadora que tem vindo a ter, prosseguida de forma algumas vezes titubeante, mas bem intencionada pelo Governo da República do Primeiro-Ministro Durão Barroso, pelo Ministro David Justino e também compreendida na Região por muitas pessoas próximas dessas áreas.

A questão que lhe queria colocar diz respeito concretamente à área da cultura.

Como o Sr. Secretário provavelmente se recorda, os Deputados do Partido Socialista, por São Miguel, têm inscrito nos seus compromissos eleitorais um que eu considero importante para São Miguel e para o futuro da Região, que é o Centro de Arte Moderna dos Açores.

Estamos no fim do mandato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Pelo que eu presumo, esse compromisso de construção da estrutura não será cumprido, porque não há tempo útil para o cumprir.

Tive conhecimento que o Sr. Secretário nomeou pessoas para coordenarem um programa que se chama Arte Contemporânea nos Açores.

Eu pedia ao Sr. Secretário que esclarecesse, em plenário, quais são os objectivos desse programa e como é que os pretende atingir.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projecto Arte Contemporânea nos Açores, está inscrito na proposta de Plano para o próximo ano com uma verba de 150 mil euros. Temos como objectivo iniciar a constituição de um acervo de arte contemporânea que nos permita, por um lado, dispormos desse acervo, enquanto património que pode ser rodado em termos de exposições pela Região e, por outro lado, criar em Ponta Delgada, utilizando instalações que neste momento estão em obras, um centro de arte moderna onde, para além de uma colecção residente, seja possível fazer passar um conjunto de exposições.

Já foi feita uma primeira experiência com o funcionamento da exposição que comemorou o Séc. XX, em termos de arte, a qual obteve grande sucesso. Neste momento está ainda patente, em Ponta Delgada, no edifício da Biblioteca Pública.

A partir daí, nós pensamos criar um conjunto de exposições e um acervo que, percorrendo os Açores e permanecendo em Ponta Delgada, nas novas instalações em construção, irão ser o núcleo essencial daquilo que será o Centro de Arte Moderna nos Açores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Muito obrigado. (*)

Presidente: Para mais esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para solicitar um esclarecimento complementar ao Sr. Secretário Regional da Educação Cultural.

Em primeiro lugar, para agradecer ao Sr. Secretário por ter identificado que estão 150 mil euros disponíveis. Disse também que se destinam fundamentalmente à constituição de um acervo de uma colecção residente.

Em seguida, referiu-se a estruturas físicas que serão utilizadas. Presumo que não serão estruturas criadas para o efeito, mas que são outras estruturas enquadradas provavelmente noutros investimentos.

O esclarecimento que eu solicitava ao Sr. Secretário era exactamente que identificasse que estruturas são essas, porque no momento a estrutura que está a ser utilizada e como muito bem disse, é a Biblioteca Pública, que aliás é uma belíssima estrutura que nos deve honrar e na qual está presente neste momento uma exposição sobre o Século XX.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em termos de estrutura, para além daquela que já foi identificada pelo Sr. Deputado, há também a possibilidade de utilizar alguns espaços do Teatro Micaelense para esse fim. É esse o objectivo para nós criarmos ali um



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

espaço que possa ser dedicado às artes plásticas, para além de investimentos que serão incluídos.

No caso da Horta, haverá na Biblioteca Pública um espaço que poderá ser usado para esse fim e no Museu de Angra já há uma galeria e um espaço voltados especificamente para esse fim.

Nós teremos esta rede básica que depois é complementada com os Museus de Ilha que terão espaços onde podem ser realizadas exposições.

O centro essencial estará situado em Ponta Delgada, na conjugação dos espaços que ficarão disponíveis no Teatro Micaelense com os espaços que já estão disponíveis na Biblioteca Pública de Ponta Delgada e outros que em breve ficarão disponíveis, como a recuperação da Igreja dos Jesuítas.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para pôr um ponto final a estes dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, no que respeita à arte contemporânea dos Açores.

Em primeiro lugar, para lhe agradecer os seus esclarecimentos que foram objectivos e claros.

Em segundo lugar, para reforçar o compromisso, não pessoal, mas do Partido Socialista, no caso de São Miguel, de continuar a prosseguir e a defender a construção de um Centro de Arte Contemporânea, concretamente em Ponta Delgada, sabendo que neste momento a parte fundamental deste Museu de Arte Contemporânea são as pessoas, as obras e os artistas, que já estão a ser apoiados no âmbito deste plano anual.

Muito obrigado. (*)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre a intervenção do Sr. Secretário, tem a palavra o Sr. Deputado José Rego para uma intervenção.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Orçamento para 2004 agora em discussão apresenta uma verba prevista para a Secretaria Regional da Educação e Cultura no montante 256,6 milhões de euros, representando um peso relativo de 23,3% do total da despesa orçamentada, o que coloca esta Secretaria com o maior volume de despesa do Orçamento em apreço. A Direcção Regional da Educação, com uma dotação de 191,7 milhões de euros representa 74,7% do respectivo total.

Neste Orçamento prevê-se 33,7 milhões de euros para Despesas do Plano de 2004, das quais se destaca o Programa referente ao Desenvolvimento das Infra-estruturas Educacionais, com 19,7 milhões de euros, o segundo maior Programa ao nível do investimento previsto para 2004.

As verbas apontadas pelo Plano e Orçamento para 2004 colocam este como o primeiro vector deste Governo nas suas políticas para a Região.

Com esta política o Governo Regional aposta na Educação e investe na Autonomia dos Açores;

Com esta política o Governo Regional valoriza a Educação como factor fundamental do nosso desenvolvimento que passa por um conjunto de investimentos em escolas, recursos humanos e apoios sociais com vista a ter-se uma educação de qualidade e de sucesso;

Com esta política o Governo Regional assume a Educação como um sector de grande importância no desenvolvimento e no progresso de um povo,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

uma vez que só com pessoas devidamente formadas, educadas e preparadas, se pode construir uma Região mais rica;

Com esta política o Governo Regional aposta na maioria da sua população e no futuro dos Açores já que, directa ou indirectamente, a maioria dos cidadãos estão implicados no sistema educativo, como pais, educandos, professores ou entidades empregadoras;

Com esta política o Governo Regional continua a prosseguir a aposta do Partido Socialista em combater décadas de atraso do sistema educativo a que os Açores estiveram sujeitos, e que se repercutem, ainda hoje, na formação e nas oportunidades de ascensão social de várias gerações;

Com esta política o Governo Regional continua a Mudar os Açores para Melhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como objectivos sectoriais na área da Educação queremos destacar:

- A consolidação do processo de integração vertical da educação pré-escolar e do ensino básico previsto na Carta Escolar;
- O colmatar da situação de sobrelotação, com a criação de novas Escolas;
- A continuação do processo de descentralização dos modelos de gestão e responsabilização, acompanhada da transferência dos necessários meios financeiros, dos órgãos de gestão das Escolas;
- A prossecução da formação de pessoal docente e não docente;
- A garantia da formação inicial (profissionalização em serviço e formação complementar);
- A promoção e a modernização administrativa em termos de adaptação às tecnologias de informação e técnicas de comunicação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Com o Partido Socialista, através dos seus governos, procedeu-se a uma completa reorganização do nosso sistema educativo, com uma reforma legislativa que introduziu racionalidade no sistema, definiu prioridades e delineou estratégias.

A reorganização do sistema passou pela criação de escolas básicas integradas e áreas escolares, entidades dotadas de autonomia administrativa e pedagógica. O processo de integração já levou à criação de 28 escolas básicas integradas e estão em processo inicial de criação outras 4 escolas do mesmo tipo, entre elas a de Angra do Heroísmo e de Vila Franca.

Com a criação dos fundos escolares com autonomia financeira, transferiram-se para as escolas competências em matéria pedagógica e de gestão. Os Fundos Escolares levaram a que se procedesse à manutenção e reparação de instalações escolares, e que muito dificilmente se poderiam verificar com a organização existente anteriormente.

Com esta reorganização temos hoje melhores estruturas físicas e uma gestão pedagógica mais próxima das pessoas. As escolas conquistaram uma autonomia que facilita a optimização dos recursos existentes e possibilita uma resposta mais adequada às necessidades do sistema e à sua interactividade com as respectivas comunidades.

Com a estabilização do corpo docente garantiu-se um trabalho de continuidade e de desenvolvimento de projectos educativos. Através do novo sistema de concursos, dignificou-se a função docente, tendo sido integrados no quadro cerca de 1600 novos docentes, muitos deles que se encontravam na situação de contratados há mais de uma década. A Formação Contínua e Complementar dos professores não têm sido descuradas o que é visível pelo número de docentes que já fizeram os seus



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

complementos de formação e pelo montante de investimentos efectuado em acções de formação contínua.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Com a Carta Escolar criada e implementada pelos Governos do PS, apostou-se fortemente na recuperação do parque escolar do 1.º ciclo, durante décadas abandonado, com as mesmas características físicas, correspondente a um sistema de ensino de há muito ultrapassado para as funções curriculares e pedagógicas dos nossos dias.

Com a Carta Escolar apostou-se nas escolas de proximidade, através da construção das Escolas Básica Integradas da Maia, das Furnas, dos Ginetes, na Ilha de S. Miguel e do Topo na Ilha de S. Jorge, levando os 2.º e 3.º ciclos a estas localidades. As escolas de proximidade trazem claras vantagens para o sistema educativo. Facilitam o cumprimento da escolaridade obrigatória, colocando os alunos mais próximos do seu meio familiar, que assim deixam de permanecer fora de casa muitas horas por dia, numa clara desvantagem em relação aos alunos das zonas urbanas.

Com a Carta Escolar planeou-se e investiu-se na remodelação e adaptação ao ensino secundário das Escolas, de S. Roque, no Pico, Bento Rodrigues, em Santa Maria e Maurício Freitas na ilha das Flores, e hoje estão em curso obras similares nas Escolas do Nordeste em S. Miguel e de Santa Cruz da Graciosa.

Obras há muito ansiadas, dado o seu estado de degradação e necessidade de ampliação, decorrem neste momento na Escola Francisco Ornelas da Câmara, na Praia da Vitória, um investimento que ronda os 11 milhões de euros e acabam de ser adjudicadas as obras da Escola Roberto Ivens, de Ponta Delgada, no valor de sete milhões e setecentos mil euros, levando a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que cada uma destas escolas adquira instalações dignas e seguras para os seus alunos, professores e funcionários.

Decorre, também, neste momento o concurso público internacional para a empreitada de construção da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos, com Ensino Artístico, de S. Carlos em Angra do Heroísmo. E no próximo ano a Ilha do Faial vê contemplada a construção da nova Escola do 3.º ciclo e Secundário, compromisso assumido por este Governo, que chegou a hora de dar cumprimento.

No próximo ano teremos assim um investimento de 19,7 milhões de euros, em construções escolares, um montante que leva a afirmar-se que, em tempo algum se investiu tanto como agora em infra-estruturas educacionais na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao sistema educativo compete garantir a todos os cidadãos a formação básica e universal para o exercício da cidadania.

Assim, promoveu-se a integração nas escolas das crianças e jovens com necessidades educativas especiais, numa perspectiva de uma escola para todos, capaz de dar respostas diferenciadas a cada aluno.

Pelos Governos Regionais do PS/Açores, foram criadas em todas as escolas, núcleos de educação especial dotados de pessoal docente especializado e lugares destinados a psicólogos.

Neste momento, em debate público e após terem sido instituídas as necessárias condições legislativas, partimos para criação de um Currículo Regional, numa óptica simultânea de conhecimento e reelaboração da condição identitária dos Açores e da dimensão adequada do seu projecto pedagógico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A formação e a educação dos nossos jovens no domínio do Ensino Profissional têm sido marcadas por um percurso muito positivo deste Governo. Hoje cerca de 50% dos alunos da nossa Região frequentam o ensino profissional. Convergimos assim para as normas orientadoras da União Europeia, que apontam para que cerca de metade dos alunos sigam outras vias que não unicamente a do Ensino Superior.

O ensino profissional cresceu, amadureceu e ganhou credibilidade junto dos alunos, o que prova que os Governos do PS estavam bem quando apostaram nesta oferta educativa. Ela confere aos estudantes uma formação em contexto de trabalho, permitindo-lhes uma inserção na vida activa, no desempenho de profissões que até aqui careciam de mão obra qualificada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a das Capelas!

O Orador: E também a das Capelas. Se quiser, venha debater comigo.

Hoje, o ensino profissional desenvolve-se em todas as ilhas, com a excepção da Ilha do Corvo. Todos os concelhos de S. Miguel e da Terceira estão cobertos por este ensino. Nas escolas do ensino regular desenvolvem-se neste ano lectivo um maior número e um diversificado conjunto de cursos PROFIJ, que muito irão contribuir para que alunos que tenham dificuldades em cumprir a escolaridade obrigatória, ou em prosseguir os estudos no ensino secundário, aumentem a sua escolarização e partam para o mundo do trabalho com aprendizagens que facilitem a sua empregabilidade.

Este ano lectivo também ficou marcado por um projecto pioneiro a nível nacional, com a implementação do ensino recorrente mediatizado, através da Internet. Este projecto está a ser levado a cabo pela Escola Básica e Secundária Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória, e tem como objectivo,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

entre outros, atingir públicos alvo que estejam impedidos de aceder ao regime directo e possibilitar a frequência aos potenciais alunos que, motivos profissionais ou outros, não possam dispor do tempo necessário para frequentar a escola em regime pós-laboral.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer uma pausa de 15 minutos.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 55 minutos)

Para uma intervenção, tem a palavra ao Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dissemos, há três anos, que o Plano a Médio Prazo para esta Legislatura não era aquele que os açorianos esperavam.

Enquanto instrumento essencial de execução do programa do Governo e da realização das promessas eleitorais, o Plano a Médio Prazo era farto em intenções e duvidoso nas concretizações, além de que uma parte substancial das verbas se destinava a pagar velhos compromissos e a afectação da restante era desequilibrada.



O tempo encarregou-se de nos dar razão.

Não basta arrolar acções e preencher dotações. É preciso demonstrar capacidade para as realizações.

O planeamento das construções escolares falhou redondamente.

Das 49 acções programadas, 20 foram eliminadas, cinco estão a decorrer e outras quatro ainda não se iniciaram. Ou seja, a legislatura vai terminar sem que o PS tenha começado metade dos trabalhos previstos.

Há obras prometidas e programadas pelo Governo Regional em 1997, 98, 99 e nos anos seguintes que afinal não se realizam nesta legislatura. É caso para dizer que o PS traiu as suas promessas.

Três exemplos, entre duas dezenas, que confirmam o desmando da governação.

A empreitada de ampliação e grande reparação da EB2,3 de Vila Franca do Campo teve o seu início previsto e prometido no Plano para 1997. Nos três anos seguintes o Governo Regional voltou a incluir nos Planos o começo dos trabalhos. Os sucessivos orçamentos destinaram-lhe mais de um milhão de euros, mas a Vila vai continuar à espera das obras.

O início da construção da nova escola da Levada, em Ponta Delgada, já fazia parte do Planos de 1999 e 2000. Em 2001 o Governo do PS comprometeu-se a fazer o “pagamento do projecto, conclusão da aquisição de terrenos e início da empreitada de construção”. Com todo o descaramento, no ano seguinte previu “a aquisição dos terrenos e a elaboração do projecto”. O Governo do PS disse por três vezes ir iniciar as obras sem elaborar o projecto e adquirir os terrenos! Faltou aqui rigor e verdade! E a verdade mais cruel é que Ponta Delgada continua à espera de uma nova escola, de uma nova política, de novos políticos.



Pela quinta vez é anunciado o início da construção da escola de S. Carlos, na Terceira, mas temos razões para duvidar da intenção. Já foram abertos três concursos públicos internacionais e consignados quase 4,5 milhões de euros, mas nem uma pedra foi assentada no terreno.

Onde param os milhões?

O Governo promete muito e cumpre pouco. Não faltam promessas feitas para obras por fazer.

Na análise financeira dos Planos constata-se a mesma incapacidade de realização, a mesma falta de rigor na planificação e o mesmo desregramento na despesa.

Há todavia uma diferença. O PS gasta mais, fazendo menos. No fim da legislatura, a execução material não ultrapassará 60% da obra inicialmente prevista, mas serão despendidos 72% dos recursos financeiros disponíveis. Dito de outro modo, o governo de Carlos César faz pouco e gasta muito.

Dois exemplos. Em 2002 o Governo Regional socialista gastou 125 euros (cento e vinte cinco euros) dos 150 mil previstos para aquisição de terrenos e elaboração do projecto da escola da Levada, ou seja, 0,1% da dotação. Convinha saber, com rigor, o destino desses míseros 125 euros...

Para a construção da EB2,3 da Maia, inaugurada em Setembro de 2000, ano de eleições regionais, o governo despendeu em 2002 mais de um milhão de euros, sem que tivesse previsto qualquer despesa no orçamento. O que falhou? A previsão? A orçamentação? Mais uma vez, faltou rigor. É bom saber-se que em 2002 cerca de 10% da despesa efectuada em construções escolares não estava prevista no orçamento desse ano, reportando-se exclusivamente a acções concluídas e com fecho financeiro anunciado em orçamentos anteriores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É falso que o Governo do PS vai fazer para além do que se tinha comprometido. O Plano para 2004, na área da educação, apresenta um corte de 38,9% em relação ao valor inicialmente previsto, ou seja, menos 12,3 milhões de euros. O Plano para 2004 repete pela terceira, quarta e quinta vez o início de obras, anuncia o arranque de empreitadas que já deviam estar concluídas e 16% das verbas destinam-se a satisfazer pagamentos atrasados.

O Governo socialista piora com o tempo. São os próprios deputados socialistas que o dizem publicamente na imprensa. Os documentos e a acção comprovam-no. No Plano para 2004 a educação representa (7,1%) menos do que valia (7,2%) no já longínquo ano de 1997, no início do consulado socialista.

No derradeiro ano da legislatura o PS comprova a sua incapacidade para realizar a obra prometida. Trai as suas promessas, deixando por realizar metade do que prometeu aos açorianos.

Quem só agora promete mudar para melhor, reconhece que fez o pior. Não merece, por isso, uma terceira oportunidade.

Oito anos de governação socialista é muito tempo perdido. Os Açores merecem melhor.

Este Plano tem uma virtude: é o último da governação socialista.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.



Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado, com o brilhantismo e a profundidade de análise que já nos habituou, veio mais uma vez ler o relatório do feito e não feito.

Com certeza que o Sr. Deputado não foi capaz de ir à Internet e ler o relatório que está disponível sobre a realização das obras dos diversos planos dos Governos do PS e da Carta Escolar. Aí, podia constatar que mais de 80% das intenções estão realizadas. Também podia comparar o grau de realização que este Governo apresenta face com o grau de realização que o Governo, do qual o senhor fez parte, apresentou.

Eu não preciso de lhe lembrar de resoluções que declararam utilidades públicas urgentes de obras que foram feitas por este Governo passados 10 anos ou outras intenções de investimento que nunca chegaram a passar do papel. Não vale a pena entrarmos nessa discussão, porque o senhor sabe tão bem quanto eu que, a nível de planeamento, é assim mesmo, há obras que têm prioridade e quando nós estamos a fazer, tal como acontece em nossas casas, há sempre intenções que não chegam ao fim.

É fundamental que quem tem a responsabilidade de executar obras de forma séria e empenhada, tente realizadas e tente sempre a maximização do bem público. É isso que eu e o Governo do Partido Socialista nos orgulhamos de ter feito.

Se é verdade que há uma ou outra obra que não foi concluída ou até mesmo iniciada, também é verdade que há muitas obras que já foram feitas, com as quais os senhores nunca sonharam ou inclusivamente consideravam como negativas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Falo, por exemplo, da Escola dos Ginetes, que o seu partido considerava como desnecessária, ou da Escola da Maia, que depois da utilidade pública urgente e do Sr. Presidente do Governo de então ter ido apresentar o projecto, passados 10 anos, não era para fazer, apesar do número de alunos daquela zona ser dos maiores nos Açores.

Não vale a pena entrarmos por aí, porque essa é uma discussão que acho que não dignifica esta Casa e, além disso, os senhores ficariam claramente a perder.

O que eu gostava de dizer, Sr. Deputado, é que a obra feita em termos de infra-estrutura escolar pelos dois últimos governos do Partido Socialista, é uma obra notável que marcou de forma final e definitiva o parque escolar dos Açores. Há escolas antes e há as escolas depois e não há comparação entre as escolas que os senhores fizeram nos anos 80 e aquelas que agora são feitas. Não há comparação entre o estado de manutenção das escolas do seu tempo e das escolas de agora. Não há comparação entre a vitalidade e a capacidade de intervenção das comunidades escolares de hoje e aquelas do seu tempo.

Estamos a falar de mundos diferentes. Basta ver as fotografias que ainda recentemente foram publicadas da Escola de Santa Maria, antes e depois de ser intervencionada.

Com isto termino. Não vale a pena gastar mais tempo. Aliás, a sua intervenção não merece.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.



Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu estava à espera que o Deputado Joaquim Machado trouxesse uma intervenção para discutir connosco a política educativa deste Governo.

Deixou-se ficar por uma análise sectorial, única e exclusivamente, em relação às obras das escolas da Região Autónoma dos Açores. É uma análise sectorial quando há muito para discutir na área da educação nos Açores e não só as respectivas escolas.

Eu estou disposto a discutir consigo a nossa intervenção ao nível do parque escolar.

Lembro ao Sr. Deputado que se há compromissos que o PS não cumpriu, isso teve a ver com a disponibilidade de verbas que este Governo tem tido e com a reprogramação financeira que teve que fazer.

Este Governo não teve verbas, nem teve dois ou três empréstimos, já referidos ontem, que seriam muito necessários para a nossa educação e para as nossas escolas, mas uma coisa é certa, Ponta Delgada hoje é diferente no número de alunos, porque nós executámos a Escola Secundária da Lagoa, que levou a que parte dos alunos da Vila Franca e da Lagoa passassem a estar nessa escola.

Hoje, Ponta Delgada é diferente, porque os alunos dos Ginetes, dos Mosteiros e da Candelária, que vinham para as escolas de Ponta Delgada, frequentam este ano a sua respectiva escola.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Em relação a promessas e ao não cumprimento de algumas, lembro que em 1998 foi apresentada na Câmara da Lagoa, para debate público, a nova Escola Secundária da Lagoa.

Quem é que fez esta escola?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Foi o Partido Socialista, passados quase 10 anos após uma promessa eleitoral do PSD.

É certo que Vila Franca para nós é uma preocupação e está espelhada no nosso Plano. O novo Governo do PS que virá em 2004, porque os açorianos irão dar-nos uma vez esta prova, continuará a mudar a educação para melhor nos Açores. (*)

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Desde 89 que a Graciosa havia pedido a ampliação e a requalificação da sua escola.

Nessa época, o Sr. Deputado Joaquim Machado era membro do Governo que governava a Região.

Essa obra só agora é que está a avançar, e muito bem, com o Governo do Partido Socialista.

Esperamos que a qualidade do ensino melhore bastante na Ilha Graciosa, assim como por todas as ilhas dos Açores.

Este Governo do Partido Socialista avança e muito bem, com muitas obras em toda a Região para que se desenvolva um ensino de qualidade e com sucesso para os nossos jovens. (*)

Deputados Renato Leal e José Humberto Chaves (PS): *Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

É verdade que nem todas as promessas deste Governo estão cumpridas, mas serão cumpridas.

Não estão cumpridas, porque quando o Partido Socialista chegou ao Governo, as obras tinham um atraso enorme.

Eu, num exercício de memória, consegui elencar, só na minha ilha, que é uma ilha pequenina, mais de 45 promessas do PSD não cumpridas.

Dessas 45 promessas, 40 estão cumpridas pelo Governo Regional do PS. Isso já é um grande passo.

De acordo com a sua intervenção, vou referir algumas promessas que os senhores fizeram, relativamente a São Jorge. São elas:

Em 1989, os senhores prometeram a Escola da Boa Hora. Ela foi executada por este Governo.

Também nessa altura, os senhores prometeram a Escola da Beira, a qual também foi executada por este Governo.

Deputado Mark Marques (PSD): Não, não. Está a mentir!

O Orador: Os senhores prometeram uma escola nova para as Velas, em 1992, e não fizeram.

Todo o parque do 1º ciclo do ensino básico foi reabilitado na Ilha de São Jorge por este Governo, uma promessa vossa em 1989.

Em 1990 prometeram a reparação de recintos escolares, mas não fizeram.

Em 1992, prometeram a ampliação da escola das Velas, mas não fizeram.

Também não cumpriram a promessa de beneficiação da escola da Calheta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em 1993 prometeram a construção da escola do Topo, a qual também não foi feita.

Prometeram mais. Prometeram uma escola de formação, que também não chegou a ser feita.

Os senhores tiveram apoios comunitários em 1989 para a construção do Matadouro Industrial da Ilha Terceira, mas não o construíram.

Tiveram também apoios comunitários, em 1993, para a construção do centro de saúde da Praia da Vitória, mas também não fizeram.

Receberam apoios comunitários para a construção do último troço que liga o porto da Praia da Vitória, mas não construíram.

Através do Programa Nacional de Interesse Comunitário,...

Deputado Mark Marques (PSD): O PNIC!

O Orador: ... o PNIC, receberam apoio para pavimentação do troço entre Agualva e Serreta, mas não pavimentaram.

Em 1991 tiveram apoios comunitários e pediram autorização a esta Assembleia para contracção de empréstimos, para a reabilitação da rede viária de São Jorge, mas não fizeram essa reabilitação.

Presidente: Sr. Deputado António Gomes, peço-lhe imensa desculpa mas está a desviar-se do assunto.

O Orador: Para terminar, sabe por que é que não fizeram nada disto?

Foi porque um Deputado com quem os senhores se relacionam agora na política disse nesta casa:

“Estamos perante o caos nas finanças públicas regionais.

O nível e a contradição das contas regionais, já não atingem o patamar mínimo de rigor das contas de merceeiro.” Esta foi uma afirmação feita pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, em 93. (*)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à educação, Sr. Deputado Joaquim Machado, de facto, há muito que se diga.

Uma das dificuldades que eu tenho, é comparar aquilo que o Governo do PS tem desenvolvido nos Açores, com o que foi desenvolvido pelos governos do PSD, na área da educação.

No que se refere à Escola de São Carlos, por mais que os senhores falem sobre a não construção da mesma, o PS irá iniciar a mesma obra no ano 2004.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Irá iniciar!

O Orador: Neste momento decorre na Ilha Terceira, um dos maiores investimento na área da Secretaria Regional da Educação, ou seja, a construção da Escola Francisco Ornelas da Câmara, no Concelho da Praia da Vitória, num valor superior a 7 milhões de contos.

Temos também a recuperação de mais de 90% do parque escolar do 1º ciclo, a criação do pré-escolar, a remodelação e ampliação da Escola dos Biscoitos e a secundária de Angra.

Em relação à escola de Porto Martins, mesmo que o PSD não queira construir, tudo faremos para que a mesma se construa.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD eleitos pelo círculo eleitoral da Ilha Terceira)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não é por acaso, Sr. Deputado Joaquim Machado, que na OCDE, a região que mais investe o seu PIB no sistema educativo é a dos Açores (9%), ao contrário daquilo que acontece neste momento no Governo da República.

Caso o senhor não saiba, por exemplo, no pré-escolar e ensino básico e secundário, há um decréscimo de investimento no Orçamento de Estado de 5,2%.

No pré-escolar, os senhores investem 9,9% do Orçamento de Estado. Através das parcerias do PIDAC, menos 10% do Orçamento de Estado.

Isto demonstra claramente que, ao contrário do Continente, o PS e os Açores estão a passos largos no desenvolvimento do sistema do ensino educativo e com o PS vamos continuar a lutar para que cada vez mais se melhore o sistema educativo na Região Autónoma dos Açores.

Obrigado. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e desde logo para dizer que, apesar de muitas intervenções dos Deputados da bancada do Partido Socialista, elas acabam por dizer pouco e dizem ainda menos quando se trata de contestar a avaliação que eu fiz destes 3 anos de governação socialista (quase 4, considerando que estamos a avaliar a proposta de Plano para 2004).

Começava exactamente pela questão da disponibilidade de verbas.

É mentira, é falso, que o problema da execução material deste Governo seja financeiro, porque em 97 prometeram o início de obras, assim como em 98,



em 99, em 2000, em 2001, anos em que nunca houve problemas financeiros, nem de endividamento, e as obras não se iniciaram.

Inclusivamente abriram-se concursos públicos internacionais em 99 e em 2001 para a escola de São Carlos e nem uma pedra existe nesse terreno.

O problema não foi da disponibilidade financeira, nem do endividamento zero. O problema foi da incapacidade deste Governo para cumprir com o que prometeu.

Este Governo traiu as suas promessas e continua a trair, porque vai chegar ao fim com uma execução material de cerca de 60% do que tinha previsto inicialmente...

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*):

Como é que o senhor calcula isso?

O Orador: ... apesar de uma taxa de execução de 72%, porque gasta muito fazendo pouco.

Nenhum dos Srs. Deputados contestou aquilo que eu disse, ou seja, que de 49 acções, 20 foram eliminadas do Plano.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo Meneses*):

Mas quais é que foram eliminadas?

O Orador: Cinco ainda estão a decorrer e 4 não começaram.

Antes de terminar, Srs. Deputados do Partido Socialista, a oposição fiscaliza o Governo e não a maioria a oposição.

Eu percebo que os senhores estão a regressar à oposição e estando a regressar demonstram que não resolveram o seu problema com um passado de 20 anos na oposição.

De facto, o problema não é comparar o PS de hoje com o PSD do passado. É comparar o PS de hoje com o PSD do futuro. (*)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado diz que ninguém veio contrapor as afirmações feitas, na sua intervenção, a nível do parque escolar.

Eu julgo que quando rebati a situação de Ponta Delgada, foi mais que suficiente. Todavia, se quiser, posso passar desde o Corvo a Santa Maria, e mostrar que o PS sente-se muito honrado pela obra feita, derivada de compromissos assumidos com o povo açoriano, a nível do parque escolar.

Além disso, se mais obras não fizemos, foi para honrar os nossos compromissos com os fornecedores, como já disse ontem aqui.

Portanto, este Governo honra os seus compromissos e a honrar esses seus compromissos não irá fazer obras quando não tem verbas para pagar. Isso já disse na minha anterior intervenção.

Venham mais 6 milhões de contos e mais uma escola se irá executar nos Açores.

Não gostei de ouvir um Deputado da bancada do PSD dizer, que não o Sr. Deputado Joaquim Machado, que algumas obras estavam a ser feitas pelas câmaras municipais e que nada tinham a ver com o Governo Regional.

Deputado Mark Marques (PSD): E é verdade. A escola da Beira não tem nada a ver com o Governo Regional. Não é verdade, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo Meneses):
Ele conhece muito bem isso!

Deputado Mark Marques (PSD): Se conhece é maldoso!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Foi este Governo Regional, com a comparticipação financeira que teve nos seus orçamentos, que apoiou as câmaras. Foi este Governo Regional que no PRODESA, criou um eixo 3.2 para que essas câmaras pudessem aceder a fundos comunitários.

Sr. Deputado de São Jorge, ouça mais uma vez:

O PRODESA está estruturado de modo a que as câmaras possam aceder a fundos comunitários para construções escolares e para outras áreas que no passado não estavam nos fundos comunitários.

Foi o Governo do PS, aquando da redefinição do III Quadro Comunitário, que estipulou verbas destinadas para o ensino básico, para os campos relvados sintéticos que se têm feito nalguns concelhos. Antes não era possível as câmaras acederem a eles.

O Governo Regional podia ter ficado com este bolo para si, mas entendeu distribuir pelas câmaras municipais. (*)

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques para uma intervenção.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos nesta casa mais uma vez para discutir e aprovar o plano e orçamento para 2004.

Gostaria de poder afirmar que os Jorgenses se revêem neste plano!

Mas infelizmente não o posso fazer.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Porque, efectivamente, este último plano e orçamento, apresentado por este Governo Socialista, vem, de facto, confirmar o que nos últimos sete anos os Jorgenses sentiram.

Ignorados e esquecidos.

Analisei estes documentos e fiquei preocupado.

Preocupado porque a população que me elegeu pelo círculo eleitoral de São Jorge, exige de todos os deputados (eu respondo por mim), que façamos a defesa intransigente dos interesses dos Jorgenses, que sejamos homens e mulheres de palavra.

É isso que esperam de nós.

Não venho, e nunca vim a esta tribuna representar um “Clube de má-língua”.

Sempre reclamei pelos interesses dos Jorgenses.

Sempre lembrei e relembrei as promessas (falsas) que os Socialistas prometeram aos Jorgenses.

Acontece que os Socialistas não cumpriram aquilo que em 8 anos prometeram aos Jorgenses.

Estar-se na oposição, é reconhecer o que está bem, criticar o que está mal, e de seguida apresentar propostas alternativas.

Foi assim o papel dos deputados do Partido Social Democrata, nesta casa e fora dela.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Considerando o pouco tempo que me é concedido para intervir, apenas me debruçarei sobre alguns aspectos deste Plano e Orçamento para o ano 2004, no tocante à Ilha de São Jorge.



Pescas

Neste sector, o Plano e Orçamento tem inscrito a verba de 198.000 euros, cerca de (40.000 contos).

Como pretendem remodelar e beneficiar Portos de Pescas em São Jorge, com esta verba?

Está bem presente na memória recente dos Jorgenses, que apenas tapar um buraco na rampa de varagem do Porto de Velas custou 50 mil contos.

O único Porto existente do lado Norte da Ilha de São Jorge, (Fajã do Ouvidor – Norte Grande), continúa apenas no plano das “intenções”: Quanto à beneficiação e remodelação do mesmo, temos a certeza de que não será no próximo ano.

Agora aparece também a beneficiação do porto da Urzelina, (congratulo-me com isso) mas enganam-se aqueles que acreditam, que esta beneficiação será realidade, porque quando durante 8 anos a fio, não fizeram intervenções prometidas há muito em outros pequenos portos e agora em ano de eleições é um tal prometer mais e mais.

Quanto à melhoria das condições dos pescadores no Porto das Velas, penso que, essa melhoria, passa pela ampliação do Porto Comercial de São Jorge, e construção do Porto de Recreio das Velas e então aí os pescadores terão um espaço, para que lhes sejam criadas melhores condições de trabalho.

Portos

A ampliação do Porto Comercial de São Jorge – Velas, é adiado mais uma vez.

Nem uma palavra sobre este assunto, nestes documentos.

Apenas tem sido usado nos discursos dos Socialistas em campanha e todos vão dizendo que é muito importante, mas depois quando analisamos os



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

documentos em discussão os socialistas simplesmente esqueceram-se do assunto.

Nos últimos anos o movimento de mercadorias no Porto Comercial de São Jorge - Velas, tem aumentado significativamente, e o espaço é cada vez mais exíguo.

Os socialistas inventaram a necessidade do aumento do parque de contentores, e do novo acesso ao Porto das Velas, e até esta sua invenção continua no papel.

Em meu entender este “**pseudo aumento**” do parque de contentores é apenas uma “**fantochada**”.

É uma tentativa de distrair os Jorgenses enquanto as verdadeiras necessidades ficam para trás.

O que é verdadeiramente necessário é o aumento do Porto Comercial.

No que concerne à construção do **Porto de Recreio das Velas**, o Governo Regional em visitas estatutárias à Ilha anuncia sempre a construção do Porto de Recreio das Velas.

Anunciaram orçamento, capacidade de embarcações e mais uma panóplia de coisas...e ficou-se por aí.

Os menos atentos até poderão julgar que qualquer dia o Secretário Regional da Economia vai a São Jorge inaugurar um Porto de Recreio!!!

Puro engano!!!

Nesta data continuamos sem saber qual Porto de Recreio que se irá construir?

Sabemos que a Câmara Municipal das Velas candidatou ao programa PITER a construção do Porto de Recreio com a promessa da comparticipação do Governo Regional.

Qual o montante dessa comparticipação?



Nem uma palavra, nem um euro neste Plano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Habitação

A qualidade de vida depende de uma habitação condigna.

Os problemas da Habitação que se sentem na Ilha de São Jorge, estão longe de serem resolvidos.

O que mais me preocupa neste sector não tem sido as dotações orçamentais ao longo destes anos, mas sim a sua execução.

Assistimos a um constante emperrar de todo o apoio a ser prestado para (Aquisição de Habitação, Ampliações e Remodelações e Habitação Degradada).

Penso que a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos terá que ser mais fluida no analisar dos processos e acabar com, **os sempre emperrantes burocratas de serviço.**

O Sr. Secretário da Habitação em desesperada campanha eleitoral, anuncia com honra pompa e circunstância, habitação e mais habitação, mas depois é o que se vê.

O loteamento na freguesia da Urzelina não é referido nestes documentos.

Tem sido um assunto trazido por mim a esta casa, por diversas vezes, e que tem transitado em promessa de ano para ano.

Passado todo este tempo e no local onde deveriam estar feitas as infra-estruturas para construção de habitação, a Secretaria Regional do Ambiente colocou um placard onde proíbe o depósito de lixo.

Isto demonstra bem a capacidade deste Governo.



Ficamos mais uma vez na expectativa para ver se este será o ano?

Transportes – Estradas Regionais

O troço de estrada regional **Aeroporto–Urzelina**, tem sido objecto de reivindicação pelos deputados do PSD.

Foi promessa do Partido Socialista em 1996 e em 2000.

Assistimos à adjudicação desta obra e depois à sua anulação, tem sido uma autêntica “**novela**” com este troço de estrada regional.

Num pequeno “à parte” queria fazer um pequeno reparo e sugerir ao Sr. Secretário José Contente o seguinte:

A Secretaria Regional do Ambiente colocou dois placards neste troço de estrada que têm escrito: **CIRCULE COM PRECAUÇÃO ZONA DE NIDIFICAÇÃO DE CAGARROS**, (acho muito bem!). Sugiro que o Sr. Secretário da Habitação que em benefício dos condutores daquela ilha mande colocar um outro placard dizendo: **CIRCULE COM PRECAUÇÃO ZONA DE NIDIFICAÇÃO DE BURACOS**.

O troço de estrada regional Urzelina–Terreiros–Manadas, não será repavimentado no próximo ano.

Os socialistas enganaram assim a população das freguesias das Manadas e Urzelina, durante 8 anos.

EDUCAÇÃO – ESCOLA DAS MANADAS

Na sequência de uma petição (abaixo-assinado) assinada pela população da freguesia das Manadas foi apresentada nesta casa uma proposta de resolução.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovou a Proposta de Resolução nº 07/2003/A, que recomendava ao Governo Regional que, em colaboração com a Câmara Municipal das Velas, promovesse a construção de um novo edifício escolar na freguesia das Manadas.



Acontece que neste plano, e orçamento não existe uma palavra sobre a construção desta escola.

Será mais uma falsa promessa?

Ou as recomendações aprovadas pela maioria, e até com os votos favoráveis do PSD e de outros partidos, não são para cumprir?

ÁREA SOCIAL

Foi promessa e constava nos panfletos de campanha eleitoral socialista a construção da Casa do Povo nos Rosais.

Assistimos agora por parte deste Governo a uma tentativa de esvaziamento dos serviços instalados nas Casas do Povo.

Se esta medida for por diante será muito desastrosa e irá alterar significativamente o modo de vida das populações.

Como não existe qualquer referência no plano e orçamento sobre esta Casa do Povo, será que esta freguesia ficará mais um ano à espera?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos no fim da era socialista.

Este plano vem assim, **em fim de ciclo** confirmar aquilo que ao longo destes 8 anos os Deputados do PSD de São Jorge sempre denunciaram.

Foram 8 anos em que as promessas passaram de plano em plano, e de visita estatutária em visita estatutária.

Foi diálogo e conversa no princípio e prepotência no fim.

Os Jorgenses estão conscientes, convictos e com muita certeza de que o próximo Governo será liderado por Victor Cruz, e tem assim uma nova esperança de voltarem a fazer parte do comboio do progresso e do desenvolvimento desta Região.

De facto, os Jorgenses merecem o melhor.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Desculpe-me que lhe diga, mas não estou de acordo consigo, e digo mesmo que faltou à verdade, porque durante a sua vida, o senhor não esteve aqui a defender os interesses dos jorgenses.

Eu avivo-lhe a memória:

O Sr. Deputado sabe muito bem que relativamente à rede viária, inclusivamente referiu na sua intervenção o troço entre Urzelina e aeroporto, os governos do PSD prometeram a reabilitação das estradas regionais de São Jorge, a partir de 1991. Inclusivamente receberam apoios comunitários para efectuarem essas obras.

Como aqui também já foi referido, contraíram empréstimos para as mesmas e nada fizeram.

Elas foram feitas pelos governos do Partido Socialista.

O Sr. Deputado, nessa altura, nunca se queixou do estado das estradas de São Jorge, nem tão pouco do facto dos governos que suportava terem tido apoios comunitários para o efeito e não terem reabilitado as obras.

Os Governos do PSD publicaram brochuras referindo que tinham feito essas reabilitações betuminosas em São Jorge. Há uma execução financeira, mas não há uma execução física.

O Sr. Deputado nunca veio aqui questionar, em relação ao troço da estrada regional nº 3-2ª entre Urzelina e o Pico da Caldeirinha, em Santo António,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

como é que o seu Governo pagou a um empreiteiro quando nunca esteve lá uma máquina. E como é que pagou uma indemnização de 50 e tal mil contos, se não me falha a memória, por atraso de pagamento dessa obra que nunca foi feita?

Nessa altura, o senhor não veio aqui denunciar essa situação em prol dos interesses dos jorgenses.

Sr. Deputado, em 1989, o seu governo prometeu a reabilitação e a construção de escolas em São Jorge, mas não fez. Também prometeu uma escola profissional, mas não fez.

Neste momento, este governo está pronto para apoiar o novo edifício da escola profissional de São Jorge.

O Governo do PSD prometeu em 84 um Matadouro para São Jorge, mas foi este governo que o fez.

O fundo de maneiio à lavoura foi implementado também por este Governo, tal como o abastecimento de água. Também baixou o preço do gasóleo agrícola.

Os governos do PSD nunca deram um escudo, nem sequer deram possibilidade de um rendeiro adquirir uma parcela de terreno, mas este Governo criou o SICAT, que permite a compra de terras por rendeiro.

O PSD prometeu pavimentação de 11 km de caminhos agrícolas em 1990, mas foi este governo que pavimentou.

Também prometeu o serviço de classificação de leite, o rompimento de caminhos agrícolas, o pagamento de um escudo por litro de leite, arroteias na Serra do Topo, a iluminação do porto das Velas, a reparação da rampa de varagem do porto da Calheta, a construção da gare de passageiros nos portos das Velas e Calheta, a conservação do porto do Calheta, a reparação do porto do Norte Grande, a ampliação do porto da Calheta, a



electrificação da Fajã dos Vimes, a construção de um entreposto frio na Calheta, uma intervenção na Caldeira de Santo Cristo, a protecção da orla marítima, a classificação dos moinhos de água e de vento e os respectivos apoios, a regulamentação da área protegida do Ilhéu do Topo, a Casa do Povo da Ribeira Seca, a execução das obras de beneficiação da Santa Casa de Misericórdia, mas nada disto foi feito.

Sr. Deputado, quer mais do que isto para provar que o senhor quando apoiava o Governo do PSD não abria a boca nesta Casa em defesa dos interesses dos jorgenses?

Julgo que mais do que isto não é preciso referir.

Das 48 promessas que os seus Governos fizeram, o Governo do PS já cumpriu mais de 40. Veja o atraso com que vinham as obras e as promessas para São Jorge.

Muito obrigado. (*)

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois de toda esta elencagem que o meu antecessor fez para São Jorge, não me sobra muito mais, mas de qualquer forma eu não ia falar do passado, já que o PSD não tem passado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor é que tem passado no PSD!

O Orador: Vamos falar do futuro.

Eu tenho a certeza que o PS vai continuar a ser Governo e vai fazer por São Jorge muito mais do que aquilo que o PSD fez em 20 anos. Em três mandatos, nós vamos fazer três ou quatro vezes mais do que foi feito pelo PSD.

O PS não promete. O PS faz obra e tem obra em São Jorge.

Sr. Deputado Mark Marques, ouvi com muita atenção a sua intervenção. Como não podia deixar de ser, ela não foge à sua maneira de ser e à sua maneira de estar na política, isto é, envereda por meias verdades.

Nós acreditamos no Governo PS. Os jorgenses acreditam no Governo do PS e nas próximas eleições vamos conversar sobre isso.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Creio que estejamos a inaugurar aqui um período diferente e novo da era autonómica, porque estamos a assistir a uma coisa que é sui géneris e no mínimo estranha. Eu não acompanhei no passado muitas das legislaturas por questões da minha vida profissional e afastamentos prolongados no mar, mas sempre tive a ideia de que os deputados se manifestavam contra as obras que não eram feitas na sua terra.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Hoje, vemos os Deputados da oposição a manifestarem-se, não contra aquilo que não foi feito, mas contra aquilo que foi feito e que está a ser feito. De facto, isso é um período novo e, no mínimo, é estranho.

O Sr. Deputado Mark Marques chamou a atenção para o aumento do tráfego do porto das Velas de São Jorge e é verdade. Felizmente, o tráfego no porto das Velas tem aumentado.

É preciso encontrar soluções para desbloquear alguns constrangimentos e o Governo Socialista está a dar o primeiro passo nesse sentido. Não são só constrangimentos do porto, são constrangimentos da própria Vila, porque no acesso ao porto, a circulação de caminhões de contentores de mercadorias pesados, cria também constrangimentos.

Portanto, falar da ampliação do parque de contentores das Velas não é uma fantochada. Avançar para a obra de construção e ampliação do parque de contentores das Velas é uma obrigação.

Talvez não fizesse parte de nenhum compromisso eleitoral (acredito que não fazia!), só que felizmente esta governação do Partido Socialista não se limita apenas aos compromissos eleitorais, estende-se muito para além disso, vai de encontro àquilo que é necessário fazer.

Esta obra é fundamental, porque é fundamental dar uma nova saída ao porto, separar dentro do possível e do razoável o movimento de passageiros do movimento da carga. Mesmo que se pense na ampliação do porto, nada fará sentido se a obra não for feita.

É possível avançar já com esta obra e ela vai avançar para resolver um problema fundamental do porto.

Fica aqui registado o entendimento do PSD de que esta obra é uma fantochada e eventualmente uma obra desnecessária. Esse não é o nosso entendimento e pensamos que é o entendimento dos jorgenses. (*)



Deputado António Gomes (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Apenas 30 segundos, porque tenho pouco tempo.

O Sr. Deputado António Gomes referiu os anos de 91, 92 e 88. Na minha opinião, deve continuar nesse discurso, porque assim já se vai habituando a voltar à oposição no próximo ano.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado Manuel Silveira, o senhor diz que o PSD não tem passado. De facto, o senhor é que tem passado no PSD, porque em 96 o senhor foi candidato pela lista do PSD.

Felizmente, que o senhor não tem passado no PSD e, sinceramente, hoje, estou muito mais à vontade sobre essa matéria.

Em relação à minha intervenção, os Srs. Deputados António Gomes e Manuel Silveira não rebateram uma única questão que eu aqui levantei. É muito deselegante virem para aqui dizer que eu trouxe meias verdades e sobre aquilo que eu falei não disseram uma única palavra.

Muito obrigado. (*)

Deputados Bento Barcelos e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mark Marques:

Eu estive atento à sua intervenção.

O senhor referiu a questão da habitação.

Deputado Mark Marques (PSD): Loteamento da Urzelina!

O Orador: Relativamente à habitação, a proposta de Plano para 1994, ...



Deputado Mark Marques (PSD): Continue assim que vai muito bem!

O Orador: ... em termos numéricos, tem o mesmo valor, que o Plano de 93/96 apresentado pelo PSD. Desculpe, estou falando do Plano para 2004 e não de 1994.

O senhor falou no porto do Norte Grande.

Sr. Deputado Mark Marques, quando o Governo do PS tomou posse, esse porto estava a desaparecer. A rampa de varagem já tinha desaparecido e ele encontrava-se num estado crítico. Se não fosse intervencionado como foi em boa altura pelo governo do Partido Socialista, ele já não existia.

Os senhores foram negligentes, porque se tivessem cuidado atempadamente daquela estrutura portuária, ela não tinha chegado ao ponto que chegou.

Independentemente disso, o governo já tinha um projecto quase pronto para a ampliação do porto do Norte Grande. Não tenha dúvidas que vai ser uma realidade e vai ser executado por um Governo do Partido Socialista a partir de 2005.

Nós vamos ganhar as eleições na certeza de que essa será uma obra que o Governo do Partido Socialista terá muito prazer em realizar.

Falou no porto de recreio das Velas.

Sr. Deputado, o Governo Regional só recebeu o parecer da Câmara Municipal das Velas este ano.

Deputado Mark Marques (PSD): É mentira!

O Orador: O projecto está em fase de conclusão.

O Sr. Deputado também sabe que o porto comercial das Velas será uma candidatura ao PITER...

Deputado Mark Marques (PSD): Foi isso que eu disse!

O Orador: ... e terá a comparticipação do Governo Regional. Sabe qual é a percentagem que terá através do PITER?



Deputado Mark Marques (PSD): Quanto?

O Orador: O Sr. Deputado também falou no esvaziamento da Casa do Povo. O senhor sabe o que é que quer?

Deputado Mark Marques (PSD): Eu sei o que quero. Tem razão!

O Orador: O Sr. Deputado sabe o que é que se está a passar com as Casas do Povo.

O senhor usou demagogia.

O senhor fez circular um comunicado sobre essa matéria. Ele foi inoportuno, porque o senhor já sabia o que é que se estava a passar.

Deputado Mark Marques (PSD): E é mentira?

O Orador: Para benefício dos utentes, o Governo Regional está a informatizar o pagamento de pensões ...

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor não se canse, porque eu sou funcionário da Segurança Social!

O Orador: ... e de outros apoios financeiros e o mesmo será feito através de transferência bancária.

Para quem está a receber, julgo que está a ser muito melhor atendido se o dinheiro lhe cair na conta do que ter que se deslocar a uma Casa do Povo para receber o cheque.

Portanto, não se trata de esvaziamento, trata-se de melhorar as condições dos utentes e melhorar os serviços para que possam prestar um melhor serviço aos utentes.

O senhor sabe disso, quis foi enriçar.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate e uma vez que faltam dez minutos para almoço, vamos suspender os nossos trabalhos.



(Eram 12 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que tomassem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Passo a anunciar os tempos disponíveis.

O PS dispõe de 2 horas e 39 minutos.

O PSD dispõe de 2 horas e 2 minutos.

O CDS/PP dispõe de 17 minutos.

O PCP dispõe de 21 minutos.

O Governo dispõe de 2 horas e 40 minutos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À data de 1997 60% do parque habitacional dos Açores tinha sido construído antes de 1960 e 76% não possuía elementos construtivos de resistência anti-sísmica pelo que deparámo-nos perante um parque habitacional antigo, degradado e desajustado às situações sísmicas que impendem sobre a Região.

Por outro lado, estando em causa as condições deprimentes de muitos agregados familiares que viviam em similares de barracas ou em habitações sobrelotadas, os VII e VIII Governos Regionais presididos por Carlos César, inscreveram nas suas linhas de actuação caminhos para erradicar



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

muitas destas condições indignas que não garantiam o bom desenvolvimento e a melhor inserção de muitas famílias açorianas.

Por isso, celebrámos, em 1997, Acordos de Colaboração entre o Governo Regional, o INH e os Municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Angra do Heroísmo, e mais recentemente Santa Cruz da Graciosa e novamente a autarquia da Ribeira Grande, num total de 1241 fogos e num investimento de 68 milhões de euros com uma comparticipação do Governo Regional de 38,2 M € cabendo o restante 29,2 M € quase por inteiro ao INH.

Ainda no decurso do corrente ano foi formalizada nova candidatura do Governo Regional ao INH para o realojamento de mais 261 famílias. Até hoje, só foram homologadas 72 candidaturas pela Secretaria de Estado da Habitação apesar de todas as candidaturas serem elegíveis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O combate às más condições habitacionais teve assim novo fôlego desde 1997, o que se comprova pelo investimento realizado desde essa data até agora, e, sobretudo pelo número de agregados familiares apoiados nos programas de auto-construção, custos controlados, sector cooperativo e habitação degradada.

Para ilustrar este esforço podemos afirmar que em matéria de promoção de habitação a média anual de fogos/ano cifrou-se em 117,4 num total de 2348 distribuídos pelos programas de auto-construção, CDH's e Cooperativas até 1996.

De 1997 na 2000 apoiaram-se nos mesmos programas 1064 casos, ou seja, 266/ano e de 2001-2004 serão apoiados mais de 1100 famílias, ou seja, pelo menos 275 fogos/ano.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se acrescentarmos ao número de casos apoiados no âmbito da habitação degradada antes e depois de 1996, então diremos que em 8 anos faremos mais do que em todas as outras legislaturas na área da habitação apoiando mais de 5000 famílias.

Mas, neste plano para 2004 reforçámos o programa habitacional na justa medida dos nossos recursos e também num claro sinal que novos projectos e novos problemas serão resolvidos como habitação para pessoas em risco, famílias monoparentais, a par do incremento da oferta de CDH's e o reforço do programa de habitação degradada.

Continuaremos, por isso, a colocar a área da habitação no vértice da pirâmide das necessidades e das aspirações de muitas famílias. No próximo ano submeteremos à Assembleia Legislativa Regional dos Açores novo programa habitacional de cedência de solos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nos últimos 7 anos o sector da construção civil tem vivido um clima de saudável confiança, onde pontificaram elevados níveis de investimento público e privado, permitindo assim o crescimento do sector, a manutenção da taxa de desemprego a valores nunca atingidos, bem como a criação de valor.

Para os próximos anos, prevê-se que o investimento público e privado com impacto no sector da construção continue a crescer quer pela necessidade de investimentos em infra-estruturas e em edifícios, quer ainda pelos investimentos que estarão associados ao pleno desenvolvimento das Sociedade Anónimas criadas pelo Governo Regional.

Continuaremos, portanto, a usufruir da tranquilidade indispensável para o desenvolvimento das nossas empresas; porém, o sector da construção civil carece também de adaptar-se permanentemente, às novas realidades,



ameaças e desafios que o nosso tempo coloca, tendo em vista garantir a sua sustentabilidade após 2006.

Mais do que ter posto este sector a funcionar, aliás sector que se encontrava em falência ou pré-falência em 1996, conseguiu-se transformá-lo como se demonstra com vários indicadores, nomeadamente, a maior qualificação de algumas das nossas empresas de construção, o maior número de parcerias entre empresas entretanto realizadas, ou mesmo o consumo de cimento que em 1995 atingiu as 160 mil TN para no final deste ano atingir muito mais do dobro do que nesse ano.

Para aqueles que fizeram leituras absurdas e desonestas intelectualmente das sérias estatísticas fica reposta a verdade dos factos deste indicador que subiu de 07 TN/habitante em 1995 para 1,4 em 2002. No Continente registou 0 TN/habitante.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Desceu ou não este ano?

O Orador: Mais, para os profetas da desgraça, e os derrotistas seria possível que todos os indicadores continuassem a crescer exponencial e indefinidamente. Triste análise!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está ou não a descer?

O Orador: Neste caso, sim parece que não sabem que o espaço e a economia em que vivemos têm óptimos e variações normais.

Só a miopia política poderá levar a concluir que menos 15 ou 30 mil Tn de cimento consumidos em 2003 representa a tão desejada pela oposição coligada mas teimosamente não conseguida crise ao que parece a única ideia nova que a oposição tem para os Açores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O senhor é o único que vê um oásis!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



O que nós estamos a conseguir em ligação com os açorianos e com as empresas é o aumento da qualidade global na feira da construção civil, a promoção crescente das parcerias estratégicas e a inovação, e precisamos continuar a melhorar a prevenção e segurança no trabalho, como factores decisivos para aumentarmos a nossa competitividade.

Neste Plano o Governo Regional continua a conservar e a reforçar a sua função reguladora no sector das obras públicas, direccionando os recursos disponíveis para as necessidades importantes dentro de cada ilha, de modo a reduzir assimetrias em termos de infra-estruturas. Este plano reforça esta estratégia. Só para dar dois exemplos em matéria de estradas regionais, na ilha Terceira, até 1996, foram intervencionados 82 Km, de 1996 até ao final de 2004 atingiremos os 100 Km de intervenções e em São Miguel foram intervencionados 50 Km contra 108. No global foram 140 Km, até 1996, correspondentes a um investimento de 102 milhões de euros, até 1996, e 450 Km, correspondentes a 203,7 milhões de euros, dos Governos presididos por Carlos César.

Assim se vê que os Governos do PSD gastaram muito e fizeram pouco.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Foram 843!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Está a olhar-se ao espelho!

O Orador: Contudo, avançámos ainda mais neste sector pois a evolução de obra pública para concessão de obra pública é já uma realidade em curso.

No futuro teremos estruturas adequadas que acompanharão e fiscalizarão as concessionárias podendo-se evoluir para entidades de gestão das concessões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nos Açores, falar hoje de qualidade já não é um mero conceito teórico ou um objectivo inatingível.

Desde 1997, foram dados vários passos que carecem de contínuo aprofundamento porquanto já temos empresas regionais de construção civil certificada e porque a qualidade já é percebida como factor de desenvolvimento e de mais-valias. Este é mais um indicador de desenvolvimento, cujo ponto de partida foi o ZERO ABSOLUTO.

Nos próximos anos teremos que nos aproximar das directivas comunitárias que terão implicações na uniformidade de critérios e de mútuo reconhecimento no sector da construção civil, designadamente, ao nível da Harmonização dos Sistemas de Qualificação de empresas de construção em matéria de Obras Públicas. Este novo eixo de actuação justifica-se porque os Açores não estão imunes aos processos de globalização.

Estaremos, por conseguinte, a caminhar para uma nova fase de fazer e garantir qualidade e segurança.

Neste âmbito, referência ao processo de reconstrução em que foram concluídas 1080 habitações no regime de empreitadas e estão em curso 305 moradias, o que nos permite confiar no cumprimento contratual das empresas adjudicatórias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Recebemos um Serviço Regional de Protecção Civil impreparado e insuficientemente dotado de recursos.

Actualmente, os açorianos habituaram-se a confiar e sentem-se mais seguros com o Sistema de Protecção Civil que edificámos.

Nova orgânica (pioneira no país) que associou com êxito a Protecção Civil aos Bombeiros, nova rede de comunicações de emergência, formação técnica avançada para corpos de bombeiros, assessoria técnico-financeira



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

com a Universidade dos Açores, sensibilização e informação a milhares de açorianos, para além da construção de importantes infra-estruturas e aquisição de cem viaturas que constituíram um salto qualitativo e quantitativo, traduzido no aumento de investimento neste sector (1 M €/ano até 1996 para 4,5 m €/ano nos últimos 7 anos).

Vamos continuar a intensificar a assessoria com a Universidade dos Açores, a aprofundar os objectivos da qualificação e sensibilização e informação dentro do Sistema de Protecção Civil, bem como avançar para novas valências em algumas Associações de Bombeiros Voluntários. No âmbito das infra-estruturas avançaremos na próxima legislatura para um novo quartel em Angra do Heroísmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos convictos que as nossas empresas de construção civil estão cada vez mais bem preparadas para o tempo de exigência e rigor em que vivemos.

Apesar das dificuldades que uma região como a nossa pode apresentar, devemos estar cientes que a saúde económica deste sector passa também pela manutenção de um clima de fundada confiança que temos trilhado, avesso às importações partidárias irresponsáveis e coligadas de cenários de crise que, felizmente, a nossa realidade tem desmentido em evidente contraste com as inúmeras falências e o grave desemprego que grassam no continente da famigerada coligação.

Por cá, vamos continuar a desenvolver os Açores vencendo constrangimentos conjunturais, defendendo com firmeza a nossa Região em ligação com os Açorianos possibilitando-lhes um horizonte social solidário e com responsabilidade participativa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Também na construção civil somos a razão da mudança operada desde 1997, e, ela não nos ultrapassa porque continuaremos empenhados no nosso futuro procurando ver ao longe para ter razão antes, numa constante aprendizagem da distância.

É neste quadro realista que o Plano para 2004 da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos se desenvolverá, transformando cada oportunidade numa vantagem com ordem à melhoria das condições habitacionais, de equipamentos, infra-estruturas e segurança de todos os açorianos, que são os primeiros e últimos destinatários do cumprimento dos nossos compromissos, e para que continuem a confiar em nós.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Neste momento estão inscritos os Srs. Deputado Alvarino Pinheiro, Nuno Amaral e António Gomes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Não vou utilizar muito tempo, porque em relação às falsidades que referiu sobre a Ilha Terceira e ao fracasso da sua política, terei oportunidade de fundamentar com mais algum tempo.

Apenas gostaria de chamar a sua atenção para um facto.

V. Exa. percebeu o que eu referi na minha intervenção ontem, mas fez-se de mouco e hoje fez um conjunto de afirmações.



Eu gostaria de lembrar o cuidado que tive ontem, em relação ao cimento, ao fazer uma referência na evolução negativa que este indicador tinha durante o ano. Eu fui moderado, porque só fiz referência à quebra de 7% na venda de cimento.

Se V. Exa. verificar o boletim trimestral da estatística verá que em relação ao terceiro trimestre vem referido:

“Neste trimestre houve uma quebra de 15,4% na oferta de cimento relativamente ao trimestre homólogo.

A produção local de cimento diminuiu 7,4% e a importação de cimento diminuiu 24,7%, quando comparada com os valores do trimestre homólogo.

A venda de cimento diminuiu 16,7% neste trimestre, relativamente ao terceiro trimestre de 2002”.

Sr. Secretário, isto é dado objectivo.

Eu situei muito claramente na chamada evolução recente. Estamos a falar de uma evolução conjuntural, de uma evolução recente para pôr em causa toda a política demagógica, incorrecta e falsa do Governo Regional nesse domínio.

Sob esse ponto de vista, é uma grave desonestidade intelectual fazer comparações de estrutura entre 95 e 2002.

Eu sei discutir isso, mas não coloquei essa questão.

A questão que eu coloquei foi da evolução conjuntural recente, aquela que o Governo omite e que, a partir de agora, os açorianos sabem que não corresponde à verdade.

Portanto, devemos estar todos preocupados e cientes de que os Açores não são nenhum oásis e não são imunes à evolução recente, que é negativa, de indicadores importantes da economia e da sociedade açoriana. (*)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A necessária adaptação da rede viária às necessidades do tráfego, pois são cada vez mais os veículos de grande tonelagem cujas estradas não estavam preparadas, a idade dos pavimentos e o natural envelhecimento dos sistemas de drenagem e de sinalização, obrigam a uma intervenção muito grande.

Ao longo destes anos os Governos de Carlos César levaram a efeito, nas diferentes ilhas, a reabilitação de alguns troços de estrada e a construção de novos, de forma a tornar mais fácil e rápida a deslocação entre as freguesias ou concelhos e, por outro lado, tirar o grande fluxo de trânsito existente em algumas freguesias, acabando com a grande preocupação dos seus habitantes, pois diariamente as suas vidas corriam perigo.

De acordo com estas preocupações e indo ao encontro dos anseios das populações, o Governo Regional inscreveu no seu PMP várias intervenções no sistema rodoviário, tornando as estradas mais rápidas e seguras, não só para os seus habitantes, mas também para os milhares de pessoas que nos visitam todos os anos.

De maneira nenhuma os açorianos querem fazer inversão de marcha nesta “auto-estrada” do desenvolvimento conduzido pelos Governos do Partido Socialista. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Não estava para usar da palavra, mas parece que, ontem, a bancada do PSD ficou com algumas dúvidas relativamente à reabilitação do troço da estrada regional nº 1-2ª entre Urzelina e aeródromo de São Jorge.

Eu, por mim, não tenho dúvidas, mas gostaria que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos esclarecesse esta casa, se a Secretaria pretende dar início e concluir, no ano de 2004, a reabilitação do troço dessa estrada.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma breve referência à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que se houve alguma falsidade em algum dado, foi exactamente naquilo que representou a sua intervenção e por uma razão muito simples, é que ela foi focalizada num aspecto muito conjuntural que não reflecte, por exemplo, a média de cimento que nós temos de 97 a 2003, que são 296 mil toneladas/ano, contra as 189 mil toneladas/ano de 90 a 96. Essa é que é a realidade, é a análise séria e a análise que corresponde a um período em que há regularidade em termos de crescimento, independentemente de poder haver alguma variação que, como o senhor sabe, até pode ser para mais ou para menos, no âmbito da Curva de Gales, que o senhor como economista conhece.

Portanto, não há nada de anormal quando nós temos um indicador que cresce ou decresce numa variação mínima, porque isso não representa a tendência no sentido, sobretudo incorrecto, que os senhores querem fazer.



Quando há uma variação muito pequenina de qualquer indicador, os senhores tentam logo levar para a crise.

O que é que os senhores vão dizer no final deste ano quando o desemprego voltar a baixar e ficar o mais baixo do país e da Europa?

Vão dizer que a crise já acabou.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O senhor já sabe os números que vão divulgar?

O Orador: Os senhores não têm patavina de razão quando fazem análises pequeninas, mesquinhas e circunscritas a meses e a trimestres.

Quem faz uma análise de trimestre não tem nenhuma razão para fazer uma generalização abusiva, uma extrapolação que não corresponde à verdadeira realidade dos factos.

A desonestidade intelectual da sua intervenção, foi ter pegado pontualmente em dados trimestrais e vir fazer demagogia barata, como lhe é habitual, para dar uma ideia incorrecta de um cenário de crise que, infelizmente para os senhores, não existe. Felizmente, para os açorianos, ainda não chegou nem vai chegar.

Os senhores só laboram permanentemente, como eu tenho visto aqui, num cenário de crise por uma razão muito simples: nós não vimos por parte da coligação, nem dos seus mentores e fautores, uma única ideia nesta Assembleia para os açorianos. Ao longo destes dias não vi uma única ideia senão o cenário da derrota, da catástrofe e da crise.

É só isso que os senhores sabem fazer e por isso vão continuar muitos mais anos sentados onde estão. (*)

Deputado João Cunha (PSD): Aí é que se engana!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)



Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando em finais de 1996, o Governo da responsabilidade do Partido Socialista iniciou funções governativas, encontrou todos os sectores da governação em estado calamitoso, com inúmeras obras por realizar e em total descrédito junto da população açoriana.

Era urgente recuperar a confiança dos açorianos para com as suas instituições, pois estava em causa a própria subsistência da Autonomia Regional.

Os açorianos questionavam-se então sobre o porquê da autonomia, uma vez que a falência estava à porta, com sectores produtivos à beira da bancarrota, com empresas industriais em falências sucessivas, porque o Governo Regional da responsabilidade do PSD não cumpria com as suas obrigações para com elas.

Os investimentos públicos ressentiam-se desse lastimável estado económico em que a Região mergulhava, e sectores como os transportes Terrestres, a Habitação e Protecção Civil sofriam as consequências directas da falta de investimento.

Com a chegada do Governo do Partido Socialista ao poder, esta situação inverteu-se completamente e a partir de 1997 os investimentos públicos fizeram-se sentir, contribuindo sobremaneira para a recuperação económica da Região e conciliando de forma perfeita essa recuperação económica com o desenvolvimento social dos açorianos, nomeadamente através de investimentos na área da habitação.



Foi assim que começaram a surgir em todos os Açores investimentos em construção e reparação de estradas de tal forma que, durante os sete anos que se seguiram, foi possível investir 203 milhões de euros na construção e recuperação de 450 Km de estradas,...

Deputado Mark Marques (PSD): Os cartazes dizem 843, ou eu vi mal?

Deputado João Cunha (PSD): Na Graciosa é dois metros por mês!

O Orador: ... mantendo-se o mesmo nível de investimento para o ano de 2004, onde com uma verba de 21.990.884, este Governo se propõe dar seguimento a esse projecto de vital importância para a nossa Região.

Em relação à Protecção Civil, o investimento foi também de forma a consolidar um sector que carecia de melhor atenção, onde a aquisição de equipamentos e construções de aquartelamentos dizem bem do enorme empenho e cuidados tidos na sua gestão.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas, demonstrando a grande vocação, que sempre norteou a postura do Governo do Partido Socialista, por resolver as situações mais difíceis que se colocavam aos açorianos, é de realçar acima de tudo, o grande esforço realizado na luta por conseguir melhores condições de vida para todos, nomeadamente no sector da Habitação onde um enorme investimento levado a efeito desde 1997 conseguiu inverter totalmente a triste situação habitacional então existente.

Na verdade, entre 1997 e 2002 foram apoiados 100 casos de colaboração com cooperativas de habitação, 281 em construção de habitação a custos controlados, cerca de 1300 de auto-construção e realojamentos e 450 casos de habitação degradada em média anual.

No que diz respeito à erradicação de barracas, foram estabelecidos vários protocolos com as Câmaras Municipais. Em S. Miguel foram feitos acordos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

com as Câmaras de Ponta Delgada, Lagoa, R. Grande e V. F. do Campo para a construção de 540 fogos; na Terceira, com as Câmaras de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória para a construção de 592 fogos, e na Graciosa com a Câmara de Santa Cruz para a construção de 10 fogos, (de referir que estes 10 fogos, tais como outros no concelho de Angra do Heroísmo vieram resolver situações que se arrastavam desde o sismo de 1980) o que perfaz 1142 fogos, num investimento total de sessenta e três milhões de euros, dos quais 37 milhões estão a cargo da Região e 27,9 do INH.

A maioria destes Municípios tem o programa de erradicação de barracas praticamente cumprido. Infelizmente nem todos trabalharam com o mesmo ritmo e a mesma preocupação em conseguir uma habitação condigna para quem continua a viver em barracas, tendo por isso o programa muito mais atrasado. A não autorização pelo Governo da República de empréstimos às Câmaras para construção de habitações, está fazendo com que este programa se atrase de forma drástica, para aquelas famílias que ainda não tenham o seu problema habitacional resolvido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em estudo realizado, chegou-se à conclusão que em 1997, 60,3% do parque habitacional era anterior a 1960, e 76% dos edifícios não possuíam betão armado (pilares, vigas e lajes).

Segundo a Constituição da República, no seu artigo sexagésimo quinto, “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

Em conformidade com a Constituição, o programa do VIII Governo Regional refere a pretensão de “Prosseguir na Concretização do Direito à Habitação”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O actual Governo está *a mudar os Açores*, o actual Governo está a mudar para melhor a qualidade de vida dos açorianos e é seu propósito continuar a acentuar a participação das populações na concepção, produção e gestão da habitação, cooperando por isso com os beneficiários, autarquias locais, cooperativas e outros agentes locais na criação de um parque habitacional qualificado, devidamente equipado e integrado no ordenamento urbano. Sendo necessário por isso continuar a:

- Garantir a infra-estruturação de terrenos e incentivos financeiros, com vista à auto-construção de habitação, devidamente integrada no tecido urbano envolvente;
- Promover a produção de habitação em regime de propriedade resolúvel, dando satisfação a uma faixa da população que não logra obtê-la, quer por falta de enquadramento no regime de crédito, quer por dificuldades na sua aquisição directa;
- Estimular a construção de habitação a custos controlados (CDH'S), através da promoção empresarial e/ou cooperativa, contribuindo decididamente para a eliminação de carências habitacionais, sobretudo, das áreas urbanas;
- Concluir, em parceria com as Câmaras Municipais, os acordos de realojamento existentes e celebrar outros considerados necessários com vista a realojar as famílias que vivam em situações deprimentes, nomeadamente em barracas e similares ou sobrelotação, recuperando, simultaneamente as áreas libertas;
- Proteger as populações que vivem em situações de risco (junto a falésias, orla marítima, taludes, leitos de ribeira, etc.), implementando projectos de salvaguarda habitacional que reforcem a segurança da vida e dos bens dos cidadãos, ou promovendo gradualmente a alteração da sua localização.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É no cumprimento deste propósito que todos os anos são incluídas as verbas no programa 27 para apoiar os cidadãos com menos capacidade económica e tem sido alterada e mesmo criada várias legislações no sentido de tornar mais justos os apoios a atribuir pelo Governo Regional. Para o ano de 2004 estão inscritos 11.582.096 euros mais 22% do que o plano de 2003.

A política assumida por este Governo, no intuito de criar condições para que o maior número possível de famílias tenha a sua própria casa, trará grandes benefícios, em termos sociais, económicos e culturais, e vai criar condições para que as populações se fixem e para que haja estabilidade social.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições na sequência desta intervenção.

(Pausa)

Não havendo inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira para uma intervenção.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano do Governo Regional do Partido Socialista para 2004 é o último Plano desta Legislatura e, por consequência, o último Plano do seu mandato. Por isso, este Plano não pode ser analisado isoladamente, mas sim na sua articulação com o período que ele encerra. O Plano do Governo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

para 2004 tem de ser necessariamente julgado no contexto do balanço que é fundamental fazer-se ao deve e haver dos compromissos assumidos por este Governo em 2000 e em que medida, agora que o mandato se encerra, foram ou não cumpridos.

Em relação à Ilha do Faial, os grandes projectos de 2000, assumidos pelo PS no seu programa eleitoral, eram sem dúvida, os seguintes: a conclusão da Reconstrução, a construção da nova Escola Secundária, a construção do Complexo Desportivo do Faial, a reabilitação das estradas regionais e construção da Variante à cidade da Horta e a conclusão da Casa Grande.

Quatro anos depois, que avaliação fazem os faialenses do cumprimento desses projectos essenciais para o nosso desenvolvimento?

Infelizmente, todos eles estão por concretizar. Pior: nenhum deles ficará concluído no fim de 2004. E a prova de que foi por opção deliberada deste Governo que os projectos do Faial ficaram para trás é de que – exceptuando a Reconstrução – todos os outros projectos são já promessas de 1996 e, oito anos depois, desculpa atrás de desculpa, mentira atrás de mentira, estão todos no pé que os faialenses conhecem. Isto é, obra igual a zero.

Mas não foram só os chamados investimentos estruturantes que ficaram por realizar. Muitas outras promessas de 2000 jazem no limbo do incumprimento: a reabilitação das estradas do interior da ilha, a conclusão das obras da lagoa artificial, a reabilitação das termas do Varadouro, a construção do Campo de Golfe e a construção da Pousada de Juventude, entre outros, continuam por cumprir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 2000 foi prometida para o fim de 2004 a conclusão da Reconstrução. De início, falava-se tão simplesmente da reconstrução. Depois, introduziu-se uma precisão cheia de significado e plena de consequências: afinal o fim



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

da reconstrução queria dizer o fim das empreitadas. Ao fim de seis anos, fica, por consequência, muito por resolver.

Fica por resolver a situação dos sinistrados do 1º escalão com o direito a casa, mas sem terreno onde construí-la, apesar de promessas recentes para uma possível solução.

Fica por resolver a situação dos sinistrados do 1º escalão com direito a casa, mas sem terreno para construí-la, apesar de promessas recentes para uma possível solução.

Fica por resolver a situação dos sinistrados do 2º e 3º escalões que não conseguem por si só fazer frente à reconstrução das suas moradias.

Fica por resolver a situação dos sinistrados do 1º escalão que foram afastados contra a sua vontade das empreitadas.

Fica por resolver a situação dos sinistrados que foram afastados dos apoios com a justificação recente de que os danos das suas moradias não foram provocados pelo sismo.

Fica por resolver a situação as heranças indivisas, que impossibilitam a recuperação de algumas moradias.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2004 parece apostar para o Faial, retirando as verbas para a Reconstrução, na construção da Escola Secundária, o que aparenta ser uma boa notícia, mas já sabemos que o que se promete começar a construir é um Pavilhão e que não está programado ao início das obras do chamado corpo da escola. Aliás, a verba inscrita no Plano, 350.000 contos, apenas permitirá colocar a primeira pedra, quando, se as promessas fossem cumpridas, se deveria estar agora a colocar, sim, a última pedra da nova escola.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O mesmo se diga das obras na Casa Grande, que se prometem retomar no próximo ano, depois de estarem há três anos paradas. Os 50.000 contos, inscritos no Plano para tal obra, estão muito e estranhamente longe dos 800.000 contos, acrescidos de IVA, com que o Governo Regional em Agosto do ano passado autorizou a abertura do concurso para a obra. Por isso, tudo indica estarmos perante mais uma movimentação para levantar alguma poeira em anos de eleições para, logo de seguida, a manterem-se os mesmos protagonistas, ficar tudo na mesma.

O restante do plano de 2004 para o Faial é, em tudo, um pouco do mesmo dos anos anteriores. Por isso, este é um Plano que ajudará a cavar mais fundo a distância que separa esta ilha do resto da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano do Governo para 2004 representa o fim de um ciclo de má memória para os faialenses. Um ciclo de esquecimento e abandono, justificado com a desgraça da reconstrução. Um ciclo de tantas promessas feitas e de tantas promessas para cumprir. Um ciclo de concentração do investimento de forma desigual e geradora de profundos desequilíbrios de desenvolvimento.

Um ciclo para o qual os Faialenses terão memória. Para não repetir.

Tenho dito.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancada do PSD e PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Em 1993, já estava eu nesta Assembleia, e um Membro do Governo de então dizia, no fecho da sua intervenção na discussão do Plano para 93, o seguinte:

“Daqui poderemos concluir que ao contrário de outras vezes do bota abaixo, a cidade da Horta, Ilha do Faial, e as suas gentes estarão preparadas para enfrentar o Séc. XXI”.

No Plano de 1993 estava contemplado o início e conclusão do molhe do porto da Horta.

Eu gostaria que o Sr. Deputado dissesse em que ano foi concluída esta obra e qual era o Governo que comandava os destinos dos Açores.

Deputado Mark Marques (PSD): Está hoje armado em arqueólogo!

O Orador: Do mesmo modo, em 1993, referia que seriam executadas as grandes reparações do pavilhão que acabou de referir naquela tribuna.

Também gostaria que me dissesse se essas obras foram concluídas em 1993.

Referia também que seriam executados 10 km de asfalto no pavimento betuminoso, no ano de 1993, na Ilha do Faial, o que me parece que não terá sido realizado.

Também referia que seria uma realidade a construção de um campo de golfe no Faial, nesse ano.

Gostaria que o Sr. Deputado me localizasse esse campo de golfe.

Deputado Herberto Rosa (PS): Só tem o buraco, não tem o campo!

O Orador: Ainda ontem dei a volta à ilha e não consegui localizar a implantação desse campo.

Muito obrigado. (*)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção, como é hábito, a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira e muito rapidamente gostaria de dizer que, para o Partido Socialista, continua a ser possível terminar até 2004, no que diz respeito à reconstrução, o compromisso que o Governo assumiu como sendo responsabilidade sua, o que não significa que até 2004 termine a reconstrução, embora, por vezes, de uma forma hábil e maliciosa, algumas pessoas aparentemente mal formadas ou outras bem formadas e conscientes do que estão a dizer, pretendem fazer passar.

No que diz respeito a algumas das obras que referiu, eu gostaria de dizer que também, como faialense e como político, estaria muito mais feliz, e comigo estariam certamente todos os camaradas socialistas e os membros do Governo, por podermos, nesta altura do ano, garantir que até ao final de 2004, todos os nossos compromissos eleitorais iriam ser cumpridos.

Quer da minha parte, quer da parte de outros responsáveis do Partido Socialista da Ilha do Faial e inclusivamente por parte de outros responsáveis do Partido Socialista a nível regional, já foi publicamente assumido, por mais que uma vez, que, infelizmente, tal não seria possível e já foram explicados os motivos que levaram a que tal não fosse possível.

Relativamente a alguns desses projectos, pelos quais continuarei a lutar para que se venham a concretizar, nesta altura em que estamos a discutir e proximamente iremos votar os documentos relativos ao último ano desta Legislatura, fico muito feliz por, uma vez mais, poder garantir que o processo de construção da nova escola secundária e os complexos que lhe estão adstritos neste projecto venham a iniciar-se. Em determinada altura



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

desta legislatura foram dados como uma certeza, noutras momentos foram dados como uma incerteza pela negativa, mas graças ao empenhamento do Secretário da tutela, do Sr. Presidente do Governo Regional e do colega das Finanças, conseguimos honrar um compromisso que tinha sido assumido depois de termos garantido que não seria possível assumir nesta Legislatura.

Se me perguntar muito objectivamente se eu gostaria de em 2004 ter este processo concluído, eu direi que não sou ingénuo ao ponto de acreditar que seja possível construir a escola, o complexo desportivo, incluindo o estádio e legalizar todos os terrenos à volta disso. Mas fico muito feliz por tendo passado pelas dificuldades financeiras que se passaram em 2002 e pelos apertos que foram impostos em 2003 e continuarão a ser impostos em 2004, este processo possa ser iniciado.

Muito obrigado. (*)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Onde é que eu já ouvi isto?

Deputado Renato Leal (PS): Não foi comigo, porque nunca falei consigo sobre esta matéria!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Costa Pereira.

O Sr. Deputado enunciou algumas situações que, no âmbito da reconstrução e no entender dele continuam por resolver.

O Deputado Renato Leal já teve oportunidade de esclarecer de forma clara essa situação. Algumas delas ficarão certamente resolvidas até ao final desta legislatura e outras, cuja responsabilidade não é, nem pode ser imputada ao Governo Regional e à SPRHI, certamente não encontrarão



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

nessa data solução. Contudo, qualquer um de nós, Governo e Deputados, não se pode demitir do acompanhamento e até do estímulo da resolução dessas situações.

Indo directamente à questão que quero colocar, ontem estranhei que o Deputado Duarte Freitas, no desenrolar de um rol de números daquela tribuna, no que se refere à questão da reconstrução, tenha ficado, no final de um período e no âmbito de elogios ao Governo da República, por dizer que se continua a apoiar a reconstrução.

O Sr. Deputado Costa Pereira esqueceu-se, certamente por estar limitado pelo tempo atribuído à sua bancada, de dar nota e de informar esta Casa do cumprimento, ou não, do compromisso eleitoral do Governo quanto à transferência de 60% do custo da reconstrução.

Se não me enganei nas contas – se me enganei o Sr. Deputado certamente me corrigirá – será que 20 milhões de contos, num investimento de 36,8 milhões de contos, representam os 60%? (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Lamento o papel que o senhor tem vindo aqui a prestar, quase de abutre, procurando justificar o presente com o passado.

O passado do PSD já foi julgado pelos açorianos duas vezes. Neste momento, os senhores é que estão sujeitos a julgamento. Os senhores é que estão a terminar mais um mandato e vão ser julgados pelos açorianos por aquilo que fizeram ou não fizeram.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)



O Orador: Sr. Deputado Renato Leal, registo e percebi o embaraço com que abordou as questões que eu levantei e a forma como (tenho que reconhecer!) assumiu que aquilo que eu disse era verdade, isto é, de que a reconstrução não estará terminada em 2004.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é falso!

O Orador: Quem disse que estaria terminada em 2004 foi o Sr. Presidente do Governo numa reunião que teve logo após a vitória eleitoral ...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): É falso!

O Orador: ... em 2000 com os deputados eleitos por esta ilha.

Nessa reunião, o Sr. Presidente do Governo fez uma calendarização do financiamento e dos pagamentos da reconstrução e disse que a reconstrução estaria terminada em 2004.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é falso!

O Orador: Só a meio desta legislatura é que os senhores colocaram a nuance de que a reconstrução que estaria terminada era a das empreitadas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Deputado, quem é que se ia responsabilizar pelo INH?

O senhor não está bom da cabeça!

O Orador: Se o Sr. Secretário tem dúvidas, pergunte ao Sr. Deputado José Decq Mota que esteve nessa reunião, se é ou não verdade que o Sr. Presidente do Governo nunca falou em nada disso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Relativamente à escola Secundária, Sr. Deputado Renato Leal, as suas certezas são as incertezas do Secretário Regional da Educação e Cultura. O senhor tem a certeza de que a escola começará no próximo ano.

O que o Sr. Secretário disse que ia começar era o pavilhão da escola e disse que não sabia quando é que corpo da escola e o restante edifício seriam feitos.

Sobre a honestidade desta proposta de se fazer agora um pavilhão e não se saber quando é que continua o resto, estamos conversados. (*)

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: O Sr. Presidente do Governo Regional pediu a palavra para defender a sua consideração. Foi isso?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Foi sim, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados:

Uso da palavra neste contexto para clarificar o que disse na citada reunião.

O Presidente do Governo Regional disse que a reconstrução estaria concluída no final do ano de 2004, no que se refere naturalmente às responsabilidades do Governo.

Como V. Exa. deve saber, existem pelo menos dois modelos de acesso aos benefícios da reconstrução. Um deles é aquele que é aproveitado por parte dos sinistrados, incluídos em empreitadas públicas, que são projectadas e lançadas a concurso, executadas sob a fiscalização do Governo. São esses casos que são da responsabilidade directa do Governo.

Outros casos existem que são os casos por administração directa.



Nessas circunstâncias, compete ao Governo Regional ter nas suas disponibilidades orçamentais os apoios necessários a prestar aos sinistrados quando e no montante em que eles iniciem as suas obras.

Portanto, se existirem pessoas que não pretenderem efectuar a sua reconstrução este ano de 2003, no ano de 2004 ou no ano de 2005, por exemplo, o Governo terá apenas que reter o montante calculado para participar essa obra que é da exclusiva iniciativa do sinistrado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é defesa da honra?

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Regimento nasceu e acabou de ser enterrado!

O Orador: Portanto, o entendimento que deve ser dado às minhas palavras, e naturalmente o entendimento que eu lhe dei e que tenho repetido muitas e muitas vezes, é o de que as empreitadas públicas, relativas ao processo de reconstrução, estarão todas concluídas no final do ano de 2004. Foi isso que eu disse, é isso que eu continuarei a dizer e é isso que eu espero que venha a acontecer.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No debate que estava a manter com o Sr. Deputado Costa Pereira, retomo uma clarificação.

No verão deste ano, os órgãos responsáveis pelo Partido Socialista no Faial, em conjunto com o Sr. Secretário da Educação, comunicaram aos OCS que estiveram presentes qual era o ponto da situação relativamente a este projecto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Convém referir que quando se falou na Escola Secundária, quando se apresentou aos OCS o projecto que é volumoso, explicou-se que não se começaria efectivamente pela construção do corpo da escola secundária, mas sim pelo pavilhão.

Portanto, não constitui neste momento nenhuma novidade. Qualquer eleitor atento, qualquer utilizador dos diversos OCS, terá tido oportunidade de perceber aonde iríamos chegar.

Relativamente à questão que o Sr. Deputado Costa Pereira coloca, da avaliação que faz relativamente ao que suponho ter sido um requerimento seu e da resposta do Sr. Secretário, eu quero dizer-lhe que estou inteiramente de acordo com a prudência que o Sr. Secretário utilizou e com a estratégia que seguiu.

Tendo em conta a dificuldade que há em cumprir prazos no que diz respeito a obras públicas nos Açores, eu tenho a certeza absoluta que isto serviria como qualquer geleia, gelatina, marmelada, goiabada ou mangada nas suas mãos, para chamar a um secretário, que ainda sem ter começado a primeira pedra e as muitas outras que se hão-de seguir para termos o pavilhão concluído, mentiroso e que faltava à verdade relativamente a este processo. Isto é, como se costuma dizer, “oiro sobre azul”.

Ainda bem que o Espírito Santo que eu e o Sr. Secretário acreditamos, o iluminou nesta altura para ele responder como respondeu. (*)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, queria cumprimentar um grupo de alunos do curso de serviços comerciais e promoção regional, uma disciplina de economia, da Escola Profissional da Horta, que se encontra a assistir aos nossos trabalhos.

(Aplausos da Câmara)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

As afirmações que fiz, Sr. Presidente do Governo, foram em relação aos sinistrados do 1º escalão e eles não são tão poucos como parece. Falava dos sinistrados que estavam nas empreitadas, mas foram retirados. Neste momento querem que seja o CPR ou a SPHRI a fazer as suas obras, mas ninguém lhes diz que as faz.

Sr. Deputado Renato Leal, relativamente à escola, eu gostaria de dizer três coisas.

Em relação à prudência que o senhor afirma que comunga com o Sr. Secretário, eu devo dizer que exige-se prudência, mas quem está a exercer funções governativas deve ter, acima de tudo, planificação e deve saber quando faz uma coisa, o que é que vai fazer a seguir.

Em relação a um secretário regional ao qual se pergunta qual a planificação para construção da nova escola e ele afirma que vai construir a escola e que não sabe o que é que vai fazer a seguir, não é preciso dizer mais nada. Estamos conversados.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Em segundo lugar, a história de que iam fazer o pavilhão já constava do plano de 1997. Nessa altura o Sr. Secretário dizia que a nova escola iria arrancar em final de 98 e que ia começar pelo pavilhão. A veracidade dessas promessas está provada através da comunicação social.

Quem disse que o Sr. Secretário era mentiroso não foi eu, foi o senhor.

Deputado Renato Leal (PS): Não senhor, não foi eu!

O Orador: Já agora, apresento-lhe algumas citações como exemplo:



Em Setembro de 1997 o Sr. Secretário dizia que “as obras da nova Escola Secundária iniciar-se-ão em final de 98”. Está publicado no jornal “Correio da Horta”.

Em 17 de Novembro de 1998, o mesmo Secretário dizia neste Parlamento que “está em fase adiantada a elaboração do projecto da nova Secundária da Horta”.

Em Maio de 2000, o Secretário dizia: “na pior das hipóteses, as obras da nova escola começarão no início de 2001”.

Em Novembro de 2001, disse: “as obras da nova escola terão início em 2003 com expressão financeira em 2004”.

Se isto não é verdade, os adjectivos ficam com quem diz essas coisas. (*)

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para informar que o meu acordo relativamente ao procedimento do Sr. Secretário, tem a ver exactamente com essa listagem que o senhor, pelos vistos, prazenteira e felizmente, gostaria de, como membro da oposição, continuar a ter. Não direi mês a mês, mas se possível semana a semana com a evolução que as coisas vão tendo.

É efectivamente para não o municiar com um trunfo importante desses, que convém dizer que neste momento não há mês previsível para o início daquilo que se considera apenas a escola, porque o pavilhão – e eu tenho todas as razões para acreditar – começará no próximo ano.



Deputado Joaquim Machado (PSD): Em que mês?

O Orador: Pois, o senhor gostava até que eu dissesse o dia e de preferência qual o estado do tempo e a hora a que o senhor aterraria no aeroporto da Horta. Mas eu não tenho a certeza do senhor vir a ser convidado.

Segunda questão:

Sr. Deputado Costa Pereira, eu não sei se é por coincidência ou não, mas num prazo que eu tenho que considerar muito recente, aconteceram alguns fenómenos com a construção civil no Faial que nos obrigam a ter as barbas de molho e os desbarbados como eu ficam numa situação perfeitamente virtual.

Relativamente à piscina municipal, à escola do 1º ciclo da Matriz-Conceição, ao edifício do comando da PSP e ao hotel em construção junto à igreja das Angústias, houve necessidade de suspender parcialmente as obras por forma a que houvessem avaliações mais consistentes, mais aprofundadas tecnicamente e melhor fundamentadas relativamente aos solos.

Imagine que sucede uma situação destas lá em cima com este novo complexo. É como eu digo: “é oiro sobre azul” para continuar a dizer que os prazos não se cumprem.

Houve prudência. Bem-haja. (*)

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar o último Plano desta legislatura e que deveria ser o epílogo da execução dos Planos que foram aprovados e referentes aos anos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de 2001, 2002 e 2003; mas para que o fosse teria sido necessário que esses Planos tivessem sido bem executados e de acordo com o que efectivamente aqui foi aprovado. Aliás estes documentos só serão credibilizados se forem efectivamente cumpridos ou, pelo menos exista forte vontade política de cumpri-los, e quando não cumpridos num ano, haja esforço efectivo para que no ano seguinte as acções não executadas venham a sê-lo, de modo a que fique claro existir vontade política de executar o que é programado.

Em nosso entender, isso não tem sido feito; vamos dar alguns exemplos referentes à Ilha pela qual fui eleito e comprovaremos que em relação às Flores aquilo que teria sido fundamental fazer nos três primeiros anos da legislatura não foi feito, embora muito constasse dos Planos propostos pelo Governo Regional e aprovados neste Parlamento.

Hoje, é por todos reconhecida a necessidade urgente duma intervenção profunda, séria e eficaz nas estradas regionais de Ilha – em todas elas. E, o Plano de 2001, no Programa 33.1.18 – calamidades – intempéries, contemplava obras de reabilitação em estradas regionais, na Ilha das Flores, mas nesse ano não existiu qualquer obra de reabilitação em estradas regionais nas Flores. Em 2002, Programa 11.2.27 – correcção e reabilitação da Estrada Regional nº 1-2ª contemplava-se a reabilitação de 5 Km na estrada Santa Cruz – Ribeira da Cruz, mas nesse ano não foi executada qualquer reabilitação nas Flores, apesar de também no Programa 33.1.18 calamidades-intempéries – se referir “reabilitação das estradas regionais da Ilha das Flores – início da empreitada entre Santa Cruz e Lajes (1ª Fase).

Em 2003 no Programa 11.2.39 consignou-se e cito “Pavimentação de diversos troços da ER nº1 – 2ª nas Flores. Pavimentação de diversos troços de estradas. Lançamento do Concurso, expropriações e início físico dos trabalhos de empreitada”. Mas, afinal, em 2003, e até ao dia de hoje, têm



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sido feitas algumas, poucas, conservações correntes, mas pavimentação, expropriações e início físico dos trabalhos não foram executados. Quero lembrar que ao analisarmos estas matérias no ano transacto, no dia 13 de Novembro aquando da votação do Plano e Orçamento para o corrente ano, o Senhor Deputado Herberto Rosa do Partido Socialista, afirmava e cito:

“Contudo, existem alguns troços da estrada das Flores cujo estado de degradação exige intervenção urgente e imediata.

O reconhecimento desta realidade levou a que o Governo Regional, por ocasião da última visita estatutária às Flores, tivesse deliberado autorizar o procedimento destinado à aquisição de um cilindro para a delegação da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos daquela Ilha, destinado a reforçar a capacidade de intervenção daquela delegação na rede viária da ilha.

É neste contexto e considerando que para alcançar aquele desiderato, para além do reforço de meios técnicos, é também necessário dotar a referida delegação com os recursos financeiros adequados à sua plena capacidade de intervenção, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta esta proposta de alteração ao Plano e Orçamento para o próximo ano, que visa assegurar o efectivo arranque da reabilitação da rede viária da Ilha das Flores, reforçando com 400 mil euros, as verbas destinadas à conservação e reparação das estradas regionais”.

Mas, afinal, o efectivo arranque da reabilitação da rede viária da Ilha das Flores quanto a trabalhos executados e até ao dia de hoje não existiu. Perante isto, que credibilidade tem a afirmação contida na proposta de Plano para 2004 onde se anuncia “o lançamento do concurso e início dos trabalhos de correcção e repavimentação da E.R. 1-2^a até à Ribeira da Cruz. E, não vale a pena o Sr. Deputado eleito pelo PS na Ilha das Flores voltar a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

dizer que agora é que é, porque fê-lo no ano transacto, mas não foi; nós até acreditámos que seria, mas não foi; é por isso que em relação às estradas das Flores a nossa postura é a de São Tomé – só vamos acreditar que as obras se iniciaram no dia em que através dos nossos olhos vimos esse início e só vamos acreditar no andamento dessas obras à medida que nós próprios as vimos serem executadas.

Outro exemplo também significativo, são as obras nos Portos das Flores; em 2001 programava-se o início das obras de adaptação do edifício da Alfândega a Lota e Casas de Apresto em Santa Cruz; a obra efectivamente iniciou-se, mas tarde, e tem vindo a desenvolver-se com uma lentidão tal que só terminará em 2004; mas as obras que estavam a decorrer no edifício da Lota, nas Lajes, essas pararam e ainda não foram concluídas, até ao presente; em 2002 programava-se a construção de uma oficina de embarcações no Porto das Flores, a qual ainda não se iniciou no presente. Em 2003 anunciava-se o início da recuperação do Porto, mas neste momento pouco mais existe do que o estaleiro da obra, com algumas enormidades como seja a importação de pedra de fora da Ilha para as obras do Porto, como se as Flores não fosse uma das Ilhas em que mais abundam os inertes para qualquer obra de construção civil. Apesar de prometidas e anunciadas em visitas estatutárias do Governo à Ilha das Flores, o porto de recreio das Lajes e as instalações para o Clube Naval não estão contemplados no plano para 2004. Também devo salientar o facto do porto das Flores continuar sem nunca ter tido a iluminação que devia ter, ou a água anunciada e que nunca chegou, ou a possibilidade de combustível para abastecimento dos barcos que também não existe.

Outro exemplo lapidar é o contemplado no Programa 14.1.6 que em 2002 anunciava o “estudo e projecto e lançamento da empreitada para a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

reabilitação das infra-estruturas da aerogare das Flores”; em 2003 anunciava exactamente o mesmo e até ao presente dessa empreitada o único trabalho efectuado foi o corte de um ou dois pinheiros que se encontravam em frente da actual aerogare, pelo que ninguém sabe o que se quer dizer com a repetição na Proposta de Plano para 2004 do que já veio contemplado nos Planos de 2002 e 2003.

Mas vamos ainda a outro exemplo; no Plano para 2002, Programa 22.2.10 vinha contemplada a seguinte acção “construção de edifício para creche e jardim de infância nas Lajes das Flores – Casa do Povo das Lajes, e explicitava-se “conclusão do projecto de execução para construção de edifício destinado a creche e jardim de infância”, mas os 25.000€ então programados não foram executados, pelo menos na acção programada; no Plano para 2004 volta a ser proposta a mesma acção e assim no Programa 22.2.10 – construção de edifício para creche, nas Lajes das Flores – Casa do Povo das Lajes, vem explicitada a acção “conclusão do projecto para a construção de um edifício destinado a uma creche” e voltam a ser orçamentados 25.000€. Ou seja, a creche e jardim de infância ficará em 2004 por mais um projecto, como tantos outros que foram feitos nas Flores e na vigência do actual governo, que não passam de projecto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
Hoje, nas Flores, a população está cansada de ouvir falar em projectos e mais projectos, o que deseja é ver obra efectivamente feita. Viram-se os projectos da aerogare e a obra, embora talvez se inicie, ainda não se iniciou; viu-se o projecto do porto de recreio das Lajes, mas a obra não se iniciou nem se vai iniciar; viu-se o projecto das instalações do Clube Naval, mas os responsáveis do Clube bem que podem esperar porque a obra não se iniciou nem se vai iniciar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ao analisarmos o Plano e Orçamento para 2004 não podemos esquecer as deliberações do Governo Regional em relação à Ilha das Flores e tomadas no passado dia 24 de Setembro; em nosso entender, a sua concretização não tem correspondência em relação às verbas disponíveis para a Ilha.

Para além dos aspectos que já referimos, o Governo Regional, nas Flores, comprometeu-se com “a conclusão das obras do fecho do anel Morro Alto – Lombas, possibilitando, assim, a circulação em volta de toda a Ilha”, mas no orçamento do Plano não descortinamos verba suficiente para que tal se concretize, receamos mesmo que a verba atribuída para os caminhos agro-silvo-pecuários seja suficiente para que se mantenham em condições aceitáveis esses caminhos, os quais são indispensáveis para a agro-pecuária das Flores.

Nas Flores, o Governo Regional comprometeu-se com “as obras de reabilitação do Porto Velho”, mas no Plano não descortinamos a correspondente verba a tal destinada.

Nas Flores, o Governo Regional comprometeu-se com “a elaboração do projecto de requalificação do porto de Ponta Delgada” das Flores, mas no Plano não encontramos verba para esse objectivo.

Nas Flores, o Governo Regional comprometeu-se com “o reforço de meios financeiros destinados à conclusão das obras de beneficiação do Centro de Saúde”, mas no Programa 20 – Infra-estruturas de Saúde – não existe qualquer verba desagregada para as Flores.

Podíamos continuar a analisar o comunicado do Governo Regional quando estive nas Flores, e não encontramos correspondência entre as decisões tomadas e as verbas necessárias à sua concretização – não existem verbas desagregadas para o acordo de cooperação técnico-financeira para



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

comparticipar as obras de saneamento básico, arranjos urbanísticos e reabilitação das ruas de Santa Cruz, não existem verbas desagregadas para o apoio à “exportação de resíduos industriais, designadamente pneus, óleos usados e baterias”, etc, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:
Com o Plano e Orçamento em análise, ainda não será no ano de 2004 que a Ilha das Flores verá concretizadas as infra-estruturas necessárias a um desenvolvimento equilibrado e sustentado; com o Plano e Orçamento para 2004, embora as verbas orçamentadas fossem executadas, o que duvidamos, a Ilha das Flores não vai ter um desenvolvimento que a aproxime de outras Ilhas.

Este Plano e Orçamento não abrem perspectivas positivas para a Ilha das Flores; este Plano e Orçamento não servem a Ilha das Flores. Este Plano e Orçamento merecerão o nosso voto negativo.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PP e PCP)

Presidente: Estão abertas as inscrições sobre esta intervenção.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois esclarecimentos muito breves.

O Sr. Deputado Paulo Valadão teve oportunidade de ver comigo a construção de todo o material necessário para que as obras de mar se iniciem na hora que se devem iniciar, ou seja, quando houver bom tempo.

Neste momento está a ser feito em terra aquilo que deve ser feito.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Há um planeamento que é feito pela empresa. A empresa é idónea e sabe exactamente o que é que deve fazer. Tem um cronograma que lhe foi adjudicado. Portanto, está a decorrer normalmente.

Não considero correcto da sua parte, o que afirmou em relação às pedras que são necessárias. Isso é um problema da própria empresa. Ela é que terá que encontrar as formas mais adequadas para encontrar os materiais inertes necessários para a reabilitação do porto.

Isso não depende da Secretaria Regional da Economia. A empresa é que deve escolher os métodos mais correctos para prosseguir a obra.

Não sei o que é que Sr. Deputado pretende. Se é ter uma pedreira na sua terra, normalmente as pedreiras acarretam sempre problemas ambientais.

No que diz respeito à aerogare das Lajes, a obra está adjudicada à mesma empresa em consórcio com outra empresa. Essa outra empresa também é idónea.

O projecto é excelente e envolve 2 milhões e 40 mil euros. Em termos de moeda antiga, essa quantidade representa 400 mil contos.

Neste momento, no que diz respeito à Secretaria Regional da Economia, está em obra 12 milhões de euros no que respeita à Ilha das Flores.

Se calhar no passado nunca houve tanto investimento naquela ilha como está a haver neste momento na Ilha das Flores.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Valadão transpôs o debate para uma questão metafísica, para uma questão de fé.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado, curiosamente, colocou-se agora na posição de São Tomé, quer ver para crer. Eu estou quase em dizer que mesmo quando vê não crê, porque algumas das coisas que o senhor referiu já as podia ter visto.

Se o senhor, por exemplo, tivesse analisado o Plano com atenção, teria encontrado 300 mil euros que estão consignados para a cooperação técnico-financeira entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Santa Cruz, para a reabilitação da baixa da Vila de Santa Cruz.

Se o Sr. Deputado tivesse vontade de ver, também teria visto as obras que estão a decorrer no porto das Lajes. A comunicação social da ilha referiu que as obras de reabilitação do porto das Lajes se iniciaram em Agosto e, inclusivamente, neste momento, já existem obras de mar.

Se o Sr. Deputado quisesse ver, também já teria visto e poder-se-ia ter informado, por que é que neste momento parte do parque de estacionamento do aeroporto está vedado e tem uns contentores com o nome de umas determinadas firmas.

A obra certamente está consignada. As empresas estão a montar estaleiro para iniciar a obra. Em nenhum lado do mundo a obra se conclui antes de ser iniciada. A obra tem uma forma e um calendário para ser executada.

É demagogia. É não querer ver.

Relativamente às estradas eu sou o primeiro a lamentar, com muita pena, que a rede viária das Flores só agora esteja em condições, com atraso é certo, atrasos esses que têm justificação. Só agora é que a repavimentação e requalificação da rede viária teve um arranque efectivo depois de se ter resolvido o problema das pontes e outros problemas que surgiram resultantes de calamidades.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado não referiu, e honestamente podia tê-lo feito, que não constava do último Plano a Médio Prazo investir 10 milhões de euros na reabilitação do porto das Lajes.

O dinheiro não cresce nas árvores. Se nós estamos a colocar 10 milhões de euros no porto das Lajes, o dinheiro tem que vir de algum lado. Há obras que têm que deslizar, aliás, como este Governo fez quando apresentou a revisão do Plano a Médio Prazo.

O que lhe digo, e o senhor também sabe porque lê jornais, é que já está adjudicada a obra do Ramal da Fajã Grande (4,5 km) que vai absorver aquele dinheiro que o senhor referiu. Ainda bem que lembrou que foi o PS, através de mim, que apresentou essa proposta e a fez aprovar. Eu já não me lembro qual foi a sua posição e a do seu partido em relação a essa matéria.

Também lhe posso dizer que se o senhor tiver atenção, verá que já está publicado o aviso do concurso para a reabilitação da estrada Lajes/Santa Cruz em 12,2 km e se vir a imprensa de Janeiro verá que vai ser publicado o aviso de concurso para o troço Ribeira da Cruz/Santa Cruz.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma informação muito breve.

Em primeiro lugar, o Governo Regional, desde 1997, teve um investimento vultuoso em matéria de estradas regionais na Ilha das Flores, mas teve que acudir a situações que se vinham verificando desde 1995.

Foi por isso que na VII Legislatura esse grande investimento, que teve alguma consequência a nível da conservação corrente, se cifrou à volta dos 9,3 milhões de euros em matéria de estradas regionais, sem prejuízo de já



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

ter dito aqui que era vontade política ganhar décadas de atraso no que se refere a estradas regionais nas Flores.

É preciso reafirmar, porque é verdade, que à data de 1996, não havia um metro ou um centímetro de asfalto betuminoso em qualquer estrada da Ilha das Flores. Isso é um ponto de partida que não é mau, é péssimo.

O primeiro troço que se intervencionou foi a chamada recta das Lajes numa extensão de 2,9 km, mas a rede viária das Lajes sofria e ainda sofre um atraso muito significativo.

Também é verdade que quando foi possível, depois da reprogramação financeira que foi feita em 2003, deu-se um sinal claro de que nós iríamos avançar para essa reabilitação. Assim aconteceu com o primeiro concurso que já está consignado no Ramal para a Fajã Grande.

Ela só não se iniciou, como nós dissemos aqui, porque houve alguns atrasos no recebimento do visto do contrato e a empresa, como já estava muito em cima de Dezembro, na sua programação financeira, entendeu que não lhe seria possível arrancar com a obra antes do final do ano.

Como sabe, as empresas, normalmente, vão para férias a partir do dia 15 de Dezembro e por isso não tiveram disponibilidade para montar o estaleiro.

De qualquer modo, a verba inscrita foi fundamental para permitir a aprovação do contracto em sede do Tribunal de Contas. Portanto, o prejuízo não foi tão grande quanto poderia ter sido.

Nós fizemos mais. Já avançámos para o anúncio do concurso público da reabilitação da estrada entre Lajes e Ribeira da Cruz e temos a intenção de continuar esta empreitada de modo a dar um sinal claro aos florentinos de que essa é a nossa vontade política, mas é uma vontade política que já está materializada em actos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nós já iniciámos a recuperação das estradas regionais das Flores. Temos uma empreitada consignada, temos uma empreitada que vai arrancar, desde que a empresa tenha a disponibilidade para isso e pelas informações que disponho será em Janeiro e temos um novo concurso a decorrer. Portanto, houve boa vontade. Há dinheiro inscrito no Plano e esse é um compromisso assumido pelo Governo Regional que tem materialização efectiva nesta Legislatura. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por imperativos de tempo não vou prolongar o debate.

De qualquer modo, em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos Srs. Secretários os esclarecimentos que deram.

Em segundo lugar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Herberto Rosa que não é um problema de fé, é um problema de falta de fé, mas cá estaremos e continuaremos, pelo menos até ao mês de Outubro, para ver com os nossos próprios olhos aquilo que for feito.

Finalmente, gostaria de colocar uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Da verba inscrita no Orçamento para o corrente ano, quanto é que pensa que vai ser utilizada em relação às estradas das Flores até 31 de Dezembro, (se é que poderá fazer aproximadamente este cálculo)? (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para completar os esclarecimentos que há pouco fiz naquilo que à Ilha das Flores diz respeito.

O Sr. Deputado referiu as casas de aprestos. Eu penso que aí não o vou acusar de não ver a obra, mas posso-lhe dizer que na próxima segunda-feira a obra estará concluída.

Se a sua intervenção teve algum mérito, foi o de acelerar de tal forma os trabalhos, que na próxima segunda-feira estarão concluídos e o empreiteiro entregará a obra à entidade que a adjudicou.

Quanto à oficina de reparações de embarcações das Lajes, a obra vai ser lançada a concurso e é relativamente pequena. Tem um prazo de 5 meses para ser executada. Portanto, tudo indica que ainda vamos a tempo nesta Legislatura, mas se não concluirmos nesta Legislatura, cá estaremos na próxima, porque estamos aqui numa perspectiva de continuidade dos Açores.

Se os Açores estiveram muito tempo parados, não foi com este Governo, nem com este partido.

Portanto, nós daremos continuidade e temos obras que vão para além de Outubro.

A ideia peregrina de que o Plano e uma legislatura são uma coisa fechada e tudo tem que começar e acabar, é perfeitamente absurda. Isso não acontece em nenhum lado do mundo.

Portanto, nós temos obras que vamos continuar com muito gosto e muitas outras obras que ainda não lançámos vamos anunciar e vamos fazer. Pode estar descansado e havemos de cá estar para falar sobre isso.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é que é ter fé!

O Orador: Relativamente ao porto de Ponta Delgada, já estiveram técnicos da área de engenharia nas Flores a fazer os primeiros levantamentos. Há



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

trabalhos batimétricos e de mergulho que terão que ser feitos mais à frente. De qualquer modo, esse processo, em termos de elaboração do projecto, tanto quanto sei, está a decorrer. Já estiveram lá dois engenheiros para trabalhar em relação a essa matéria.

O Porto Velho é também uma pequena obra de prolongamento de cais e de rampa que, tanto quanto eu sei, é para ser executado de acordo com o plano para o próximo ano.

Quanto às verbas, o Sr. Deputado sabe que para além das verbas do plano, nós temos fundos comunitários, fundos e serviços autónomos. Portanto, nalguns casos, os capítulos não estão suficientemente dotados no plano, mas são dotados nos orçamentos de organismos autónomos, nomeadamente fundos regionais que têm dotações e que executam eles próprios determinadas obras.

Portanto, dinheiro para aquilo que o Governo prometeu fazer e para este plano que o Partido Socialista e o Grupo Parlamentar, com muito orgulho, vão aprovar e vão defender, obviamente, que não faltará.

As obras vão ser feitas.

De qualquer modo, a seu tempo, nós poderemos voltar a fazer este balanço que é sempre agradável e produtivo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para dar um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

A Direcção Regional de Obras Públicas tem orientações claras para que o possível dessa verba que estava orçamentada para as Flores continue nas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Flores, nomeadamente em matéria de conservação, mas o mais importante é dizer-lhe que a estrada regional, que vai ser repavimentada, do Ramal da Fajã Grande, não vai ficar minimamente prejudicada pelo facto da execução de 2003 ser baixa ou até não se poder ter feito um adiantamento ao empreiteiro, como aliás é legal.

Portanto, o que é importante nesta matéria é dizer que, por um lado, estão garantidas as verbas para que essa empreitada que está consignada e que se vai iniciar em Janeiro tenha a sua fluência normal no calendário que está previsto e, por outro lado, no sentido de minimizar a eventual situação de não perda de verbas para a Ilha das Flores em matéria de estradas regionais, há uma orientação de direccionamento da maior parte das verbas em matéria dos trabalhos de conservação corrente que são também dispendiosos e que têm que ser feitos ao longo de todo o ano, nomeadamente no Inverno. (*)

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate, vamos passar à próxima intervenção.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois dos melhores planos de sempre apregoados pelo Sr. Presidente do Governo, este Plano e Orçamento para 2004, agora em discussão têm o condão de fazer cair a máscara ao ilusionismo dos governos socialistas da nossa Região.

Estes documentos, que trazem sempre as mesmas obras, têm apenas um fim à vista que é servir os objectivos eleitoralistas e eleiçoeiros dos socialistas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

À semelhança de anos anteriores, mais uma vez vemos velhas promessas inscritas no Plano que daqui por alguns meses veremos que de novo foram adiadas.

São velhos projectos que já deveriam estar ao serviço dos açorianos, mas que por inércia e moleza dos socialistas não saem do papel.

Para quê falar mais das promessas feitas pelo PS aos Graciosenses?

Aquilo que não foi executado em 7 anos será agora feito em alguns meses?

Nem eu, nem os Graciosenses já acreditamos que elas possam ser cumpridas por este Governo!

Onde estão nestes documentos as políticas orientadoras que visem a eliminação dos elevados desperdícios da administração pública regional bem como das práticas de despesismo que nos últimos anos se generalizaram em todos os sectores dependentes do Governo Regional?

Por outro lado, os desequilíbrios económicos e financeiros que se vão acentuando entre as ilhas, nos diversos sectores da nossa sociedade, são o reflexo do total desacerto das políticas seguidas pelos diversos planos deste Governo e neste, mais uma vez, não se vêem mecanismos de correcção.

Este Governo socialista preocupa-se, acima de tudo, em defender a sua imagem e na distribuição de facilidades aos seus boys e afilhados e o resultado disso são mais e maiores injustiças sociais.

Não têm sido resolvidas infra-estruturas que fazem falta em algumas das ilhas, as quais bem poderiam ajudar a resolver as dificuldades, de vária espécie que são sentidas.

Esta postura irresponsável tem também conduzido a uma política orçamental inconsistente, que nos afasta cada vez mais dos padrões de vida médios, quer a nível nacional, quer a nível europeu.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não há uma verdadeira política de crescimento económico para o todo regional.

Não há uma política de valorização e qualificação dos nossos recursos humanos que leve à criação de mais e estável emprego.

Agora, que estamos no final da legislatura, bem se vê que a “autonomia cooperativa” e a “solidariedade”, tantas vezes apregoadas não passavam de mentiras camufladas.

O fruto de anteriores planos, irmãos gémeos deste conduziu as ilhas mais pequenas, onde se inclui a Graciosa, a um estrangulamento cada vez mais agudo.

Também à semelhança de anteriores este documento não contempla uma forma de governar que perceba quando, em quê e onde deve o Estado intervir.

Uma forma de governar que compreenda os problemas e dificuldades de cada uma das ilhas, criando-lhes a solução capaz de produzir desenvolvimento e riqueza.

Não se vêem nestes documentos medidas de discriminação positivas que travem o terrível processo de desertificação acelerado, da minha e de outras parcelas da Região.

Pelo contrário, hoje, um graciosense, está sim discriminado, mas negativamente.

Por exemplo, para se deslocar ao continente português paga mais que um micaelense, um terceirense ou um faialense.

O orçamento, para 2004 também nos revela que somos e continuaremos a ser discriminados.

Por exemplo, para São Miguel, prevêem-se verbas para pagar obra feita, inaugurada há pouco tempo, com fogo de artifício e festança socialista,



como é o caso da variante Ponta Delgada/Lagoa, mas para a Graciosa, nos últimos orçamentos anuais, temos visto dinheiros para pavimentações de estradas regionais, mas o que é certo é que esses dinheiros esbanjam-se e de pavimentações nem uma amostra.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Mais do que discutir este plano que não altera nada das más políticas deste Governo é preciso dizer que a nossa Região tem de mudar de rumo.

Há anos, nesta tribuna disse que não sabia em que barco iria a nossa autonomia, se num a remos ou se num a motor.

Perdemos a oportunidade de comprar um bom motor com os milhões que foram postos à disposição destes governos da responsabilidade dos socialistas, mas que foram desperdiçados.

Agora, vê-se bem que o barco da Autonomia vai a remos e alguns estão mesmo partidos o que faz com que em alguns momentos estejamos à deriva.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Isto é, há sectores chaves como a saúde, a educação, o turismo, habitação, a agricultura, acessibilidades e outros, que estão perfeitamente sem rumo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Na minha ilha, a Graciosa, à semelhança de outras parcelas irmãs da Região, diria mesmo que quase tudo vai doente ou definhando, exactamente à semelhança deste Governo Socialista que ainda temos.

O Plano e Orçamento para 2004, e que agora temos entre mãos, nada trazem de positivo e nessa medida só apresentam expectativas negativas aos Açorianos, e por isso não merecem a nossa aprovação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não minto se disser que as açorianas e açorianos, cada vez mais desejam o ano de 2004, não para materializarem este Plano, porque sabem que isso não será possível, mas para mudarem de políticas e de rumo nas próximas eleições, com vista a terem um Governo que possa tornar reais os seus justos anseios.

Essa mudança torna-se imprescindível após mais este falhanço em que nos mergulhou, a todos, esta malfadada governação socialista do Sr. Carlos César, do Senhor Contente e restante companhia.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O meu tempo é curto e eu tenho que ser o mais sintético possível.

Acerca das promessas que não saíram do papel, Sr. Deputado João Cunha, relembro-lhe que foi graças a este Governo do Partido Socialista, liderado por Carlos César, que saíram do papel promessas do PSD no que diz respeito à central termoelétrica prometida em 92 e que entraria em funcionamento em 95.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Essa obra deve ser inaugurada no próximo mês de Janeiro ou Fevereiro.

Deputado João Cunha (PSD): Se fôssemos governo ela já tinha sido inaugurada há muito tempo!

O Orador: Houve também mais uma promessa do PSD que saiu do papel, ou seja, o reforço do molhe do cais comercial da Praia. Foi graças a este Governo do Partido Socialista que o molhe foi reforçado, cujo montante utilizado foi praticamente o custo da obra inicial.

Foi também graças a este Governo do Partido Socialista que saiu do papel a promessa da protecção da orla marítima dos Fenais, Carapacho e Santa Cruz, salvo erro, para proteger parcialmente ainda a orla costeira dos Fenais.

Foi também graças a este Governo do Partido Socialista que saiu do papel a promessa feita pelo PSD em relação à construção da nova fábrica de lacticínios que, possivelmente, em Janeiro ou Fevereiro será inaugurada e para a qual o senhor possivelmente será convidado, como não poderia deixar de ser. (*)

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Deputado João Cunha fala em investimento na valorização dos recursos humanos, até parece que se esquece que foram nestes mandatos destes Governos da responsabilidade do Partido Socialista, que mais se investiu em formação profissional.



O Sr. Deputado falou que não houve uma política de valorização de recursos humanos durante estes dois mandatos.

Nunca houve, durante os 20 anos de governação anteriores ao PS, da qual em parte o senhor também foi responsável, pelo menos no último mandato, tanto investimento em formação profissional como tem havido nestes últimos anos.

Deputado João Cunha (PSD): Mal feita!

O Orador: Isso é a sua opinião. No seu tempo não fizeram nada, o que foi pior!

Deputado João Cunha (PSD): Não, não foi pior!

O Orador: Este pode não ser o orçamento ideal para cada ilha, mas temos que ver o enquadramento macro económico regional.

Nós temos um Orçamento para 2004 que vem satisfazer globalmente as posições, as dificuldades e as necessidades da Ilha Graciosa.

A construção do porto de pescas que se vai iniciar, é uma obra extremamente necessária ao desenvolvimento deste sector da economia, porque em 2002 o porto da Praia foi o sexto em valor de pescado regional.

(*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Srs. Deputados com este tipo de intervenção demonstram que têm memória curta.

O PSD, na Ilha da Graciosa como em todas as ilhas dos Açores, tem obra feita. Os senhores querem fazê-la esquecer para não ofuscar o pouco que os senhores fizeram em 7 anos.



Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Quem é que escreveu isso?

O Orador: Eu é que escrevi, porque já sabia qual era o tipo de resposta que vinha do lado de lá. Portanto, já sabemos de cor o que os senhores vão dizer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

Na Ilha Graciosa, os Governos do Partido Socialista, para além de conservarem e de ampliarem as infra-estruturas feitas pelo PSD, como são o porto comercial, a aerogare, o parque de estacionamento contíguo, a escola Secundária 2/3, o aeroporto, o matadouro e o quartel de bombeiros e outras coisas mais que me escuso de enumerar para não gastar tempo, tudo isso foi feito pelo PSD.

Deputado José Rego (*PS*): Em 20 anos!

O Orador: Para além destas obras, os senhores fizeram pouco mais.

Se tivéssemos sido governo neste últimos mandatos (ainda bem que não fomos, porque assim os açorianos ficaram a saber daquilo que os senhores são capazes, isto é, de que são capazes de bem pouco) teríamos feito muito mais do que isto que os senhores fizeram e era com uma perna às costas, podem crer. (*)

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.



Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se compararmos em termos de investimento, na última legislatura do PSD foram investidos 1 milhão e 400 mil. Nos 4 anos seguintes o PS ultrapassou em mais de 100% os investimentos na Graciosa.

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor actualize os preços para fazer essa comparação!

O Orador: Graças a este Governo do Partido Socialista temos agora uma nova aerogare.

Deputado João Cunha (PSD): Uma nova aerogare? Não, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Deputado, ela foi ampliada e muito bem ampliada.

Temos também o novo parque de estacionamento do aeroporto, a ampliação da Escola Básica de Santa Cruz em que o Governo participou com 85%, o pavilhão para apoio às actividades de desenvolvimento agrário, a ampliação e mobilização da Casa de Matança, 5 casas de aprestos no porto da Folga, 8 casas de aprestos em Santa Cruz da Graciosa, colocação de um guindaste no porto da Folga, grande reabilitação do molhe comercial da Praia, construção de armazéns da EDA, construção de um edifício no centro de Santa Cruz para escritório da EDP, correcção de curvas no rebenção com aquisição de terrenos, correcção da curva do estreito das Covas, repavimentação da estrada Santa Cruz/Guadalupe por onde passa todos os dias, repavimentação da Rua do Corpo Santo, repavimentação do Lago da Calheta, repavimentação do Lago do Barão de Guadalupe, repavimentação da Rua do Arrabalde, repavimentação da Avenida de Mousinho de Albuquerque, repavimentação da Rua Marquês de Pombal, repavimentação da Infante D. Henrique, asfaltagem de caminhos agrícolas, asfaltagem da estrada de



acesso ao farol da Restinga, repavimentação da estrada regional das Dores-Calhau Miúdo...

Deputado João Cunha (PSD): Quantos quilómetros dão, ou melhor, quantos metros?

O Orador: Sr. Deputado, para além disto, o senhor falou em discriminação.

A discriminação deste Governo do Partido Socialista em relação à Graciosa foi muito positiva.

Lembre-se que nós estivemos sempre na linha da frente em termos de distribuição per capita.

Deputado João Cunha (PSD): Não se vê. É como o caso das estradas, há sempre dinheiro, mas estragam-no e não se vê nada!

O Orador: Apenas, durante dois anos, ficámos em 3º ou 4º, devido ao que aconteceu no Faial e no Pico.

Efectivamente, há um desenvolvimento harmónico e a Graciosa muito beneficiou e estamos perante um Governo que foi o melhor de sempre.

Na Ilha Graciosa os números falam por si. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por que é que se investe mais 600 mil euros na aerogare da Graciosa?

Era pequena, Sr. Deputado. Estava ultrapassada.

Por que é que se investiu 900 mil euros na Casa de Matança?



Deputado João Cunha (PSD): É porque existe. É porque o PSD fez obra na Graciosa!

O Orador: É porque existe e porque não estava adequada aos tempos actuais.

Estas obras estavam totalmente desactualizadas.

Portanto, para concluir, gostaria de registar que estes Governos do Partido Socialista têm investido muito na requalificação de todas as obras na Ilha Graciosa.

A população está satisfeita com isso. (*)

Presidente: Encerrado este debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Ex. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Colegas de Governo:

O Serviço Regional de Saúde (SRS) é actualmente composto por três hospitais, dezasseis centros de saúde e um Centro de Oncologia.

Num dia normal de funcionamento, 462 pessoas inscrevem-se nas urgências hospitalares; 668 pessoas inscrevem-se nas urgências dos centros de saúde; 569 pessoas são observadas nas consultas externas dos hospitais; 30 pessoas são operadas nos hospitais; 9 pessoas nascem nos 3 hospitais da Região; 1006 pessoas consultam o seu médico de família; gasta-se 945.221 euros por dia. O que significa, também em média e por pessoa, um gasto diário de 3,9 euros e anual de 1.460 euros.

Procurando encontrar consensos, através de um documento estratégico, o Governo está a preparar, em conjunto com um grupo de peritos, a elaboração do Plano Regional de Saúde, o qual será posto brevemente à discussão pública.



As principais orientações estratégicas do futuro Plano Regional de Saúde passam pela promoção de um Sistema Integrado de Prestação de Cuidados de Saúde, pelo investimento na promoção da saúde e prevenção da doença e pela sensibilização do cidadão para a responsabilidade que tem perante a sua saúde individual e perante o Sistema de Saúde Regional.

A operacionalização destas orientações estratégicas far-se-á através da implementação de diversos programas de saúde orientados para a melhor gestão tendo em vista a obtenção de melhores resultados em saúde, e abrangerão diversas áreas temáticas nesta área.

Continuará a ser nossa orientação o respeito pelo interesse público, pela defesa da equidade no acesso dos cidadãos da nossa Região, pela defesa dos que têm menos voz, pela organização de um Serviço Regional de Saúde que responda às necessidades em saúde da população, independentemente da ilha onde resida, pela contenção financeira e, sobretudo, pela mais eficiente aplicação de recursos disponibilizados para o sector. Os cidadãos e os seus legítimos interesses e necessidades, adequadamente ponderados pelo que deve ser um Sistema de Saúde com as características do nosso, devem ser o fio condutor das políticas de saúde.

Nas últimas décadas, a despesa pública em saúde, medida em percentagem do PIB, tem aumentado em todos os países europeus.

A conjugação de um conjunto de factores determina que as despesas públicas com a saúde da nossa população aumentem de forma quase inevitável. O aumento da esperança de vida à nascença de cada ser humano – a qual aumentou no nosso país em cerca de nove anos para os homens e cerca de dez anos para as mulheres, em apenas trinta anos – assim como o envelhecimento da população – no mesmo período a população portuguesa com mais de 65 anos passou de cerca de 10 % para aproximadamente 17 %



– só foi possível com a generalização da utilização dos serviços de saúde e com o recurso a tecnologias médicas de diagnóstico e tratamento bem como de medicamentos cada vez mais eficazes e mais caros.

Assim, o aumento da esperança de vida e da qualidade de vida só tem sido possível com crescentes gastos em saúde. É o preço a pagar... É a opção política que consensualmente se fez.

No entanto, mesmo num cenário de completa optimização da utilização de recursos é de esperar, segundo as conclusões do relatório do último Fórum Europeu de Saúde, que a despesa em saúde possa ainda vir a aumentar.

Que fazer então neste cenário de crescimento da necessidade de afectação de recursos ao sector da Saúde?

Os Açores não fogem a esta tendência global. A generalização da oferta de cuidados de saúde é uma realidade espalhada por estas nove ilhas do nosso Arquipélago. O envelhecimento populacional, sobretudo em algumas ilhas, é um facto. O esforço no investimento em recursos humanos e em tecnologias de saúde no Serviço Regional de Saúde – dentro de critérios de racionalidade económica – é um esforço que se tem vindo a efectuar ao longo dos anos e que certamente vai ter de continuar. Em suma, o desenvolvimento contínuo do Serviço Regional de Saúde tem originado significativos ganhos em saúde à nossa população, facilmente demonstráveis, mas que nos escusamos aqui de referir.

Gostaríamos de ver afectos mais recursos financeiros ao Serviço Regional de Saúde. Mas conhecemos também o contexto financeiro que norteou a afectação de recursos financeiros do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2004, pelo que só nos resta continuar o caminho de racionalização e de comprometimento das administrações das unidades de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

saúde integrantes do Serviço Regional de Saúde com as orientações da Tutela.

Com a entrada em funcionamento, no início do próximo ano, da SAUDAÇOR, SA, estarão criadas as condições para a separação clara entre o prestador de cuidados de saúde e o seu financiamento, passando o relacionamento financeiro com as unidades de saúde do SRS a estabelecer-se mediante contratos de gestão, com a contratualização de orçamentos devidamente planeados de acordo com objectivos, que variarão de acordo com as áreas assistenciais e com uma fundamentada programação de actividades, sem descurar garantia da qualidade da prestação directa de cuidados de saúde. Haverá assim um aumento do controlo de gestão, tanto ao nível das unidades de saúde como da própria Tutela. Os órgãos de gestão das unidades de saúde têm de ser a “primeira linha” de responsabilização pelo desempenho do SRS, a todos os níveis, neles se incluindo a garantia da prestação de cuidados de saúde adequados às necessidades da população, de modo mais eficiente possível, isto é, com controlo de custos e das despesas no sector.

Para isso estão a ser desenvolvidos já um conjunto de ferramentas de gestão, como a implementação prática da contabilidade analítica por unidade de saúde, a qual nos permitirá aferir da eficiência de cada unidade de saúde e do padrão de custos, por actividade, em cada uma delas.

A implementação do projecto NETVITA é assim a principal alteração quantitativa e qualitativa que o Plano de Investimentos na área da saúde apresenta para 2004.

Pretende-se basicamente:

Contribuir para melhorar os resultados em saúde, através do recurso a ferramentas electrónicas de apoio à actividade assistencial (prática clínica);



Contribuir para melhorar a gestão técnica-assistencial, operacional e estratégica, através da optimização e simplificação de procedimentos no registo de informação, da criação de mecanismos de intercâmbio de informação entre serviços e instituições;

Contribuir para o desenvolvimento profissional contínuo, através da disseminação continuada de informação e formação;

Contribuir para melhorar a qualidade e oportunidade da informação.

Em termos imediatos, avançará a emissão do Cartão de Utente, o que nos permitirá melhor caracterizar os utentes do SRS e o Sistema Integrado de Gestão das Unidades de Saúde, para o qual já no corrente Plano de Investimentos de 2003 foram disponibilizadas verbas significativas e que serão reforçadas no próximo Plano de Investimentos para 2004.

De resto, o balanço da política sectorial prosseguida durante a vigência do PMP 2001-2004 permite-nos aferir que durante este período:

Concluíram-se as grandes obras de construção do Centro de Saúde da Povoação, Centro de Saúde da Praia da Vitória, Unidade de Saúde da Lagoa, prosseguiram as grandes remodelações e ampliações no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, Hospital da Horta, Centro de Saúde da Calheta, Centro de Saúde da Madalena.

Equiparam-se os novos serviços do Hospital da Horta, Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, Centro de Saúde da Povoação, Centro de Saúde da Praia da Vitória e Unidade de Saúde da Lagoa.

Continuou a equipar-se o Hospital do Divino Espírito Santo.

Instalou-se um mais eficaz serviço de alojamento de doentes em Lisboa.

Iniciou-se a instalação duma mais moderna e eficaz rede de comunicações e informática.



Proseguiu-se com o programa de formação profissional em curso.

Na execução do Plano de Investimentos do Sector da Saúde destacam-se, como principais acções implementadas durante o ano de 2003, as seguintes: Desenvolvimento dos trabalhos preparatórios para a construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo.

Início dos procedimentos para a construção do Serviço de Atendimento Permanente, Centro de Emergência Médica e Medicina de Catástrofe, no Hospital do Divino Espírito Santo.

Início dos procedimentos para beneficiação dos Centros de Saúde de Angra do Heroísmo, da Graciosa e de Santa Cruz das Flores.

Deu-se continuidade às seguintes empreitadas em curso:

Conclusão de empreitadas em curso no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, designadamente a construção de dois blocos para instalação de gabinetes e remodelação da cozinha, bem como outros melhoramentos; Conclusão da empreitada de construção do Bloco para a hemodiálise, hematooncologia e Unidade de Cuidados Intermédios no Hospital da Horta; Continuação das obras de remodelação e ampliação de várias Unidades de Saúde, designadamente os Centros de Saúde da Calheta, de Velas, da Madalena e das Lajes do Pico, bem como da estrutura de acolhimento de doentes em Lisboa.

Visando a modernização tecnológica e o apetrechamento das Unidades de Saúde de forma a melhorar a oferta de cuidados de saúde com a aquisição de equipamentos considerados indispensáveis ao bom desempenho nas vertentes de diagnóstico e terapêutica destacamos as seguintes acções:

Continuação do apetrechamento de diversos serviços dos Hospitais de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, destacando-se o apetrechamento da UCI, do Hospital do Divino Espírito Santo e Hospital da Horta, sendo de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

salientar neste último o apetrechamento das Unidades de Hemodiálise, Hematooncologia e Unidade de Cuidados Intermédios;

Continuação do apetrechamento de várias Unidades de Saúde, destacando-se a aquisição do aparelho fixo de RX para o Centro de Saúde da Graciosa e a atribuição da primeira participação financeira para a aquisição de idêntico equipamento para o Centro de Saúde da Horta;

Aquisição de veículos para substituição do Parque Automóvel do Serviço Regional de Saúde, considerando que a antiguidade e estado de degradação dos mesmos se afiguravam incompatíveis com o apoio necessário ao serviço domiciliário e aos postos de saúde e enfermagem;

De acordo com outros objectivos sectoriais fixados em 2003, respectivamente assegurar a continuidade da implementação da Telemedicina na Região e a instalação das redes de estruturadas de dados e voz nas Unidades de Saúde, cumpre destacar, para além do projecto NETVITA, a relevância o projecto piloto que estabelece a ligação ao nível da Teleradiologia entre o Hospital da Horta, o Centro Hospitalar da Madeira e o Hospital Universitário de La Laguna, nas Canárias. Encontrando-se em fase de preparação a segunda etapa deste projecto que na primeira fase assegurará a prática da Telemedicina, na vertente da Teleradiologia entre os referidos, Centro Hospitalar da Madeira e o Hospital Universitário de La Laguna, os Hospitais da Horta e do Divino Espírito Santo e os Centros de Saúde da Região. Na segunda fase o Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo integrará a rede, uma vez concluídas as infra-estruturas tecnológicas e o apetrechamento do novo serviço de imagiologia;

Deu-se cumprimento ao Plano de Formação para o Sector; foram atribuídas bolsas de estudo, no quadro dos incentivos criados para o efeito, nas áreas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

médicas e de formação pré graduada para as áreas de diagnóstico e terapêutica e pós graduada dos profissionais do Serviço Regional de Saúde; salvaguardou-se a transmissão de conhecimento entre profissionais de saúde através da comparticipação financeira à realização de congressos e jornadas.

No Plano de Investimentos de 2004, como grandes objectivos sectoriais será de destacar:

A construção do serviço de Atendimento Urgente no Hospital do Divino Espírito Santo.

A continuidade dos estudos relacionados com a localização e programação do Novo Hospital de Angra do Heroísmo, bem como a tomada de medidas preparatórias do procedimento.

A grande remodelação e ampliação do Serviço de Urgência e dos Serviços de Imagiologia do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo.

A aquisição do equipamento necessário aos serviços remodelados no Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo e serviços nas restantes unidades.

A implantação da Estrutura Gestão do Serviço Regional de Saúde que integra a construção das novas redes de comunicação e informática interligando as unidades, os serviços e os utentes, com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação

Ex. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Colegas do Governo:

Ao nível da Segurança Social, para além do investimento que vamos continuar a fazer, naquilo que orgulhosamente consideramos a melhor rede de apoio social do país, vamos cada vez mais apostar na qualidade e na formação dos recursos humanos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nos dias de hoje, com a crescente urbanização e com o aumento do emprego e da actividade profissional feminina, associada a uma maior concentração de casais jovens nos meios urbanos, torna-se indispensável a implementação de políticas de apoio às famílias, as quais passam necessariamente, pela criação de equipamentos sociais que possibilitem a colocação das crianças e jovens em espaços que não só permitam a disponibilidade dos pais para a realização das actividades profissionais, como ainda possam constituir-se como recursos que permitem a realização de acções adequadas ao desenvolvimento e integração social e cultural das gerações mais jovens.

A evolução do resultado do investimento do Governo Regional no âmbito do apoio às crianças e respectivas famílias é claramente mensurável se tivermos em conta número de crianças em creche na rede particular de solidariedade social, o qual passou de 506 para 1.213, nos últimos seis anos, correspondendo a um crescimento de 140%, ao mesmo tempo que, passámos de 28 ATL's em 1996, para os actuais 86, o que significa um acréscimo de 160% no número crianças abrangidas.

Com a proposta de Plano para 2004 continuaremos a cumprir o programa do VIII Governo Regional no seu capítulo dedicado à área da infância e do apoio à Família, alargando e qualificando em toda a Região as creches, os equipamentos do ensino pré-escolar particular e os centros de actividades de tempos livres. A construção das novas creches e ATL do Patronato de São Miguel, da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, do Centro de Bem-Estar Social do Livramento e da Confederação Operária Terceirense são disso exemplo.

Paralelamente ao aumento do número destes serviços e equipamentos sociais, relembre-se pela grande importância que poderá ter para as famílias



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

açorianas, a aplicação efectuada pelo Governo Regional, do regime jurídico da actividade das amas e o seu enquadramento em creches familiares, e o estabelecimento das normas de comparticipação familiar semelhantes às estabelecidas para as creches, considerando que este novo tipo de respostas constitui uma alternativa aos equipamentos tradicionais de apoio à colocação de crianças entre os 0 e os 3 anos.

O Governo Regional dos Açores tem desenvolvido um esforço financeiro sem precedentes no sentido de dotar as nossas ilhas de mais e melhores respostas sociais destinadas ao apoio e acolhimento dos nossos cidadãos mais velhos. Este foi um dos mais importantes objectivos do Governo Regional o qual tem vindo a ser cumprido, nas suas diversas vertentes: no aumento dos centros de convívio para idosos, cujo número de utentes duplicou nos seis últimos anos; no alargamento dos Serviços de Ajuda Domiciliária, resposta que consideramos fundamental no sentido da criação e desenvolvimento das condições que permitam a permanência dos idosos no seu meio. Por isso, o objectivo de fazer chegar a todas as comunidades açorianas os serviços de ajuda domiciliária está cumprido, de Santa Maria ao Corvo.

Paralelamente ao alargamento das respostas que procuram a não institucionalização dos mais velhos, o Governo Regional em parceria com as IPSS e Misericórdias dos Açores tem vindo a desenvolver um vasto programa no sentido de aumentar a quantidade e melhorar a qualidade dos lares para idosos; seja através da construção de novos lares, seja através da remodelação ou ampliação dos existentes:

Na ilha de Santa Maria depois da profunda remodelação do Recolhimento de Santa Maria Madalena, neste momento já se encontra a bom ritmo a obra de construção do centro comunitário da Santa Casa da Misericórdia de



Vila do Porto, através da qual serão construídas as novas instalações do lar para idosos e dos serviços de ajuda domiciliária;

Na ilha de S. Miguel, concluímos a construção do Lar Ferreira Cabido, na Ribeira Grande, o novo Lar da Santa Casa da Misericórdia do Nordeste e a ampliação do Lar da Santa Casa da Misericórdia da Maia e reinstalámos a Enfermaria de Retaguarda da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Ainda durante o mandato do actual Governo Regional iniciaremos a construção do novo Lar da Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo.

Considerando que o concelho de Ponta Delgada é o que apresenta maior lista de espera para internamento em lar, assinámos já um acordo de cooperação-investimento no valor de 275.000,00€, no sentido de se proceder às obras de remodelação e adaptação do 4º piso (ex-oncologia e quartos particulares) do antigo hospital de Ponta Delgada, o qual, com as adaptações agora previstas, permitirá aumentar a capacidade de internamento em Ponta Delgada em mais 28 camas.

Na ilha Terceira iniciámos e concluímos o Centro de Cuidados Geriátricos da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e o lar para idosos do Raminho; no início do próximo ano terão início as obras de remodelação do Lar do Recolhimento Jesus Maria José – As Mónicas.

Na ilha Graciosa ficará concluído no segundo semestre de 2004 o novo Lar para idosos da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Graciosa.

Na ilha de São Jorge, participámos com 50% a construção de 6 apartamentos para idosos e adquirimos os terrenos para a futura construção de um lar na vila da Calheta. Nesta ilha encontram-se também a bom ritmo as obras de recuperação do edifício sede da Santa Casa da Misericórdia daquela Vila através da qual se criarão condições adequadas ao



funcionamento do centro de convívio para idosos e serviço de ajuda domiciliária;

Na ilha do Pico construímos o Lar e Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia de São Roque e concluir-se-á, em 2004, a construção do novo lar da Piedade;

Na ilha do Faial, foi totalmente remodelado e reconstruído o lar para idosos da Santa Casa da Misericórdia da Horta, gravemente afectado pelo sismo de 1998 e encontra-se praticamente concluído o Centro Geriátrico;

Na ilha das Flores começou a funcionar, no fim do ano passado, o pequeno lar, também de tipo familiar, da Santa Casa da Misericórdia das Lajes.

Na ilha do Corvo foi iniciada a construção lar para dez utentes, da respectiva Misericórdia, respondendo a uma aspiração daquela ilha.

Estes elementos dão bem conta daquilo que tem sentido e continuará a ter sentido e a ser o nosso esforço em matéria de intervenção neste sector, por parte do Governo Regional.

Saliente-se ainda a criação nos Açores, pela Resolução nº 113/2003, de 11 de Setembro, do Sistema de Incentivos à Iniciativa Privada Social, de modo a promover e a incentivar a iniciativa privada a aumentar a respectiva oferta no domínio do apoio social aos idosos.

Todavia, associada à construção e remodelação de equipamentos e, no sentido de ampliar e melhorar os serviços de ajuda domiciliária, criámos recentemente, pela Resolução nº 128/2003, de 09 de Outubro, (a qual terá a sua plena implementação em 2004) a nova modalidade de apoio social ao idoso no seu domicílio, criando uma rede de serviços de apoio domiciliário com base no aproveitamento de recursos da própria comunidade, a qual tem como objectivos:



- Combater as listas de espera ao nível do Serviço de Apoio Domiciliário e dos lares de idosos
- Garantir ao idoso a sua manutenção no domicílio, satisfazendo as suas necessidades básicas, respeitando a sua privacidade e a inserção no seu meio ambiente.
- Criar uma rede de serviços de apoio domiciliário com base no aproveitamento de recursos da própria comunidade (serviço prestado por pessoas da localidade com sensibilidade e formação na problemática do idoso tendo por base uma instituição de enquadramento).
- Criar um serviço de maior proximidade com os idosos e com as suas famílias.

Desde 1998, até hoje, o esforço financeiro, em termos de investimento, do Governo Regional, na construção, remodelação e adaptação de equipamentos para jovens e a adultos com deficiência aproxima-se dos quatro milhões de euros, cumprindo o seu objectivo de dotar os Açores de uma rede de centro de actividades ocupacionais: por um lado, abrangendo as ilhas onde não existia qualquer resposta deste género, (Santa Maria, Graciosa, Pico e Faial) e por outro, descentralizando esses equipamentos ao nível da ilha de São Miguel, através da criação dos Centros de Actividades Ocupacionais, respectivamente, das Misericórdias da Povoação, da Ribeira Grande e da Maia. Deste modo, durante o mandato dos VII e VIII Governos Regionais, passámos de 89 utentes, para cerca de 300, actualmente.

É de salientar que, até há dois anos, não existia em toda a Região um único equipamento de apoio, em termos de acolhimento residencial, para pessoas com deficiência; hoje dispomos de três estruturas, duas na ilha de São Miguel e uma na Terceira, com capacidade para 35 pessoas, constituindo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

um importantíssimo recurso não apenas para os que dele usufruem directamente como também para as respectivas famílias.

No próximo ano iniciaremos a construção do Centro de Actividades Ocupacionais do Nordeste e remodelaremos um espaço para a reinstalação do CAO da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, para logo no início de 2005 darmos início à construção das novas instalações da Associação Cristão da Mocidade, na ilha Terceira.

O funcionamento de todas estes serviços e equipamentos criados, implica um custo anual de funcionamento, para a segurança social, de um milhão e setecentos e trinta e seis mil euros, contra setecentos e vinte e três mil euros em 1996, o que demonstra o grande empenho deste Governo no que concerne ao apoio às pessoas com deficiência e suas famílias.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Na freguesia de Rabo de Peixe, com a construção do novo Centro de Apoio à Criança, cujo custo global, incluindo projecto, obra, fiscalização e equipamento ascenderá a 1.875.000,00€ criam-se mais três equipamentos sociais (creche, jardim de infância e centros de actividades de tempos livres) os quais servirão mais 170 crianças na freguesia de Rabo de Peixe, especificamente, na zona muito problemática da Cova da Moura, além das já 913 crianças atendidas nas diferentes valências criadas pelos diversos programas de intervenção naquela freguesia.

Os serviços de segurança social da Região Autónoma dos Açores funcionam de forma descentralizada com serviços concelhios e de freguesia permitindo que qualquer beneficiário e/ou contribuinte da segurança social



possa, sem ter que se deslocar, pagar as suas contribuições e receber os respectivos benefícios.

Deputado Mark Marques (PSD): Por enquanto!

O Orador: Em 2004, Sr. Deputado Mark Marques...

Deputado Mark Marques (PSD): Muito obrigado por me ter citado!

O Orador: ... **prosseguiremos esse objectivo com a construção, entre outros, dos novos edifícios de Segurança Social das Lajes do Pico, da Casa do Povo de Santa Bárbara, em Santa Maria, da Casa do Povo da Bretanha, do Porto Formoso, em S. Miguel e a remodelação dos edifícios de serviços de Santa Cruz das Flores, da Casa do Povo dos Rosais...**

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e da Casa do Povo da Feteira, na ilha Terceira.

Concluindo, da intervenção, na área da solidariedade e segurança social, ficou claro, através da Carta de Equipamentos Sociais, recentemente publicada, a grande evolução verificada entres os anos de 1992 e 2003, relativamente a todas as respostas, capacidades criadas e número de utentes. É possível depreender grandes evoluções a partir do ano de 1995 e, em alguns valências, o crescimento mais acentuado verifica-se sobretudo a partir do ano de 1999.

Os grandes parceiros sociais do Governo são, no que se refere ao número de equipamentos geridos, as Associações Particulares de Solidariedade Social (138), as Misericórdias (116), as Fundações e Centros Sociais e Paroquiais (103), as Casas do Povo (81) e, apenas com cinco equipamentos, as Cooperativas de Solidariedade Social.

Verifica-se um vasto conjunto de respostas sociais, 443, no ano de 2003, contra 259, em 1995, servindo 14.341 pessoas de forma directa. As respostas sociais diversificaram-se extraordinariamente quer as de âmbito



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

geral, dirigidas à comunidade e à família, quer as de âmbito específico direccionadas a problemas e grupos específicos, algumas das quais foram criadas nos últimos dois/três anos. Há valências que crescem de maneira exponencial, nomeadamente, as dirigidas para as pessoas com deficiência (184 utentes em 1999, para 604 em 2003) ou um conjunto muito diversificado de respostas para a família e comunidade, cujo número de utentes passa de 133, em 1999, para 556, em 2003.

Todos estes serviços e equipamentos constituem um conjunto de recursos no apoio directo aos indivíduos e famílias no sentido da redução das desigualdades no acesso aos bens sociais. São simultaneamente agentes de prevenção e de inserção social.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Não havendo inscrições e uma vez que são 17 horas e 25 minutos, vamos suspender os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 17 horas e 25 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 15 minutos)



Passo a informar os tempos ainda disponíveis.

Partido Socialista – 123 minutos

Partido Social Democrata – 104 minutos

Partido Popular – 14 minutos

Partido Comunista Português – 9 minutos

Governo – 108 minutos.

Para uma intervenção tem palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Plano para 2004, no que concerne à Política de Solidariedade Social, que hoje me cumpre analisar pode, em meu entender, ser caracterizada como um projecto simultaneamente de continuidade e de mudança. Um projecto que se propõe dar continuidade ao trabalho que, nesta área, vem sendo desenvolvido desde 1996 sem, por isso, se inibir de perspectivar mudanças e introduzir inovações, cuja concretização se propõe realizar a médio prazo.

Trata-se de um projecto de continuidade no que concerne à percepção dos problemas relacionados com pobreza e exclusão social;

De um projecto também de continuidade no que concerne à definição de políticas orientadoras da nossa acção neste domínio, bem como de estratégias e metodologias de acção;

E de um projecto igualmente de continuidade no que concerne à determinação pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os açorianos no início desta Legislatura.

É, todavia, também, um projecto de mudança. Uma mudança que não representa qualquer rompimento com o nosso passado mas antes que,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

alicerçada nesse passado e mais concretamente na obra realizada nos últimos 7 anos, pode agora assumir novos objectivos, lançando novos desafios para o futuro.

Permitam-me que clarifique.

Esta Proposta de Plano é um projecto de continuidade no que concerne à definição dos problemas sociais, porque nós continuamos a considerar a pobreza e exclusão social como fenómenos complexos de causas multifactorias, que nos exigem uma intervenção multidisciplinar, descentralizada, articulada e cooperante.

Em nosso entender, e este é um entendimento que norteia a proposta de plano em apreciação, é pobre ou corre risco de exclusão qualquer açoriano que, em virtude de características ou fragilidades individuais específicas, mas também de factores de natureza ambiental ou social se debata com situações de precaridade económica, dificuldades de acesso e sucesso educativo, de acesso a cuidados adequados de saúde, de acesso e manutenção de uma actividade profissional compatível com as suas habilitações mas também aspirações, de garantia de condições de habitação adequadas, de acesso a actividades culturais, recreativas e desportivas, em suma: de concretização de projectos de vida autónomos, que permitam a realização pessoal a que todos têm direito, em efectiva igualdade de oportunidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este entendimento não é apenas teórico.

Assumimos as implicações práticas das nossas convicções e propomo-nos agir em conformidade.

Não nos refugiamos no argumento fatalista de que nada podemos fazer uma vez que pobres sempre houve e sempre haverá, nem tão pouco nos ilibamos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de responsabilidades com argumentos culpabilizadores das vítimas que, infelizmente, já ouvimos nesta casa, como: só é pobre quem quer, ou quem não quer trabalhar. Argumentos estes que aliás parecem estar a ser ressuscitados noutros contextos.

Uma análise cuidada à proposta de plano para 2004 revela claramente o impacto destes princípios na definição de políticas orientadoras bem como na selecção de programas e acções.

É com base nestas convicções que continuamos a assumir como prioritárias as acções destinadas a apoiar crianças e jovens em risco; crianças e jovens vítimas de negligência, abandono ou maus-tratos; idosos que não dispõem de apoios familiares adequados às suas necessidades; cidadãos portadores de deficiência; mulheres vítimas de violência, pessoas com dependências em substâncias químicas, etc..

Sendo certo que são estes os grupos alvo dos principais projectos e acções propostos no âmbito da Secretaria Regional de Assuntos Sociais, não é menos certo que, também em função dos princípios anteriormente referidos, a política de solidariedade social deste Governo não se confina à actuação de uma secretaria regional, nem tão pouco à actuação do Governo. O combate à pobreza e exclusão social é antes uma prioridade que mobiliza as diferentes áreas de acção governativa, através da sua actuação directa bem como dos incentivos à participação da sociedade civil.

Este princípio está também patente na proposta de plano para 2004.

Se formos capazes de fazer uma leitura global da proposta de plano e uma análise integrada dos seus conteúdos verificamos a abrangência da política de solidariedade social que nos é apresentada.

Por um lado, possuímos um conjunto de acções no âmbito do desenvolvimento do sistema de solidariedade social que retratam fielmente



o contributo da Secretaria Regional de Assuntos Sociais quer ao nível da sua actuação directa, quer do forte incentivo às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias.

Não podemos, contudo, ignorar um vasto leque de acções que, sendo desenvolvidas no âmbito de outras secretarias representam sem dúvida um contributo indispensável ao sucesso da política de solidariedade social.

Salientaria, a título de exemplo, as acções que visam combater o insucesso, o absentismo e abandono escolar, promover a flexibilização curricular, alargar a formação profissional de jovens e adultos, bem como a qualificação e requalificação profissional de desempregados de longa duração, promover o aumento e diversificação de oportunidades de trabalho, facilitar o acesso aos cuidados de saúde, apoiar a recuperação de habitação degradada e aquisição de habitação própria, incentivar a aquisição de competências no âmbito das tecnologias da informação, facilitar o acesso a actividades lúdicas, culturais, recreativas e desportivas, apoiar o associativismo juvenil, apoiar os imigrantes que escolheram os Açores como sua casa, ou os emigrantes açorianos que, novamente desenraizados, mas hoje por imposição, regressam às nossas ilhas.

Conjugam-se assim medidas de apoio individual e/ou familiar, com medidas de intervenção comunitária que visam influenciar a quantidade, diversidade e qualidade dos estímulos e oportunidades de desenvolvimento disponíveis aos grupos mais desfavorecidos, permitindo-lhes a aquisição de novas competências que, por sua vez, possibilitem o rompimento do ciclo de pobreza e exclusão.

Opta-se por uma clara descentralização de serviços, com a conseqüente aproximação geográfica e afectiva dos utentes e enriquecimento das comunidades, incentivando o envolvimento activo das entidades locais na



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

identificação dos problemas, procura de soluções, definição de objectivos e prioridades bem como na implementação e avaliação das acções.

Como referi anteriormente, estamos assim perante um projecto de continuidade também no que concerne à definição de políticas orientadoras da nossa acção, bem como de estratégias e metodologias de intervenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é ainda um projecto de continuidade também no que concerne à determinação pelo cumprimento dos compromissos assumidos com os Açorianos.

Senão vejamos:

Comprometemo-nos com os açorianos a alargar a rede de equipamentos de apoio à infância.

No final de 2003, podemos olhar os açorianos nos olhos e dizer-lhes que 16 dos 19 concelhos dispõem de creches ou mini-creches e que existem valências de apoio à primeira e segunda infância em todos os concelhos da região;

Já podemos dizer aos açorianos que, com excepção das Flores e Corvo, todos os concelhos dispõem de Centros de Actividades de Tempos Livres para Jovens, sendo certo que a grande maioria dos concelhos possui Centros em várias freguesias;

E já podemos dizer aos açorianos que todas as ilhas, com excepção de Flores e Corvo, dispõem de valências de apoio a crianças e jovens em risco. Mas também nos comprometemos com os açorianos no âmbito do apoio aos idosos. Dissemos que pretendíamos ampliar e melhorar a rede de serviços de ajuda domiciliária, continuar a criação de centros de dia e de



convívio e a alargar a rede de lares e residências para idosos prestando cuidados humanizados.

No final de 2003, já podemos dizer aos açorianos que 18 dos 19 concelhos dispõem de centros de convívio e/ou centros de dia, sendo certo que a grande maioria dos concelhos possui já centros de convívio em várias freguesias;

Já podemos dizer aos açorianos que todas as ilhas e a grande maioria dos concelhos dispõem de lar ou residência para idosos;

E já podemos dizer aos açorianos que o apoio domiciliário chega a todas as freguesias da região.

Comprometemo-nos também com os açorianos no que concerne ao apoio a adultos portadores de deficiência, prometendo criar valências em todas as ilhas.

No final de 2003, já podemos dizer aos açorianos que, com exceção de Flores e Corvo, todas as ilhas dispõem de Centros de Actividades Ocupacionais sendo que, apenas em S. Miguel e na Terceira, se encontram já em funcionamento 8 centros dispersos pelos diferentes concelhos;

E já podemos dizer aos açorianos que dispõem de residências de cariz temporário ou permanente, para pessoas com deficiência.

Houve ainda outros compromissos. Comprometemo-nos com os açorianos a promover o atendimento, encaminhamento e alojamento provisório de mulheres vítimas de violência.

No final de 2003, já podemos dizer aos açorianos que possuímos 3 centros de alojamento temporário e 3 serviços de atendimento, aconselhamento e encaminhamento das vítimas em São Miguel, na Terceira e no Faial.

Comprometemo-nos com os açorianos a consolidar os centros de economia solidária.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

No final de 2003, já podemos dizer aos açorianos que dispõem de 5 centros de Promoção e Emprego Social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No final de 2003, perante a situação aqui exposta, e face a uma proposta de Plano de Governo para 2004 que dedica um investimento global de 5.140.000€ ao desenvolvimento do sistema de solidariedade social, ao qual devemos adicionar uma verba de mais de 6.500.000€ em acções complementares desenvolvidas pelas diferentes secretarias, julgo que podemos garantir aos açorianos que honraremos os nossos compromissos.

Mas, como argumentei inicialmente, este plano é também um projecto de mudança.

De mudança, porque introduz algumas experiências inovadoras que deverão ser, num futuro próximo, avaliadas, submetidas à reformulação que se verificar necessária, e generalizadas.

E de mudança também porque, ganho que está o desafio quantitativo, se propõe deslocar gradualmente a ênfase da intervenção governativa desse esforço quantitativo, em benefício duma perspectiva centrada essencialmente na salvaguarda da qualidade dos serviços prestados.

Trata-se assim de uma mudança a favor da inovação e da qualidade, que se traduz necessariamente numa mudança a favor da qualidade de vida dos açorianos, e em particular dos mais desfavorecidos.

Inovação e qualidade a favor das pessoas com doenças do foro psiquiátrico que passam a beneficiar de unidades de vida autónoma que facilitam a desinstitucionalização;



Inovação e qualidade a favor de pessoas vítimas de toxicodependências que podem já beneficiar de apartamentos de reinserção social, facilitando a sua inclusão na sociedade;

Inovação e qualidade a favor das pessoas portadoras de deficiências motoras graves que vêm a sua mobilidade assegurada através da prestação de serviços de transporte adaptado, bem como de pessoas portadoras de outros tipos de deficiência através de um crescente empenhamento no sentido de se promover práticas potenciadoras do convívio de pessoas com deficiência com os seus pares ditos "normais";

Inovação e qualidade a favor dos idosos que poderão usufruir de uma nova modalidade de apoio domiciliário e, num futuro próximo, de centros de noite como forma de contribuir para reduzir o isolamento e evitar a institucionalização;

Inovação e qualidade a favor das crianças institucionalizadas através da substituição progressiva das grandes instituições por outras de dimensão familiar, potenciadoras de dinâmicas mais humanizadas e conducentes a um desenvolvimento mais harmonioso;

Inovação e qualidade a favor das famílias com crianças em idade pré-escolar através do alargamento da rede de amas que, a par de assegurar a qualidade do apoio prestado às crianças, contribuirá também para promover uma maior estabilidade profissional das mulheres nos meios rurais;

E inovação e qualidade a favor de crianças e idosos através de modalidades de apoio multigeracional que facilitem a interacção entre crianças e "avós adoptivos", contribuindo simultaneamente para um desenvolvimento mais harmonioso da criança e também para um maior sentido de realização pessoal do idoso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Plano para 2004 é, por tudo isto, um documento que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se orgulha de defender.

Os Açores ainda não são o melhor sítio do mundo para se viver, mas por certo, que para muitos açorianos, são um sítio onde se vive cada vez melhor.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições sobre esta intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Estamos a discutir a última proposta do Orçamento da Legislatura, o que significa que é possível fazer-se um balanço cada vez mais global das políticas do governo.

Nos âmbitos das políticas da Saúde, quão distantes estão estas propostas em relação ao que preconizava o Programa do Governo e o PMP, que referiam “... o sistema de saúde assenta nos cuidados de saúde primários...”

Não é possível considerar que este objectivo esteja concretizado. Há graves lacunas de acessibilidade, não há igualdade de acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde seja qual for a sua condição económica, são frouxas as acções de promoção da educação para a saúde, da sensibilização para as doenças sexualmente transmissíveis, para as toxicodependências, para a prevenção da doença.



O Governo não promoveu planos e programas para sensibilizar as pessoas para a prevenção das doenças mais prevalentes na sociedade açoriana: a diabetes, as doenças cérebro-cárdio-vasculares e oncológicas e até adequada utilização de medicamentos, mormente para as pessoas idosas e doentes crónicos.

Os açorianos têm mais problemas de saúde. A taxa de mortalidade infantil é superior à do Continente. A taxa de mortalidade geral tem estado sempre acima do Continente. As doenças mais prevalentes, do aparelho circulatório, da diabetes, do coração, as do aparelho digestivo, são quase o dobro em relação ao Continente.

Cerca de 10.000 açorianos, sofrem da diabetes e 0.13% destes têm menos de 19 anos, pelo que é urgente prevenir a doença evitando a obesidade. As nossas crianças, adolescente e jovens estão a alimentar-se de forma incorrecta e há que potenciar as escolas e centros de saúde no âmbito da higiene alimentar e da educação global para a saúde.

Aproximadamente 30% da população não tem médico de família, nem acesso a uma consulta de clínica geral ou familiar.

Ou seja, entre 70 a 75 mil Açorianos, estão nessas condições, o que é um grave atropelo à igualdade no acesso e à universalidade do Sistema.

Aliás, verificou-se mesmo um retrocesso nesta matéria: diminuíram os utentes inscritos nos Centros de Saúde. Em 1997 havia 175.000 inscritos e em 2000 baixou para 154.000.

À excepção das consultas de especialidade, diminuíram todas as consultas de clínica geral, incluindo a saúde materna e infantil. Entre 1996 e 2000 realizaram-se menos 80 mil consultas.

Estes cuidados de saúde desceram e aumentaram desmesuradamente as despesas nos principais Centros de Saúde.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em consequência disso, são os serviços de urgência a serem mais solicitados, com uma percentagem de 90% das “falsas urgências”, bem como a pressão sobre as consultas de especialidade, o que evidencia a procura desmesurada das urgências hospitalares em detrimento das consultas de medicina familiar, com agravantes custos, onerando o Sistema sem ganhos de qualidade, penalizando-o quanto à eficiência, acessibilidade e humanização.

Em suma, as grandes directrizes do Programa do Governo, falharam em larga medida.

Ao nível hospitalar, se é certo que há mais profissionais de saúde, também não corresponde cabalmente às suas responsabilidades, não fazendo eliminar as grandes listas de espera para consultas, para exames de diagnóstico e terapêutica e cirurgia programada, mas por outro lado, verificou-se um aumento desmedido de despesa nos hospitais.

O Sr. Presidente do Governo, no encerramento do debate do Programa do Governo, comprometeu-se com “...a reforma da qualidade e do acesso aos cuidados de saúde e da gestão financeira do Serviço Regional de Saúde” (citei). Pode-se concluir que tal não foi atingido, especialmente quanto à equidade no acesso de todos os Açorianos ao SRS e à gestão económico-financeira do sistema que foi, diga-se em abono da verdade, um desastre.

A dívida do SRS quadruplicou com esta governação, relativamente aos 20 anos anteriores, ou seja, de 21 M € (4 M de contos) passou para os 81 M € (16 M de contos), incluindo as dívidas não cobradas dos sub-sistemas.

Faltou a este Governo orientação e gestão políticas e a necessária responsabilização e avaliação.

Desde 1997 a 2003, o SRS teve uma dotação de 1.100 M €, ao qual valor se acresce a dívida dos subsistemas, o que é muito dinheiro do erário público



e dos contribuintes, o que deveria ter exigido do Governo uma rigorosa gestão política do sector.

Gastar muito mais na saúde e não promovê-la a todos os açorianos, é um contraste inaceitável.

Não pode este Governo dizer que lhe faltaram os instrumentos e as estruturas funcionais para a gestão política e técnica do SRS.

Criou o Estatuto do SRS em 1999 e, através deste, as Unidades de Saúde de Ilha, mas nas ilhas onde existem hospitais e centros de saúde (Faial, Terceira e São Miguel) o Governo não teve a coragem política para o fazer. A iniciativa foi válida mas falhou a sua concretização.

Criou o IGFS, em 1998, um instituto público tido como o instrumento para a correcta gestão do Sistema, mas tornou a falhar redondamente, ao ponto de o extinguir criando a “milagrosa” Saudaçor, o que só contribuiu para agravar as despesas da Administração Regional.

O PS, através do seu grupo parlamentar, criou a Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde, aliviando a responsabilidade do Governo, que confirmou o desalinho na política de saúde, e nem uma visível medida o Governo tomou, na sequência das 26 recomendações apontadas no Relatório.

Criou em 1998 e recriou em 2002 o cartão de utente, mas não cumpriu depois de sucessivas promessas e prazos indicados.

Prometeu redefinir os serviços de urgência hospitalar, os regimes de prevenção e presença física, mas não cumpriu.

Prometeu rever o modelo de financiamento das unidades de saúde, mas não vemos a sua execução.

A actual proposta de orçamento do SRS para 2004, de 171 M € (180,4M € com as receitas próprias), representa um subfinanciamento no valor de 80



M €, mesmo que venha a cobrar as receitas dos subsistemas, o que não vislumbramos.

Quanto a investimentos na Saúde, para economia de tempo, realço duas preocupações.

A decisão inicial de construir o Centro de Saúde de Ponta Delgada desapareceu. O maior concelho em termos de população dos Açores, com mais habitantes que a ilha Terceira, tem o Centro de Saúde a funcionar em diversas instalações, precariamente, criando dificuldades em especial aos utentes e seus profissionais.

O Governo não fez o projecto, não definiu a sua localização e vai apenas construir um Sal – Serviço de Atendimento Urgente junto do hospital.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O novo hospital de Angra continua mergulhado em estudos, já referidos em Dezembro de 1998 e em Novembro de 99.

Em 2000 foi promessa eleitoral e constante do PMP, mas ano após ano só verificamos palavras e nada de actos e decisões.

Em conclusão.

Estamos perante um Orçamento da Saúde e um Plano sem credibilidade e a presente legislatura bem o demonstra.

O Governo deixou de governar a Região.

O Governo contentou-se com uma gestão política à “vista”, sem orientação estratégica, sem definição de prioridades, cansado, sem criatividade, numa desculpabilização permanente, um Governo que já deu o que tinha a dar.

Em democracia é fundamental haver uma oposição forte, que fiscalize o Governo e promova a diversidade de opiniões e seja uma verdadeira alternativa e esperança para os nossos concidadãos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É isso que o PSD está conscientemente a fazer para benefício dos açorianos.

Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Não havendo inscrições para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para apresentar a sua intervenção.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O ano de 2003 não foi um bom ano para o País". Estima-se que o Produto Interno Bruto tenha sofrido uma contracção à volta dos 1.1%. O desemprego aumentou significativamente, os últimos dados de Outubro apontam para uma taxa de desemprego da ordem dos 6.9%, e os principais sectores económicos tiveram um desempenho negativo. Nos restantes Países que constituem a União Europeia o abrandamento económico foi também superior ao previsto, tendo mesmo em alguns casos e à semelhança de Portugal, ocorrido situações recessivas. Apesar de tudo gostaria de dizer que o ano de 2003 vai terminar melhor do que começou.

A nível internacional surgem sinais de apaziguamento ou de estabilização de alguns conflitos, o preço do barril do petróleo, depois de um período de



grande instabilidade, dá mostras de contenção, e a partir da 2ª metade de 2003 surgem indicações de retoma económica em algumas das principais economias mundiais, como são o caso dos Estados Unidos, da Alemanha e da França.

É evidente que os Açores, estando inseridos neste espaço económico, também sofreram alguma influência negativa desta situação menos boa por que passou as diversas economias da União Europeia, especialmente a portuguesa. Um exemplo claro desta influência negativa é o caso do Turismo. O mercado nacional que representou em 2002 cerca de 57% do total das dormidas, e que naquele ano cresceu cerca de 12%, este ano, nos primeiros nove meses, não só não cresceu, como sofreu uma redução à volta dos 9.5%, em relação ao mesmo período do ano passado. O crescimento do mercado externo, neste mesmo período, foi da ordem dos 11%. Estou convicto, dado o bom comportamento do mês de Outubro e de Novembro, que acabaremos o ano de 2003 com um desempenho positivo, tanto no que diz respeito ao número de dormidas, como no que diz respeito aos proveitos totais.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, na sua publicação de 28 de Novembro de 2003, os Açores e o Algarve são as Regiões do País que apresentaram os maiores crescimentos no que diz respeito aos proveitos totais, 2,3%, logo seguidos da Madeira com um crescimento de 2%, tendo todas as outras Regiões do País apresentado resultados negativos. Como sabem os proveitos totais são para o empresário hoteleiro o indicador que melhor traduz os resultados da sua operação.

Trata-se de um comportamento notável do sector do Turismo nos Açores dada a nossa dependência majoritária do mercado nacional. Isto é tanto mais significativo quanto ocorreu este ano quase tudo o que podia ocorrer



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

para que o turismo corresse mal. Portugal entrou numa recessão profunda e por isso perdemos 9.5% dos turistas que normalmente vinham do Continente português, que continua a ser o nosso principal mercado emissor de turistas, tivemos a Cimeira do Bush, Aznar e Durão Barroso, na Terceira, que foi extremamente negativa para a imagem dos Açores, tivemos mesmo que cancelar um voo charter. No exterior, tivemos a guerra e depois a pneumonia atípica que também afectou a nossa imagem, principalmente em Portugal o que explica em parte o comportamento do mês de Julho.

Não vale a pena fazermos sofismas sobre os dados estatísticos, muito menos sobre o Turismo. Os resultados são bem claros. Em 1997 tínhamos 423 mil dormidas, em 2002 obtivemos 796 mil dormidas, 88.2% decréscimo em 5 anos.

Veja-se o que ocorreu no quinquénio anterior. Em 92 obtivemos 399 mil dormidas e em 97 obtivemos 423 mil dormidas, um crescimento de 6%, em 5 anos. É evidente que há anos bons e há anos menos bons. O que interessa é ver o que ocorre num período mais alargado de tempo.

O Secretário-Geral da Organização Mundial do Turismo disse em Junho passado que o ano de 2003 era o pior ano de sempre para o sector. Manter durante o ano de 2003 o número de dormidas, sabendo que o mercado nacional era largamente maioritário só foi possível devido à nossa política de diversificação que vínhamos encetando desde 97. E para aqueles que julgam que de 97 para 2002 a Região Autónoma dos Açores foi a única que cresceu em termos de camas, aconselho-vos a comparar os Açores com a Madeira e a verificar o que ocorreu em termos relativos nas duas Regiões. De 97 a 2002 os Açores cresceram em termos de dormidas 88%, a Madeira cresceu 30%; em termos de oferta hoteleira os Açores cresceram 42%, a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Madeira cresceu 43%; em termos de taxa de ocupação os Açores cresceu 9.9%, a Madeira decresceu 4.7%.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao terminar o ano de 2003 podemos afirmar que apesar dos efeitos negativos que a conjuntura internacional e nacional tiveram sobre a economia regional, há indicadores que demonstram que resistimos bem, e que o ano de 2003 acabou por ser um ano positivo.

A variação média dos últimos doze meses da inflação na Região Autónoma dos Açores referente ao mês de Outubro apresenta um valor inferior em uma décima percentual à média nacional. É verdade que em 2002 a inflação nos Açores foi superior à do continente português em cerca de 3 décimas percentuais, mas também é verdade que em 2000 verificou-se exactamente o contrário. O que é mais difícil de explicar é aquilo que ocorreu em 93, 94 e 95 em que os Açores apresentaram sistematicamente inflações bem acima das nacionais, em média cerca de 9 décimas percentuais.

Nos Açores e em 2003 o desemprego manteve-se ao mesmo nível do ano passado. Em 2002 a média dos 4 trimestres foi de 2.5%, este ano a média dos 3 primeiros trimestres aponta para valores da ordem dos 2.6%, o valor mais baixo do País. Repare-se que a seguir aos Açores vem a Madeira, com cerca de 3.2%, e a Região Centro com cerca de 3.4%. No topo da escala surgem o Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo com 9% e 7.5%, respectivamente. Veja mais uma vez uma série mais alargada para perceber todo o enquadramento da taxa de desemprego e o possível milagre das rosas que aqui foi anunciado. De 1990 a 1996 a taxa de desemprego oscilou entre 3.6% e 7.9%, sendo o seu valor médio de 4.7%. De 1997 a 2003 a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

taxa de desemprego variou entre 5.2%, referente ao ano de 1997, e 2.4%, referente ao ano de 2001, sendo o seu valor médio de 3.1 %.

Srs. Deputados da oposição, os senhores podem ainda vir a ter este ano uma grata surpresa e verificar que afinal o 4º Trimestre deste ano veio estragar-lhe as vossas contas, o que não me espantaria, visto o terceiro trimestre deste ano não ter tido em consideração, por exemplo, a abertura em São Miguel do Centro Comercial Parque Atlântico que só por si empregou 850 trabalhadores. Acreditem que o milagre das rosas foi responsável pelos bons anos de 97 a 2002 e está para continuar.

No que diz respeito à construção civil, nos primeiros 9 meses deste ano, houve uma ligeira baixa em relação ao consumo de cimento da ordem dos 6.4% em relação ao ano de 2002 que foi o melhor ano de sempre para esta actividade.

Refira-se que em 2002 o consumo per capita de cimento na Região Autónoma dos Açores foi 1.5 toneladas por pessoa, enquanto que a nível nacional foi de 0.9 toneladas por pessoa. Mas vejamos melhor o que ocorreu entre 1990 e 1996, e o que ocorreu entre 1997 e 2003. No primeiro caso o consumo médio de cimento andou à volta das 181 mil toneladas, tendo o ano de 1994 apresentado o valor mais baixo de sempre, correspondente a 159 mil toneladas, e o ano de 1992, o tal ano em que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro disse que o relatório de execução de Janeiro a Setembro era uma ficção, o valor mais elevado de 201 mil toneladas.

No 2º caso, ou seja de 1997 a 2003, o valor médio do consumo de cimento foi 296 mil toneladas, tendo o ano de 97 apresentado o valor mais baixo que foi 203 mil toneladas e o ano de 2002 apresentado o valor mais elevado de 361 mil toneladas. Bem, meus amigos, este ano estima-se que o consumo de cimento ultrapasse as 330 mil toneladas. Mas afinal onde está



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

a crise na construção civil? Os senhores de tanto apregoarem a crise arriscam-se a ser como aquela história que se aprende na escola primária do "Pedro e do lobo". Quando vier mesmo o lobo ninguém vos acredita.

Veja-se então o indicador recentemente descoberto pela oposição que diz respeito ao número de licenciamentos. No período de 1990 a 1996 o número de licenciamentos anuais andava à volta dos 1600 por ano. A partir de 97 começou a subir de uma forma significativa atingindo em 2002 o pico máximo de 2467 licenciamentos. É evidente que quando se licencia muito num ano, no ano seguinte há certamente menos fogos a serem licenciados. Trata-se de algo que ocorre normalmente e é o ruído de fundo habitual neste género de actividade. É por isso é que se fizeram os diversos parâmetros estatísticos para perceber as tendências e não tomar a árvore pela floresta. Mas se alguém tinha dúvidas do que está a ocorrer na construção civil veja o consumo de cimento, que é sem dúvida um bom indicador.

No que concerne à produção de electricidade, nos primeiros 10 meses deste ano, verifica-se mais uma vez um acréscimo à volta dos 7% em relação ao mesmo período do ano anterior, bem mais do que se verificou por exemplo a nível nacional em 2002 que foi apenas de 1.6% ou do que ocorreu nos Açores em 93 e 94 que foi apenas de 4%.

No que diz respeito ao comércio a retalho existem alguns sinais de retracção dos consumidores. De facto, o número de automóveis vendidos na Região, à semelhança do que acontece no Continente, tem vindo a diminuir. É verdade, aqui têm razão, só que se esquecem de contar a verdade toda. De 93 a 97 venderam-se em média na Região Autónoma dos Açores cerca de 3907 carros, ora o que se prevê para este ano é que se atinja as 4300 viaturas. É evidente que o congelamento dos salários da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

função pública, o grande envolvimento das famílias na aquisição de novas habitações, a renovação do parque automóvel ocorrido essencialmente em 2000 e 2001 e um clima de expectativas negativas importado do continente levou à diminuição do consumo privado, afectando alguma actividade comercial. A informação que me chega da principal cadeia de hipermercados da Região Autónoma dos Açores é que o crescimento do consumo deste tipo de comércio se continua a processar nos Açores a valores superiores a um dígito ao ano, sendo mesmo um caso excepcional a nível nacional, onde impera a estagnação, ou seja o crescimento zero. É evidente que o comércio tradicional se encontra numa fase de reestruturação devido ao aparecimento de outras formas de comércio que têm surgido nos Açores muitos delas "franchising" ligados a marcas internacionais. Não esconde que há uma situação de alguma turbulência no sector originada pelas múltiplas iniciativas que têm surgido nos últimos anos com reflexos claros no comércio tradicional. Mas, meus amigos, estas iniciativas surgem exactamente por começarmos a ser um mercado aliciante que começa a ser cobiçado pelas diversas cadeias nacionais e até internacionais. Isto teria que acontecer um dia. Aconteceu connosco. É o milagre das Rosas!

No que diz respeito ao investimento privado ele continua em alta. Penso que apesar de algumas críticas feitas aos novos sistemas de incentivos, eles tiveram o mérito de suscitar uma avalanche de investimento privado nunca dantes vista na Região Autónoma dos Açores. Como é do vosso conhecimento os diversos sistemas de incentivos ainda provenientes do II Quadro Comunitário e que transitaram para este Quadro estão a terminar tanto a nível nacional como a nível regional. O RIME, o SAJE, o PROCOM, o SIRALA, o SIRAPA e o SITRAA ficarão concluídos nos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

próximos meses. A Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, através das suas associadas, está a fazer um esforço junto dos empresários para que estes terminem os seus investimentos correlacionados com estes incentivos até meados do ano que vem. Julgamos poder então encerrar estes incentivos e proceder a uma revisão dos actuais sistemas de incentivos de forma a corrigir detalhes processuais e a introduzir novas vertentes, correlacionadas com a promoção da qualidade e a criação de condições mais favoráveis para atracção do investimento estrangeiro, em áreas consideradas relevantes para a nossa economia.

Está a decorrer a 2ª fase do SIDEL com um valor de 4 milhões de Euros. Durante este ano já decorreu a 2ª fase do SIDET investimento corpóreo, com um valor de 3 milhões de Euros, e a 3ª fase do SIDET - Promoção e Animação, com um valor de 1 milhão de Euros, que estão neste momento em fase de avaliação e de celebração de contratos. Já entraram no PRIME, ex-Programa Operacional de Economia 4 projectos no âmbito do SIVETUR no valor global de 45 Milhões de Euros, 3 candidaturas no âmbito do PITER, no valor de 90 Milhões de Euros, 91 projectos no âmbito do SIME no valor de 300 Milhões de Euros e de 10 projectos no âmbito do URBCOM no valor de 24 Milhões de Euros.

Ao todo no PRIME, desde meados de 2001, deram entrada projectos que totalizam um investimento da ordem dos 459 Milhões de Euros em apenas dois anos. Já foram celebrados 49 contratos no âmbito do SIDEP no valor de 241 milhões de Euros. Como se pode ver na Região Autónoma dos Açores o investimento privado não sofreu qualquer abrandamento. Antes pelo contrário, nunca se investiu tanto na nossa Região. Com os Governos da responsabilidade do Partido Socialista os sistemas de incentivos têm visto a sua dotação a aumentar todos os anos. Em 97 a dotação utilizada foi



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de 9.8 Milhões de Euros, a prevista no Plano para este ano é de 22.7 Milhões de Euros, um crescimento de 70% em cerca de 5 anos, o que não tem qualquer paralelo no passado. É por isso que a nossa economia continua apresentar bons resultados, é por isso que o desemprego na nossa Região é um dos mais baixos do País e é também por isso que estamos a crescer mais que a média nacional.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Determinar nos próximos tempos o evoluir da situação, não é tarefa fácil. O ano de 2004 afigura-se como sendo um ano difícil para Portugal. Embora haja sinais de retoma nos Estados Unidos e em alguns países da Europa nomeadamente na Alemanha e França que adoptaram outra política face ao défice orçamental, não vemos a curto prazo grandes alterações que prefiguram já no próximo ano uma retoma vigorosa da nossa economia. Nós tudo faremos para afastar este clima catastrofista que se implantou a nível nacional. Aumentámos significativamente o volume de incentivos à iniciativa privada para 2004, escolhemos de forma criteriosa os investimentos públicos com maior efeito multiplicador na economia regional e no que diz respeito ao turismo adoptámos uma política diversificadora dos mercados turísticos.

Vejamos mais em detalhe o que se propõe para 2004. Uma análise atenta aos diversos instrumentos financeiros postos à disposição da Secretaria Regional da Economia mostra que aos 38.2 Milhões de Euros existentes nos Programas 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15 e 33 do Plano de 2004, há que adicionar 18 milhões de Euros disponibilizados pelo Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas e os 71 Milhões de Euros que as diversas Administrações Portuárias e a SATA irão utilizar na reabilitação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de portos, na construção de novos portos, na aquisição de gruas, rebocadores, equipamentos de estiva, na construção de novas aerogares, na aquisição de equipamentos de placa e de ajuda aérea, como se descreve no capítulo ligado ao investimento público. Para além disto, a EDA vai efectuar investimentos relevantes em todas as ilhas dos Açores como se descreve no capítulo 1.2, com destaque especial para o projecto geotérmico da ilha Terceira.

No que concerne ao capítulo 7, desenvolvimento do turismo, gostaria de realçar o investimento que está a ser feito na reabilitação do Teatro Micaelense a Centro Cultural e de Congressos, no valor global de 7 milhões de Euros, a prossecução do Plano de Ordenamento do Turismo e a promoção da Região Autónoma dos Açores no exterior. No próximo ano teremos voos directos com Estocolmo, Gotemburgo, Malmo, na Suécia, com Oslo e Stavanger, na Noruega, com Copenhaga, Paris, Zurique, Munique, Frankfurt, Toronto, Montreal, Boston e Providence. Estamos convictos que em 2004, apesar do crescimento que esperamos que ocorra no mercado continental, o mercado externo suplantarà já o mercado interno. Trata-se de uma estratégia que tem como objectivo diversificar a nossa procura de forma a tomar-nos cada vez mais independentes dos ciclos económicas que ocorrem nos diversos países. É também fundamental procurar mercados emissores de turistas menos sazonais do que o mercado nacional. É isso que estamos a fazer, cumprindo aquilo que foi definido no Plano Operacional de Marketing, realizado em colaboração com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Nos Programas 8, 9 e 11 merecem destaque as medidas ligadas à divulgação e promoção dos nossos produtos e o apoio ao transporte destes para o exterior. No programa 10 descreve-se os montantes adstritos aos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

diversos incentivos que, em conjugação com as dotações existentes no Fundo Regional de Apoio às Actividades Económicas, perfazem o montante de 24.2 Milhões de Euros.

No programa 13, consolidação e modernização dos transportes marítimos, merecem destaque os apoios às diferentes obras portuárias a serem realizados pelas Administrações portuárias. Assim, será concluída a obra de reabilitação do Porto das Lajes, do Porto de São Roque do Pico, do Cais ferry de Santa Maria, será lançado a concurso, caso haja aprovação definitiva no Fundo Coesão, a reabilitação do Porto da Praia da Vitória, o projecto de alargamento dos terraplenos do Porto das Velas. Estamos a proceder à candidatura dos diversos núcleos de recreio programados para Santa Maria, Graciosa, Velas e Lajes das Flores.

No que diz respeito ao Programa 15, merecem destaque a conclusão da obra do aeroporto do Pico e sua a nova aerogare avaliada em 5.4 milhões de Euros, a aerogare das Flores avaliada em 2 milhões de euros, a aerogare de São Jorge avaliada em 1.9 Milhões de Euros e a Aerogare Civil das Lajes cujo projecto global aponta para um valor de 18 Milhões de Euros. No caso das Flores e do Pico estas obras já foram adjudicadas e os contratos assinados. Em relação à Aerogare Civil das Lajes a abertura das propostas para a 1ª fase do concurso realizou-se hoje, tendo surgido nove propostas.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados,
Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores têm de manter com prudência um clima de expectativas positivas baseado num conjunto de acções que visam manter a confiança da iniciativa privada e criar as condições para que no próximo ano se continue a verificar crescimento económico nos Açores. O ano de 2004 não se



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

afigura como um ano fácil. Haverá no País certamente mais desemprego, os funcionários públicos não serão novamente aumentados com reflexos claros no consumo tanto nacional, como regional, e não se vislumbra a curto prazo indicações seguras da retoma económica, tantas vezes anunciada, mas sempre aliada. Todos esperamos e desejamos que Portugal rapidamente ultrapasse a crise actual e inicie a retoma económica. Para os Açores o ano de 2004 é mais um desafio que temos todos de vencer.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Fiquei desiludido com o seu discurso.

Neste momento, com um discurso daqueles o senhor corre um sério risco de não ser acreditado.

Aconselhava-o a adoptar um outro discurso, o discurso do país de tanga proposto pelo nosso Primeiro-Ministro.

Nesse, 58% dos portugueses acreditam. Diz uma sondagem que 58% dos portugueses acreditam que a situação no emprego vai ser pior em 2004 que em 2003; 52% dos portugueses acreditam que a economia vai piorar em 2004. Por isso, Sr. Secretário, o conselho que eu lhe tenho a dar é que não nos venha com discursos optimistas, porque boas notícias não são notícias.



(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso deve ter algum sentido!

O Orador: Finalmente, queria pedir um esclarecimento sobre o sector do turismo.

O Sr. Secretário falou-nos do que fez no passado. Gostaria de saber o que está previsto para o futuro em termos de plano regional do turismo.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, designado por POTRAA, está em andamento. É um plano sectorial, vinculativo que virá a esta Assembleia Legislativa Regional.

Ele exige um trabalho profundo de contacto com as diversas autoridades.

Neste momento, existe um grupo alargado de autores, que estão ligados à actividade, tanto em São Miguel, como na Terceira e no Faial, que têm vindo a acompanhar os trabalhos.

Tem havido diversas reuniões da Secretaria Regional da Economia com esses autores. É um processo que gostaríamos muito de ver terminado em 2004.

É um plano complexo, mas é necessário. Porquê?

Porque o Plano Director anterior não era vinculativo. Como sabem, hoje as câmaras municipais têm um poder muito grande, porque são elas que licenciam os diversos projectos turísticos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É importante a nossa Região criar um turismo de qualidade. Para isso é preciso criar também zonas dedicadas ao turismo e é preciso que os Planos Directores das diversas câmaras municipais reflectam essa orientação genérica para toda a Região.

Nós precisamos de saber, em cada ilha, qual a sua capacidade de carga, quais são os melhores locais dedicados ao turismo e é fundamental, se queremos ter um turismo de qualidade na Região Autónoma dos Açores, um turismo sustentado, que este plano seja vinculativo para todas as entidades.

Por isso é um processo mais lento. Tem que ser trabalhado com todas as autoridades ligadas aos diversos sectores, desde as câmaras municipais, ao ambiente, ao ordenamento do território, enfim... É isso que estamos a fazer.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para 2004 caracteriza-se pelo rigor e credibilidade, características essenciais de um documento que enforma a estratégia do Governo Regional do Partido Socialista com vista ao desenvolvimento harmónico da Região Autónoma dos Açores.

Trata-se de instrumento de planeamento, que embora indicativo, é determinante para garantir a continuidade das manifestações de confiança dos investidores e de segurança dos que carecem e são abrangidos por benefícios sociais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Vivendo-se a nível nacional um clima de pessimismo em relação à evolução do emprego e da situação económica nacional que resulta das políticas desastrosas do Governo da Coligação que não consolidam as contas públicas, que não incrementam o investimento público e que agravam sobre maneira o desemprego, importa que a nível regional o Governo continue a ser forte e a transmitir a confiança necessária ao sector privado e à população em geral no sentido de garantir a convergência real dos Açores com as médias nacionais e europeias.

Posto isto, a política definida pelo VIII Governo Regional, para o sector industrial, focaliza-se, quanto a nós, em dois elementos essenciais: o primeiro diz respeito à promoção de acréscimos de produtividade e o segundo ao aprofundamento da especialização das actividades industriais tradicionais, apoiando indústrias que possam surgir em novas áreas e que assim contribuam para a diversificação do tecido industrial da Região.

As medidas referidas encontram-se consubstanciadas no programa n.º 8 – desenvolvimento industrial – que inclui quatro projectos relativos à consolidação de infra-estruturas, a serviços de apoio às empresas e ao artesanato.

Cumpre-me destacar o projecto 8.3 – artesanato – pelo facto de desempenhar um papel muito importante na estratégia do Governo Regional do Partido Socialista para o desenvolvimento local e regional. Insere-se nessa estratégia a integração das oficinas de artesanato nos circuitos turísticos e a recuperação de artes e ofícios em vias de extinção.

Este programa está dotado com 650.000 euros no Plano para 2004, representando um acréscimo de 7,4% relativamente ao valor previsto quer no plano para 2003, quer na Reprogramação Financeira do PMP 2001-2004.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Podemos então concluir que os grandes desafios do mercado ao sector industrial são a concorrência, os novos mercados, os novos produtos e a produtividade, sendo a inovação, a diversificação e a flexibilidade de critérios essenciais para garantir a competitividade da indústria regional, tornando-se prioritária a aposta na investigação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector comercial nos Açores possui algumas características particulares decorrentes da natureza insular e dispersa do território.

Face a essas especificidades, entendemos ser essencial promover e incentivar a divulgação de produtos regionais no exterior, dando continuidade à política definida pelo anterior Governo e já reconfirmada no Programa do VIII Governo Regional, consubstanciada no apoio financeiro ao escoamento e à promoção de produtos regionais.

Para a concretização dos objectivos referidos, o programa 9 - desenvolvimento do comércio e exportação – está dotado com 610.000 euros em 2004 sendo que o projecto de promoção externa de produtos regionais dispõe de uma dotação de 520.000 euros, representando cerca de 85% da verba global destinada ao programa.

Em nosso entender, as medidas desenvolvidas no âmbito dos planos anteriores e propostas no Plano para 2004 no âmbito da promoção externa de produtos regionais e da dinamização comercial contribuirão, simultaneamente, para a revitalização e dinamização do comércio tradicional, bem como, para melhorar a competitividade das empresas comerciais, não descurando a requalificação do parque comercial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:



O turismo mereceu em Planos anteriores e continua a merecer neste Plano uma grande atenção, por ser entendimento do Governo Regional do Partido Socialista de que se trata de vector de grande relevância na estratégia de desenvolvimento para a Região Autónoma dos Açores.

Fruto do trabalho desenvolvido ao longo destes 7 anos pelo Governo Regional do PS, também, nos Açores o Turismo começa a assumir um dinamismo importante que não pode ser dissociado do espírito de confiança e de optimismo que impeliu os empresários ligados ao sector a investir fortemente na oferta hoteleira e de serviços ligados ao turismo.

Evidentemente que este espírito empreendedor esteve e está associado a factores como a forte campanha promocional do destino Açores e a política de incentivos financeiros ao investimento turístico.

Estes factores aliados a uma série de outros tão ou mais importantes constituem elementos determinantes na formação de expectativas positivas entre os empresários existentes e os potenciais investidores de um crescimento sustentado do sector do turismo.

A aposta ao Governo Regional no aumento da oferta hoteleira deu frutos. A Região em 1997 dispunha de 68 estabelecimentos de hotelaria tradicional e em 2003 atinge 95, ou seja, mais 27 unidades hoteleiras. Facto este que induz necessariamente um aumento da capacidade de alojamento que passou de 3815 camas em 1997 para 6033 camas em 2003.

O turismo em espaço rural foi também uma vertente da oferta hoteleira que sofreu um forte incremento passando de 112 estabelecimentos em 1997 para 29 em 2003, mais do que duplicando a oferta.

Outros objectivos definidos pelo Governo Regional foram o combate à sazonalidade e a diversificação da procura.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ao nível do combate a sazonalidade o governo entende potenciar o turismo de congressos e o golfe.

Quanto ao último aspecto de referir que o peso dos turistas por país de residência tem registado uma evolução muito positiva no sentido da diminuição da dependência de turistas portugueses, comprovada por uma quebra do seu peso de 75% em 1997 para 57% em 2003.

Mas não poderia falar de turismo sem referir o forte esforço de investimento que o anterior Governo e o actual têm preconizado nos sucessivos planos anuais apresentados a esta Assembleia.

De facto, o Plano para 2004 não é excepção, prevendo um acréscimo na ordem dos 10,7% relativamente à reprogramação financeira do PMP 2001-2004, no que toca ao programa 7 – desenvolvimento do turismo.

O referido programa está dotado com 5,9 milhões de euros o que representa 2,14% do investimento do Plano e 10% do investimento previsto no objectivo de dinamizar o crescimento e a competitividade da economia regional.

A definição pelo Governo Regional de prioridades e grandes objectivos, bem como o estabelecimento de meios financeiros para a sua prossecução permitiram e continuarão a garantir a resposta, do comércio da indústria e do turismo, aos desafios da globalização e da grande competitividade internacional.

De resto, a modernização e o acréscimo da competitividade dos sectores industrial, comercial e turístico não depende unicamente dos investimentos sectoriais do plano, mas também do apoio financeiro directo concedido pelo Governo Regional a esses sectores e que tem sido presente ao longo dos últimos anos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O modelo de desenvolvimento prosseguido pelo Governo Regional garante, por um lado a defesa intransigente dos rendimentos na agricultura e nas pescas e, por outro lado, a qualificação e crescimento do turismo como elemento diversificador.

Este é um modelo com provas dadas e que nos permite olhar o futuro com esperança e com garantias de prosperidade. Prosseguir esta tarefa é um imperativo que a todos move, a bem dos Açores e dos Açorianos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, permita-me V. Exa. que lhe dirija um cumprimento especial pelas funções que acaba de assumir e que lhe expresse os meus mais cordiais votos de felicidades no seu desempenho.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A proposta de Plano Anual que aqui debatemos é a última do Plano a Médio Prazo. Terá, pois, que ser vista como a fase de conclusão deste Plano e, conseqüentemente, do desempenho do Governo Regional no decurso do seu último mandato.

A soma das dotações inscritas nos quatro programas que respeitam à agricultura nesta proposta de Plano Anual mantém o mesmo peso



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

percentual que tem presentemente, num valor que se situa ao redor dos 14%.

Os referidos quatro programas (a saber: Fomento Agrícola, Apoio à comercialização e Transformação dos Produtos Agrícolas, Diversificação Agrícola e Fomento Florestal) têm uma dotação global de 40.486 milhares de euros, verba superior em 10.158 milhares de euros àquela que fora aprovada por esta Assembleia, aquando da Reprogramação Financeira do Plano, em Novembro de 2002.

Perante um tal cenário, à primeira vista positivo, a sabedoria popular diria: - “quando a esmola é grande, o pobre desconfia”. E é caso para isso, tanto mais que este reforço das verbas para investimento no sector agrícola surge no último ano deste Plano a Médio Prazo, quando já é demasiado tarde para consubstanciar as modificações que a Agricultura desta Região precisa para enfrentar os desafios que lhe colocam as condicionantes ao seu desenvolvimento.

Cabe então perguntar:

Será que se trata de um reconhecimento tardio das carências de investimento no sector agrícola, com vista a prepará-lo para o futuro difícil que se perspectiva? Não, já não vem a tempo! Parece antes tratar-se de um Plano talhado para ano de eleições, destinado a pagar os compromissos atrasados ou a fazer apenas obra fisicamente visível?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional: O desenvolvimento sólido de uma Agricultura competitiva, como se deseja, teria passado, obrigatoriamente, por uma outra postura perante os problemas, por aquilo que três anos deste Plano a Médio Prazo não foram capazes de operar. Ou seja, uma aposta forte:



- no rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e na melhoria das condições de acesso à actividade pelos jovens empresários;

uma aposta forte:

- na reestruturação fundiária, sobretudo no que respeita ao emparcelamento e ao redimensionamento das explorações; no bom uso da terra; na melhoria dos acessos às explorações e, sobretudo e de uma vez por todas, das redes de distribuição de água e de energia eléctrica;

uma aposta forte:

- no desenvolvimento da investigação científica, da experimentação e da vulgarização com vista à melhoria da eficiência técnica e económica dos circuitos de produção e de transformação e da qualidade e competitividade dos produtos regionais,

uma aposta forte:

- na estruturação de uma verdadeira política para a produção intencional de carne de bovino, com vista a inverter a tradicional exportação de gado vivo, promover a regularidade e uniformidade da oferta e desenvolver a tecnologia necessária ao reconhecimento da qualidade do produto no mercado;

E se a ênfase tem que ser posta, naturalmente, nas vertentes do leite e da carne, porque são as de maior impacto social e económico, e porque é imperioso tirar o maior partido possível dos nossos recursos endógenos e das vantagens comparativas que eles poderão representar, isso não significa que se ponha de parte a busca de alternativas viáveis e o incentivo de outras produções, mesmo sabendo que, na conjuntura actual, as dificuldades são muitas.

Deveriam assim merecer maior atenção:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

- as culturas industriais que ainda se mantêm, que lutam com dificuldades e precisam ser acarinhadas e incentivadas.

Merece atenção:

- o sector horto-frutícola. Apesar da procura interna sempre em crescimento, sente as dificuldades de competir, mesmo cá dentro, num mercado altamente concorrencial, onde a falta de organização da produção, com vista a enfrentar as exigências de qualidade e das novas formas de comercialização, não permitiu ainda que se tivesse desenvolvido como seria de desejar. É preciso restituir a este sector tão importante o papel que lhe cabe no nosso auto-abastecimento.

Merecem atenção:

- a floricultura e a produção de batata de consumo. São hipóteses válidas de diversificação, com capacidades de afirmação no mercado externo, a requerer apoio no suporte científico e técnico, na concertação de estratégias, na procura e no acesso aos mercados.

Finalmente, merece maior atenção:

- o sector florestal, com um considerável potencial de desenvolvimento, com um importantíssimo papel a desempenhar, não apenas pelo seu valor intrínseco, mas também pelo seu significado na ocupação de incultos, na recuperação de terrenos indevidamente apastados, na protecção das zonas de pastagem alta e dos cursos de água torrenciais, no equilíbrio do regime hídrico, no combate à erosão, em suma, na preservação da qualidade ambiental e da paisagem.

Infelizmente, não vimos reflectidas, com a clareza objectiva que seria de esperar, nem ao longo deste Plano a Médio Prazo, nem na proposta anual que agora se discute, estas preocupações, que só muito timidamente se manifestaram.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Porque, afinal de contas, Sras. e Srs. Deputados, o que verdadeiramente importa como grandes objectivos do desenvolvimento agrícola desta região mais não é do que:

- a melhoria do rendimento dos agricultores e do seu agregado familiar, presentemente num processo de degradação acentuado, progressivo e preocupante;
- a sua valorização social;
- a dignificação do trabalho agrícola;
- a melhoria da sua qualidade de vida, e do meio rural onde se inserem.
- a melhoria do ambiente e a preservação da paisagem rural.

Chegados à última etapa deste PMP, constata-se que ele não conseguiu promover as alterações que a agricultura açoriana necessitava para enfrentar com segurança o futuro que se lhe depara. Por isso, continua a não merecer a nossa concordância.

Não vou referir ou especificar particularmente nenhum aspecto dos projectos e acções desta proposta de Plano para 2004 na área agrícola. As considerações que vos deixo, para além de constituírem outras tantas preocupações que sinto, pretendem também justificar as razões que nos levam a votar desfavoravelmente esta proposta de Plano Anual.

Disse.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Estão inscritos dois deputados e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, gostaria de agradecer os votos e os cumprimentos que me dirigiu, no que diz respeito ao desempenho das minhas funções.

Passando a algumas das preocupações que manifestou na sua intervenção, sem prejuízo da troca de ideias e deste debate prosseguir não só agora, mas também amanhã e no futuro, gostaria de dizer que existem preocupações que são válidas na sua génese e em termos de objectivos que se pretendem alcançar.

Certamente reconhecerá que tenho uma visão distinta da análise completa que faz da actuação dos VII e VIII Governos Regionais nesta matéria, em relação aos resultados concretos que essa actuação permitiu alcançar.

Existem aspectos como por exemplo a questão relativa a preocupações de melhoria de rendimento dos agricultores, – já agora permita-me que acrescente, de melhoria de rendimento dos pescadores ou uma atenção especial ao rendimento destas classes – questões relativas à exportação de gado vivo e, por inerência, falaremos da questão da Rede Regional de Abate, em relação aos quais me parece que a realidade não sustenta por completo a visão que o Sr. Deputado expressou da tribuna.

Gostaria de lhe referir nesta fase, que existem objectivos que foram claramente assumidos nos Programas do Governo Regional que estão a ser cumpridos. Alguns deles estão numa fase de materialização adiantada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Se importa relevar nesta fase a questão das verbas e das dotações concretas que estão afectas à materialização de cada um destes objectivos, também importará dizer que se de acção política estamos a falar e se existem situações que exigem cuidados e atenção, se há necessidades que se fazem sentir, maior é o empenho, a determinação e a vontade do Governo Regional de ultrapassar os obstáculos que eventualmente se colocam e de levar por diante um projecto que, sinceramente, na minha apreciação, permitiu transformar na área da agricultura, das pescas e dos recursos florestais, os Açores para melhor. **Presidente:** Sr. Secretário Regional, agradece que terminasse.

O Orador: Já termino Sr. Presidente.

É este o objectivo global e último que preside à actuação do Governo Regional e reafirmo não apenas hoje, mas amanhã e no futuro, nomeadamente quando fizer a minha intervenção de tribuna.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção que o Sr. Deputado Luís Sequeira Medeiros trouxe, no que respeita às suas preocupações futuras, é ponderada e merece a nossa concordância quanto aos seus principais aspectos. Amanhã teremos oportunidade de reflectir um pouco mais sobre isso.

Já não estamos tanto de acordo quanto à inocuidade das propostas que foram levadas a cabo nos últimos anos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Só para renovar alguns aspectos, fazendo alguma comparação entre 90/96 e 97/2002, eu relembro que, em termos de preocupações fundiárias, não havia qualquer apoio naquela altura.

Neste momento temos apoios à aquisição de terras no valor 0,2%. A estrutura agrária nessa altura era de 0,4 hectares, que era a área destinada para exploração. Neste momento houve um incremento de 21,2%. Há uma alteração.

No caso do efectivo médio das vacas leiteiras, houve um incremento de 18,4%. Essa alteração é substancial.

O rendimento dos produtores não era apoiado. Por exemplo, neste momento há um apoio muito significativo ao gasóleo agrícola.

A mecanização, fruto do resultado do desafogo, teve um incremento muito grande. Neste momento assiste-se, por exemplo, a um índice de melhoria de cerca de 29 e 30% em tractores e máquinas agrícolas, o que significa uma melhor organização do trabalho, para não falar naquilo que eu tenho alguma pena de falar sempre, que são as falências, os atrasos no pagamento do leite no Pico, nas Flores e em São Jorge...

Deputado Mark Marques (PSD): Não é bem assim.

Deputado Lizuarte Machado (PS): É bem assim, sim senhor!

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não tenho tempo, se tivesse contava-lhe a história, mas fica para Janeiro!

O Orador: ... nos matadouros que não existiam e que agora existem e na estrutura transformadora que também não existia e que agora existe. Portanto, nada disso é inócuo, é resultado da aplicação dos incentivos, dos planos e das políticas que se levaram a cabo nos últimos anos.

Muito obrigado. (*)

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*



Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Paulo Alves:

Temos sempre que fazer essa comparação entre o que foi e o que é. Quando olho para este plano penso na forma como ele começou e como está a terminar e fico preocupado em relação ao futuro por tudo aquilo que não foi feito.

Neste momento apoiamos o gasóleo agrícola, mas deixou de se apoiar o transporte de adubos e eles subiram substancialmente de preço. As rações também sofreram um aumento substancial de preço e simultaneamente nalgumas ilhas, designadamente em São Miguel, o leite baixou de preço.

Se olharmos para as medidas que foram sendo tomadas por este Governo, vemos que houve aqui ou ali um apoio mais substancial, mas, globalmente, o rendimento do agricultor está a baixar de forma muito acentuada. Essa questão preocupa-me.

De resto, gostaria de dizer que as coisas vão evoluindo, as condições vão-se modificando, e como já tive oportunidade de dizer aqui várias vezes, o tempo vai passando e nós não podemos julgar com uma perspectiva actual situações que se verificaram há anos atrás. O tempo corre velozmente e por isso a minha preocupação é como se encontra a agricultura açoriana neste momento, qual a competitividade que ela tem, quais as perspectivas que se lhe deparam para enfrentar o futuro.

Preocupa-me, por exemplo, ver, por um lado, o aumento do turismo e, por outro, a importação de milhares de toneladas de produtos vegetais para nosso consumo interno, produtos que continuarmos a não ser capazes de produzir quando temos solo fértil e a tecnologia necessária à nossa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

disposição. Falta apenas a organização da produção e a disciplina do mercado. Tudo coisas que poderiam ter sido apoiadas, acompanhadas e até mesmo condicionadas.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de aproveitar esta oportunidade para saudar o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas no seu novo cargo. Desejo-lhe um bom e profícuo trabalho, em nome da bancada do Partido Socialista.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Muito obrigado!

O Orador: Em meu nome pessoal, como aliás tenho feito ao longo desta Sessão, prometo um atento seguimento da sua acção e uma fraterna crítica, mas continuada crítica das suas acções.

No que respeita à intervenção do Sr. Deputado Luís Medeiros gostaria de prestar um esclarecimento.

Em primeiro lugar, gostaria de lhe dizer que do ponto de vista do diagnóstico, avança, mas no que respeita às preocupações, pensando no futuro, apresenta soluções do passado.

Pretender que no futuro haja uma política de substituição de importações, é aplicar uma política dos anos 30 que não se coaduna com o mundo de livre comércio da União Europeia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A preocupação em relação ao futuro está correcta, mas a solução está errada.

Gostaria também de lhe esclarecer que há uma preocupação com a qual concordo no que se refere a um dos sectores que apresentou, que é o futuro do sector florestal. Aí, Sr. Deputado, penso que tem informação suficiente.

Desde o primeiro Governo Socialista que existe um plano de melhoramento florestal que está a ser executado, iniciou-se com o primeiro governo do PS e continua neste momento.

Ele já está a dar frutos e pode requerer junto dos serviços a informação necessária.

Com certeza que não lhe merecerá atenção, nem crítica, porque uma das pessoas que colaborou na sua elaboração é hoje Ministro da Agricultura do PSD e a outra colabora na Direcção-Geral das Florestas.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Fernando Lopes:

Eu não falei em substituir a totalidade das importações por produções regionais. Acho que o sector da hortofruticultura tem um lugar no nosso panorama agrícola e tem que ser acarinhado, incentivado e ocupar a parte do nosso auto abastecimento que naturalmente lhe cabe.

Quanto ao programa de fomento florestal, eu não o ponho em causa. Ele pode estar excelentemente concebido. Simplesmente as dotações para esse plano de fomento florestal diminuíram 52,8%, em relação ao que estava previsto no Plano a Médio Prazo, e no Plano para 2004 diminuem em 15,05%, em relação ao que tinha sido estabelecido na reprogramação



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

financeira aprovada em 2002. Isso confrange-me, porque a sua execução ficará gravemente comprometida.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo

Somente para lhe dizer que não pode criticar por gastarmos de mais e criticar por gastarmos de menos.

Deve prestar atenção ao que se fez.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Encerrado este debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente para uma intervenção.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A transversalidade do ambiente e a inserção deste nos restantes sectores não pode ficar-se pela sua expressão verbal, o que levou o VIII Governo Regional a desenvolver em diversas áreas sectoriais um conjunto de projectos, centrados em valores ambientais, mas com consideráveis ganhos sociais e económicos.



A candidatura da Vinha da Ilha do Pico é, a este propósito, um bom exemplo de um projecto que, apresentando um conjunto de valias ambientais relevantes, possui igualmente um claro valor agrícola, por se centrar na produção de vinhas e do vinho, funcionando como estímulo ao aumento da sua produção e induzindo a recuperação de todo um património arquitectónico, paisagístico, cultural e económico que o envolve.

O valor económico resulta aliás, não apenas do aumento da produção de vinho, mas também do crescimento já observado, que certamente se continuará a observar no futuro, dos fluxos turísticos e bem assim da valorização do património edificado. Este é assim um projecto fundamental ao relançamento económico da ilha do Pico, que deve ser, nessa perspectiva, entendido por todos, e em primeira linha pelos picoenses, primeiros destinatários do esforço e empenho que o Governo vem emprestando a este projecto de projecção nacional e internacional. Devem, no entanto, ser os picoenses os primeiros também a entender que a futura classificação desta extensa área pela UNESCO representa uma opção de fundo em termos de desenvolvimento, claramente interessante em termos económicos, mas necessariamente condicionante no que se refere particularmente à natureza das construções e recuperações a efectuar nesta área.

Um outro projecto ambiental com claras valias económicas, neste caso centradas essencialmente no sector das pescas, é a candidatura à UNESCO, actualmente em preparação, eventualmente como Reserva da Biosfera ou até como Património da Humanidade, de uma extensa área marinha dos Açores, envolvendo possivelmente, outras áreas fora da ZEE nacional ao longo da cordilheira médio-atlântica.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Este projecto de elevado valor ambiental, resultante da inclusão na candidatura das Fontes Hidrotermais, pelo claro interesse que o conhecimento acumulado tem despertado por parte da comunidade científica e, desde logo, da Universidade dos Açores, através do Departamento de Oceanografia e Pescas, bem como da parte de Organizações Não Governamentais do Ambiente, como a WWF, IUCN, Greenpeace e a própria Quercus no espaço nacional, apresenta também um significativo valor económico, até pela protecção que poderá garantir de comunidades pesqueiras exploradas pelos nossos pescadores, mas cuja distribuição ultrapassa, nalguns casos largamente, as áreas de pesca tradicionais. Com este projecto, estamos a corresponder não apenas aos anseios daquelas organizações, como também às aspirações dos nossos profissionais da pesca num momento particularmente difícil decorrente da diminuição da nossa área de pesca exclusiva.

Neste âmbito, merece também destaque o reconhecimento obtido pela União Europeia dos SIC's marinhos do Corvo, Canal Faial-Pico e Recife Dollabarat, vulgo Ilhéus das Formigas, relativamente aos quais se encontram já concluídos os respectivos Planos de Gestão.

Refira-se a este propósito, que esta Secretaria Regional, com a indispensável colaboração do Departamento de Oceanografia e Pescas, preparou a candidatura de seis Áreas Marinhas Protegidas à Convenção OSPAR, enviada já em Maio ao Instituto do Ambiente, mas aguardando ainda que aquele Instituto, na dependência do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, alargando a candidatura ao todo nacional, a remeta para aquela Organização do Atlântico Norte.

Uma referência também para a recente criação a nível nacional da Comissão Estratégica dos Oceanos com o objectivo de proceder à definição



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de um plano estratégico sobre a gestão e exploração dos Oceanos, que reforce a associação de Portugal ao Mar, assente no desenvolvimento e uso sustentável dos Oceanos e seus recursos. O Governo Regional associou-se de imediato a este projecto, nomeando o seu representante, na consciência de que um projecto com esta natureza passa obviamente pela mais de metade da ZEE nacional contida nos mares dos Açores.

Contudo, todos estes esforços só surtirão o desejado efeito, na medida em que sejam acompanhados do aumento do esforço e melhor adequação dos meios de fiscalização nos mares dos Açores por parte da Marinha de Guerra e da Força Aérea, entidades com competência exclusiva, a nível nacional, para fiscalizar e intervir em situação de acesso ilegal a zonas de pesca nacional exclusiva ou em áreas que, dentro ou fora desta, apresentem reconhecido valor ambiental.

Uma outra frente de investimentos ambientais com significativo interesse económico, particularmente no sector turístico, é a dos investimentos associados à valorização das Áreas Protegidas através da recuperação do património natural, geológico e de algumas edificações contidas nessas áreas e bem assim da necessária sinalização e informação que tem sido disponibilizada aos visitantes. A Caldeira Velha, Ilhéu de Vila Franca, Montanha do Pico, Gruta das Torres, Porto Pim e Vulcão dos Capelinhos são alguns exemplos da estratégia seguida e das intervenções a decorrer ou a iniciar muito brevemente.

Na vertente social, e com particulares reflexos ao nível da educação, refiram-se os projectos Ecoescolas e Ecotecas. Ao nível das ecoescolas, o número de escolas abrangidas por este programa passou de 5 para 40, envolvendo no presente ano lectivo 4.000 alunos, sendo 24 as escolas galardoadas com a Bandeira Verde, isto no período de 2000 até hoje.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Relativamente às Ecotecas o seu número na Região foi alargado de duas em 2000 até atingir actualmente uma Rede Regional de seis Ecotecas, nomeadamente Flores, Pico, S. Jorge, Graciosa e em S. Miguel, Ponta Delgada e Ribeira Grande, prevendo-se que só este ano estejam envolvidos nos respectivos programas cerca de 13.000 alunos.

Entretanto, ao nível da saúde, foi lançado e concluído o Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares dos Açores que, se bem que esteja ainda em fase de arranque da sua aplicação, produziu já melhorias acentuadas ao nível da gestão destes resíduos, dentro e fora das unidades de saúde.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Merece igualmente referência um conjunto de projectos que, pela sua natureza, apresenta claras mais-valias para a gestão de um conjunto de valores ambientais sob a responsabilidade total ou parcial das autarquias. Refiro-me concretamente ao Plano Regional da Água, também concluído e já em fase de implementação, ao programa de limpeza e manutenção de ribeiras que tem observado um significativo aumento do número de Juntas de Freguesia abrangidas e dos montantes para o efeito disponibilizados por protocolo, e à implementação do PAGIR, Plano de Acção de limpeza das nossas ilhas, através da articulação que tem sido mantida com as autarquias dos Açores e entre diversos departamentos do Governo. Refira-se a este propósito, que já foram limpos 238 locais de deposição ilegal de resíduos, tendo na sequência destas acções, e no âmbito de acções paralelamente concertadas com os municípios, sido exportadas 1.500 toneladas de sucatas, 51 contentores com madeira e papel, 5 toneladas de pilhas, 4 contentores de pneus, 5 contentores com tambores de óleo e um contentor de baterias. Trata-se efectivamente de uma megaoperação de limpeza, sem



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

paralelo na Região, que tem por objectivo resolver um enorme passivo ambiental ao qual se virou costas durante demasiados anos.

E, se é verdade que cabe à Sociedade Ponto Verde assegurar, também na Região, o transporte e destino adequado destes resíduos, em particular dos resíduos de embalagem, não é menos verdade que, tendo a Associação de Municípios negado a assunção das suas responsabilidades em nome do Municípios dos Açores, restava apenas ao Governo Regional a possibilidade de, ou virar costas mais uma vez, a este significativo problema ambiental, ou substituir-se às competências e obrigações da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, enquanto se procura que ilha a ilha, vão sendo firmados os protocolos entre as respectivas Associações de Municípios, a Sociedade Ponto Verde e o Governo Regional.

Refira-se, no entanto, que no caso de S. Miguel foi já, em 2002, assinado o protocolo com a Sociedade Ponto Verde, esperando-se para breve a assinatura de idêntico protocolo com a Valor Pneus e EcoPilhas.

Antes de concluir, devo ainda fazer menção, sem a preocupação de ser exaustivo, a um vasto conjunto de projectos ambientais que estão já concluídos, em curso, ou se iniciarão ainda na presente legislatura, que foram durante muitos anos e nalguns casos décadas, aguardados pelas populações locais. Refiro-me, sem prejuízo de muitos dos projectos atrás mencionados se incluírem nesta categoria: à Protecção da Orla Costeira das Lajes do Pico, à limpeza da zona envolvente ao aeroporto de Santa Maria, à candidatura da Vinha da Ilha do Pico e ao combate à eutrofização das Lagoas das Furnas e Sete Cidades.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Essa, em parte, tem corrido mal.



O Orador: Não tem corrido mal, mas podemos conversar sobre isso. Antes pelo contrário, tem corrido até muito bem!

Isto para além de um vasto conjunto de Planos Sectoriais e Especiais de Ordenamento do Território, entre os quais merecem uma especial referência o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável que se encontra já quase concluído e o Plano Sectorial da Rede Natura com conclusão prevista para o terceiro trimestre de 2004.

Acresce aos projectos e acções atrás referidos um conjunto de intervenções na Orla Costeira e em diversas ribeiras da Região, desenvolvidas por esta Secretaria Regional, num significativo esforço para a resolução de um considerável passivo ambiental acumulado no Arquipélago há longos anos. Ao nível da Orla Costeira foram desde 2000 e até ao presente, investidos 10,116 milhões de euros, representando 29,4% do plano de investimento ambiental no mesmo período. As reparações efectuadas nas diversas ilhas das quais destacamos, de entre outras, as obras de protecção realizadas em S. Lourenço, Povoação, Ribeira Quente, Rabo de Peixe, S. Roque e St^a Cruz das Flores, a que acresce a protecção da Orla Costeira da Vila das Lajes do Pico, cujo concurso está a decorrer, são um exemplo, bem expressivo, da importância do esforço desenvolvido pelo Governo Regional através da Secretaria Regional do Ambiente neste domínio. Referência também para o facto de, em paralelo, se terem iniciado diversos planos de ordenamento da orla costeira com o objectivo de garantir uma mais correcta e eficaz gestão da orla marítima das ilhas, tendo como preocupação primordial a defesa das populações e dos seus bens, mas também, a valorização do potencial recreativo e turístico das zonas marítimas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Paralelamente, desenvolveu-se um conjunto de intervenções de elevada expressão financeira, no âmbito da correcção de leitos, reforço e requalificação das margens de ribeiras. Estas intervenções, das quais se destacam a título de exemplo, a Ribeira de Santiago, e de Faial da Terra, representaram um investimento global de 9,47 milhões de euros, correspondente a 26,5 % do investimento efectuado na área ambiental.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): No âmbito da prevenção de cheias!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Até 1996 o volume de investimentos efectuado em áreas de intervenção ambiental não excedeu nunca os dois milhões de euros por legislatura. No período 97/2000 correspondente ao 1º Governo do Partido Socialista, este investimento cresceu para um nível de mais de vinte milhões de euros, atingindo-se na presente legislatura, com a aprovação deste Plano, um investimento global de aproximadamente quarenta milhões de euros.

Em termos percentuais e a preços correntes é mais perceptível o significado destes investimentos se dissermos que de 0,33% de investimento ambiental durante o VI Governo Regional passámos para 2,41% ao longo do VII Governo e cerca de 4,5% durante a presente legislatura.

O investimento previsto de 11.453.000 euros em 2004, correspondente a 4,1% do Plano de Investimentos Regional, e gera 56% de retorno de fundos europeus. Das principais rubricas do Plano desta Secretaria Regional importa referir o reforço do Programa Qualidade Ambiental, nomeadamente dos projectos da Valorização da Qualidade Ambiental que passou para 3,981 milhões de euros, do Ordenamento do Território com uma dotação de 3,212 milhões de euros, dos Recursos Hídricos com uma



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

verba alocada de 2,789 milhões de euros e 636 mil euros para a Promoção Ambiental

A aprovação do Plano 2004 ora proposto na vertente ambiental, é o garante da conclusão de um projecto consistente, desenvolvido na Região Autónoma dos Açores pela mão do Partido Socialista, representando inegavelmente, uma profunda transformação na estratégia e políticas ambientais, corrigindo um conjunto vasto de problemas acumulados, e afirmando uma marca de sustentabilidade no desenvolvimento que vimos promovendo na Região.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições sobre esta intervenção.

(Pausa)

Tenho inscrito o Sr. Deputado Hernâni, a quem dou a palavra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar uma nota, que me parece digna de registo, na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Trata-se do 5º debate, contando naturalmente com o debate do Programa do Governo, do Plano a Médio Prazo, do Plano e Orçamento para 2000, 2001 e 2003 e agora 2004, em que da parte da oposição de direita não ouvimos lamentavelmente uma única ideia, nem sequer uma única voz.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Esta é uma questão digna de registo, tanto mais que se trata de uma área essencial que não respeita exclusivamente à qualidade de vida presente de todos os açorianos, mas que é fundamental quanto à sustentabilidade das gerações futuras e até do nosso progresso económico.

Sr. Presidente, uma nota de registo:

Numa legislatura completa não houve uma única ideia, nem sequer uma voz. (*)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições passo a informar dos tempos ainda disponíveis:

Partido Socialista – 1 hora e 35 minutos.

Partido Social Democrata – 1 hora e 28 minutos

Partido Popular – 14 minutos

Partido Comunista Português – 9 minutos.

Governo – 1 hora e 8 minutos.

Terminam por hoje os nossos trabalhos, recomeçando amanhã às 10 horas.

Boa noite.

(Eram 19 horas e 50 minutos)



Diário da Sessão n.º 092 de 11/12/03

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

(Eram 10 horas e 25 minutos)

Vamos retomar os nossos trabalhos com a continuação do debate sobre as **Propostas de Decreto Legislativo Regional referente ao Plano e Orçamento para o ano de 2004.**

Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na primeira vez em que, na qualidade de membro do VIII Governo Regional, subo a esta tribuna, gostaria, desde logo, de relevar o facto de partilhar por inteiro daquela que tem sido a postura do Governo em relação à Assembleia Legislativa Regional:

Colaborar activa e respeitosamente na realização das funções desse órgão, respeitando os Senhores Deputados e, por vosso intermédio, respeitar também todos os açorianos.

Manifestada, assim, a postura com que aqui me apresento, e realçando a convicção de que espero ser merecedor da mesma postura, vamos, então, ao que aqui me traz hoje.

E o que aqui me traz hoje é seguramente uma das áreas mais importantes da nossa economia, não só por aquilo que directamente produz e faz produzir, mas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

também pelo inegável contributo que dá, para que aquela que se tem afirmado como uma imagem de marca da nossa Região, continue válida e, sobretudo, real.

A influência da actividade agrícola, piscatória e florestal na própria imagem que os Açores têm, parece-me inquestionável. No entanto, tal não significa, se porventura dúvidas existissem, que tudo gire à volta e por causa da agricultura, das pescas ou dos recursos florestais. As intervenções dos Colegas de Governo são bem a prova que o projecto que o Partido Socialista tem para os Açores, que o projecto do PS que está em fase de materialização se caracteriza, desde logo, pela ambição e abrangência de propósitos; por uma aposta forte e determinada em trilhar novos caminhos de progresso e desenvolvimento.

Mas passando a questões mais concretas, é necessário em relação a qualquer plano de investimento – e este de 2004 não escapa à regra – ter presente que, nas áreas sob alçada da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, o sector agrícola, aqui referenciado numa perspectiva lata englobando, quer a produção, quer a transformação, assume um papel preponderante. É, a este propósito, importante reconhecer que apesar da disciplina inerente às regras comunitárias, e tendo em conta as disponibilidades de recursos, os Governos Regionais da responsabilidade do PS, têm agido com determinação e vigor na defesa e afirmação do sector agrícola.

Ao longo dos últimos anos, valorizámos e continuamos a valorizar a importância da agricultura na globalidade da actividade produtiva nos Açores, conscientes do seu imprescindível papel em defesa do nosso património, bem como da sua natureza de pedra basilar de actividade económica regional e do desenvolvimento rural da nossa Região.

Assim, e se tivermos presentes os objectivos sectoriais definidos nas páginas 7 e 8 do Capítulo II do Plano de Investimento para 2004, referenciando-os às



dotações orçamentais consagradas no mesmo documento, entendemos útil salientar a matéria relativa a caminhos agrícolas e rurais, tornando patente, desse modo, que a aposta do Governo Regional nessas áreas compreende, não apenas, a melhoria dos caminhos já existentes, mas também a abertura de novos troços. Neste sentido, convém relembrar que na presente Legislatura, já foram investidos em caminhos agrícolas, mais de 11,8 milhões de euros, facto que criou a facilidades no acesso a mais de 2400 hectares de terreno, nos quais se encontram instaladas cerca de 700 explorações agrícolas.

Para 2004, estamos apostados em asfaltar mais 22 novos caminhos agrícolas, situados nos perímetros de ordenamento agrário de Feteira/C. Branco; Paul; Cume/Agualva; Ponta Delgada; Povoação; Vila Franca e; Maia/Fenais da Ajuda. O investimento estimado para este conjunto de obras é de cerca 3 milhões de euros.

Aspecto essencial, a este propósito, é também o abastecimento de água às explorações, estando previsto, para o próximo ano, a execução da 2ª fase do plano integrado de abastecimento de água ao perímetro de ordenamento agrário da Ilha do Faial, fase esta que se consubstancia na construção de reservatórios e de condutas adutoras.

Desenvolver-se-á, ainda, a obra do sistema integrado de abastecimento de água ao perímetro de ordenamento agrário Altares/Raminho na Ilha Terceira.

No que se refere à bacia leiteira de Ponta Delgada, será lançado a concurso, no próximo ano, a obra respeitante à execução do respectivo sistema integrado de reabastecimento de água às explorações instaladas naquela área.

Em termos gerais, convém salientar que temos, neste momento, uma área intervencionada de 30 mil hectares, beneficiando-se por esta via cerca de 5.200 explorações.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Por outro lado, sabemos também que a especificidade da nossa estrutura fundiária, repartida e distanciada, constitui uma das actuais e prementes questões da agricultura açoriana.

Esta é uma realidade representativa de custos elevados e de intensos sacrifícios para quem faz da agricultura o seu modo de vida. Cientes disso, respondemos, afirmativamente neste Plano à pretensão das organizações representativas da lavoura, nomeadamente a Federação Agrícola dos Açores, no sentido de iniciar o processo de revisão dos instrumentos com relevância nessa área, designadamente o SICATE.

Apesar de nos apercebermos que este é um dos aspectos que é essencial ao continuado progresso da Agricultura, não nos podemos esquecer da complexidade e delicadeza que estas matérias encerram, tendo sempre presente os recursos financeiros disponíveis e os riscos de especulação que estas operações por vezes envolvem.

Neste sentido, devo referir que a actual proposta de Plano para 2004 faz incluir, pela primeira vez, uma acção especificamente orientada para a reestruturação fundiária, cuja concretização contará sempre com a participação dos parceiros do sector.

Outro aspecto que nos apraz registar, diz respeito ao investimento público e investimento privado promovido pelo PRODESA, no âmbito do Desenvolvimento Sustentado das Zonas Rurais e da Modernização e Diversificação do Sector Agrícola e Florestal.

Por esta via, valoriza-se, de forma decidida, as estruturas fundiárias em espaço rural, estimula-se a competitividade e a qualidade da produção regional aos mais diversos níveis. Aqui é de salientar que, entre Janeiro de 2001 e Novembro de 2003, mais de 4 mil projectos de investimento foram, já aprovados, os quais incluem infra-estruturas de ordenamento agrário e da rede regional de abate, a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

modernização das explorações agrícolas e da indústria agro-alimentar, bem como incentivos à instalação de jovens agricultores, num montante de investimento elegível aprovado superior a 137 milhões de euros.

Os projectos que no sector agrícola mais crescem, tendo em consideração o ano anterior, são os seguintes: a sanidade animal e vegetal com 158%; a renovação e reestruturação das empresas agrícolas que beneficia de um aumento de 97%, bem como a transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários, com um acréscimo de 33%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa ainda referir que no âmbito da reflorestação de terrenos agrícolas, através da aprovação de projectos privados no âmbito do PRODESA, o Governo prevê a arborização de 665ha de terreno, aos quais deve acrescer mais 50 ha, relativos à beneficiação de povoamentos florestais existentes.

A isto acresce, a manutenção e recuperação de caminhos rurais e florestais, a realizar nos Açores em 2004 que, deverá atingir cerca de 500 Km.

As obras mais significativas a concretizar nesta área de intervenção serão aquelas que dizem respeito ao revestimento betuminoso e à melhoria de drenagem em caminhos rurais e florestais, numa extensão de 20 Km, de acordo com a seguinte distribuição:

Rompimento e alargamento de faixas nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Faial e Flores, com a respectiva melhoria nas redes de drenagem, nas quais se pretende a construção de 60 aquedutos e 20 Km de valetas com muros de suporte.

Para além disso serão também efectuadas obras na Ilha Graciosa, sobretudo no que se refere ao caminho rural do Vimiais, em S. Cruz. Finalmente, no tocante às Reservas Florestais e de Recreio, serão valorizadas as reservas do Pinhal da Paz, em S. Miguel, do Capelo, no Faial e de S. João, na ilha do Pico. Em todas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

elas está prevista a construção de novas estruturas de apoio assim como a instalação de zonas de recreio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que se refere ao sector das Pescas, interessa, antes de mais, referir que o Governo deu continuidade ao grande investimento público neste sector em todas as ilhas, quer no que se reporta à construção de portos de pesca e de casas de aprestos, quer no que diz respeito às novas lotas e aos novos postos de recolha, sem esquecer a instalação de novas gruas, de pórticos de varagem, assim como de equipamentos de gelo e de frio.

Foram assinados protocolos de cooperação com cerca de 40 autarquias, tendo em vista a limpeza e pequena conservação dos equipamentos e infra-estruturas dos portos de pesca da Região, de forma a aproximar, no âmbito da gestão dos portos de pescas, a administração regional ao poder autárquico, com grande vantagem para os profissionais da pesca.

Quanto ao investimento futuro, o Plano para 2004 contempla o sector das pescas com um aumento de 43%.

Os projectos cujo aumento é mais significativo, relativamente ao ano anterior, são o da Inspeção e Gestão, que cresce 41%; o das Estruturas Portuárias, que beneficia de um aumento de 80%, destacando-se o investimento em portos nas ilhas de S. Miguel, Graciosa e noutra dimensão, S. Jorge.

A transformação, comercialização e cooperação externa, que crescem 59%, 72% e 207%, respectivamente, em relação aos anos de 2003, 2002 e 2001.

Pretendemos através deste Plano para 2004, continuar a modernizar o sector da pesca de uma forma harmoniosa em todas as ilhas da Região.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Uma referência à aposta na investigação científica, para a qual disponibilizamos cerca de 800 mil euros e em que a colaboração com o Departamento de Oceanografia e Pescas assume um papel essencial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dúvidas se têm levantado a propósito da importância deste documento. Alguns, injustificadamente, dizem que acordámos tarde, que este será o fim de um ciclo. Os investimentos previstos, os efeitos resultantes desta estratégia implementada pelos Governos Regionais do Partido Socialista ao longo destes sete anos permitem, com segurança e optimismo, afirmar que, de forma alguma, estamos perante o fim. Nem sequer estamos perante o começo do fim.

Estaremos, sim, e quando muito, perante o fim do começo.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para esclarecimentos, na sequência desta intervenção do Sr. Secretário Regional.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta directa ao Sr. Secretário Regional.

O que é que vai ser feito em relação àquilo que falta completar da estrada da volta da Ilha das Flores, mais concretamente das Lombas aos Morro Alto?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradeço a questão que é colocada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Esta é seguramente uma das matérias, aliás, conforme se pode constatar da leitura do Plano de Investimentos do Governo Regional, em termos globais e para a toda a Região, que merece uma particular atenção e um particular esforço.

Aquilo que lhe posso dizer é que, quer da parte Secretaria Regional da Agricultura e Pescas por si só, quer em colaboração com outros departamentos do Governo, há a intenção de continuar a intervencionar e continuar a melhorar essa estrutura rodoviária. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros para esclarecimentos.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu começaria por me referir às questões relacionadas com as estruturas agrícolas, não falando no abastecimento de água que, em termos de reforço, é zero.

V. Exa. especificou um bocadinho melhor aquilo que vem no texto do Plano, que é um tanto ou quanto lacónico, mas há um aspecto que fica mais uma vez sem nenhuma referência que é o da distribuição de energia eléctrica às explorações.

No Plano para 2002 falava-se na electrificação de 10 ordenhas, construção não sei de quantos quilómetros de rede de média e baixa tensão e quando se vai ver o relatório de execução, ficamos pela manutenção da rede existente com a execução financeira de 7,46%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ora, todos sabemos que da electrificação das explorações, sobretudo das ordenhas, depende em grande parte a melhoria da qualidade do leite. É um factor essencial e dá-nos a sensação que neste Plano esse projecto mais uma vez fica adiado.

Mencionou V. Exa. também a questão do grande aumento que se verifica na acção da sanidade animal e eu interrogo-me: não tendo aparecido, graças a Deus, nenhuma doença nova; não prevendo o Plano nenhuma intervenção diferente das que vinha executando; mantendo-se os números da prevalência da leucose e da brucelose na tranquilidade que nos é transmitida pela Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário; tendo-se abandonado definitivamente a construção de um novo Laboratório Regional de Veterinária, porquê um aumento de 311,8% nesta acção? Estamos a passar de 1 milhão e 500 mil para 4 milhões e 700 mil euros.

Esta é uma dúvida que me chocou.

Também me interrogo em relação ao Programa da transformação e da comercialização, quanto a estes reforços que V. Exa. mencionou e que eu chego à conclusão que apenas aparecem no apoio à indústria agro-alimentar e na regularização de mercados.

Será que no último ano do Plano vamos ter tempo e capacidade para entregar a quem de direito todo um conjunto de planos que justifiquem este aumento ou, tal como as verbas da sanidade, este montante destina-se a pagar exclusivamente compromissos assumidos de exercícios anteriores?

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em primeiro lugar, em relação à questão da electrificação, devo dizer que concordo consigo quando diz que é um aspecto importante, mas não será o único.

Se o objectivo que se pretende servir com este tipo de intervenção é a melhoria da qualidade do produto, é a melhoria dos rendimentos dos agricultores, através duma eventual redução de custos, é necessário atender a dois outros elementos que me parecem fundamentais, o abastecimento de água e os caminhos agrícolas.

Portanto, aquilo que eu gostava de colocar à consideração e de chamar à atenção é de não apreciar isoladamente esta questão da electrificação, sendo certo que é um esforço que se deve continuar a fazer e que efectivamente se vai continuar a fazer, porque é também importante, mas que neste grande grupo de matérias que influem decisivamente do ponto de vista de redução de custos das explorações, devemos atender também à questão dos caminhos agrícolas e à questão do abastecimento de água.

É óbvio que em relação a qualquer uma destas questões há aspectos, em relação aos quais a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e o Governo Regional no seu todo, estão apostados em melhorar a eficácia da intervenção que o Governo tem nestas matérias.

Portanto, sobre esta questão, penso que nesta fase, tendo em conta aquilo que nos propomos fazer, tendo em conta os recursos que afectamos a esta matéria, este é o ponto de partida, ou seja, o ponto de partida de, por um lado, haver este reforço e, por outro, haver a consciência da necessidade de termos uma atenção permanente a estas matérias e de aumentar a eficácia da intervenção.

Em relação à questão da sanidade, que o senhor também falou, é necessário não esquecer que nós neste momento temos indicadores extremamente positivos, do ponto de vista de efeitos, no combate à brucelose com a utilização de uma nova



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

vacina e, portanto, é necessário também a afectação de meios que permitam, sobretudo, continuar este esforço, tendo em conta os resultados que foram obtidos.

Penso que não me esqueci de nenhuma questão.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para complementar um aspecto que penso que não foi suficientemente esclarecido, que se prende com os investimentos na agro-indústria e com o aumento da verba.

Existem neste momento cerca de 65 milhões de euros de projectos aprovados no âmbito da agro-indústria e existe também já apresentados e ainda não aprovados cerca de 40 milhões de euros, o que significa mais ou menos 8 milhões de contos, daí o reforço que se verifica na verba correspondente no sentido de apoiar todos estes projectos que, não estando aprovados, já estão apresentados e representam, de facto, a confiança na mola de desenvolvimento e modernização que é necessária para o sector.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É para agradecer e dizer ao Sr. Secretário Regional que percebo perfeitamente as suas explicações.

Não lhe vou fazer mais perguntas neste momento, mas no futuro teremos oportunidade de debater estas questões.

Também quero agradecer ao Sr. Deputado Luís Paulo Alves ter confirmado aquilo que se suspeitava, ou seja, que o reforço de verbas no programa da comercialização e transformação destina-se efectivamente a satisfazer compromissos com projectos que já foram apresentados.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente estes fundos são para apoiar situações reais. Se assim não fosse, corríamos o risco de ser acusados de colocar verbas virtuais no Plano.

Muito obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimento, eu dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Campos para uma intervenção.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2004 agora em discussão, culmina um período e prepara outro, ou seja, prevê um conjunto de medidas e acções e em sequência, inicia ou abre o caminho para outras.

Deixa entendido que o governo do PS e o próprio PS têm estratégias de continuidade, têm ideias de futuro e para o futuro agora e sempre, em coligação com os Açorianos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Aliás, uma coligação que sem dúvida, se empenhará no combate contra uma outra que tem entre as suas práticas actuais, estar a mandar para o desemprego, diariamente, mais de 300 cidadãos deste país.

Esta outra aliança, considera como “ganhos” os resultados das negociações sobre as 200 milhas de Zona Económica Exclusiva que passaram a 100. Diz acerca do mesmo assunto que “na prática coloca os Açorianos numa situação semelhante como a que se tinha até aqui”, ou seja 200 ou 100 milhas, para eles, é igual. E frisarem que este resultado só foi possível com o empenhamento de muitos sectores, em especial dos profissionais da pesca, e não da “guerrilha que o governo regional socialista sempre levou a cabo nesta matéria”.

Bem gostaria de saber, a ser verdade, qual ou quais sectores da pesca que estiveram com o PSD “nesta matéria”; gostaria de saber também, preto no branco, se o PSD está contra ou a favor de todas as estruturas representativas do sector que estão com o governo para que este se socorra dos adequados meios legais para defender a manutenção das 200 milhas.

Definam-se!

Como dizia, há uma estratégia de continuidade e desenvolvimento que, estruturalmente, inclui também o sector das pescas. Demonstram-no a obra feita, em execução e a executar.

A construção de casas de aprestos e a obra já em execução de profunda remodelação e modernização da Lota, em Rabo de Peixe, a construção do novo edifício da lota em Ponta Delgada e de 27 casas de aprestos no Faial, o porto de pescas na Praia da Graciosa, a conclusão das obras do porto dos Anjos em Santa Maria, a ampliação da oficina de reparação naval no Corvo e as novas oficinas na Praia da Vitória e nas Lajes das Flores, a colocação de novas gruas na Urzelina e Norte Grande e a diversidade de investimentos na ilha do Pico,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

confirmam a vontade e determinação deste governo em governar todos os Açores e com todos os Açorianos.

Muitas das infra-estruturas criadas e a criar são as primeiras desde sempre, sendo as respectivas necessidades bem antigas.

Paralelamente, trabalha-se no sentido de aproximar as nossas lotas dos grandes mercados de compra e venda de peixe europeus. Estudam-se sistemas informáticos que permitam em tempo real, o acesso às nossas lotas por forma a poderem comprar, de preferência com vantagens para os nossos pescadores e armadores.

Aprofundam-se as negociações com países como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e com as Canárias para diversificação de mercados e alternativas de pesca. Mantém e reforça-se o apoio ao DOP.

Em contra-ciclo, o governo regional incentiva a modernização das embarcações, estando prevista para 2004, 160 novas candidaturas, no âmbito da legislação para o efeito existente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente, novas dificuldades surgem no horizonte. De 16 a 19 do corrente mês, os ministros das Pescas da União Europeia reúnem-se para discutir importantes assuntos que têm a ver com o

Sector. Referimo-nos à intenção do Comissário Franz Fischler de reduzir o esforço de pesca em percentagens dramáticas.

É mais um desafio que temos pela frente. Esperamos e desejamos que na hora de unir esforços estejamos todos do mesmo lado, sem fintas ou esquivas.

Temos de preparar respostas, encontrar soluções, e mais uma e outra vez, agir de forma determinada pelo respeito dos direitos e dos interesses dos pescadores e armadores e de todos aqueles cujas vidas dependem economicamente desta actividade.



O governo do PS continuará como tem estado sempre, em permanente defesa das suas lutas e das suas causas.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Poente nada de novo.

Como já foi aqui dito por muitos, este é o último Plano e Orçamento desta Governação que está no ocaso do seu tempo.

Muito do que tem sido dito nestes últimos anos tem de ser repetido, porque muito do que foi prometido em 1996 e depois em 2000 não foi cumprido.

A Ilha Terceira tem visto a sucessiva repetição das promessas alimentar a desilusão que sucede à ilusão dos anúncios.

A acção política não deve resumir-se a um rol de obras avulsas, mas porque a actual governação teve por base o pressuposto, em 1996, num denominado contrato com os terceirenses, que as promessas eram concretas “*assumindo o compromisso de (...) as cumprirmos escrupulosamente. Como são medidas concretas, será fácil, depois, aos eleitores avaliar o nosso desempenho*”.

É altura, pois, ao analisarmos aquilo que está previsto para 2004, de avaliarmos esse desempenho, constatando que algumas obras que deveriam estar acabadas há anos só para o ano irão ser concluídas.

Outras obras que também já deveriam estar finalizadas só agora serão iniciadas.

E outras que já deveriam estar em curso nem sequer irão começar.



Por exemplo, o Matadouro Industrial, prometido em 1996...

Deputado Paulo Messias (PS): Em 88.

Deputado António Gomes (PS): Em 88, com os apoios comunitários.

O Orador: ... como grande prioridade da Ilha Terceira, devendo ser construído até 2000, conforme declarações de membros do Governo Regional e deputados do PS em 21 de Novembro de 1996, em 30 de Janeiro de 1997, em 27 de Maio de 1997, em 28 e 29 de Novembro de 1997, em 22 de Abril de 1998, entre outras manifestações de fé, só vai ser concluído em 2004.

Ainda bem que vai ser feito, mas foram muitos os prejuízos causados aos nossos agricultores e, assim, à nossa economia por tão grande atraso.

Ao nível da rede viária foram feitas algumas intervenções, mas, no que respeita a novos troços de estrada, chega-se ao final desta legislatura e os cerca de 2 milhões de contos previstos para a Terceira são reduzidos a zero.

Em concreto, para 2004, dos cerca de 9.125 milhões de euros previstos para a Região, sem incluir as SCUTs, a Terceira tem zero metros e zero cêntimos.

Em relação à reabilitação de estradas regionais, a Terceira tem previstas duas obras.

A Estrada Cruz das Cinco/São Mateus/Silveira, já teve prevista a quantia de cerca de 900 mil contos, com verbas inscritas desde 1999, prevendo-se para esse ano o início da obra, que, de acordo com o PMP aprovado por esta Assembleia, deveria estar concluída em 2003, mas só vai iniciar-se em 2004.

E a Estrada Lajes/Praia da Vitória cujo início estava previsto desde 2000 com cerca de 310 mil contos para a intervenção em 6Kms de estrada – o Sr. Secretário Regional dizia ontem que não sabia onde é que isso estava, está no D.R. I Série-B, pg. 285 – passou a ver prevista a quantia de 140 mil contos para apenas 2,4Kms, menos de metade da verba prevista para menos de metade da sua extensão.



(Vozes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, percebo que a discussão não é fácil, mas esta permanente interrupção...

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: A prevista e prometida reabilitação da Estrada 12 Ribeiras/ Via rápida, desde 2001, com cerca de 550 mil contos, nem será iniciada nestes quatro anos.

Ao nível de Escolas de 2º e 3º ciclos a actual governação previu a grande recuperação de uma e a construção de três escolas.

A Grande recuperação da Escola Francisco Ornelas da Câmara vai ser final e felizmente concluída apesar de tal estar previsto para 2001.

A Escola EB 2,3 Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, assumida como prioridade em 1996, com verbas previstas desde 1997, no valor global de cerca de 4 milhões de contos, repetidamente prometida por membros do Governo...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Isso é um atentado à inteligência!

O Orador: Eu já o esclareço sobre isso e relembro a sua posição sobre esta matéria mais à frente.

Presidente: Srs. Deputados, Sr. Secretário, deixem o Sr. Deputado concluir a sua intervenção.

O Orador: ... e por Deputados do PS, por exemplo em 27 de Novembro de 1997, em 23 de Setembro de 1998, em 15 e 16 de Dezembro de 1998, ou, em 5



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de Abril de 2001, quando o Senhor Secretário Regional da tutela afirmou que, e cito agora para lembrar-lhe, “*esta obra é essencial para o desenvolvimento da Ilha Terceira. Tudo farei para que ela se faça, porque é uma escola essencial*”,
Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): E continuarei a dizer a mesma coisa.

O Orador: ... adiantando que, e volto a citar, “*há a firme intenção de a concluir neste mandato*”.

(Aplausos da bancada do PSD)

Ora, neste mandato, o máximo que se poderá fazer é iniciar com 400 mil contos aquilo que se prometera acabar com mais de 4 milhões de contos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Foi prometida por Aurélio da Fonseca.

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): Não é verdade.

O Orador: As Escolas do Ramo Grande e Ferreira Drummond (Porto Judeu/São Sebastião) foram prometidas em 2000...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): E a da Vila das Lajes.

Presidente: Sr. Secretário Regional, vai ter oportunidade para responder a tudo isso, mas agora deixe o Sr. Deputado concluir.

O Orador: Isto é um assunto muito sério. Estamos a discutir o último Plano e Orçamento desta Legislatura e percebo a aflição política que podem sentir, mas, por favor, ouçam a verdade e, sobretudo, lembrem-se daquilo que já disseram.

Presidente: Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Orador: As Escolas do Ramo Grande e Ferreira Drummond (Porto Judeu/São Sebastião) foram prometidas em 2000... e referidas por exemplo pelo



mesmo membro do Governo, ainda a 5 de Abril de 2001, afirmando que, e volto a citar, *“nós estamos a trabalhar nos projectos”*, adiantando que *“nós vamos construir essas escolas. Temos toda a intenção de as construir e estamos a trabalhar nelas. (...) não ficarão concluídas nesse mandato. Serão lançadas, ficarão em andamento e serão obras que nós vamos iniciar”*

Foram lançadas, mas, também estas, ao mar das promessas não cumpridas,...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ...porque tudo o que estava previsto e prometido também ficou reduzido aos zero cêntimos.

Em 26 de Novembro de 1997, o Senhor Secretário Regional da Economia, referindo-se à Aerogare Civil das Lajes, afirmava, e cito, *“haverá verbas em 1999 e 2000, o ano de 1998 é o ano em que se vai fazer um projecto para a reestruturação da própria aerogare, fazendo concurso e andar com a obra nos anos 1999 e 2000”*. Isto foi dito em 1997.

A obra parece que só vai começar a andar em 2004.

A Gare Marítima e Terminal de Passageiros da Praia da Vitória, prevista desde 1999 (cfr. D.R. I Série-B, pg. 7384(617)), continua também por iniciar.

Os estudos relativos ao novo Hospital da Ilha Terceira são referidos nesta Assembleia desde 16 de Dezembro de 1998, o que voltou a acontecer em 27 de Novembro de 1999.

Em 6 de Abril de 2001, um parlamentar socialista aclamava, e cito, *“merece destaque (...) a consignação de verbas de 1,45 milhões de contos destinados à construção do Novo Hospital de Angra do Heroísmo”*.

Em 25 de Março e em 11 de Abril de 2001, o PS da Ilha Terceira rejubilava com as verbas previstas para a *“construção de uma nova unidade hospitalar”*.



E em 14 de Janeiro de 2003 fazia a intrigante pergunta: “ *E quanto ao novo Hospital, o que diz o PSD ao facto de, neste momento, decorrerem já os estudos geológicos tendentes à sua implantação?*”

Secretário Regional dos Assunto Sociais (Francisco Coelho): Prometeram o novo Hospital de Ponta Delgada.

Deputado Bento Barcelos (PSD): E fez-se. Foi a maior obra da Autonomia.

O Orador: O PMP chegou a prever cerca de 1.550 mil contos para o investimento.

Para 2004, o Plano prevê apenas cerca de 40 mil contos para “*programas e estudos necessários á localização, definição e organização*”.

Resta a pergunta, esta sim intrigante, como é que se falava em estudos desde 1998, que seriam já geológicos em Abril de 2003, quando a sua localização só será definida em 2004?

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Os cerca de 200 mil contos, previstos para o Recolhimento de São Gonçalo desde 1997, em 2004 continuam reduzidos a zero.

Deixou de estar prevista qualquer verba para o Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo.

Cerca de um milhão de contos previstos para a nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, desde 1997, passam a cerca de 20 mil contos apenas para 2004 e para a elaboração do projecto.

A protecção da Orla Costeira da Terceira viu desaparecer mais de um milhão de euros, nada tendo previsto para 2004.

Não estamos, neste momento em concreto, a avaliar o que foi ou não foi feito, estamos a analisar o Plano e Orçamento para 2004.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

E é olhando para o Futuro que desejávamos fosse concretizado aquilo que foi prometido e previsto fazer.

E é olhando para o Futuro que alicerçamos a Esperança de um Tempo Novo que os açorianos serão chamados a construir e, porque a Poente nada de Novo, que nasça esse outro tempo que traga nova Esperança à Vidas dos Açorianos.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Deputado Nuno Amaral (PS): Esqueceste-te de falar do sismo de 80. Nós é que as construímos.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que o Sr. Deputado Clélio Meneses tem uma visão bairrista do seu Concelho, da sua Ilha e dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quem é que lhe disse isso?

O Orador: A Terceira neste momento tem um investimento de 30 milhões de euros no Plano Integrado da Baía de Angra.

O Porto da Praia da Vitória tem projecto que está praticamente aprovado no Fundo de Coesão e só poderíamos fazer esse investimento após a aprovação por este Fundo, no valor de 2 milhões de euros.

O projecto está pronta e vamos lançar o concurso mal tenhamos a certeza absoluta de aprovação no Fundo de Coesão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em relação à Aerogare Civil das Lajes, o projecto está pronto e foi lançado a 1ª fase do concurso. Também tivemos que aguardar pelo Fundo de Coesão. Concorreram nove empresas e as propostas foram abertas ontem e, portanto, no próximo ano vamos iniciar as obras.

Nós vivemos nos Açores e precisamos de investir naquilo que é prioritário, porque os nossos recursos são escassos.

Nós devemos olhar para os Açores de uma forma global e, sempre que possível, devemos aproveitar os nossos recursos. Seria incauto da nossa parte fazer investimentos no Porto da Praia da Vitória e na Aerogare Civil das Lajes sem que houvesse um programa comunitário que os apoiassem. Foi isso que fizemos. Isto é gerir bem os nossos recursos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que disse em 97 que ia avançar.

O Orador: Sr. Deputado, o Porto da Praia da Vitória em 1997 não tinha qualquer problema.

Quanto à Aerogare Civil da Lajes já foi feito o projecto, foi lançado a concurso e por se tratar de uma obra muito avultada (18 milhões de euros), havia que encontrar um programa comunitário que a apoiasse e encontrámo-lo. Já lançamos a 1ª fase antes mesmo de estar aprovado pelo Fundo de Coesão. Tivemos que fazer esta candidatura para podermos avançar com o projecto global.

É olhando para os Açores de uma forma global e tentando aproveitar os recursos existentes na Região e no País que se faz política.

Muito obrigado. (*)

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputado Andreia Cardoso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado Clélio Meneses. Se o Sr. Deputado Duarte Freitas tiver alguma coisa para acrescentar àquilo que ele disse, eu agradeço e prestarei os devidos esclarecimentos.

Relativamente aos esclarecimentos quero dizer o seguinte:

De entre as diversas citações que o Sr. Deputado Clélio Meneses fez, o elenco tem tudo de pouco sério, pouco minucioso e inclusivamente falta à verdade.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Só faltava esta!

A Oradora: Deixe-me que conclua.

Numa ilha em que temos obras tão importantes a decorrer, como a ampliação e construção da Francisco Ornelas da Câmara, no valor de 7 milhões de euros; a construção do Matadouro Industrial da Ilha Terceira, há tanto ansiado pelos agricultores terceirenses, que está neste momento a decorrer e que será concluído em 2004; as obras contínuas na Secundária de Angra do Heroísmo; a remodelação das escolas do 1ª Ciclo; a construção das Escolas da Carreirinha, do Pico da Urze;...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto não é um relatório de actividades. Estamos a apreciar o Plano para 2004!

A Oradora: ... o Centro de Saúde da Praia da Vitória, construído e equipado por este Governo do Partido Socialista.

Podia ainda elencar um conjunto de outros investimentos, mas o tempo é escasso.

Os senhores não debateram nada, mas quiseram neste momento tentar fazer uma... nem vou classificar.

Portanto, o que eu quero dizer é que muito foi feito na Ilha Terceira. É evidente que ainda existe muito para fazer. Se tudo tivesse concluído não havia



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

necessidade de mais governos nos Açores. É evidente que muito mais há para fazer, mas muito foi feito.

Este foi um Governo que trouxe muitos investimentos importantes à Ilha Terceira e continuará a investir, e bem, como tem feito, estabelecendo prioridades dentro dos recursos que tem disponíveis para o investimento nos Açores.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pois é, Sr. Deputado Clélio Meneses, cá estamos outra vez na questão do desenvolvimento da Terceira.

A verdade é que o PS encontrou em 1996, na sua acção do Governo, a Terceira estagnada no seu desenvolvimento económico, cultural, desportivo, social, etc..

A verdade é que o discurso da mentira, da demagogia e do ilusionismo, em relação a algumas obras, é uma realidade e os terceirenses têm tido oportunidade de presenciar através do Sr. Deputado, na qualidade de responsável político do PSD-Terceira, uma delas, por exemplo, o Matadouro Industrial, a construção do 4º troço de acesso ao Porto da Praia, que já tinha garantido fundos comunitários em 1990, como a estrada Agualva/Serreta, etc., e que não foram feitos pelos vossos governos.

De facto, foi essa realidade que nós encontramos ao entrarmos no Governo e é isso que nós temos vindo a fazer, fazer aquilo que os senhores não foram capazes de fazer em 20 anos e fazer muito mais do que isso.

Em relação à aerogare, só recentemente é que o Governo adquiriu os terrenos onde se encontra a aerogare civil. Os senhores tiveram 20 anos no governo e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

não foram capazes de resolver a questão dos terrenos onde está a aerogare, terrenos esses que não eram propriedade da Região. É essa a realidade do PSD. Sr. Deputado, tanto se tem falado na discriminação do Concelho da Praia, mas o Centro de Saúde da Praia foi feito por este Governo, um dos maiores investimentos feitos nesta Região, assim como outras obras, por exemplo, a reconstrução da Escola Francisco Ornelas, uma série de estradas construídas, o apoio social e muito mais que é implementado no nosso Concelho. Também não quero perder esta oportunidade para lhe falar da sua inoperância, como poder local, em não conseguir cumprir as suas promessas eleitorais. De facto, é esta a realidade e os terceirenses e os praienses certamente terão em atenção esse modo de fazer política.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo:

Começando por concluir, queria dizer que o Sr. Deputado Clélio Meneses não deve viver nem conhece a Ilha Terceira e como não vive ninguém se admira de nem sequer os seus fregueses o reconhecerem, porque é isso que se passa.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E a saúde?

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Os das Fontainhas é que costumam conhecer.

O Orador: Sr. Deputado, nós que vivemos na Terceira sabemos o que é que lá foi feito e não serve de nada vir para aqui armado numa especial vocação de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

guarda livros, vulgo acta, trazer um conjunto de datas sobre coisas que, finalmente, se estão fazendo, como o novo Matadouro da Ilha Terceira,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Outra vez as crónicas de mal dizer!

O Orador: ... mas mentindo, por omissão, relativamente a outras coisas que foram ditas sobre a Escola de São Carlos e posso-lhe trazer um jornal “A União” de 1992 em que o então titular da pasta da Educação e Cultura, Dr. Aurélio da Fonseca dizia: “ Em 95 a Escola estará pronta”. Em 95 não ficou.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ele nunca disse isso e senhor não vai conseguir provar.

O Orador: A verdade é que, como foi aqui referido, foi feito uma série de investimentos em toda a rede escolar da Terceira, tendo ficado para o fim exactamente aquilo que é e que será a Escola de S. Carlos.

Todos nós também nos lembramos do buraco na Praça Velha, do Caracol que nem andava a passo de caracol, da antiga Praça de Touros que foram grandes promessas do PSD da Terceira.

Quem é que criou as condições para, passadas décadas, essas situações serem, finalmente, resolvidas na ilha Terceira?

E o Centro de Saúde da Praia da Vitória que em 92 já tinha dinheiro no Plano, por que não começou depois de tanta vez prometido pelos governos regionais do PSD? Neste momento está pronto, com a qualidade que tem.

Relativamente à Aerogare Civil das Lajes, Sr. Deputado Clélio Meneses, deixe-me lembrar-lhe uma coisa: por acaso fui eu que negocieei, há dois anos, com a advogada dos proprietários a compra dos terrenos onde está a Aerogare Civil das Lajes.



Deputado Duarte Freitas (PSD): Vocês estão a fazer obras em terrenos que nem sequer são vossos.

O Orador: Em 20 anos de governo regional do PSD, nem os terrenos foram comprados, Sr. Deputado.

Os terrenos estão comprados, a obra vai ser feita com a qualidade que nós vamos ver.

A respeito do novo Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, queremos que fique claro que a construção desse hospital é uma opção política, tomada pelo Governo Regional em 2000 – não me lembro de antes se falar nessa necessidade – e foi uma decisão política tomada atempadamente, atendendo aos estudos profundos, à complexidade que envolve necessariamente esse tipo de infra-estruturas.

Todos sabemos que têm vindo cá peritos que têm ido ao Hospital de Angra já a pensar no novo projecto e que ficam verdadeiramente surpreendidos com a qualidade que ainda tem, sejamos claros, aquela infra-estrutura. Oxalá que a maioria dos hospitais do País, em termos de infra-estruturas, tivessem aquela qualidade e se encontrassem naquele estado de manutenção.

Com a altíssima qualidade das infra-estruturas que temos em Centros de Saúde, no Hospital do Divino Espírito Santo, no Hospital da Horta e face aos investimentos continuados, é evidente que neste momento o hospital de Santo Espírito de Angra destoa, mas destoa, felizmente, por belíssimas razões.

Agora, o Governo Regional continua a cumprir o seu compromisso que é de avançar na definição, durante este mandato, daquilo que será o futuro Hospital de Angra do Heroísmo.

Pode o Sr. Deputado ficar descansado que isso será feito e vamos fazê-lo, não fazendo aquilo que durante 6 anos aconteceu nesta Região...

Presidente: Agradecia ao Sr. Secretário que concluisse.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: ... que foi, enquanto se construiu o Hospital de Ponta Delgada, não se investiu em mais nenhuma infra-estrutura de saúde na Região durante 10 anos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Não é verdade.

O Orador: Nós não vamos fazer isso.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor não disse a verdade por desconhecimento ou por má fé.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Apenas quatro centros de saúde foram feitos no vosso tempo. Isso não lhe fica bem!

Presidente: Srs. Deputados, está muita agitação na sala, vamos recuperar a tranquilidade para continuarmos com o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não sei se pelo facto daquela ilha gostar tanto das suas particulares festas de Verão, chamadas touradas, parece que sempre que se fala na Terceira, de facto, é sempre esse tipo de faena que vem ao de cima, mais do que outra coisa.

(Risos da bancada do PS)

Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que não há nenhum terceirense, exercendo ou não cargos políticos, e nisto penso que posso englobar todos e de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

todos os partidos, que não gostasse de ver mais e mais investido na sua ilha. Penso que é um facto assumido e que ninguém terá dúvidas em relação a isso. Portanto, o que importa é analisar o porquê dessa ambição, e não lhe chamarei desmedida, mas exacerbada, não poder ser na prática realizada e muito menos quando nesta espécie de guerra política se procura atirar com o odioso, agravando situações que, na verdade, não têm que ser agravadas, porque tem uma justificação própria para cada uma delas.

E, como aqui foram invocadas obras prometidas na Ilha Terceira e que algumas delas não tendo ainda sido iniciadas, outras não tendo sido concluídas, tudo isto na esfera do tempo de 7 anos, exige-se que o cumprimento da palavra seja ao milímetro, ou seja, aquilo que se prometeu no princípio do ano, quando chegar ao Natal desse mesmo ano esteja concluído.

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

O Orador: Para mostrar que, de facto, os partidos políticos têm muitas vezes que olhar para os calcanhares antes de olhar em frente para atingir uma posição de equilíbrio, sempre necessária e útil nestas coisas, gostaria de vos lembrar algo que eu próprio referi nesta Casa em 1997, aquando da discussão do Plano desse ano. Dizia então nessa altura, em relação àquilo que chamavam o último inventário de 20 anos de governação. Embora me referisse a algumas obras, fi-lo em relação aos 8 anos anteriores: “A estrada Lajes/Santa Bárbara teve início no PMP de 1989, em 1993 não houve qualquer execução, em 1994 contou com 215 mil contos, mas a execução foi zero; em 1995, apesar de ser dotada com uma verba de 300 mil contos, a execução, para não variar e ser coerente com o processo iniciado em 89, foi zero.

Em 1996 a Estrada Lajes/Santa Bárbara teve 675 mil contos o que teve como resultado que as despesas a mais atingiram praticamente os limites permitidos por lei. A execução foi de 70%, ou seja, 420 mil contos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Isto é: numa estrada com 34 km, prometida em 1989 e durante oito anos executaram-se 8 km de estrada. O Governo do PS, como é óbvio, está acabando em 7 anos os restantes 26 km de estrada quando concluir o troço Santa Bárbara/Serreta.

O Porto de Pescas da Praia da Vitória ficou como ficou. Foi o Governo do PS que acabou a construção do porto de pescas e que está dotando aquele porto do equipamento e das condições necessárias para, de facto, ser um porto moderno.

Presidente: Agradecia que concluísse Sr. Deputado.

O Orador: O Centro de Saúde da Praia da Vitória, já aqui invocado pelo Sr. Secretário, teve início com o PMP de 89/92 e, como todos sabem, não vale a pena repetir, foi feito pelo Governo do PS, na sequência dessas promessas não cumpridas e nem sequer iniciadas.

Em relação à EB-2 e Ensino artístico de Angra do Heroísmo, a mesma integrou o PMP de 1989/1992 ...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Foi para comprar os terrenos.

Presidente: O senhor deputado tem que concluir.

O Orador: ... e, felizmente, agora há perspectiva de ter o seu início neste ano. A Escola Francisco Ornelas da Câmara, essa nem tinha sido algum dia prometida. Parece que ninguém que fazia política no PSD teve algum dia algum filho a estudar naquela escola, nem sequer era lembrada pelos responsáveis da educação dos governos do PSD.”

Presidente: Sr. Deputado, o senhor já vai em 5 ou 6 minutos para além do tempo destinado a esclarecimentos. Pode inscrever-se novamente para esclarecimentos.

O Orador: O entusiasmo às vezes leva a isso.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.



Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De facto, percebo que a situação não é fácil e às vezes o desespero dá nisto. Acusa-se as pessoas de falta de seriedade, com mentiras e não comprovam nada. Dizem isso por dizer. Enfim, cada um dá o que tem.

Deputado Manuel Campos (PS): Os senhores são um bom exemplo.

O Orador: Depois dizem disparates, como, por exemplo, dizer que o PSD está contra a construção de uma escola. Isto cabe na cabeça de alguém? Dizem isso, porque lhes dizem para dizer, mas não sabem por que é que dizem.

Esse desespero já se viu no debate de 2003. Perante duas intervenções, em 7 minutos os senhores sentiram necessidade de 7 pessoas intervirem 9 vezes em 22 minutos. Isto dá para perceber mais ou menos qual é o sentido daquilo que está aqui em causa.

Percebo que isto tudo incomoda, percebo também que há aqui pessoas que estão incomodadas com citações e o que se fez foi citações daquilo que os senhores afirmaram e eu só lembrei aquilo que tinham dito, mas também que há pessoas incomodadas por não terem sido citadas. Essas não o foram, porque não disseram nada que merecesse serem citadas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Só os importantes é que são citados.

O Orador: Em relação àqueles que merecem ser citados, há um Sr. Deputado que acabou de falar, que no dia 23 de Maio de 1997 disse o seguinte: “A diferença entre o passado e o futuro, é que as verbas inscritas nestes Planos são, de facto, para serem gastas nos respectivos programas e acções. É essa a nossa profunda convicção”. Isto foi dito em Maio de 97.

Estamos no último Plano e Orçamento e muito daquilo que foi previsto não vai ser gasto. Que convicção é esta?

Também foi dito pelo mesmo Sr. Deputado, nesse mesmo dia, que a verba de 1,2 milhões de contos para a Escola EB 2, 3 e Ensino Artístico de Angra do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Heroísmo é o sinal de que aquela escola não será mais motivo de preocupação. Isto foi dito em 97. Estamos em 2004 e o máximo que pode acontecer é a escola começar.

Mas há mais Srs. Deputados que merecem ser citados.

Perante o facto de eu em 2001 dizer que era apenas 1,4% de novos troços de estrada para a Terceira, veio logo alguém muito aflito dizer o seguinte: “De facto, eu concordo consigo. No ano de 2001 na construção de novos troços de estrada temos 1,4%, o que é pouco, mas, Sr. Deputado, ao fim de quatro anos temos 25% do investimento da Região”. Não tivemos, infelizmente 25%.

Não tivemos 1,4%, tivemos 0%.

Mas há mais:

Um outro Sr. Deputado dizia assim em 2001: “Relativamente ao último troço da via rápida até ao final do debate ainda irá ter algumas surpresas”.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O problema é que não foi no final do debate de 2001. Poderá ser em 2004, mas a surpresa ainda não apareceu.

Mas tem mais:

Penso que o mesmo Sr. Deputado em 6 de Abril de 2001 dizia: “Consignação de verbas no valor de 1 milhão e 455 mil contos destinadas à construção do novo Hospital de Angra”. Isto foi dito em 2001 e o máximo que poderá acontecer é o projecto de estudos para a localização e definição.

O mesmo Sr. Deputado, depois dizia em 22 de Janeiro de 2003 que havia uma comissão que estava a estudar, que não sabia bem o sítio, comissão essa que só foi criada seis meses depois, e que para o ano se continua a prever a localização do sítio onde se vai realizar a obra.

Os senhores, como vem sendo hábito, recorrem-se da figura parlamentar que é do passado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que é que o senhor acabou de fazer? O senhor citou alguma coisa do futuro? Só falou do passado

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente:

Os senhores demonstram, de facto, que este é um governo passadista.

Os senhores vêm para aqui com umas folhinhas amarelas do passado, querem fazer esquecer o passado de ontem e para isso vão buscar o que se passou há 10 e 15 anos atrás que já foi julgado.

Meus senhores, o que está aqui em causa não é o passado, mas, sim, o futuro...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Exactamente. Concordo plenamente consigo!

O Orador:... e é preciso olhar para a frente.

Há pessoas que só olham para trás, ou dito doutro modo, olham para os calcanhares.

Eu estou sempre a olhar para a frente e os açorianos querem quem olhe para a frente. (*)

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho a noção de que não poderei gastar tempo e também não me vou alongar muito mais.

Mas uma vez que me é permitido usar da palavra novamente, para finalizar o que vinha dizendo antes e entrando na área da agricultura e do turismo, penso



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que nestas áreas a situação ainda era pior do que aquelas que eu acabei de invocar.

Também quero apenas dizer que a situação do turismo era catastrófica, com verbas inscritas nos sucessivos Planos do PMP 89/92 e com concretização na ordem dos 25% e menos.

Portanto, isto revela bem a importância que o governo do PSD dava a estes casos que hoje são, de facto, temas de vanguarda na governação do PS, com o resultado que todos estão vendo.

Concluo dizendo que a recordação deste passado é apenas para dizer que este Governo de tudo aquilo que é acusado indevidamente na Terceira de não fazer obras, de facto umas estão realizadas, outras estão em execução e outras estão para serem iniciadas, ou seja, nenhuma obra prometida é atirada para o esquecimento, como foi feito no passado, como acabei de demonstrar.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para dar um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

Em matéria de estradas regionais, eu penso que quem teve responsabilidades durante tanto tempo na governação dos Açores devia estar muito caladinho, por uma razão muito simples,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe a arrogância!

O Orador: ... é que os senhores são responsáveis por terem conseguido fazer apenas 4,1 km por ano, durante 20 anos. Nós fizemos três vezes mais, ou seja, 12,5 km por ano.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Olhe para trás.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Os senhores comparam a nossa legislatura. A nossa legislatura é três vezes mais representativa, em termos de investimento e de realização, em matéria de estradas, do que a vossa.

Os senhores fizeram pouco e mal feito. Basta ver a estrada entre Angra e Praia onde ainda tenho um contencioso com o empreiteiro pelas freguesias; basta ver a miséria da chamada via rápida, que não o é, entre Angra e Praia, uma estrada de duas faixas com mais duas laterais para gado, que foi asfaltada à pressa para agora estar no estado em que está, mas nós já a estamos a reparar.

Deputado João Cunha (PSD): Os senhores também fizeram estradas há 3 anos que neste momento já estão a ser reparadas.

O Orador: Os senhores não têm nada para nos dizer em matéria de estradas regionais na Terceira.

A intervenção do Sr. Deputado Clélio é sintomática daquilo que nós sabemos.

O troço entre Lajes e Praia da Vitória é um troço que não é só entre a Rotunda do Aeroporto e a Igreja das Lajes.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que o disse.

O Orador: Nós estamos a pagar e vamos a pavimentar o troço entre a Rotunda da Aerogare e a Rotunda da Boa Vista, obras que a Câmara Municipal da Praia da Vitória está a fazer. Até aí o senhor tem pouca informação, por isso é que o senhor nem na sua freguesia ganha eleições. (*)

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desespero que era notório na bancada do Grupo Parlamentar do PS, assume-se à saciedade na bancada do Governo Regional, sobretudo na pessoa do Sr. Secretário Regional da Habitação, porque ao discurso do passado, discurso que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

é comum, vem sempre o discurso miserabilista. Para algumas pessoas tudo o que é do passado é negativo, tudo está mal.

Deputado Osório Silva (PS): Está a correr-lhe mal, Sr. Deputado.

O Orador: O que o Sr. Secretário José Contente veio aqui fazer foi um discurso miserabilista, um discurso das desculpas daquilo que os outros fizeram há 10 e 15 anos atrás. Sobre o que se tem passado nestes últimos anos, o senhor não diz nada.

O senhor não diz por que é que promete as estradas ano após ano e não as faz.

Sobre a estrada Lajes/Praia da Vitória eu gostava que o Sr. Secretário me dissesse qual foi o concurso que foi aberto para pagar aquilo que os outros estão a fazer? Eu sei muito bem o que é que estou a dizer, eu sei muito bem que os negócios que estão por trás disto tudo são negócios de calçada. É isto que está aqui em causa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: O senhor sabe muito bem que não abriu concurso nenhum para pagar obras de outras entidades.

Depois dessas insinuações gravíssimas que o senhor aqui fez, explique, preto no branco, onde é que foi aberto concurso, como é que vai ser pago a parte de estrada entre a Rotunda do Aeroporto e a Igreja de Santa Luzia.

Dizer palavras fáceis, atacar as pessoas, é fácil para quem não sabe fazer outra coisa.

Nós exigimos a seriedade de quem tem responsabilidades públicas, porque está aqui em causa um assunto sério que não pode ser levantado com essa leviandade. (*)



(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Falámos um pouco da história para se perceber como é que uns, de facto, não fizeram e outros vão fazendo, mas podemos também falar de algo contemporâneo, de algo em relação ao futuro e de algo que está acontecendo.

Gostaria de deixar a abordagem desta temática na ilha Terceira, lembrando que em 7 anos este Governo Regional construiu e recuperou 92,5 km de estrada. Isto é algo que já foi dito publicamente e que penso que interessa referir para se ter uma ideia objectiva do que está sendo o trabalho do Governo Regional naquela ilha e o Plano de 2004 indicia que se vai continuar nesse ritmo e é por isso que nesse aspecto nós estamos satisfeitos com a abordagem do Plano nesta matéria.

Em relação à agricultura, a Ilha Terceira ressuscitou desde que este Governo tomou posse. As infra-estruturas tão apregoadas e tão necessárias na área da agricultura, só principiaram a ser feitas, por todos os perímetros contemplando todos os lavradores, com a entrada em funções deste Governo há 7 anos.

Portanto, hoje, um pouco por toda a ilha, em todos os perímetros agrários existentes, foram executados vários quilómetros de caminhos construídos e vários quilómetros de rede de água, abastecendo milhares de hectares na Ilha Terceira.

Em relação ao abastecimento de electricidade à lavoura também se tem dado alguns passos, mas como é o último investimento nestas infra-estruturas anunciadas, é evidente que tem ido mais devagar, mas tem sido feito algum



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

investimento, outros estão em perspectiva e em alguns casos existe algum retardamento na sua execução, mas isso deve-se ao empreiteiro, o que por vontade deste Governo já estariam concluídas.

Portanto, isto só para dizer que também no campo da electricidade não se está dormindo nem parado, vai é mais devagar, como é óbvio, do que os caminhos e o abastecimento de água.

Em relação à habitação, penso que o caso é tão flagrante que nem vale a pena aqui invocá-lo. As 605 casas construídas, durante a vigência deste Governo, nomeadamente para realojamento de famílias que viviam em barracas, julgo que são o significado da importância que este Governo dá ao sector da habitação.

Muito mais haveria para dizer, mas penso que estas são as situações mais relevantes do investimento na Ilha Terceira neste momento. (*)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para dar um breve esclarecimento e para dizer duas coisas.

O Sr. Deputado Clélio Meneses escusa de ter fantasmas quanto à questão do concurso ou não concurso, ...

Deputado Osório Silva (PS): Ele é mais sério que os outros. Na Câmara da Praia é só gente séria!

O Orador: ... porque nós estamos a fazer intervenções na Terceira, nomeadamente na via rápida, com créditos que temos das empresas que ficaram



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

com trabalhos a menos, devendo ao Governo Regional ou à Região uma determinada quantidade de extensão de quilómetros de estrada.

Isso é perfeitamente normal e possível de ser feito.

Isso significa que, em vez da empresa repor à Região, utilizou em espécie.

Deputado Humberto Melo (PSD): Isso não está no Orçamento.

O Orador: Não existe nenhum problema nisto, porque as empresas que estão a trabalhar na Terceira e que têm efectivamente que repor à Região um crédito, esse crédito é repostado em espécie. Isso é perfeitamente normal.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não queria que o senhor dissesse.

Deputado Humberto Melo (PSD): Tem que estar no Orçamento.

O Orador: Os senhores não estão preocupados com aquilo que nós fazemos. Estão preocupados é com a obra feita.

Isto é perfeitamente normal, porque nós podemos transformar a espécie...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Em fogo de artifício.

O Orador: ... em matéria financeira.

Há aqui coisas fundamentais. Os montantes envolvidos não requerem essas tramitações burocráticas que os senhores estão inventando.

Nós vamos continuar a reabilitar as estradas regionais da Ilha Terceira e vamos continuar a demonstrar que somos capazes de fazer mais e com menos dinheiro do que os senhores fizeram.

Isso é que vos dói.

Em 20 anos os senhores só conseguiram intervir em 82 km. Nós em 8 anos vamos fazer mais de 100 km. Essa é que é a grande dor do PSD.

O PSD nesta matéria não tem nada para nos ensinar.

Sob o ponto de vista das tramitações burocráticas, nós podemos falar nessas e em muitas outras que nós conhecemos também.

Deputado Victor Cruz (PSD): Pode falar à vontade. (*)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como dizia na minha anterior intervenção isto é um assunto bastante sério, é um assunto que vai ter que ser esclarecido até ao último momento.

Eu gostaria de saber, e não é o momento agora, porque não está inscrito, qual é a posição do Sr. Secretário Regional das Finanças perante a gravidade daquilo que foi dito agora aqui. Estamos perante uma situação bastante grave, que revela alguma anormalidade, em que se manifesta que as obras e os investimentos se fazem sem ser necessário estar no orçamento, sem ser necessário estar orçamentado.

Há aqui violações básicas de regras fundamentais do orçamento. Isto é bastante grave.

O PSD não vai deixar que isto fique aqui e vamos tentar saber qual a posição final do Governo Regional sobre uma matéria com esta importância.

Infelizmente um debate sobre a Ilha Terceira e pelas várias tentativas de fugas, fugiu-se para um lugar que não se devia ter fugido e quando se foge para onde não se deve fugir, pode acontecer alguma coisa de mal. (*)

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, para cumprirmos o Regimento é preciso ter algum cuidado, As pessoas devem inscrever-se logo após a intervenção. Se são desafiadas a meio do processo, é uma questão complicada e todos temos que colaborar para cumprir o Regimento.



Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para não pensarem que nós entramos nesse joginho que os senhores estão a fazer...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): O senhor é que o disse, não fui eu.

O Orador: ... eu gostaria de dizer uma coisa muito simples:

Ao longo do ano, o Governo Regional pode, de acordo com as verbas que tem disponíveis, abrir novas acções dentro do mesmo programa. Os senhores não têm nada a ver com isso.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Vai mudar!

O Orador: Isso é uma operação perfeitamente normal e possível dentro dos programas de cada uma das Secretarias.

Qual o problema de ao longo de ano haver uma abertura de uma nova acção dentro do mesmo programa?

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Está a dizer uma coisa diferente.

O Orador: Os senhores não têm nada a ver com isso.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Devia ter feito isso no princípio.

O Orador: Foi isso que foi feito.

Escusam de escamotear a verdade, porque os senhores estão sempre preocupados com a mesma coisa, com aquilo que nós fazemos.

Nós vamos continuar, custe o que vos custar, a reabilitar as estradas regionais da Ilha Terceira e das outras ilhas.

Em 2004 vamos ter muitos quilómetros para inaugurar.

No próximo dia 14 vamos inaugurar a Envolvente à Ribeira Grande, mais uma obra que os senhores prometeram no Plano de 89.

É assim que nós vamos continuar a trabalhar. (*)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não queria puxar mais pelo Sr. Secretário, porque cada vez que puxo ele diz mais uma coisa que não devia ter dito. Pelo menos isso fica registado.

Na óptica e no conceito de democracia do Sr. Secretário, não temos nada a ver com isso, nem sequer devíamos estar aqui.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Agora, o que é certo é que o Sr. Secretário disse aqui que faz obras nesta Região usando créditos de empresas, passando de um lado para o outro e que ninguém tem que saber. Isto é muito grave. O princípio da transparência orçamental está aqui completamente rasgado. Isto são posturas da acção governativa que nos devem merecer preocupação. Todos nós, que temos responsabilidades públicas, devemos neste momento, perante aquilo que foi aqui dito, estar bastante preocupados. (*)

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

Deputado Osório Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Muito rápido para dizer o seguinte:

Em relação à discussão que temos oportunidade de ter aqui neste plenário, de facto alguma coisa vai ficar para os terceirenses e uma delas, Sr. Deputado Clélio Meneses, certamente não será os problemas dos terceirenses, mas sim os problemas do PSD.

O problema do PSD Terceira neste momento é o facto de ver a Terceira com obra.

O PS apresenta obra aos terceirenses e o pior ainda para vós é continuarmos em 2004 com obras estruturantes e importantes para o desenvolvimento da nossa ilha.

As diferenças entre os governos do PS e do PSD, em relação às estradas, como já foi salientado aqui, não é só a quantidade, mas também é a qualidade da governação. O que é mais estranho agora é criticar-se por se fazer.

Tenho dito.

Obrigado. (*)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pretende a palavra para?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Para um requerimento à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considerando o debate a que acabámos de assistir e as afirmações proferidas pelo Sr. Secretário Regional quanto ao seu modelo de gerir as finanças públicas, nós queremos, pela gravidade das afirmações, requerer a transcrição, se possível



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

ainda hoje, das declarações do Sr. Secretário Regional, para serem entregues ao Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado.

Presidente: Creio que não há mais ninguém inscrito para esclarecimentos. Assim sendo, vamos interromper os nossos trabalhos por 10 minutos.

(Eram 11 horas e 45 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que ocupassem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 10 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Povo Faialense tem memória.

Primeiro, uma memória sobre o Passado desta Ilha, sobre a sua grandeza relativa no todo regional. Todos nos orgulhamos desse Passado de expansão económica, social, política e administrativa, que teve no porto da Horta a sua génese, mas rapidamente envolveu a nossa cidade e ilha numa atmosfera de progresso e prosperidade. Não foi por acaso que ganhámos o estatuto de capital de Distrito e que, no desenvolvimento deste nosso modelo de Autonomia, o Faial foi escolhido para acolher a Assembleia Legislativa Regional e duas Secretarias Regionais.

É mercê dessa memória que não nos conformamos com o desprezo a que temos sido votados. Tivéssemos estado sempre isolados e talvez nos custasse menos a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

pequenez dos que hoje nos abandonam Plano após Plano, Orçamento a Orçamento, ignorando o nosso Passado, congelando o nosso Presente, comprometendo o nosso Futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Povo Faialense tem memória.

E por isso sabe que os travões ao nosso desenvolvimento não foram accionados apenas há sete anos. Já o haviam sido antes de 1996, o que ainda mais agrava a nossa situação.

Valerá no entanto a pena reavivar a memória sobre as promessas não cumpridas pelos Governos Regionais do PS, previstas sucessivamente em Planos de Médio Prazo e Anuais mas nunca consubstanciadas em obras? Vale certamente a pena! Mas, desta vez, vamos afastar-nos da crueza das palavras e da frieza dos números. Vamos tentar concentrar-nos nos efeitos que a ausência de políticas e de obras concretas acabam por ter nas pessoas, afinal os principais destinatários e beneficiários dessas políticas e desses obras. Será indiferente para os faialenses a inclusão ou ausência nos Planos de verbas para a construção de obras essenciais para o nosso desenvolvimento? Será inócua a presença ou ausência de números, a inclusão só para que conste, o desaparecimento de certa verba apesar de a anterior não ter sido aplicada, sinal de que a obra permanece no domínio das intenções?

Certamente que não.

Não é indiferente que não tenha sido construída a Variante Horta/Castelo Branco, promessa de 1996 do Governo PS.

Porque a ausência dessa obra obriga a que o trânsito pesado continue a passar pela cidade, agravando o estado das nossas estradas e ruas, impedindo a libertação de certas zonas para peões, constringendo o desenvolvimento do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

comércio, criando mais problemas de trânsito e estacionamento, comprometendo o Ambiente e a nossa qualidade de vida.

Só a construção dessa variante permitirá igualmente, no seu troço sul, ligar este sul à zona industrial e desviar o trânsito pesado da Estrada da Lajinha, que está cada vez mais insegura e propiciadora de acidentes de viação. Só tal construção permitirá um acesso único ao Porto da Horta, que sirva simultaneamente o Hospital, a zona industrial, estruturas comerciais de dimensão acima da média e, até, o desenvolvimento turístico.

Quantas pessoas beneficiariam com tal obra?

Quantos industriais, comerciantes, consumidores, condutores, turistas e até doentes ficam prejudicados com a completa ausência de qualquer verba para a construção da Variante?

Mas poderia esta promessa não cumprida ter sido atenuada com a reabilitação da Estrada à volta da Ilha (ER n.º 1-1º), obra iniciada antes do sismo de 98 mas depois interrompida com a desculpa de que havia que investir na Reconstrução. Porque têm de ser punidos os açorianos que são também os faialenses por uma catástrofe da qual não tiveram culpa, sobretudo depois de obterem do Presidente do Governo Regional o compromisso solene de que a Reconstrução não afectaria o normal desenvolvimento do Faial? Porque têm de ver progressivamente as suas viaturas a degradarem-se mais rapidamente, apesar de pagarem os mesmos impostos e serem sujeitos às mesmas fiscalizações onde, naturalmente, mais vezes chumbam? Porque têm de ver constrangidas as suas perspectivas de desenvolvimento turístico, a qualidade no acesso a estruturas industriais e comerciais?

Quantas pessoas são afectadas diariamente com o estado lastimoso em que está aquela Estrada Regional que só no papel é de primeira e todas as outras estradas regionais?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Isto para já não falar das estradas no interior da ilha, as que ligam o Largo Jaime Melo à Ribeira Funda e à Ribeira do Cabo ou à Caldeira? Quantos agricultores, agentes de turismo, turistas e cidadãos estão prejudicados por mais esta obra não realizada?

Não posso deixar de lembrar aqui que aquela estrada ficou no estado deplorável em que se encontra porque foi sujeita a trânsito de pesados excedente para a construção da lagoa artificial para abastecimento de água. O Governo Regional comprometeu-se a, mal terminassem os trabalhos naquela lagoa, repavimentar a estrada. Pois está a estrada na mesma, este Plano nada prevê para a sua repavimentação, e a Lagoa artificial não serve para nada. Para que nos serve a lagoa, sem uma rede de distribuição eficaz, que está a demorar enormemente? Quantos agricultores ficam prejudicados e com custos de produção agravados por não poderem ver a água da lagoa artificial da Falca abastecer as suas explorações agrícolas?

Quantos alunos, professores, pais encarregados de educação, pessoal administrativo e auxiliar sentem dia a dia as dificuldades de trabalharem numa escola secundária completamente ultrapassada, sem espaço ou condições didáticas-pedagógicas mínimas? Como combater assim a ilitercia, o analfabetismo, a falta de qualificação, da qual se ressentem depois os níveis de emprego, a produtividade, a fixação territorial da população, o desenvolvimento?

Quantos faialenses passam diariamente pela vergonha negra que é a Casa Walter Bensaúde, a Casa Grande onde devia estar a sua Biblioteca e Arquivo, numa palavra os seus livros, as suas memórias, os seus Anais?

Quantos atletas têm que treinar e competir noutras ilhas, por ausência do Parque Desportivo da Horta?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quantos doentes e turistas poderiam visitar ou beneficiar das Termas do Varadouro, por cuja reabilitação e promoção não há qualquer verba inscrita neste Plano, diferentemente das do Carapacho ou das da Ferraria?

Quantos comerciantes, industriais, turistas e cidadãos beneficiariam da construção do prometido Campo de Golfe, da prometida preservação do Farol dos Capelinhos, da prometida ecoteca, do prometido Centro Equestre?

Quantos jovens desta e de outras ilhas beneficiariam com a construção da prometida da Pousada da Juventude?

Quantos sinistrados estão ainda com os seus casos por resolver, vivendo em condições bem diferentes das que lhes foram prometidas?

Queria aqui referir, em relação à intervenção que o Sr. Presidente do Governo fez ontem sobre este assunto, que na reunião de deputados eleitos em 2000, na qual também participei, foi apresentado pelo Sr. Presidente do Governo um programa de trabalho, no qual a reconstrução ficava concluída em 2004, com orçamentação para 2005 para conclusão dos casos.

Queria entretanto dizer que isto não foi possível, na leitura que faço, por duas ordens de razões, uma interna que teve a ver com aspectos funcionais da própria reconstrução e com aspectos de resposta das próprias empresas que foram contratadas e uma externa que teve a ver com o sobressalto e a interrupção do financiamento que se deu em 2002.

Mas, o que é certo, absolutamente certo, é que a expressão muitas vezes usada pelo Partido Socialista e pelo Governo de que a reconstrução acaba em 2004, é uma expressão que não é absolutamente rigorosa, nem no sentido das empreitadas, porque foram retirados casos às empreitadas para que elas demorassem menos tempo e porque a Resolução desta Assembleia em relação à situação referente aos sem terra, já resolvida desde Setembro, só em Setembro é que o Sr. Presidente do Governo disse que a Resolução ia ser acatada e,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

portanto, esses 117 casos também são da responsabilidade do Governo Regional e vão começar a ser tratados no próximo ano.

A reconstrução, por estas razões, não pode efectivamente acabar em 2004

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se somarmos todos os prejuízos, se juntarmos todos os prejudicados, dar-nos-à muito.

Se somarmos as escassas obras realizadas e as verbas inscritas nos sucessivos Planos, dar-nos-à muito pouco. Se somarmos as escassas verbas inscritas no Plano de 2004 para o Faial, dar-nos-à quase nada.

Uma única esperança sobrevem com este Plano – a que seja o último a ser aprovado neste Parlamento por uma maioria absoluta.

Os faialenses nada beneficiaram com as maiorias absolutas passadas ou presentes, já ganharam a consciência de que nada ganharam com novas maiorias absolutas coligadas ou solitárias que nos roubam as perspectivas de desenvolvimento.

Os faialenses têm memória e dignidade.

A memória que lhes permite um justo orgulho pelo seu passado, a dignidade que lhes fará lembrarem-se dos que, neste Plano e nos anteriores, se esqueceram de que temos todo o direito ao mesmo Futuro a que aspira qualquer açoriano.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Tenho a informar ao Grupo Parlamentar do PCP que esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para prestar esclarecimentos.



Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria dar dois esclarecimentos muito simples ao Sr. Deputado José Decq Mota.

Em relação ao campo de golfe do Faial o projecto está pronto, o estudo de impacto ambiental também está pronto, uma parte dos terrenos estão já adquiridos e nós aguardamos que na privatização da Verde Golfe, o campo de golfe do Faial seja construído por um privado. Isso permite que a exploração do campo de golfe do Faial tenha uma exploração adequada, dado que qualquer privado que irá construir o campo de golfe, irá aproveitar as sobras para fazer investimento na área do turismo, provavelmente um hotel Risort, o que permitirá aumentar ainda mais a capacidade hoteleira da Ilha do Faial.

Em relação às Termas do Varadouro a situação é complexa, porque aquando do sismo de 98, a fonte termal existente desapareceu.

O Instituto Geológico-Mineiro, que esteve lá a fazer análises ao local, verificou que não era fácil reparar aquele furo onde existia a fonte termal.

Nós temos que encontrar um outro local para fazer uma outra perfuração no sentido de encontrar água para abastecer aquelas termas.

Esta situação que se vem arrastando já há muito anos, tem que ser resolvida duma forma, em termos de concessão do espaço, para que haja uma exploração privada daquele local, dado que as termas hoje em dia são exploradas, em quase todo o mundo, por privados ligados à área do turismo.

Gostaria também de mencionar que, durante estes dois mandatos do Governo do Partido Socialista, foram feitas obras extremamente importantes para a Ilha do Faial, uma delas foi a ampliação da marina que duplicou a sua área.

É preciso ser-se honesto quando se fala daquilo que não foi feito, mas deve-se também falar daquilo que foi feito e muito bem feito.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A reparação do Porto da Horta foi também uma obra extremamente importante, com uma verba bastante avultada e que foi feita por este Governo.

Em relação ao turismo gostaria de lhe dizer que o Hotel Fayal foi ampliado na altura deste Governo;

O Hotel do Canal também está a ser feito na altura deste Governo e será concluído ainda durante o mandato deste Governo. É feito por um privado, mas é com incentivos deste Governo;

Há também um Aparthotel que também recebeu incentivos, que está quase pronto;

Estão também a ser feitas obras de melhoria na Estalagem de Santa Cruz.

Há também um URBCOM que vai atingir um valor de 7 milhões de euros, que será aplicado aqui no Faial.

Portanto, muita coisa boa aconteceu no Faial, apesar da situação de calamidade que atingiu esta Ilha.

O Faial não perdeu o desenvolvimento, aliás acompanhou o desenvolvimento de todas as ilhas dos Açores e tem sido uma das ilhas que mais tem beneficiado com a governação socialista.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dizer que, em relação à intervenção do Sr. Deputado Decq Mota, eu registo com muito interesse o facto de não ter ouvido, no meio de um discurso, que me parece demasiado pessimista, uma única palavra à construção da Fábrica de Lacticínios, felizmente, em desenvolvimento e que ficará concluída, ao que tudo leva a crer, no próximo ano e essa, sim, ser uma



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

infra-estrutura que vem colmatar um problema há muito sentido pelo principal sector económico da nossa ilha.

Quero também registar, para além daquilo que disse o Sr. Secretário da Economia, que os socialistas faialenses têm orgulho no que está feito, sobretudo no Hospital da Horta com a instalação de dois novos serviços, a unidade de cuidados intensivos e da hemodiálise, bem como tudo o que tem sido feito, o que constitui praticamente uma novidade, no que diz respeito à segurança social.

Por aqui me fico. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para fazer apenas um registo, que todos os faialenses não devem esquecer, duma afirmação que foi feita aqui e que deverá ser levada ao conhecimento de todos os faialenses, porque eu considero que esta afirmação é absolutamente surrealista, que é dizer que o Faial é da ilhas que mais tem beneficiado com esta governação socialista. Isto é surrealismo e puro humor negro. (*)

Presidente: Não havendo mais inscrições para esclarecimentos, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de aqui felicitar o Deputado Francisco Oliveira pela sua capacidade analítica de logo se aperceber que o debate que ainda agora ocorreu sobre a Ilha Terceira, se inseria nas festividades tradicionais e que muito gostamos, que são as touradas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O que certamente não estava nas previsões do Deputado Francisco Oliveira, que é um excelente e reconhecido analista, era que desse debate saísse tão magoado e, portanto, com uma pega tão violenta o Secretário Contente. Isso é que estava fora dos planos.

Mas, o nosso povo também gosta de uma touradinha quando há sangue e o Secretário Contente estava a merecê-las. Acho que estamos todos solidários e oxalá que ele recupere, mas a marrada foi grande, Sr. Secretário.

(Risos da bancada do PSD)

Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Membros do Governo:

Dada a má execução das programações do Governo Regional, este Plano para 2004 limita-se, no essencial, a dar andamento a acções em curso ou a retomar algumas das promessas inscritas em Planos anteriores.

Todos conhecemos em cada ilha dezenas de projectos inscritos nos Planos que nunca avançaram.

Ainda agora acabámos de ouvir em relação ao Faial, na intervenção do Deputado José Decq Mota, e noutras que durante estas longas horas de trabalho nos tem aqui envolvido, como por exemplo a ilha das Flores que ainda há bem pouco tempo o CDS/PP apresentou aqui um rol extensíssimo e que os ilustres deputados das Flores, da oposição, também já aqui apresentaram.

No que respeita ao meu circulo eleitoral, cabe-me a mim mais uma vez referir que este Plano Regional para 2004 é um mau documento.

Desde logo não efectua as correcções de programação anunciadas para compensar a Ilha pelo abandono a que foi votada pelo PS.

Por outro lado, não altera as medidas de política que conduziram à reconhecida marginalização da Terceira.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Finalmente, tratando-se do último Plano da Governação Socialista, nem tão pouco retoma todas as promessas inscritas nos Orçamentos anteriores.

Na análise ao documento as novidades são bem poucas, Srs. Deputados.

Vai ser concluído o famigerado Matadouro Industrial prometido pelo Governo Regional no Plano de Médio Prazo, aprovado há oito anos.

Apesar das sucessivas promessas anuais, o Governo do PS privou a Terceira, com graves prejuízos para a economia regional e para a própria ilha, de um Matadouro certificado que permitisse a valorização da fileira da carne.

Será que os Terceirenses ainda têm que agradecer, depois de terem sido enganados durante este período em que as verbas foram inscritas no orçamento e, desviadas no fim de cada ano.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Nas infra-estruturas da Educação, a situação que se vive na Terceira é reveladora da incapacidade de execução dos Governos do PS.

Este ano, finalmente, será concluída a grande reparação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, que durante cinco anos teve verbas inscritas no orçamento e também fazia parte do anterior PMP 1997-2000.

Mas o maior escândalo tem a ver com a Escola EB 2,3 + Ensino Artístico de Angra do Heroísmo, prometida pelo Governo anterior do PS que inscreveu no PMP 97-2000 uma verba de 3,5 milhões de contos

Nos Planos de 1998, 1999 e 2000 voltaram a enganar os Terceirenses ao criarem grandes expectativas com a inscrição de avultadas verbas.

Em relação a 2001, o Governo Socialista tornou a prometer a referida Escola.

Para 2002, no âmbito do PMP, o Governo Regional fez aprovar um compromisso em dotar o projecto com 6,25 milhões de euros.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para 2004 a construção da escola em causa tem uma dotação de 2 milhões de euros, o que, em ano de eleições, deve permitir o lançamento da primeira pedra, sete anos depois da data prevista.

Será que este tipo de administração socialista tem algum crédito, uma vez que pratica um tão descarado desrespeito para com este Parlamento e para com as populações interessadas?

Mas os Governos Socialistas não revelaram apenas incapacidade no arranque da construção dos grandes projectos escolares. Como já foi falado e é bom repetir, também nas pequenas construções do 1º ciclo, houve falhas inadmissíveis na programação.

O caso da Escola Básica do Porto Martins é bem elucidativo, já que prometida no início do mandato do Governo anterior. Os senhores estão no Governo há 7 anos

Entretanto a obra irá ser feita pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, com o apoio financeiro do Governo Regional, mas só em 2004.

Idêntica situação de não cumprimento se passou com a nova Escola Básica/Jardim de Infância da Serra de Santiago, dotada desde o PMP 1997/2000.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Já disse que se ia fazer.

O Orador: Sr. Presidente e Srs. Deputados:

As grandes promessas, Srs. Deputados do Partido Socialista, enunciadas durante a campanha eleitoral, não encontraram tradução credível nos documentos Governamentais.

Nem a Construção da EB 2,3 do Ramo Grande, nem a Construção da EB 2,3 de São Sebastião, nem a Construção da E, B 2,3 do Livramento, nem a Construção



da Escola Secundária de Vila Franca do Campo, nem a Construção da EB 2,3 das Velas.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Mas isso não foi retirado do PMP?

O Orador: Para o PS tratavam-se de projectos de grande importância e urgência para o sistema escolar. Todas acabaram por desaparecer.

De facto o Sr. Secretário deu a resposta e a resposta foi que todas elas foram retiradas do PMP. Sr. Secretário, a questão está aí, porque essas é que eram as promessas novas.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Essas não foram as promessas novas!

O Orador: Sr. Secretário, isto tem que ser visto com muita seriedade.

Quais eram as propostas novas do Partido Socialista?

Qual foi o compromisso que o Partido Socialista assumiu com os açorianos, em matéria de construções escolares, e, neste particular, com os terceirenses.

O compromisso novo era fazer essas escolas. O compromisso não era fazer as Escolas Francisco Ornelas da Câmara e a Secundária de Angra que estavam inscritas em 97. essas escolas diziam respeito ao compromisso do 1º Governo Regional de 97.

Portanto, o que o CDS/PP diz e os senhores confirmam, e toda a gente tem que confirmar, é que estamos fazendo no segundo mandato grande parte e alguns dos grandes projectos do primeiro mandato do PS e no caso da Ilha Terceira, no caso da Ilha do Faial, no caso da Ilha das Flores, por exemplo, que têm sido aqui muito falados, esta situação repete-se e, portanto, sob esse ponto de vista, este foi um mau governo.

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Em relação aos principais projectos, na área das estradas, o baixo grau de execução foi alarmante.

Os socialistas, durante estes sete anos, foram embalando os terceirenses com a lenta execução da estrada Aqualva – Santa Bárbara.

Mas o exemplo do rigor, seriedade político e capacidade de execução destes Governos do PS está espelhado no projecto de conclusão da via rápida e ligação ao Porto da Praia.

Esta obra só não foi feita por birra e má vontade do Governo Regional.

Desde 1997 que tem havido dotações anuais para esta obra. Mas o Governo Regional fez questão de massacrar os terceirenses, suscitando dúvidas e polémicas acessórias, como pretexto para adiar este projecto.

Foi o numero de faixas de rodagem. Os senhores lembram-se dessa brincadeira. Foram as dúvidas sobre os alertas dos órgãos de Freguesia do Cabo da Praia, que eram legítimos, mas nunca poderia ser um pretexto para não se fazer, foram ainda as declarações de membros do Governo contrariando a prioridade que o Parlamento havia dado àquele projecto.

Entretanto a reabilitação da via rápida Angra-Praia tem vindo a processar-se a um ritmo lento, bem como a recuperação da estrada do litoral. Mesmo assim tivemos sorte do Presidente da República passar por uns troços, escolhidos a dedo, e sempre se arranjou um bocadinho de alcatrão para pôr à frente de algumas casas. Foi isso que se conseguiu.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa lá arranjou maneira do Presidente da República passar no quintal e lá teve um bocadinho da estrada arranjada. Eu não tive essa sorte.

Por outro lado, a reabilitação da estrada 1-1ª Cruz das Cinco – Silveira estava dotada no Plano de Médio Prazo 97/2000, e teve uma dotação de 750 mil euros para o ano das eleições de 2000. Os terceirenses votaram mas nada se fez.



No âmbito do PMP 2001-2004 comprometera-se a avançar com a obra em 2002, reservando uma dotação de 1,8 milhões de euros.

Como toda a gente sabe o Secretário contente não cumpriu com a palavra.

Como vamos ter eleições em 2004, à boa maneira socialista, o Governo propõe-se, oito anos depois, realizar a obra.

Será que este Governo Regional do PS merece algum crédito político?

Finalmente, a repavimentação da chamada estrada Praia–Lajes avança, com uma particularidade, de uma eleição para a outra o projecto muda de nome, passa a ser Lajes–Aeroporto e os Governos do PS, em quatro anos, não foram capazes de fazer o Praia–Lajes, o que deixa antever alguma discriminação autárquica. Alguma coisa foi.

Como dizia o Deputado Duarte Freitas há bocadinho, com muita graça, “parece que estamos naqueles concursos da Galp”.

Parece que a relação do Governo com algumas empresas é tipo senha. Há empresas que têm muitos pontos e por isso vão fazer mais obras.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Isso é demagogia barata!

O Orador: O senhor é que vai explicar o disparate que disse aqui.

Ó Sr. Secretário, passa pela cabeça de alguém aqui dentro que o Governo Regional dos Açores tenha conta corrente com empresas de construção civil? Passa pela cabeça de alguém dos Açores que o Governo Regional quando quer fazer uma determinada obra diga a uma empresa de construção civil: “Aquilo que nos devem, passem para alcatrão e vão fazer aquela obra”.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Isso é falso e ninguém disse isso.

O Orador: Isto é um disparate, isto não é construção.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os açores não caíram. Os senhores tratam os Açores como se tivesse havido um sismo nos Açores, mas isso não aconteceu e o povo dos Açores é que vai resolver isso.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): O senhor está a mentir.

O Orador: Está assim demonstrado que a actuação deste Governo Regional, em matéria de reabilitação de rede rodoviária, tem sido vergonhosa e de molde a desacreditar a sua capacidade de programação e de execução.

Mas, o fracasso da acção do governo, em relação à Terceira, é muito mais vasto.

Continua a constatar-se a ausência de qualquer política de valorização e de dinamização do Porto Comercial da Praia da Vitória, prometida por este Governo.

A pretexto de uma maior racionalização do sector, assiste-se a um esvaziamento da capacidade de gestão daquela unidade portuária através das medidas centralista do Governo do PS.

É um escândalo o que se tem passado com a lenta dotação daquela infraestrutura em equipamentos indispensáveis à sua boa operação.

Ainda há uns pobres que se riem quando alguém tem a obrigação de trazer aqui o caso do famigerado rebocador. Devíamos todos ter vergonha...

Deputado Fernando Lopes (*PS*): E decência.

O Orador: ... e quem é deputado pela Terceira devia ter maior respeito por aquilo que se passa lá.

O rebocador está prometido há sete anos e ainda não chegou, é uma afronta aos interesses económicos da Ilha Terceira.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): *Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: A ausência da requerida prioridade na recuperação do molhe do Porto é inadmissível e preocupante, já que a frágil e danificada estrutura vai ter que enfrentar mais um inverno.

Não menos relevante é o facto do Governo chegar ao seu último ano de mandato sem avançar com a construção da gare de passageiros naquele Porto. O que lá se passa durante as operações dos navios é uma vergonha, que só tem paralelo nos países do Terceiro-Mundo.

Os passageiros não têm qualquer protecção. Toda a operação se desenvolve num caos organizativo. Para além de afectar os utentes, que também são açorianos e têm o direito de serem tratados como gente, a imagem que advém para o turismo é a pior.

Aliás, o mesmo terá que ser dito em relação à aerogare das Lajes, cuja degradação atingiu proporções lamentáveis e vergonhosas, e que só agora aparece nas preocupações do Governo Regional, quando se trata da principal estrutura do género sob a sua tutela e serve o segundo aeroporto civil mais importante dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, o seu tempo esgotou-se neste momento. Agradecia que concluísse.

O Orador: Termina já Sr. Presidente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

De nada serve o reconhecimento feito pelo Presidente do Governo sob o efectivo esquecimento da Terceira e seu esvaziamento no contexto regional, quando ele próprio e o seu Governo prosseguem, ano após ano, Plano após Plano, a sua política de marginalização, que condiciona o desenvolvimento da Ilha.

Para além de estar fora de causa que um Deputado eleito pela Terceira possa apoiar um Plano Regional que, no essencial, se propõe fazer em 2004, o que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

havia prometido, e não fez, em 2001, 2002 e 2003, é nossa expressa obrigação repudiar esta política e fazer a denúncia da postura governamental que levava à inscrição nos planos de projectos para a Terceira que antecipadamente sabia não ir executar, embora tivesse os meios financeiros necessários.

Os terceirenses conscientes não podem perdoar este Governo Regional Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro ontem veio falar de estatísticas, comparar trimestres. Só faltou falar no cimento do Porto Martins ou da sua rua.

De facto, eu ontem tive oportunidade de desmentir, de uma forma clara e evidente, tudo o que ele disse. Há que comparar as coisas que são comparáveis.

Não é disso que eu venho aqui falar, mas a demagogia hoje continua.

Em relação ao rebocador, um rebocador é algo que tem que ser feito, não é algo que se compre num supermercado.

Neste mês chegam os rebocadores para a Horta e para a Praia da Vitória e fica este assunto terminado.

Foi feito um concurso, a obra foi adjudicada, estão prontos e já estão a caminho.

Não sei quando é que vão chegar, porque depende do tempo. Agora que os rebocadores chegam este mês à Horta e à Praia da Vitória é quase uma certeza.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quanto ao Porto da Praia da Vitória, como sabe foi afectada a parte portuguesa e a parte americana, fomos os primeiros a reparar a parte portuguesa naquilo que era essencial, porque sabíamos que o Porto das Praia da Vitória precisava de uma grande reparação.

Já foi explicado aqui há bem pouco tempo ao Sr. Deputado Clélio Meneses por que é que fizemos um grande plano para o Porto da Praia da Vitória, de 22 milhões de euros. Não só será reparado o Porto como será feito um novo projecto para os graneleiros, como também um aumento do porto para cruzeiros.

É um projecto complexo e está pronto, mas teve que aguardar, porque nós estávamos à espera que este projecto fosse aprovado no Fundo de Coesão.

Seria errado da nossa parte fazer aquela grande obra sem esperar pela sua aprovação no Fundo de Coesão.

O projecto está praticamente aprovado e quando isso acontecer será logo lançado a concurso.

Fizemos de uma forma correcta, porque defendemos os Açores.

Até agora o Porto da Praia da Vitória não ficou nada beliscado por causa disso, porque toda a zona comercial foi protegida. Qualquer barco comercial que entre no Porto da Praia da Vitória não é afectado em nada pela infra-estrutura que está neste momento a funcionar em pleno.

Em relação à promoção do Porto da Praia da Vitória, nós temos feito aquilo que toda a gente pode fazer. Nós fomos para os Estados Unidos, tentámos convencer pessoas para instalarem lá indústrias na área de construção naval de recreio náutico.

Eu tive há pouco tempo com a AIP, com o Professor Miguel Cadilhe a tentar fazer um dossier para que haja um interessamento a nível internacional daquela infra-estrutura, mas é evidente que é um assunto que não é fácil. Se fosse assim



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

tão fácil, o governo do PSD já tinha feito melhor no passado. Não foi feito ainda, mas estamos a trabalhar e a tentar encontrar investidores estrangeiros que queiram investir no Porto da Praia da Vitória. É isso que estamos a fazer.

O Sr. Deputado esqueceu-se propositadamente de dizer que aquele Porto tem uma grua que custou 2,5 milhões de euros, coisa que nunca teve no passado.

O Sr. Deputado esqueceu-se de dizer que nós investimos 30 milhões de euros na recuperação do Plano Integrado da Baía de Angra.

O Sr. Deputado esqueceu-se de dizer que o turismo na Terceira deu uma volta de 180 graus.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Quando eu cheguei ao Governo, tinha o Hotel de Angra com reclamações, tinha o Quinta do Caracol totalmente degradada e havia um buraco na Praça Velha.

Hoje a Terceira tem um parque hoteleiro novo e recuperado. A Terceira foi das ilhas que mais cresceu em termos turísticos.

É evidente que não é fácil, de um momento para o outro, aumentar a taxa de ocupação da ilha Terceira. Nós estamos a trabalhar nisso.

Acredito que o sector do turismo pede meças a qualquer outro sector e em qualquer outra região do País. Nós estamos sempre à frente em qualquer indicador.

Foi pena que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro ontem não tivesse assistido à minha intervenção, porque ficaria claramente esclarecido sobre tudo o que disse.

Obrigado. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)



Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que não aceito afirmações falsas, até torpes de contas correntes e Galpes e não sei que mais, que o senhor tentou dizer nesta Casa, como bastas vezes o faz, com uma irresponsabilidade medonha. O que foi dito aqui é perfeitamente claro.

Entre o Governo Regional e a Câmara Municipal da Praia da Vitória está tudo muito bem esclarecido e, portanto, nessa matéria não tenho mais nada a acrescentar do que aquilo que existe.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que o Governo Regional, e já o disse aqui hoje, mas volto a repetir, não tem nada que se envergonhar da obra que fez na Ilha Terceira, em matéria de estradas regionais e isso comprova não só o investimento como o número de quilómetros, que é um dado efectivo e real, mais do que as suas afirmações demagógicas acerca da falta de investimento ou de falta de realização nas estradas da Ilha Terceira.

Nós não só acabámos e estamos a acabar obras importantes que foram mal lançadas, que tivemos que corrigir e por isso é que elas levaram mais algum tempo, como no caso Lajes/Santa Bárbara, como avançámos para muitos outros investimentos que perfazem um total de 100 km no final do próximo ano. Isto corresponde a um investimento superior a 27 milhões de euros nestes 7 anos.

Isto significa que há um investimento claro e real nas estradas da Ilha Terceira e não é com afirmações demagógicas, não provadas, dos números, sob o ponto de vista da realização, que se desmente a obra que todos os terceirenses vêm em matéria de estradas regionais.

Vamos continuar a executar o que está previsto e planeado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, se o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pensava que, na linguagem tauromáquica, vinha machucar fosse o que fosse, acaba por sair colhido. (*)

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e o seu PP até agora só tinham um problema, era repetir da melhor forma que pudesse e a seu modo, sempre igual há 20 e não sei quanto anos, o mesmo desafio de catástrofes e desgraças, a mesma impossibilidade de perceber que possa haver coisas diferentes numa Região, que não é o prolongamento de outra coisa qualquer, que ele agora quer, por força, estender à Região.

Para além desse problema de repetir à sociedade civil, a sociedade civil na Terceira pronuncia-se precisamente em sentido contrário ao da nova/velha coligação, porque tristemente vem lamentar o elogio e a aclamação deste Plano Regional. A única coisa que lhe resta é vir lamentar-se que a sociedade civil de repente acordou e percebeu o que é que estava a ser feito.

Contra isto não há sequer a possibilidade de dizer que o que o PS prometeu de novo não fez. Por exemplo na Terceira prometeu de novo iniciar o processo de construção das escolas EB- 2, 3 do Ramo Grande e de Ferreira Drummond. Prometeu iniciar e tem esse processo iniciado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Zero cêntimos.

O Orador: Digo-lhe mais:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Tem 37 iniciativas previstas para 2000/2004. Sabe quantas falharam, todas com explicação política para não terem sido feitas? Tantas como 4 em duas áreas, ambiente e solidariedade social. Falharam 4 em 37 iniciativas.

Há mais uma que agora foi aqui objecto de novo enunciado e de referência, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, a aerogare das Lajes, que nem estava entre as nossas promessas e está dotada para ser feita.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Estava no Plano.

O Orador: Meus senhores, deixamos as promessas cumpridas, tiro-lhe quatro e acrescento mais uma que é aerogare da Lajes. Agora compare a aerogare das Lajes com a Casa do Povo das Doze Ribeiras, por exemplo, compare uma com a outra, uma que esteve prometida e a outra que não está e diga-me lá se os terceirenses ficaram ou não prejudicados.

Efectivamente o senhor chega tarde a este debate e chega tarde com a política donde nunca saiu e que os açorianos o têm sistematicamente remetido ao seu lugar.

Agora na Terceira tem um novo problema, onde é que aquelas aspirações irrealizáveis da Terceira, mas perfeitamente legítimas, se vão acolher. Até aqui acolhiam-se nos braços do PP, agora nos braços do PSD mais PP não se podem necessariamente acolher, porque os terceirenses não esquecem como a Terceira ficou isolada e estagnada até 1996. Não esquecem e beneficiam desse salto qualitativo dado na Terceira que é para continuar.

Muito obrigado. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Concordando com as intervenções dos Srs. Deputados Clélio Meneses e Alvarino Pinheiro sobre os investimentos públicos na Ilha Terceira, gostaria de perguntar aos ilustres Deputados do Partido Socialista, se o Matadouro Industrial da Ilha Terceira vai ter a secção de abate de aves.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-me que li a minha intervenção de modo a ser esclarecida, mas talvez não.

Eu tenho que repetir algo daquilo que disse, porque o Sr. Deputado Dionísio de Sousa disse aqui coisas que eu já tinha esclarecido antes.

Por exemplo diz que a escola do Ramo Grande e Ferreira Drummont, de Porto judeu e S. Sebastião, estão como estavam antes, que o processo está a andar.

Eu repito aquilo que já disse aqui, que é uma citação de declarações de 5 de Abril de 2001, que diziam o seguinte: “Nós estamos a trabalhar nos projectos”, adiantando que “nós vamos construir essas escolas”, “temos toda a intenção de as construir”, “estamos a trabalhar nelas”, “não ficarão concluídas neste mandato”, “serão lançadas”, “ficarão em andamento” e “serão obras que nós vamos iniciar”.

Eu pergunto: Como é que vão iniciar uma obra em 2004 se o que estava previsto passou a zero cêntimos de verbas previstas? Explique-me isso, porque eu ainda não percebi.

Segunda questão:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O senhor vem dizer também aqui que nunca ninguém falou da Aerogare Civil das Lajes. Os senhores é que inventaram há meia dúzia de dias que isso não estava prometido.

Eu vou repetir aquilo que disse o Sr. Secretário Regional da Economia em 26 de Novembro de 1997, que é o mesmo que é agora, e dizia assim: “Haverão verbas em 99 e 2000. O ano de 1998 é o ano em que se vai fazer o projecto para a reestruturação da própria aerogare, fazendo concurso e andar com a obra nos anos de 99 e 2000”. Isto foi dito em 1997. Está previsto desde 1997 e não venham para aqui dizer agora que não estava prometido.

Ramo Grande e Ferreira Brummont foi tudo reduzido a zero. A outra estava prometida.

É preciso dizer as coisas com correcção e com rigor. Percebo que, perante as circunstâncias, possa não haver grande precisão naquilo que se diz, mas que fique esclarecido aquilo que já tinha sido dito antes. (*)

Vozes da bancadas do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É só para prestar um esclarecimento sobre o Matadouro Industrial da Ilha Terceira que, como diz o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, infelizmente, vai estar concluído até ao fim deste mandato.

Infelizmente, tenho sérias dúvidas sobre as obrigações contratuais entre o Governo Regional, a Câmara Municipal da Praia da Vitória e a Sociedade que gere o Parque Industrial, se vão cumprir a sua parte no que respeita aos arruamentos previstos para acesso, no que respeita às facilidades contratadas, ainda não construídas e necessárias ao funcionamento pleno desta unidade. Aliás, já tinha alertado isso no primeiro mandato nesta Casa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Muito obrigado. (*)

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu perguntei à bancada do Partido Socialista se o Matadouro Industrial da Ilha Terceira ia ter a secção de abate de aves, mas não tive essa resposta.

A informação que eu tenho é que não vai ter essa secção e sendo um matadouro industrial, havendo cada vez mais o consumo de aves na Ilha Terceira, acho inaceitável que o matadouro industrial em construção nesta ilha não tenha a secção de abate de aves.

Neste momento, já é objecto de crítica dos empresários do sector na Ilha Terceira.

Se foi construído no Matadouro Industrial de São Miguel, e muito bem, por que é que não é construído no Matadouro Industrial da Ilha Terceira?

Acho que esta questão é pertinente e gostaríamos de ter essa questão.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu esperava de não ser instado com tanta veemência para uma explicação dessas, mas tenho que confessar que em relação a essa secção de frangos da Ilha Terceira, não consigo dar-lhe qualquer informação. Gostaria de ter essa informação, mas não tenho.

Confesso a minha estrutural ignorância nessa área. Lamento desiludí-lo.

Talvez daqui a algum tempo consiga responder à sua instantânea solicitação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu também começo a ficar preocupado com esse drama, mas lamento não o poder satisfazer.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

O que eu disse em relação à aerogare foi que ela não estava efectivamente nos nossos compromissos.

O mesmo acontece com o início da construção do novo Hospital de Angra nesta legislatura. Foram os deputados do PS da Terceira que se anteciparam ao Governo, anunciando, nas vésperas de uma visita do então líder do PSD ao Hospital de Angra, o início do processo de construção do Hospital de Angra do Heroísmo, que não sei também, neste momento, que secções é que terá.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

Espero que o Deputado Bento Barcelos não me venha perguntar.

Respondo-lhe antecipadamente dizendo que desconheço as valências do Hospital de Angra.

Peço desculpa ao Sr. Deputado e ao plenário, mas desconheço, efectivamente, essa matéria.

Obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos. Agradeço que seja breve, porque estamos em cima da hora regimental.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Obrigada, Sr. Presidente. Vou ser muito breve.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Entraram na galhofa, porque não têm resposta concreta em relação a esta matéria. Por isso, como a bancada do Partido Socialista não respondeu, pergunto ao Governo: o Matadouro Industrial da Ilha Terceira vai ter a secção de abate de aves?

Gostaria de ter resposta.

Deputado Mark Marques (PSD): É só o de S. Miguel. O da Terceira não vai ter.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para um esclarecimento ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa e ao Sr. Secretário Regional da Economia que disseram que a construção do novo Hospital não era um compromisso do PS, mas a recuperação do actual.

Eu li na minha intervenção e vou ler de novo o que disse o Sr. Deputado do PS nesta Casa a 6 de Abril de 2001: “Merece destaque a consignação de verbas no valor de 1,45 milhões de contos destinados à construção do novo hospital de Angra do Heroísmo”. Isto foi dito a 6 de Abril de 2001, página nº 18 do respectivo diários das sessões.

Isto foi dito nesta Assembleia, lugar mais nobre da Autonomia dos Açores para assumir compromissos. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes. Peço-lhe também que seja breve.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sobre os ditos frangos...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Aves.



O Orador: ... eu queria informar a Câmara que o Governo Regional tomou a decisão já há largo tempo de não promover investimento público na área das aves, porque existe investimento privado, nomeadamente um investimento já realizado e outro neste momento já candidatado por empresários privados da Terceira, que vai ser construído.

Como é evidente o Governo Regional e o PS não querem substituir-se à iniciativa privada.

Muito obrigado. (*)

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia. Agradecia a maior brevidade.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para um breve esclarecimento.

Aquilo que o Sr. Deputado Clélio Meneses disse, está a confundir uma afirmação minha em relação à reparação da aerogare que já foi feita.

O que nós estamos aqui a falar é dum projecto que envolve 18 milhões de euros, 3,6 milhões de contos.

São coisas completamente diferentes, porque uma coisa é reparar, e essa reparação foi feita, que custou cerca de 300 mil euros, mas foi preciso fazer um projecto. Isso foi feito na I Legislatura.

O que estamos aqui a falar, nesta legislatura, é de um grande projecto para uma nova aerogare, no valor de 3,6 milhões de contos, que ficará implantada naquele local e que será feita por fases.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Muito obrigado. (*)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para almoço. Convoco os líderes dos Grupos Parlamentares e a Sra. Secretária Regional Adjunta se encontrarem comigo no meu gabinete para acertarmos os trabalhos da parte da tarde.

Entretanto, peço a vossa atenção para os tempos ainda disponíveis:

PS – 68 m

PSD – 65 m

PP – 0

PCP – 0

Governo – 33 m

Bom almoço e até às 15,00 horas.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Agradeço que me fizessem chegar à Mesa as inscrições para a parte final deste debate. Neste momento só tenho inscritos a Sra. Secretária Regional Adjunta e o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Queria também informar a Câmara, e pedia a vossa atenção, de que na reunião da Conferência de Líderes, realizada há bocado, ficou acordado que os nossos trabalhos seriam retomados amanhã às 10,00 horas, que terá como primeiro ponto o período destinado ao tratamento de assuntos políticos, que decorrerá entre as 10,00 e as 12,00 horas. Das 12,00 às 13,00 horas vamos debater os dois



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

díplomas que estão na agenda, a eleição dos nossos representantes no Conselho Económico e Social e dois pedidos de autorização do Tribunal. Esta será a programação dos nossos trabalhos de amanhã.

Relativamente ao dia de hoje foi também acordado que o debate terminaria cerca das 17,00 horas, iniciando-se de seguida as intervenções finais.

Anunciado o resultado da nossa Conferência de Líderes, dou a palavra, para uma intervenção, à Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Esta Assembleia tem vindo ao longo destes três dias a debater o Plano e o Orçamento para 2004, sendo certo que muito mais o Plano do que o Orçamento e na ausência de um contributo efectivo da oposição. Debatendo-se muito mais o Plano do que o Orçamento opera-se este facto curioso de tentar tomar a parte pelo todo, como se tal se pudesse fazer nestas matérias. Relegando para segundo plano o rigor que continua a caracterizar a gestão das finanças regionais e concentrando a atenção exclusivamente no Plano de investimentos. Aquilo a que temos assistido nestes dias de debate é a uma oposição que se entretém a elencar obras; as prometidas e – diz ela – não cumpridas, as prometidas e cumpridas, e as que mesmo não estando prometidas se cumpriram. E aferem-se argumentos mais ou menos engenhosos para atingir este fim, mas sempre mais demagógicos do que sérios, e mais alarmistas do que fidedignos. E faz-se um pouco de tudo, mesmo que a estratégia seja a de não fazer nada. Desmerece-se a seriedade do debate sectorial, e a análise rigorosa das suas opções. Que nada disto importa afinal a uma oposição agora entretida com o silêncio parlamentar que há-de preencher futuras e pretéritas conferências de imprensa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Preferindo esquecer de que esta matéria se assume como um dos momentos mais significativos do debate parlamentar, a oposição regional desfia o rosário costumeiro do incumprimento, mesmo que... do já cumprido, chegando a criticar-se, à falta de melhor, até a obra que começou por ter... efectivamente começado. Quanto mais se avança no debate menos se analisa com rigor e mais se adensa a demagogia feita à pressa. Mas tudo isto tem uma explicação subitamente simples: a de que o principal partido da oposição não é um partido de ideias é um partido de crítica permanente; não é um partido proponente seja porque não quer seja porque não pode. O principal partido da oposição afinal nem precisa de um Programa de Governo, prefere ter uma coligação.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Quem é que disse isso? Não foi ao congresso!

A Oradora: O principal partido da oposição –o PPD/PSD- aproveita para apontar o dedo acusador ao Governo Regional por aquilo que ainda não fez, esquecendo-se sempre de dizer que foi este Governo que fez muito daquilo que os governos do PSD na Região prometeram fazer e nunca fizeram.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: A fiscalização da acção governativa é afinal uma das suas principais competências – bradam repetida e legitimamente – que exercem com uma devoção só comparável ao estrondoso silêncio que assumem perante os atentados perpetrados pelo Governo da República contra as Autonomias. Compreendemos porquê. Mas não lhes conseguimos desculpar. O manifesto desprezo contra a autonomia regional - e menciono apenas alguns de cor- como o incumprimento da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a proibição sucessiva de endividamento, a recusa da transferência da verba destinada ao processo de Reconstrução conduzem, de forma clara, a uma de duas conclusões possíveis: ou o poder de negociação do líder do PSD junto do Governo da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

República é inexistente, ou existindo, como consideramos que acontece, tem efeitos desastrosos para a Região. E ficamos todos desde já a saber que o PSD/Açores está do lado dos açorianos desde que isto não prejudique a sua relação com o Governo da República.

Com a realização recente do seu congresso vimos reavivar-se no PSD uma antiga voracidade pelo poder e que era até então um pressuposto latente, erguendo-se agora, inalado o prenúncio da coligação, com força suficiente para ressuscitar umas dezenas de Lázarus de primeira fila. Acontece, porém, que hoje os açorianos são e, perdoem-me a imodéstia, por alternância de poder e por acção do Partido Socialista, um povo democraticamente amadurecido e com memória, atento a tão aberrante incongruência. A de quem não se coíbiu de criticar o atraso no processo de Reconstrução enquanto omitiu a falta de solidariedade do Governo da República nesta matéria, a de quem acusa o Governo Regional de abrandar o investimento, mas nada diz sobre a proibição de endividamento. Mas é assim o PSD/Açores: autonomista em Lisboa, centralista na Região;...

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

A Oradora: ... exigente com o Governo Regional e benevolente com o da República; mais por Durão do que pelos açorianos. Veja-se o que agora diz a propósito da recente atitude escandalosa de autorização de um endividamento excepcional de 35 milhões de Euros à Região Autónoma da Madeira, revelador da mais brutal discriminação. Perante isto que faz o PSD- Açores? Defende a Madeira, acrescentando que nada disto é o que parece.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Discutimos hoje o Plano para 2004 que contempla no Programa 30 a Administração Pública Regional, questão que não é tradicionalmente geradora de amplo debate e não despoleta, como deveria, uma análise detalhada das opções. Contrariamente o debate faz-se pela rama e costuma restringir-se à pobreza da demagogia bacoca do aumento das despesas com pessoal. O que actualmente não se verifica. Nesta matéria a acção do VIII Governo Regional, à semelhança do que vem acontecendo desde 1997 tem-se pautado por um severo controle da despesa pública, nomeadamente ao nível das Resoluções de descongelamento que tem sido restritivas e cirurgicamente direccionadas a áreas vitais como a Saúde e a Educação. Para o ano de 2003 a quota de descongelamentos para admissão de pessoal em toda a Administração Regional, incluindo o pessoal de Saúde, foi de 394 vagas; à semelhança do que aconteceu em 2002 com 427 unidades e em 2001 com 225 unidades. Há dez anos atrás, porém, a realidade era bem diferente: em 1993 a quota de descongelamentos foi de 1.865 unidades, em 1994 foi de 863, e em 1995 de 500. A este esforço de contenção acrescenta-se o reforço das carreiras técnicas e técnica superior na administração regional, assumindo a questão da qualificação dos recursos humanos como mola propulsora de eficiência. Por esta razão a dotação para Despesas com Pessoal é realista e garante aos funcionários públicos regionais o efectivo cumprimento das obrigações da Região, atitude diversa assume o Governo da República que ao não refrear a sua obsessão compulsiva com o déficite, leva os funcionários de permeio, mesmo que para tal tenha de violar princípios constitucionais como sejam os direitos à segurança no emprego e à progressão na carreira.

Nós não pensamos assim, não acreditamos que sacrificando os funcionários públicos e criando-lhes dificuldades estejamos a melhorar a administração. Para nós os funcionários públicos não são o problema, são seguramente parte da



solução. Razão pela qual continuaremos como até aqui a apostar na formação dos recursos humanos da administração regional. Só ao nível das carreiras gerais da função pública estima-se que se realizem 100 acções de formação no próximo ano, envolvendo mais de 10% do funcionalismo público regional, e para tal alargámos o leque de acções a desenvolver, com a introdução de matérias novas, nomeadamente no âmbito da modernização administrativa, da automatização de procedimentos e da promoção da qualidade; fazendo-a corresponder a 12% da dotação global do Programa 30. Esta aposta assenta no reconhecimento de que apenas poderemos ombrear com novos patamares de desempenho se dispusermos de funcionários motivados e aptos a desempenhar com eficácia as suas funções.

O Projecto 30.1 –Modernização Administrativa- corresponde também a um dos mais bem dotados, no reconhecimento de que constitui um dos pilares fundamentais do sucesso das políticas de administração. Esta dotação prevê assegurar a implementação do Projecto CAF (Common Assesment Framework) nos Serviços da ADSE, bem como a consolidação da automatização dos Sistemas de Informação, e acções relativas à adopção de processos de desburocratização e à actualização de dados *online*.

Outra vertente a considerar na triangulação administração/funcionários são, seguramente, os utentes que se relacionam com a administração. Com o intuito de aproximar a administração ao cidadão foi assinado um protocolo de Cooperação para a Criação da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão entre o Governo Regional e o Governo da República. Neste momento estando já a solução adjudicada à empresa ONI-Global EDA prevê-se que no 1º trimestre do próximo ano se instalem os três primeiros postos piloto na Região que contam já com um vasto leque de produtos a disponibilizar *online* e que permitirão aos cidadãos evitar deslocações aos meios urbanos, podendo resolver estas mesmas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

questões sem sair da sua Freguesia. Este processo contará em larga medida com o apoio das autarquias, numa conjugação de esforços imprescindível, correspondendo a uma dotação equivalente a 27 % da dotação global do Programa.

Contudo, o projecto mais bem dotado deste Programa é o da Cooperação com as Autarquias, correspondendo a 30,2% da dotação global. Facto este que indicia desde logo a forma como encaramos a importância desta cooperação, que se revela como um instrumento imprescindível ao desenvolvimento local e, conseqüentemente, regional. E a forma esmerada e transparente como queremos que este processo se desenvolva, de acordo com os critérios rigorosos definidos pela lei (DLR nº 32/2002/A de 8 de Agosto). Aliás, não é demais sublinhar o alargamento que a cooperação com as autarquias sofreu através deste diploma, permitindo a integração de áreas como o turismo, a cultura, o lazer, o ensino e o desporto; ao mesmo tempo que se reforçou o regime de cooperação financeira directa em áreas nas quais os investimentos dos municípios adquirem dimensão regional. Introduziu-se a dignificação das freguesias no contexto do poder autárquico, e clarificou-se e ampliou-se o regime de cooperação com as mesmas. Procedeu-se ainda ao alargamento dos moldes da cooperação financeira indirecta a outras áreas. Desde 2000 e através do PRODESA as autarquias locais da Região dispõem de um montante de investimento aprovado de 134 milhões de euros. O nosso esforço neste sentido é o de propiciar a todas as autarquias da Região o acesso à cooperação nos moldes definidos, pautados pelo rigor e pela transparência, a que acresce o apoio técnico que lhes têm sido facultado e que verá o seu âmbito, a breve trecho, alargado. A importância do Poder Local Democrático deve ser necessariamente lida à luz das competências que detêm a Autonomia, é nesta sábia articulação que reside não apenas o desenvolvimento de cada uma delas,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

mas sobretudo o desenvolvimento da Região. Incentivamos a candidatura das Autarquias a programas de cooperação, mas recusamos a acusação de discriminação quando, por limitações que lhes estão inerentes, os projectos são declinados. Cooperamos com todos aqueles que conosco quiserem cooperar. Dialogamos com todos. Não aceitamos é que aqueles que não querem dialogar nem cooperar venham depois promover conferências de imprensa para afirmar que são discriminados. O Governo Regional não pode ser acusado de discriminar quem nunca demonstrou a mínima intenção de cooperar. É esta infâmia que não aceitamos e que continuaremos a rebater.

Relativamente ao Serviço Regional de Estatística refira-se que surge neste Plano com a sua dotação reforçada por via da elaboração do Quadro Input/Output da Região, no âmbito do INTERREG III-B, em colaboração com a Madeira e as Canárias, num montante de 344.501€, que corresponde a 14% da dotação global do Programa.

A dotação inscrita na Acção 30.6 relativa à Imigração assegura a continuidade de diversos projectos de integração e acolhimento dos cidadãos imigrantes residentes na Região, e destina-se a manter o trabalho de coordenação que tem vindo a ser desenvolvido neste âmbito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este Plano assume-se assim como cumprindo aquilo a que o Programa de Governo se propôs: cooperar com as autarquias, modernizar a administração, estabilizar o crescimento do número de funcionários públicos, incentivar a utilização das tecnologias da informação, e desburocratizar progressivamente os serviços. E isto é transversal a todo o Plano, permitindo-nos assegurar com elevado grau de certeza que, a esmagadora maioria das propostas que em 2000 submetemos ao sufrágio dos açorianos, estão cumpridas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os objectivos que traçámos estão cumpridos ou em curso, e aqueles que não foram cumpridos têm por base uma explicação que este Governo presta com humildade. Mas, hoje para além da muita obra feita, respira-se sobretudo uma nova atitude. Hoje a sociedade açoriana amadureceu e os açorianos estão muito mais exigentes, pois sabem que têm tido um governo competente, capaz de reivindicar tanto as suas conquistas como de admitir os seus erros. Os Açores de hoje em nada se assemelham aos de há sete anos atrás, e os açorianos ainda se lembram de como a Região era e vêem naquilo em que se transformou. Pergunta-se-lhes: - Querem voltar para trás? Perguntem-lhes se querem agora voltar para trás?

Os açorianos não querem regressar ao passado feito subitamente presente a que assistem no país. Perguntem aos açorianos se querem perder o que ganharam. Em desenvolvimento económico. Em progresso social. Em capital de tolerância. Perguntem ao empresário em nome individual se prescinde do sistema de incentivos de que desfruta?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A resposta é: “quer melhor”.

A Oradora: Perguntem ao Bruno de 15 anos que estuda na Escola dos Ginetes se se arrepende de já não ter de se levantar duas horas mais cedo para chegar a tempo à aula das 8 horas em Ponta Delgada? Perguntem aos habitantes da Calheta se o novo porto não promove o desenvolvimento do seu Concelho? Perguntem ao Senhor António, de 65 anos, residente nos Altares, se prescinde do apoio domiciliário que lhe é prestado? Perguntem aos pescadores dos Biscoitos se preferem o porto velho? Perguntem à Ana que está na aula de Geologia num laboratório da Escola Básica das Flores se preferia não o ter? Perguntem ao Sr. Eugénio da Madalena se preferia o velho aeroporto? Perguntem ao Professor Monteiro se preferia esperar dez anos para se efectivar? Perguntem à Dona Maria se preferia continuar a viver durante mais 20 anos no



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Bairro do Lameirinho? Perguntem aos marienses porque razão um governo com duas décadas não conseguiu remover o lixo da zona envolvente ao aeroporto? Pergunte-se aos açorianos se preferem um regresso ao passado a que habilmente se chama agora por futuro? E peça-se a sua atenção para, por breves momentos, porem lado a lado a nova esperança e a velha herança e entre elas descortinarem uma única e simples diferença!

Deputado João Cunha (PSD): É verdade. Não vejo aí nenhum graciosense. Esqueceram-se deles.

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós assumimos os nossos erros, que tivémo-los certamente, mas estamos conscientes do nosso valor. Da parte do Governo Regional podem os açorianos contar com a seriedade e o compromisso de continuarmos a desenvolver os Açores. Em todas as suas vertentes e de forma integrada como temos feito até hoje. É este o compromisso que assumimos com os açorianos. Com todos eles. É para eles e com eles que trabalhamos hoje e que continuaremos, seguramente, a trabalhar amanhã.

Disse.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas inscrições para pedidos esclarecimentos.

(Pausa)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não havendo inscrições, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se este plano e orçamento fosse o de 1997, o governo estava de parabéns.

Estava de parabéns porque contemplava as obras prometidas no seu programa eleitoral e também porque quase de certeza que cumpriria com o plano.

Mas não é.

Este é o de 2004.

Então, pergunta-se, o que correu mal ?

Não sabemos.

O que sabemos é que desde 1997 até este ano Santa Maria andou a marcar passo.

As promessas foram sucessivamente adiadas, os planos, sempre iguais, nunca tiveram concretização, enfim, mais uma vez Santa Maria foi esquecida.

Tirando algumas justificações pouco credíveis, a verdade é que nunca foram explicadas aos marienses as verdadeiras razões destes sucessivos adiamentos e atrasos.

Não eram também necessárias grandes explicações, uma vez que desde cedo se percebeu que a grande aposta deste governo era nas ilhas de maior dimensão.

Ao analisarmos a execução financeira e material dos diversos planos, a primeira conclusão a que se chega é que V.Exas. pura e simplesmente acabaram com o conceito de desenvolvimento harmónico dos Açores.

Não só Santa Maria, mas todas as ilhas pequenas dos Açores foram esquecidas.

Deputados João Cunha e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E este facto é facilmente constatável, basta para tanto, visitarmos essas ilhas, falarmos com os seus autarcas ou com as suas populações.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O governo privilegiou notoriamente o investimento nas ilhas grandes, tendo só agora, no final do segundo mandato resolvido contemplar as ilhas mais pequenas com alguns investimentos, investimentos esses que mesmo assim na sua maior parte, não ficarão concluídos em 2004.

Diz o povo “ tarde é o que nunca chega” e parece que o governo entende que com esta máxima conseguirá fazer esquecer tudo aquilo que não fez ao longo de 8 anos.

A razão de todos estes atrasos e incumprimentos deve-se fundamentalmente a dois factores: deficiência de planeamento e uma aposta consciente em desenvolver uma, ou talvez, duas ilhas dos Açores.

Poder-se-á dar o caso de V. Exas. serem defensores daquela teoria que preconiza que o desenvolvimento de uma ou duas ilhas, promoveria a prazo o desenvolvimento de toda a Região.

Mas o governo sabe e os açorianos também sabem que esta teoria só em termos estatísticos é que tem alguma credibilidade.

De resto deste tipo de aposta só resulta uma coisa: um profundo agravamento das diferenças de desenvolvimento entre as diversas ilhas.

E que não existam qualquer tipo de dúvidas, estes dois governos do P.S. deram um grande contributo para isso.

Até parece que V.Exas. entendem a insularidade como a distância que separa Ponta Delgada de Lisboa, esquecendo as outras distâncias que são necessárias percorrer entre esta cidade e as restantes ilhas açorianas.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Ou então, que entendem como Região Ultra-Periférica, Ponta Delgada e arredores, tal é a diferença de investimento entre esta zona e a restante parte do arquipélago.

Agora podem dizer que não, podem dizer que são os paladinos do desenvolvimento harmónico dos Açores, que querem tornar os Açores no melhor sítio do mundo, mas a verdade é que não se consegue fazer num ano aquilo que não se concretizou em sete.

Nós sabemos que estamos já em plena campanha eleitoral, mas também sabemos que o povo dos Açores já não se deixa enganar com lançamentos de primeiras pedras, aberturas de concursos e adjudicação de projectos que deveriam estar prontos há já muitos anos.

Compreendemos o vosso embaraço, basta olhar para o eleitorado para o perceber, mas, meus senhores, quem tão mal administrou tantos milhões, não merece que lhe seja dada mais nenhuma oportunidade.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Para finalizar deixo um desafio ao Governo Regional, já que este será provavelmente o último plano da vossa autoria, vejam se pelo menos desta vez o conseguem cumprir.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas inscrições para pedidos de esclarecimento.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.



Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Nos compromissos eleitorais que o Partido Socialista apresentou, gostava que me indicasse uma obra que não tivesse concluída ou em vias de conclusão ou anunciada agora para 2004. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como deputado eleito por S. Miguel ouvi com atenção a intervenção política do Sr. Deputado eleito por Santa Maria, do PSD, e gostava de saber quais são os investimentos que o PSD acha que não se deviam ter feito em S. Miguel? (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Humberto Chaves, os investimentos que o Governo prometeu em dois mandatos e que não cumpriu.

Penso que o senhor até responde à sua pergunta, porque o que eu disse foi exactamente que se isso fosse o Plano de 1996, nós estávamos todos muito felizes, mas este é o Plano de 2004.

Deputado Francisco Sousa (PS): Mas quais são?

O Orador: Não se fazem investimentos para durarem só enquanto dura o Governo.

Quando se promete investimentos em 96, são para estarem cumpridos até ao final da legislatura, para prometerem e fazerem novos investimentos.

Eu não tenho muito mais tempo, mas se quer até lhe posso dizer um, por exemplo, o porto de recreio. O senhor diga-me quando é que vão fazer o porto



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

de recreio. A candidatura ainda nem sequer está aprovada e o senhor já quer fazer o porto de recreio.

Sr. Deputado Fernando Lopes, todos os investimentos feitos em S. Miguel, terra que eu gosto muito, são bem-vindos. Agora, o senhor não se esqueça que os Açores são 9 ilhas e são um bocado mais que S. Miguel. (*9

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à pergunta que fez, posso dizer-lhe que o porto de recreio vai ser iniciado no próximo ano.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Para isso fale com o Sr. Secretário Regional da Economia.

O Orador: Fora isso, os investimentos que nós fizemos nos dois mandatos, são muito mais do que aquilo que vocês fizeram em 20 anos e basta ver uma série de coisas que fizeram que nós tivemos que refazer, tais como a Escola Bento Rodrigues, a Zona Franca foi aquela vergonha que toda a gente viu, a Lotaçor, etc..

Quer que lhe diga mais? Digo-lhe, por exemplo, que em 1987 os senhores comprometeram-se a fazer a Casa do Povo de Santa Bárbara e nunca puseram lá sequer um prego. Nós é que a estamos fazendo agora.

O senhor também esquece-se do património construído em Santa Maria que foi recuperado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A recuperação da Igreja da Nossa Senhora da Purificação, em Santo Espírito, promessa que os senhores tinham feito há muito tempo, foi este Governo que fez.

O Recolhimento de Santa Maria Madalena.

Deputado João Cunha (PSD): Foi um milagre.

O Orador: Não foi nenhum milagre. Foi este Governo que o fez e fê-lo fora do Plano, assim como a Igreja Matriz, etc., etc..

Não tenho tempo para mais, mas havemos de conversar noutra altura. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Humberto Chaves depois há-de ler o diário das sessões para ver o número de obras estruturantes que acabou de elencar. Primeiro há-de ler isso, para ter a noção daquilo que acabou de dizer.

Quero também lhe dizer que o senhor nunca me ouviu, até hoje, falar bem dos governos do PSD em relação a Santa Maria,...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Também era difícil.

O Orador: ... porque eu sempre tive consciência que sou de Santa Maria e tenho que defender a minha ilha. Parece que o Sr. Deputado José Humberto Chaves só tem que defender o PS e Santa Maria não interessa. (*)

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Corro o risco de levar um puxão de orelhas do líder do meu Grupo Parlamentar, mas vou correr esse risco.

Sr. Deputado Sérgio Ferreira, quero só lembrar-lhe o facto deste Governo ter incrementado o transporte marítimo de passageiros para Santa Maria, que os vocês e o governo do PSD estavam contra.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Vocês não!

O Orador: Quanto a defender Santa Maria, as provas estão à vista.

Eu, desde 1982, concorro à Câmara Municipal ou a Deputado ao Parlamento Regional e nunca perdi e da última vez, o senhor é que esteve quase a ficar em casa. (*)

Presidente: Srs. Deputados, penso que este debate está terminado.

Assim sendo, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Gostaria de aproveitar esta primeira oportunidade para, em nome do Grupo Parlamentar, felicitar formalmente o Dr. Vasco Cordeiro pela sua nomeação para a exigente pasta da agricultura e pescas do Governo Regional dos Açores, fazendo votos para que prossiga e amplie o trabalho muito positivo que vinha sendo desenvolvido pelo seu antecessor.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs., Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A globalização da economia, as mutações tecnológicas desenvolvidas a um ritmo cada vez maior, designadamente, no domínio da sociedade de informação,



nas reestruturações industriais e ainda na dinâmica com que presentemente se cria e destrói o emprego, conduzem a alterações no mercado de trabalho e à reformulação do equilíbrio entre flexibilidade e segurança no trabalho. Todas estas transformações oferecem novas oportunidades para os trabalhadores com maior adaptabilidade e empregabilidade, acabando inevitavelmente por marginalizar aqueles que se mostram incapazes de se adaptar aos novos modelos de organização laboral ou que, simplesmente, não estão preparados para adquirir as competências exigidas pelas novas tarefas da economia do conhecimento.

Esta realidade contemporânea, que por vezes em alguns dos seus aspectos mais perversos se parece acentuar, implica um enorme desafio nas respostas a encetar. Uma exigência que deveria ter estado presente aqui nestes dias de debate e que infelizmente não ocorreu plenamente.

Confesso que depositava grande expectativa nestes três dias de debates parlamentares em torno do plano e orçamento. Acreditei – erradamente – que, uma vez realizados os habituais congressos partidários pré-eleitorais, a menos de um ano de eleições regionais, se assistiria, nesta assembleia, finalmente, ao surgimento de um novo fulgor da parte das oposições, sobretudo à nossa direita. Aguardava novas ideias, novos projectos contrastantes, outro conceito de debate e também outra capacidade de engajamento político partidário.

Nada de mais errado! Não houve novidade nem evolução nenhuma, assistimos antes a uma inacreditável regressão.

Os partidos da oposição posicionaram-se neste debate de uma forma perfeitamente incompreensível!

Perante tal realidade sinto-me impelido, pela primeira vez nesta casa, a proceder a uma citação do passado, neste caso, no entanto, de uma citação de mim



próprio em 5 de Abril de 2001 referente à discussão do Plano e Orçamento para esse mesmo ano.

Passo a citar:

“Que PSD é esse o da actualidade ? Um partido outrora estruturante, responsável por 20 anos de governação em que deu um contributo historicamente relevante, inquestionável, para o progresso dos Açores e para a afirmação da autonomia, e que hoje vive na mais evidente suspensão programática reduzindo-se a uma mera provedoria de ressentimentos ou descontentamentos populares.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O PSD hoje não está a criar uma alternativa nem muito menos a abrir novas pistas no debate político regional”. Fim de citação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso foi antes ou depois das guerras autárquicas?

O Orador: Foi antes.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O que é que o senhor está a fazer agora?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É só mal dizer.

O Orador: Dois anos e meio depois, esta afirmação revela-se tão actual como nunca. O PSD e o PP estão na mesma, lúgubres e enquistados, não alterando o seu conteúdo. Apenas evoluíram na forma, passando de uma postura de provedoria de ressentimentos para uma atitude de metralhadora giratória, disparando com uma saraivada de críticas e acusações verdadeiramente inacreditáveis.

O PSD e o PP, ainda não fizeram outra coisa, nestes 3 dias de debate, senão o seu habitual deita abaixo, prosseguindo, agora em aliança tácita, sem



contemplações, a sua lógica de maledicência permanente e descrença sistemática, sendo ambos profusos em afirmações como as de (e cito) “total desacerto do Governo”, “completo erro do PS” ou “absoluto falhanço do Sr. Secretário”.

O PSD e o PP, nestes três dias de debate, foram ao extremo de não referir uma única medida positiva, um único aspecto merecedor de apoio em mais de sete anos de governação socialista.

Uma oposição à direita com este nível de autismo e de incompreensão da realidade política, social e económica regional, constitui, para além de um enorme risco, uma referência digna do velho partido regenerador do tempo da monarquia parlamentar do século XIX.

È por isso que na Região, felizmente, a sintonia entre a proto aliança PSD/PP e os açorianos é tão perfeita. Nem essa aliança diz nada de verdadeiramente novo ou inovador, nem os açorianos perdem um minutos que seja com os discursos provenientes desse quadrante. A sintonia é, portanto, perfeita.

Em bom rigor, nós já conhecíamos esta AD regional do passado. Estamos perante a mesma AD do pós 1996. Uma AD onde os Srs. Deputados Victor Cruz e Alvarino Pinheiro já então ocupavam as mesmas filas parlamentares que agora ocupam na actualidade. Então como agora, prefiguravam a tal AD que está aliada na maledicência, coligada no pessimismo e que converge no deserto de ideias da sua falência programática.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas que susto é esse?

O Orador: A tal AD velha e bem conhecida de todos, do tempo dos chumbos sistemáticos aos planos de médio prazo do governo, e cujo balanço rigoroso dos prejuízos, que o tecido empresarial nos Açores terá sofrido por essa opção política do passado, ficou por fazer.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A tal AD negativa, que com a sua maioria absoluta aqui neste parlamento e a sua falta de contemporaneidade, fez tantas e tão poucas que motivou um inédito movimento de centenas de estudantes que foram dinamizados e subscrever um abaixo-assinado, apelando ao parlamento para não serem diminuídas as verbas, propostas pelo Governo do PS no Plano de 1998, para a Ciência e Tecnologia.

O que diriam estes cavalheiros, uma vez confrontados com a situação social e económica do continente ? O que diriam em face do Orçamento Geral do Estado para 2004? Seria, com toda a certeza, necessário inventar novos adjectivos e reformular a gramática e o léxico da língua portuguesa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é o bota abaixo.

O Orador: Temos assim no plano do emprego, e infelizmente, uma realidade nacional caracterizada por um desemprego que aumentou 41% no último trimestre, atingindo segundo o EUROSTAT 7,3%, e onde por cada hora se despedem mais de 12 pessoas. 300 pessoas por dia! Nestes três dias de debates parlamentares, Portugal, com um governo PSD/PP terá tido perto de mais mil desempregados. Nos Açores com um governo do PS temos o mais baixo desemprego do país, disponibilizando-se em média por ano 6000 postos de trabalho, e, no entanto, todos tivemos a oportunidade de ouvir o descaramento do Dep. Alvarino Pinheiro em criticar fortemente a política regional no domínio de economia e do emprego.

No plano orçamental, a maioria absoluta PSD/PP aprovou um Orçamento Estado que consagra a contracção do investimento, e que prevê uma previsão líquida de financiamento de 4,7 biliões de euros, e que numa clara assunção do descalabro da receita fiscal prevê no seu artigo 60º uma autorização de endividamento de 7,8 biliões de euros. Nos Açores com um governo do PS temos um orçamento sem previsão de déficit, com metas realistas e onde se prevê aumentar o investimento público em mais de 30%, e, no entanto, todos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

tivemos oportunidade de ouvir a lata do Dep. Duarte Freitas a criticar a política financeira e de enquadramento orçamental do Governo Regional.

O que não fariam esses cavalheiros perante um governo sem uma maioria parlamentar de apoio? Quantos Governos já teriam tido os Açores nestes últimos três anos ?

Felizmente que nesta Assembleia existe uma configuração parlamentar que delimita claramente as responsabilidades de cada grupo parlamentar. Felizmente que o PS possui o suporte parlamentar que permite aos Açores evitarem sobressaltos e seguir em frente.

A confiança preservada pela estabilidade parlamentar que o PS detém nesta casa, tem sido um garante fundamental da sustentabilidade financeira dos Açores e, por mais que custe às oposições, da própria credibilidade das Autonomias Regionais.

Sr, Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Depois do que se assistiu aqui neste parlamento na quase totalidade destes três dias, os Açoreanos já não terão muitas dúvidas sobre quem escolherão para governar a região e em que partido votar.

Deputado Mark Marques (PSD): Essa parte é verdade

O Orador: O Sr. Presidente do Governo lidera o governo mais progressista da história da autonomia constitucional e é indiscutivelmente um referencial intemporal de competência, de estabilidade, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ao que um homem está sujeito!

O Orador: ... e de seriedade na gestão da coisa pública e não temos a mínima dúvida de que hoje como no passado é em si que os açorianos depositam a sua máxima confiança.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Senhores Deputados do PSD e do PP, os senhores transformaram este debate num enorme embaraço para si próprios.

Os senhores não entenderam que este Governo do PS está muito longe do seu crepúsculo,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Há 10 meses!

Deputado Paulo Gusmão (PP): Está em estado de coma. Já ouviu falar?

O Orador: ... este Governo do PS conhece claramente os problemas reais com que os Açores se defrontam e está apostado em contribuir para a sua resolução, procurando, nos documentos agora em análise, materializar, como qualquer espírito minimamente lúcido o reconheceria, o essencial dos compromissos assumidos perante esta Assembleia e perante os açorianos, Sr. Deputado Paulo Gusmão.

A verdade, que a oposição ainda não compreendeu, é que os Açores de agora estão diferentes, mudaram para melhor, inspiram confiança, e suscitam, a cada dia, novas oportunidades. Mas, também, novos e mais complexos desafios, dos quais destaco o desafio do nosso desenvolvimento plenamente inseridos na grande Europa, que, com tenacidade, risco, inteligência e sentido de futuro, devemos procurar vencer nos próximos anos, sem nos resignarmos à consciência das limitações que nos são próprias.

Disse!!!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, é para a defesa da honra.

O Sr. Presidente do Governo, Carlos César, que neste momento se ri, é o mesmo que se ria quando o Sr. Deputado José San-Bento disse que eu tinha tido a lata de criticar as finanças públicas regionais. Fica-lhe muito bem, Sr. Presidente. Nós já sabemos com o que é que podemos contar de si.

Sr. Deputado José San-Bento, eu quero defender a honra, porque o senhor disse que eu tinha tido a lata de criticar a forma como as finanças públicas regionais eram geridas.

Eu tive, daquela tribuna, oportunidade de o criticar. Se o senhor discordasse tinha pedido a palavra, tinha discordado com o que eu disse e não era agora fazer aqui acusações de eu ter tido uma atitude menos nobre numa intervenção parlamentar.

Devo dizer que, por um lado, em relação às finanças públicas, já ficámos hoje bem esclarecidos pelo Sr. Secretário José Contento sobre a maneira como ele entende a gestão da causa pública aqui nos Açores.

Por outro lado, em termos das finanças públicas regionais, o que eu disse e reafirmo, entre outras coisas, é que a dívida pública consolidada até ao final de 2004 ultrapassará os 735 milhões de euros. Disse e reafirmo, assim como tudo o que disse na minha intervenção posso reafirmá-lo. Os dados são conhecidos, estão nos relatórios do Serviço de Estatística. (*)

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)



Presidente: O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos pediu a palavra para?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Porque fui atacado dum maneira vil e torpe, no sentido de ser acusado de gestão da causa pública indevidamente com uma tremenda falsidade, gostaria de, em meu nome pessoal, repor esta situação perante a Assembleia...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Já está resolvido. Já está transcrito.

O Orador: ... porque não há efectivamente nenhuma situação da gestão do Governo Regional e da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos que seja ou que tenha sido danosa para a Região e que justifique qualquer uma das observações que possam ter sido ditas aqui.

Para terminar, devo dizer que a situação que foi levantada aqui há pouco é uma situação muito simples dum acordo entre a Câmara Municipal da Praia da Vitória e o Governo Regional, que ainda não está firmado a pedido da Câmara Municipal, e que 60% da reposição do pavimento, que era da responsabilidade da Câmara Municipal da Praia da Vitória, foi transformada em asfalto pela Câmara Municipal ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não foi isso que disse. O que disse foi que vai fazer obras com créditos das empresas.

O Orador: ... e o restante 40% foi repostado através da substituição e permuta do resto do pavimento que lá estava.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, os senhores aqui mais uma vez demonstram a má fé total perante situações que não correspondem minimamente à verdade e isso, talvez, é que vos dói.

O vosso problema é que não podem acusar este Governo Regional, provavelmente, de traumas que têm do passado. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): O Sr. Deputado Clélio Meneses assinou uma acção cível contra a Região!

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Isso é falso.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Ainda vamos ter que falar nisso aqui dentro. Percebeu?!

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): O senhor está faltando à verdade.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Vai lá mamar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

O Sr. Deputado Clélio Meneses deseja a palavra para?

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Para a defesa da honra.

Presidente: Aguarde um momento que eu já tinha dado a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu não tive a mínima intenção de ofender a sua honra.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Deputado, conceda-me que estar aqui três dias sistematicamente a ouvir o tipo de discurso que os senhores tiveram aqui a fazer, de facto, é no mínimo saturante.

O Sr. Deputado sabe que eu prezo muito a sua honra e dignidade pessoal, como a de todos os Srs. Deputados, mas devo-lhe dizer com toda a franqueza que, tal como foi dito ainda hoje pelo Presidente do seu Grupo Parlamentar, há aqui aspectos de gestão de tempo que nós temos que atender e por essa razão não tive oportunidade de o interpelar na devida altura.

No entanto, vou ser muito franco, eu acho que fui extremamente objectivo e factual naquilo que eu disse, Sr. Deputado.

Eu tentei duma forma que me pareceu minimamente perceptível, estabelecer aqui um contraste entre aquilo que o senhor diz aqui sobre o Orçamento da Região para o próximo ano e aquilo que o seu partido, em coligação, a nível nacional, e isso não me parece uma divagação inaceitável, defende no âmbito do Orçamento de Estado, em que já temos um buraco este ano de 6 biliões de euros, em que há 300 pessoas no desemprego por dia.

Portanto, se isto é o motivo de ofensa da sua honra, devo dizer que acho que o senhor está enganado e que o senhor e o seu partido manifestam, isso sim, permitam-me a franqueza, uma profunda incoerência.

Muito obrigado. (*)

Presidente: O Sr. Deputado Clélio Meneses sente-se ofendido na sua honra e consideração. Pode explicar porquê.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Como qualquer pessoa no seu juízo deve sentir-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, em apartes perfeitamente audíveis por toda a Assembleia,...



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não, não. Não foram audíveis!

O Orador: ... pôs em causa a minha idoneidade e competência profissional, ao afirmar que colocava acções contra a Região.

Esses factos são falsos, porque são imputadas circunstâncias que não são correctas.

Eu sei a que é que se está a referir o Sr. Secretário, talvez por estar mal informado pelos seus consultores jurídicos.

Eu já exerci um mandato judicial de acordo com a lei e de acordo com um estatuto da ordem dos advogados, exactamente em procedimento judicial em Tribunal Administrativo que, de acordo com o Estatuto, está claramente previsto.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Com pedido cível, Sr. Deputado.

O Orador: Foi isso que foi feito e não sei se há outros colegas aqui no plenário que exercem outra actividade enquanto são Deputados. Até agora o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, enquanto exerce a função de Deputado, também o fazia.

Eu, que tenho a minha actividade profissional que é advocacia, ao contrário de outras pessoas que têm outra actividade profissional, exerci-a claramente de acordo com a lei sem qualquer violação.

Essa situação que o Sr. Secretário está aqui a colocar é do mais profundo mau gosto. Está a pôr em causa a competência e a idoneidade das pessoas.

O próprio Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores também já exerceu essas funções, como tantos outros colegas que estão aqui.

Eu não acho correcto que se ponha isso em causa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Esse processo ainda não está concluído. Neste momento ele está em recurso, não está traçado nem julgado, por isso qualquer opinião que se tenha sobre esse processo é prematura, porque ainda não transitou em julgado.

É um processo que está sob recurso e é claramente inadequado, inadmissível, para não dizer aquilo que disse o Sr. Secretário Regional em aparte, que é de um profundo mau gosto. Foi o pior que já ouvi aqui e eu não quero repetir o que foi dito. (*)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não vale a pena repetir!

Presidente: Julgo que já estamos esclarecidos.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Meus senhores, se nós começamos agora a utilizar aqui ofensas da honra, nunca mais saímos daqui.

O Sr. Secretário Regional também se sente ofendido na sua dignidade.

Tem a palavra.

Deputado João Cunha (PSD): Tenha a coragem de dizer alto aquilo que disse em aparte!

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas de Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

Eu fiz um aparte, conforme lembrou o Sr. Deputado João Cunha,...

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que também explicasse por que é que sente ofendido na sua honra.

O Orador: Rapidamente. Eu, num aparte que o Sr. Deputado Clélio Meneses resolveu transformar em intervenção oficial neste plenário, o que eu disse, repito e reafirmo, foi o seguinte:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Sr. Deputado Clélio Meneses, na qualidade de advogado, pôs uma acção cível...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não pus. Isso é falso!

O Orador: ... contra o Governo Regional dos Açores. Isso é proibido pelo Estatuto dos Deputados.

Nessa medida, felizmente, o Sr. Deputado Clélio Meneses não teve qualquer sorte.

Eu lembrei ao Sr. Deputado Clélio Meneses que, se é certo que ele tem todo o direito, dentro de determinados limites que ao que julgo saber respeita, de exercer advocacia, não pode, no entanto, exercer acções cíveis contra a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está mal informado. Não é uma acção cível!

O Orador: Foi apenas isso.

O Sr. Deputado é que quis dar uma maior repercussão àquilo que eu disse. Já que a deu, fiquemos todos esclarecidos.

Foi isso que eu disse, Sr. Deputado.

Vozes da bancada do PSD: E o resto? Diga o resto!

Deputado João Cunha (PSD): O senhor não tem coragem!

O Orador: Reafirmo: o Sr. Deputado pôs uma acção cível contra a Região Autónoma dos Açores...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é falso!

O Orador: ...quando, como Deputado, não pode pôr.

Por isso mesmo, entre outras razões, perdeu a acção. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para defender a sua honra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É lamentável que se queira fazer...

Presidente: Sr. Deputado, eu agradecia que esclarecesse a situação para passarmos à frente.

Deixem-me esclarecer o seguinte:

Se é uma questão de Estatuto de Deputado, isso resolve-se noutras paragens.

O Orador: Com certeza.

Presidente: Portanto, eu agradecia que do ponto de vista político esclarecesse a situação.

O Orador: O que está aqui em causa é que perante a situação política, o Sr. Secretário Regional tenta fazer uma coisa que não tem qualquer cabimento.

Dois esclarecimento:

Primeiro: Não é uma acção cível. É um procedimento judicial em Tribunal Administrativo, o que é legal.

Segundo: Não perdi a acção. A acção neste momento, por outras razões, está sobre recurso.

Isso é falso. Não convém dizer mentiras para enganar as pessoas.

Tenta-se fazer de um facto político uma questão que não tem nada a ver.

O desespero leva a isto. (*)

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era convicção da grande maioria dos jorgenses de que o Plano do Governo Regional para 2004 seria um documento que iria trazer boas perspectivas ao processo de desenvolvimento da ilha de São Jorge.

Foram criadas nas nossas populações, sempre que os diversos responsáveis governamentais tinham oportunidade, interessantes expectativas, através de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

compromissos e de garantias que não estão reflectidos no documento agora em discussão.

A verdade é que o Plano traduz claramente o contrário. Não existem, neste documento elaborado pelo Governo Regional, novas etapas, novos projectos e um indicador de desenvolvimento. Faltam, por conseguinte, perspectivas de futuro para os jorgenses.

Uma ilha como São Jorge, penalizada já em demasiadas vertentes, precisava de investimentos públicos muito claros em determinadas áreas, de forma a criar novas etapas e uma nova força anímica que viesse incentivar e potenciar o seu desenvolvimento.

Precisamos ter esperanças no progresso da nossa terra e os Governos Regionais têm aí um papel muito importante.

Permitam-me falar de acessibilidades.

Por diversas vezes nesta Assembleia, por ocasião das apreciações dos vários Planos e Orçamentos da Região, foi discutida a necessidade de se resolver os problemas decorrentes das insuficiências do aeródromo de São Jorge.

É difícil aceitar que, apesar de todos os Senhores Deputados e todos os Senhores Membros do Governo conhecerem os graves condicionalismos daquela infra-estrutura, não exista uma dotação inscrita no Plano para o necessário estudo que nos permita, pelo menos, tirar as necessárias e rápidas conclusões para a solução mais adequada deste problema.

As penalizações com que nos confrontamos diariamente são motivos mais do que suficientes para uma outra atenção do Governo Regional. Não bastam promessas do Senhor Presidente do Governo se depois constatamos o seu total esquecimento, reflectido nos documentos orientadores da sua política de investimentos públicos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Fazia portanto todo o sentido que este assunto fosse tratado com maior responsabilidade e outra precessão.

Como já tive oportunidade de referir nesta Assembleia, é preciso resolver este condicionalismo de São Jorge para que esta ilha não pare no tempo e para que as suas consequências não que venham a afectar ainda mais as próximas gerações.

Outro assunto que condiciona o desenvolvimento da minha terra é a deficiente condição do Porto do Topo. Também este assunto não está contemplado nos referidos documentos e deveria estar.

Bem sabemos que não se podem fazer todos os portos de uma só vez, mas chegámos a pensar que este governo poderia repensar as suas opções e ir de encontro aos desejos e aspirações dos jorgenses. Foram, no entanto, goradas essas expectativas das nossas populações.

Trata-se, portanto, de um assunto que ficará destinado ao próximo Governo Regional.

Este Plano fica também muito longe do que dele esperávamos em matéria de pavimentação de estradas.

A pavimentação de alguns dos troços e respectivas correcções, como por exemplo os troços Ramal/Igreja da Ribeira Seca, Urzelina/ Terreiros/Manadas, Biscoitos/Relvinha, e interior da Vila do Topo, deveriam também estar, e não estão, contemplados neste documento.

O troço Urzelina/Aeroporto, como já foi aqui referido, apesar de constar do Plano, não conta com as verbas suficientes para a sua execução.

Outro assunto que igualmente deveria constar do Plano era a pavimentação dos Caminhos Agrícolas existentes da Bacia Leiteira de Santo Antão/Topo e da ligação Biscoitos/Estrada do Norte.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Abastecimento de Água às Explorações Agrícolas das principais zonas agropecuárias de São Jorge e as respectivas electrificações, são também essenciais para os actuais desafios da lavoura jorgense.

A Electrificação das Fajãs, as intervenções efectivas na orla marítima para sua protecção, também têm sido muito esquecidas por este governo.

Compromissos como a comparticipação do Governo Regional na aquisição, e respectivas obras de beneficiação e adaptação de um antigo edifício destinado à nova Sede da Junta de Freguesia do Norte Pequeno, também deveria estar contemplado no Plano, e não está.

Julgamos também que o Governo Regional deverá repartir melhor os apoios financeiros destinados às remodelações, beneficiações e construções de sedes de colectividades dos Açores. São Jorge não pode ser penalizado, como até agora tem acontecido.

Estas são algumas das reivindicações da nossa população que deveriam estar consideradas no Plano para o próximo ano.

Gostaria de abrir um pequeno parêntesis sobre o repto que a Sra. Secretaria Regional Adjunta da Presidência nos deixou e não precisava de dar a volta aos Açores, bastaria perguntar aos calhetenses o que é que acham do novo Porto da Calheta, se tem a largura adequada, se foi um porto bem feito.

Gostava de sugerir também à Sra. Secretária que perguntasse aos automobilistas de S. Jorge se estão contentes com as nossas estradas.

Gostava ainda de sugerir à Sra. Secretária que perguntasse às pessoas o que é que acham dos problemas do nosso aeroporto.

Gostava também de sugerir à Sra. Secretária que perguntasse, por exemplo, ao Sr. Óscar, que vive no Topo, o que é que ele acha da política de habitação deste Governo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Pergunte também às juntas de freguesia como é que funcionou até agora a política de habitação deste governo.

Gostaria que perguntasse também aos lavradores o que é que acham do abastecimento de água à lavoura.

Pergunte também aos lavradores do Topo e de Santo Antão o que é que acham dos caminhos agrícolas.

Pergunte às direcções da colectividades o que é que acham dos apoios financeiros.

Aos habitantes das fajãs o que é que acham da electrificação fajãs.

Às pessoas que vivem perto da orla marítima o que é que acham que o governo tem feito nessa área.

Aos pescadores e utilizadores o que é que acham das obras que o Governo não tem feito nos pequenos portos.

Deputado Manuel Campos (PS): Quais pequenos portos?

Deputado João Cunha (PSD): Todos eles, sem excepção.

O Orador: Todos eles.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concentrei esta minha intervenção numa matéria que considero decisiva para o desenvolvimento de São Jorge e que não tem a devida tradução no documento que estamos a analisar.

É mesmo impressionante a distância que vai entre as prioridades que os jorgenses têm defendido e as opções de investimento que este Governo está a definir.

Existe claramente um fosso entre estas duas posições, bem revelador de que o Governo Regional e o partido que o suporta têm dois pesos e duas medidas.

Confirma-se portanto, que estamos a assistir a um estilo de governação socialista, de costas viradas para as pessoas e para os seus legítimos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

representantes, e que o Governo Regional desprezou completamente o princípio que deve nortear sempre a governação dos Açores – o desenvolvimento harmónico de toda a Região.

Disse.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados António Gomes, Manuel Silveira, Manuel Campos e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência, a quem dou a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Aires Reis.

O Sr. Deputado considera que a Câmara Municipal da Calheta e as Juntas de Freguesia entendem que o Governo Regional discrimina, quer a Câmara Municipal, quer as Juntas de Freguesia?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para esclarecimentos.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar alguns esclarecimentos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Deputado Aires Reis, estive atento à sua intervenção e muito rápido e telegraficamente, porque não tenho tempo, quero-lhe dizer o seguinte:

Relativamente ao Porto da Calheta não percebo como é que o senhor, como Presidente da Assembleia Municipal, está de acordo com a obra e até se congratula com ela e aqui dentro vem dizer uma coisa completamente diferente. Eu vi uma grande faixa, e muito bem e fiquei muito feliz por a Câmara Municipal da Calheta ter reconhecido isso, em que dizia: “A Câmara Municipal da Calheta congratula-se com a obra do Porto da Calheta”. Portanto, como é que o senhor vem criticar agora esta obra?

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Relacionamento com as Juntas de Freguesia.

Eu tenho os apoios que foram dados anteriormente e por estes Governos do Partido Socialista às Juntas de Freguesia de S. Jorge.

Quero mandar-lhe daqui um aviso, Sr. Deputado Aires Reis, é que já ouvimos da parte da coligação que os senhores há pouco tempo elaboraram, com representação aqui na Assembleia Legislativa Regional, o seguinte: “Cimento nas mãos das Juntas de Freguesia, é como droga na mão dos traficantes”.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Pior que droga!

O Orador: Se calhar não era a isso que se queria referir.

Eu recordo-me das visitas dos governos do PSD em que o Sr. Secretário Natalino Viveiros, sentava-se na Secretaria da Habitação e Obras Públicas a passar requisições de cimento às Juntas de Freguesia.

Foi por isso que foi dito, e muito bem, por um Sr. Deputado da bancada do CDS/PP que “cimento nas mãos das Juntas de Freguesia era como droga na mão dos traficantes”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Relativamente ao aeroporto de S. Jorge, o Sr. Deputado não pode ignorar que a aerogare não está no Plano e que será uma obra posta em execução muito brevemente.

O senhor sabe qual é a minha maior preocupação relativamente à beneficiação do aeródromo de S. Jorge? São os projectos de construção civil que sistematicamente a Câmara das Velas tem vindo a aprovar e que inviabilizam as obras que são necessárias fazer naquele aeródromo, porque inviabiliza o alargamento da pista, que é a sua maior necessidade.

Relativamente às colectividades, Sr. Deputado, vou fornecer-lhe com muito gosto, os dados relativos à contribuição deste Governo Regional para com as colectividades de todas as freguesias da Ilha de S. Jorge.

E mais:

Também lhe posso fornecer os quantitativos que os governos do PSD deram às mesmas colectividades.

Portanto, é falso vir aqui referir que as colectividades de S. Jorge têm sido mal apoiadas por este Governo Regional.

Vou ficar por aqui, porque, infelizmente, não temos tempo. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Eu só queria fazer duas perguntas ao Sr. Deputado Aires Reis.

Queria que me dissesse se o Porto da Calheta, antes de ser intervencionado por este Governo, tinha mais operacionalidade do que tem neste momento? Se era melhor ou pior do que está?



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

E se o senhor está consciente da intervenção que fez?

São estas perguntas que eu lhe quero fazer.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Manuel campos prescinde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As observações que os Srs. Deputados António Gomes e Manuel Silveira fizeram sobre a minha intervenção, provam claramente que os senhores ou não falam com as pessoas, não reúnem com as instituições ou não vivem em S. Jorge.

Deputado Nuno Amaral (PS): O senhor é que não vê o placard!

Deputado António Gomes (PS): Eu vou perguntar aos calhetenses se estão satisfeitos com o porto.

O Orador: Relativamente à Sr. Secretária quero dizer-lhe o seguinte:

Essa pergunta que a Sra. Secretária fez, agradecia que a fizesse à Câmara Municipal da Calheta.

Mas, posso-lhe garantir que pode haver alguma autarquia em S. Jorge que não esteja discriminada, mas a maior parte delas estão a ser.

Também gostaria de dizer que quando o Porto da Calheta foi inaugurado, é claro que toda a população se congratulou com isso, mas qual não foi o nosso espanto quando soubemos nesse preciso dia que as informações que tinham sido dadas aos operadores marítimos, relativamente à largura do porto, eram diferentes. O porto tinha, de facto, outra largura que não aquela que tinha sido dada ao operadores marítimos. Isso é que me parece muito mau.



Deputado António Gomes (PS): Isso é falso.

O Orador: Sr. Deputado António Gomes, eu queria dizer-lhe, para terminar a minha intervenção, o seguinte:

O senhor parece às vezes o Sr. José Armando Saraiva, vai buscar história e mais história, mas por vezes ela também é muito imprecisa. Como é que o senhor diz que a culpa da falta de ampliação do aeroporto tem a ver com o licenciamento de obras pela parte da Câmara das Velas, quando o senhor ainda nem sequer tem um estudo sobre isso.

Deputado António Gomes (PS): Tenho conhecimento do estudo que foi feito. Sei o que disseram os técnicos.

O Orador: O senhor é capaz de me facultar esse estudo? Gostaria de tê-lo.

Obrigado. (*)

Presidente: Srs. Deputados, eu recordo que no início desta sessão da parte da tarde em lembrei que a Conferência tinha acordado que às 17,00 horas terminaria esta fase do debate e entraríamos nas intervenções finais.

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Aires Reis não tenho mais pedidos de esclarecimento.

Assim sendo, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste último ano de legislatura do Governo Regional do PS, discutir um Plano e Orçamento é, essencialmente, fazer um exercício de memória face às promessas feitas e expectativas criadas a todos os açorianos e a cada ilha em particular.



Desde os compromissos eleitorais até aos Comunicados do Conselho do Governo, encontramos um vasto conjunto de promessas por cumprir desde 1996.

Este Governo encheu a boca de milhões e criou enormes expectativas nas populações.

Os milhões desapareceram e muitas expectativas continuam por concretizar.

Não se pode dizer que nada se fez, esta é uma diferença que tentamos acentuar, seria uma atitude tão descredibilizante como aquela que alguns assumem quando tentam fazer parecer que, antes de 97, nada havia nesta Região. Parece até que não havia Açores, não havia autonomia.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Importa, pois, ser rigoroso e saber se o balanço final é de modo a dar um voto de confiança aos documentos que agora analisamos.

Importa portanto saber se, ao fim e ao cabo, a obra feita, face às promessas, justifica uma terceira oportunidade a este Governo de Carlos César e José Contente.

Sendo então rigoroso, repito, mas não exaustivo, faço questão de salientar, passo a citar apenas 24 das promessas e compromissos por cumprir em relação à Ilha do Pico:

- Abrir o laboratório do IAMA no Pico “...já no próximo mês de Julho para apoiar a produção de queijo tradicional da ilha...”. (Comunicado do Conselho do Governo de 28/06/97). Nunca aconteceu.

“Reactivação do laboratório existente junto ao Matadouro das Lajes, tendo em vista a classificação do leite e o despiste da BSE”. (Comunicado do Conselho do Governo de 20/03/2001). Continua sem acontecer.

- Apoiar o projecto de investimento da Adega Cooperativa Vitivinícola da ilha do Pico (Comunicado do Conselho do Governo de 28/06/97). A Adega continua



sem resposta ao projecto apresentado.

-“Aprovar uma Resolução que transfere a gestão do Parque de Retém do Porto de São Roque para a Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário”. (Comunicado do Conselho de Governo de 10/07/2002).

-“Autorizar a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas a ceder a título gratuito o uso, exploração e limpeza do Parque de Retém no Porto de São Roque aos exportadores, após a elaboração do regulamento de utilização”. (Comunicado do Conselho do Governo de 3/04/2003).

Permanece tudo na mesma, ao abandono, com problemas inclusivamente para a saúde pública, sem nunca se ter percebido o porquê da estrutura nunca ter sido entregue à entidade que gere o porto.

- Fazer o abastecimento de água à lavoura. Promessa da campanha de 2000. Os agricultores já desistiram de esperar.

- Reordenamento da Baía de São Roque, incluindo zona de passageiros (Comunicado do conselho do Governo de 28/06/97). Está esquecido.

Protecção do molhe do Porto Comercial em São Roque e o “reordenamento geral da zona portuária, que envolve verbas de cerca de 5 milhões de contos”. (Comunicado do Conselho do Governo de 7/7/98). Agora são só 1,7 milhões de contos e o Governo recusa teimosamente e contra as populações o reordenamento da baía e a zona de passageiros.

- Ordenamento do Porto da Madalena. Promessa de 2000. Para quando?

- “Proceder à elaboração do projecto da nova Escola das Lajes do Pico, que perspectiva um investimento da ordem dos 900.000 contos”. (Comunicado do conselho do Governo de 7/7/98). A Carta Escolar previa a entrada em funcionamento desta nova escola em 2004. Ainda nem há projecto.

“Aprovar a localização da nova Escola das Lajes do Pico, cujo projecto está em elaboração, nos terrenos anexos à ermida de Santa Catarina naquela Vila”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Comunicado do Conselho do Governo de 8/04/2000). Continuamos na mesma e em cada ano há uma versão diferente.

- Construção de um novo pavilhão na Escola de São Roque. Promessa de 2000. Esquecido!

- Criação de uma Direcção Regional sediada na Ilha do Pico. Promessa de 1996. Afinal foi uma Direcção de Serviços, como outras que já existiam.

- Recuperação do Forte de Santa Catarina nas Lajes. (Comunicado do Conselho do Governo de 28/06/97). Nunca aconteceu.

- Recuperação do Convento de São Pedro de Alcântara em São Roque. Promessa de 1996. Continua ao abandono.

- Casa da Cultura da Ilha do Pico. Promessa de 1999. Chegou a estar programada a aquisição de um imóvel. É a cultura do atraso...

- “Iniciar o processo destinado à recuperação da fabrica da Baleia nas Vila das Lajes, com vista à montagem da exposição permanente da Biologia do Cachalote”, para o qual foi consignada uma dotação inicial de 140.000 contos no P.M.P. 2001/2004. (Comunicado do Conselho do Governo de 20/03/2001). Esperamos para ver.

- “Iniciar o processo conducente à ampliação do Museu dos Baleeiros, na Vila das Lajes...”. (Comunicado do Conselho do Governo de 20/03/2001). Quando?

- “Proceder a obras de conservação e melhoria da estrutura museológica do Museu da Industria baleeira na Vila de São Roque”. (Comunicado do Conselho do Governo de 7/7/98). Ainda nem a musealização foi feita e a estrutura está quase ao abandono.

“Ceder à Câmara de São Roque a parcela de terreno anexa ao Museu da Industria Baleeira na Vila de São Roque”. (Comunicado do Conselho do Governo de 15/09/99). Nunca chegou a ser protocolado.

- A prometida, desde 1996, aquisição de 2 casas dos botes nas Lajes, esteve em



vários Planos, mas tudo continua igual.

- O Museu do Vinho foi inaugurado pelo Presidente da Republica. Afinal, as paredes da estrutura continuam quase despidas e das outras fases da obras nem se fala.

- Desde 1996 que a Freguesia de São Mateus espera por um bote baleeiro. Será que vamos aguardar até que desapareça o último baleeiro daquela terra para ver esta promessa cumprida?

- Repavimentação de todo o anel das Estradas Regionais em volta da Ilha. Promessa de 1997. Não foi cumprida.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Vocês querem é o modelo da Terceira.

O Orador: Para além disto, a Estrada Transversal (que liga o norte ao sul da ilha) está em certos pontos quase intransitável. E a Longitudinal vai no mesmo caminho.

- A Estrada Cachorro-Barca, assumida e renegada pelo Governo Regional continua a aguardar uma solução definitiva.

- Em 98, Carlos César prometia que a reconstrução levaria 2 a 3 anos, terminando portanto em 2001. Agora é em 2004, mas só para as empreitadas, sendo que o Governo está a “empurrar” para a administração directa muitos daqueles a quem no inicio disse para em nada tocarem sob pena de perderem apoios. Para além disso o Governo, que dizia ir custar 27 milhões de contos, agora fala em 47 milhões e remete muitos afectados pelo sismo para programas de habitação degradada.

- “Proceder, em articulação com as Câmaras Municipais, à constituição do Parque Desportivo da Ilha do Pico...”. (Comunicado do Concelho do Governo de 7/7/98). Agora nem aprovam os projectos das Câmaras candidatos a Fundos Comunitários, mesmo tendo estas plafond para tal.

- “Construir uma manga e uma escaleira junto à Gare Marítima da Madalena,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

por forma a melhorar as condições de embarque e desembarque de passageiros”. (Comunicado do Conselho do Governo de 15/09/99). Mais de 350.000 passageiros por ano continuam a transitar naquele porto em precárias condições.

- Até 1996 os responsáveis políticos do PS criticavam o facto de os picoenses nascerem na Ilha do Faial. Depois nem uma palavra disseram sobre o facto e a Unidade de Saúde de Ilha foi um equívoco e um grande logro para as expectativas dos picoenses.

Certamente que poderão contrapor, dizer o que fizeram e o que não fizeram. Isto que está aqui são verdades insufismáveis plasmadas nos comunicados do Conselho do Governo e nos documentos eleitorais do Partido Socialista. Tive a preocupação de ser rigoroso no que aqui está.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este é um verdadeiro rol de promessas por cumprir - documentadas e assumidas com clareza pelo Governo e pelo PS.

Não foi o PSD que prometeu, nem é o PSD que está agora a ser julgado.

Numa fase final da sua governação é ao PS que temos pedir contas.

Temos que acabar com o desequilíbrio entre as ilhas e retomar o desenvolvimento equilibrado do todo regional.

Temos de ajudar mais quem mais precisa.

Temos que acabar com a discriminação entre os açorianos - discriminação entre as ilhas e entre as cores autárquicas.

Um Governo que escolha a cooperação em vez da confrontação, sem dúvida nenhuma, será melhor para os Açores.

É preciso iludir esta ilusão das palavras socialistas.

Quem não fez até aqui com a boca cheia de milhões, não irá agora cumprir quando se contam os tostões.



Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Os picoenses e os açorianos tem data marcada para dizer se querem mais do mesmo ou se querem assumir a ambição de uma nova esperança.

O PS quer, agora, vender um sonho porque nada mais tem para oferecer: é o passado a falar.

O PSD, por seu turno, afirma uma nova ambição: é o futuro a chegar.

Disse

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Está inscrito o Sr. Secretário Regional da Economia e os Srs. Deputados Hernâni Jorge e Lizuarte Machado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para dar um esclarecimento muito simples.

Em relação ao Porto de São Roque do Pico, foi feito um estudo muito claro sobre o ordenamento e a conclusão é a seguinte: a baía actual não permite a criação de uma zona distinta de passageiros.

Mas, o projecto de recuperação do Porto de São Roque permite que mais tarde se possa fazer uma ampliação que permita criar internamente uma situação mais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

protegida para que possa haver um reordenamento interno. A situação actual só permite fazer aquilo que nós estamos a fazer.

Estudámos e procedemos a tudo o que era possível e verificámos que era impossível satisfazer a solicitação feita pelos populares, mas que será atendida mais tarde numa segunda fase.

Gostaria também de realçar um aspecto extremamente importante para a ilha do Pico que não foi mencionado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, que tem a ver com as obras realizadas no aeroporto. O aeroporto está ampliado, a aerogare está a ser adjudicada.

Esta é uma obra relevante para a Ilha de Pico que vai permitir colocar esta ilha na centralidade dos Açores.

Penso que o facto da Região Autónoma dos Açores ter colocado à República o Pico como sendo uma gate ways no futuro transporte aéreo entre os Açores e o Continente a partir de 2005, mostra o interesse que o Governo Regional tem no desenvolvimento harmónico dos Açores, incluindo o Pico neste desenvolvimento.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os documentos que estamos a analisar dão sequência a um conjunto de outros documentos analisados nos últimos anos que são, de longe, indiscutivelmente os melhores documentos desta natureza que alguma vez foram elaborados, que alguma vez foram aplicados e executados na Ilha do Pico.

Deputado António Gomes (PS): *Muito bem!*

O Orador: Os documentos que estamos a analisar e as obras que realizámos no Pico na anterior legislatura e nesta, são sem dúvida as mais importantes e as



fundamentais para ilha e para o seu desenvolvimento e tiraram o Pico do atraso, do marasmo, do embaraço em que todos nós vivíamos em 1996.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Orgulhamo-nos de que iremos chegar ao final de 2004 com as questões essenciais do nosso manifesto eleitoral cumpridas, cumpridas porque completamente executadas, cumpridas porque em andamento

Também sabemos que algumas questões não foram resolvidas e as que foram levantadas são efectivamente questões que não foram resolvidas, mas cumprenos a nós, porque somos Governo, porque somos o Grupo Parlamentar que o suporta e porque ganhámos as eleições, definir prioridades em função das nossas necessidades e em função dos novos tempos em que vivemos.

Por isso mesmo, responsabilmente assim o fizemos e por isso mesmo actuámos de forma forte e decisiva relativamente ao problema das acessibilidades e isso está perfeitamente claro e foi explicado pelo Sr. Secretário Regional da Economia, não só no que diz respeito à grande obra, a maior obra de sempre da autonomia realizada no Pico, mas também na colocação daquela ilha na centralidade do transporte aéreo desta Região. É a maior obra de sempre e a que mais irá impulsionar o desenvolvimento do Pico.

Também actuámos ao nível dos portos, não só da obra que estamos a executar em São Roque, mas também dos projectos de ordenamento das Lajes e da Madalena que irão também melhorar a operacionalidade, reforçar e consolidar essas infra-estruturas.

Melhorámos todos os portos de pesca, sem excepção. Montámos equipamentos adequados, quer de frio, quer outro tipo de equipamentos.

Está na rua o concurso do Matadouro que se iniciará por estes dias.

Em relação à protecção da orla marítima, o concurso também já está publicado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Actuámos na solidariedade social em várias áreas e a vários níveis, no apoio aos idosos, ao centro operacional de deficientes, numa infinidade de obras e de infra-estruturas que são fundamentais.

Também actuámos ao nível do turismo, em questões que, a média e a longo prazo, terão efeitos decisivos para a Ilha do Pico.

Assumimos estes documentos, independentemente de uma ou outra falha, porque responsabilmente tivemos que reprogramar e tomar as decisões que entendíamos mais importantes para a ilha.

Este documentos são, indiscutivelmente, os melhores, aqueles que trouxeram o Pico para a modernidade, para o desenvolvimento e aqueles que transformaram o Pico, que era a ilha do futuro do PSD, mas que é a nossa ilha com futuro. É isso que nós estamos a fazer, é isso que nós fizemos e é aí que estamos a colocar o Pico com estes documentos e com os outros que aprovámos em anos anteriores. (*)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge. Agradeço a maior brevidade.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Em complemento do enunciado bastante elucidativo feito pelo Deputado Lizuarte Machado, quero dizer que a intervenção do Deputado Duarte Freitas, feita nesta tribuna, é o maior elogio que se podia fazer, naturalmente, às duas legislaturas do Governo Partido Socialista e à acção do Partido Socialista na Ilha do Pico.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quando as questões relevantes para o Deputado Duarte Freitas são questões como a não entrega ainda de um bote baleeiro à Junta de Freguesia de São Mateus, relembro-lhe que um já apodreceu sem que fosse levantado.

Quando questões como o laboratório do IAMA, é a grande questão que se põe à lavoura do Pico, relembro, e os picarotos não se esquecem, os 200 mil contos em atraso de pagamento de leite, quando eu e outros eram responsáveis por esse sector. (*)

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu nunca fui responsável por sector nenhum de leite, mas o senhor foi adjunto de um Secretário que deixou a quota leiteira ir por água abaixo em 2000.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Lizuarte Machado (PS): Que resolveu o problema.

O Orador: O senhor mais o seu antigo Secretário foram responsáveis por um dos maiores problemas que os agricultores açorianos tiveram. Essa é que é a verdade.

Em relação ao Porto de São Roque, Sr. Secretário, gostaria de ter conhecimento desses estudos que dizem que é impossível fazer o ordenamento da baía com o porto de passageiros, onde as populações querem.

Portanto, fica desde já aqui registado o pedido para poder aceder a esses estudos, sobre os quais, sabendo que existem, eu tenho sérias dúvidas e muitas informações que não corresponde totalmente à verdade daquilo que o senhor disse.



Em relação ao aeroporto, Sr. Deputado Lizuarte Machado, dizer que a ampliação de 250 metros deste aeroporto, que apoio e nunca ouviu criticá-la, é a maior obra de sempre que se fez no Pico é não ver a realidade.

O senhor não se recorda de não ter electricidade;

Não se recorda de quando veio estudar para o Faial até ao 12º ano, vir na Calheta e na Espalamaca;

Não se recorda dos caminhos por asfaltar;

Não se recorda de não haver aeroporto no Pico;

Não se recorda de 20 anos de trabalhos que foram feitos.

É isso que descredibiliza, Sr. Deputado. Eu reconheço aquilo que está feito e é bem feito, mas os senhores não reconhecem o patamar donde começaram.

Os senhores só estão a aumentar o aeroporto do Pico em 250 metros, e bem, porque alguém fez o aeroporto do Pico.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Em relação à minha intervenção, mais em concreto, devo dizer com a maior serenidade que tentei impor melhor o rigor que podia nessa intervenção e a verdade é que, elencadas 24 questões, os senhores não foram capazes de me dizer que eu estava a mentir ou que alguma não era correcta.

Disse mais:

Só citei documentos do Governo e do PS.

Nós não vos obrigámos a prometer, nós não vos obrigámos a escrever, apenas limitámo-nos a esperar que os senhores cumprissem. Os senhores não cumpriram essas 24 promessas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Cumpriram algumas, também o disse e estou a dizê-lo de novo, mas não venham agora tentar levantar as bandeiras do pouco que fizeram e quererem enterrar as misérias do muito que deixaram por fazer. (*)

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um primeiro esclarecimento que não carece sequer ser defesa da honra relativamente ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Fui com muito orgulho adjunto e chefe de gabinete dum secretário regional que saneou financeiramente a lavoura do Pico, como saneou financeiramente a lavoura desta Região.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PS)

O Orador: Fui com muito orgulho adjunto e chefe de gabinete dum secretário regional que lançou as bases e a construção da nova fábrica de lacticínios da Ilha do Pico.

O senhor pertenceu a uma comissão que comprou uma fábrica velha, um chaço velho e nem sequer a registou em nome da Lactopico. (*)

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, felicito-o por apoiar a ampliação do aeroporto do Pico. Pelos vistos é o único elemento do seu partido que o apoia.

Devo-lhe dizer que há coisas que não lhe ficam bem, até pela sua formação.

Eu disse e repito que a obra do aeroporto é, de facto, pelo efeito indutor que terá no crescimento da economia do Pico, a maior obra do período autonómico e, portanto, eu não me estava a referir especificamente à obra em si, mas ao efeito indutor que ela tem. Foi isso eu disse e já o tinha dito aqui por outras vezes. Isto é rigorosamente verdade.

A actividade económica de uma ilha, seja ela qual for, não funciona se as acessibilidades não funcionarem, se não estiverem, de facto, operacionais.

Relativamente ao rol de questões, eu não vou fazer referênciã, porque algumas delas são de tão pouco significado, de tão pouca expressão que se perdem no volume de obras que nós temos vindo a fazer.

Porque referiu a questão das estradas regionais, lembrava-lhe que, por exemplo, nós já fizemos mais de 70 km de tapete betuminoso.

É evidente que eu me lembro dos tempos em que vinha estudar para o Faial, é evidente que eu me lembro dos tempos em que não havia energia eléctrica, mas também é evidente que muito mais recentemente eu me lembro dos caminhos de cabras por onde circulava.

Muito obrigado. (*)

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Muito rapidamente para dizer que a ampliação do aeroporto do Pico não são só 250 metros.

A ampliação que foi feita é que vai permitir colocar no aeroporto do Pico o ILS, coisa que não é possível nem é permitido no aeroporto do Faial.

O aeroporto do Pico foi alargado lateralmente em 150 metros e é por isso que se vai colocar lá o ILS e é por isso que se vai fazer da Ilha do Pico uma ilha central, no Grupo Central do Arquipélago dos Açores.

Portanto, é extremamente importante aquilo que está a ser feito no Pico, não só a aerogare pelo valor que foi adjudicada, como também pelo valor que foi adjudicado o aeroporto do Pico.

Uma coisa é o aeródromo que foi feito pela força aérea, outra coisa é aquilo que nós estamos a fazer.

Em relação ao Porto de São Roque, a remodelação que está a ser feita, foi feita exactamente pensando na ampliação. Por isso é que fizemos a cabeça em caixotão para permitir a ampliação e depois fazer o reordenamento interno, porque os estudos feitos para o reordenamento interno não permitem naquela baía, com aquela dimensão, fazer mais do que aquilo que está feito neste momento.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para colocar duas questões.

Em relação ao aeroporto do Pico, muito obrigado pelos esclarecimentos do Sr. Secretário.

Em relação ao porto fico a aguardar os tais estudos que disse que tinha.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ainda em relação ao aeroporto gostaria de lhe lembrar algumas coisas, Sr. Secretário, mas num sentido positivo e de crítica construtiva.

Era bom terem os terrenos comprados antes de se começarem as obras, tanto em relação à ampliação, como em relação à nova aerogare, porque há pessoas que continuam à espera. Os senhores têm muita preocupação em anunciar, mas depois metem os pés pelas mãos nos processos burocráticos.

Em relação ao Sr. Deputado Hernâni Jorge, eu fiz-lhe um comentário à função política que o senhor tinha. Eu nunca lhe fiz comentários às suas funções na vida privada e quero me abster de fazê-los,...

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... porque por aí também podíamos ir muito longe, sabe-se lá chegar aonde. Eu não quero ir por aí.

Eu pus-lhe uma questão enquanto político. Enquanto político ponha as questões que quiser.

De resto, na minha vida privada eu fiz muito coisas e se Deus quiser hei-de fazer muitas mais, umas bem, outras mal.

Eu tenho muito orgulho em ter ajudado, com outras pessoas, a que de um dia para o outro os lavradores do Pico não ficassem sem uma estrutura onde pudessem pôr o leite, porque a questão que se punha na altura era os lavradores não terem onde pôr o leite, não era sequer a questão de atrasos.

Na altura tentou-se resolver e os principais envolvidos foram os lavradores, os produtores de leite. Eu só ajudei, umas vezes melhor outra vezes pior, mas nas funções da minha vida privada, antes de ser político.

O senhor, enquanto político é que foi o responsável, por coisas boas, mas também por coisas más.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu estou a falar do senhor enquanto teve um cargo político numa secretaria e no momento em que se esqueceram de negociar a quota leiteira para os Açores e iam desgraçando a lavoura desta Região. (*)

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Parecendo não haver mais esclarecimentos, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional:

Esperava que mais Membros do Governo pudessem ouvir a intervenção.

Para quem acompanha atentamente o que o PS realmente cumpriu, só pode concluir, com a objectividade dos factos, que os governos do PS foram governos de oportunidades falhadas. Governos que esbanjaram o dinheiro de todos sobretudo por causa do seu calendário político, do seu interesse partidário e da sua desesperada luta pela manutenção no Poder.

Este Plano e Orçamento, o residual, de uma estratégia de Médio Prazo, para os anos 2001/2004, revela bem o perfil deste mandato do Governo do PS. Pior do que o primeiro.

Um Orçamento que revela, nuns casos, um perfil de desperdício e de esbanjamento, e noutros casos, de desresponsabilização, por insuficiência de verbas para cumprir as acções prometidas e programadas.

Analisemos então a evolução de algumas das acções programadas e respectivos recursos financeiros afectos no Plano para 2004.

Em primeiro lugar a confirmação que este é um Plano eleitoralista. É um manual de como usar as verbas do Orçamento Regional para fazer campanha eleitoral. Não é, como devia ser, uma carta de progresso, nem é um Plano estruturante.

É um Plano sem perspectiva de eficácia.



Mas, para perceber o dito, avaliemos os seguintes dados:

- 29,5% das verbas do Plano estão dedicadas a acções com um valor inferior a 50 mil euros (10 mil contos);
- 44,4% das acções do Plano têm destinadas verbas inferiores a 100 mil euros (20 mil contos);
- 67,9% das acções do Plano têm adstritas uma verba inferior a 250 mil euros (50 mil contos);
- Apenas 5,9% das acções do Plano têm verbas previstas entre os valores de 1 milhão e 2,5 milhões de euros (200 mil a 500 mil contos);
- Só 1,6% das acções do Plano têm uma verba superior a 5 milhões de euros (1 milhão de contos). Como pode ser este Plano um Plano estruturante de desenvolvimento.

Em segundo lugar, este Plano para 2004 é um Plano sem as verbas suficientes para pagar as próprias acções programadas.

Terá de ser, por isso, o futuro governo a pagar o que agora este governo promete fazer, por causa da tática eleitoral.

O próximo Governo vai assim herdar as dívidas de muitas das acções executadas em 2004, por insuficiência deste Governo que, para 2004, tentará disfarçar a incompetência de um mandato inteiro.

Vamos a alguns exemplos para confirmar o que acabei de dizer:

- A Pavimentação da Estrada Regional Santa Cruz/Praia, na ilha Graciosa (Acção 11.2.20). Para esta promessa só estão inscritas 60% das verbas necessárias para a execução da obra (Prazo 10 meses). Quando pensa pagar os outros 40%?

Deputado Herberto Rosa (PS): Após a consignação.



O Orador: - A Reabilitação e pavimentação da ER 1-1ª das Lajes – Praia da Vitória. Apenas estão inscritas no Plano 50% das verbas necessárias à execução desta obra (Prazo 6 meses). Como e quando se pagarão os restantes 50%?

- A Empreitada de remodelação da Aerogare Civil das Lajes (Acção 14.1.9). O preço de adjudicação é de 2,825 milhões de euros mais IVA, **cujo preço base era de 2,5 milhões de euros**, mas no Plano estão inscritos somente 2 milhões de euros (Prazo 7 meses, abertas **ontem as propostas do concurso público**).

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Foi uma pena ter sido ontem!

O Orador: - A Estrada Regional 1-2ª Urzelina – Aeroporto, em São Jorge (Acção 11.2.51:). Inscritas no Plano apenas 1/3 das verbas necessárias à execução da obra, para 2/3 do prazo de execução previsto (**540 dias**). É por isso que o senhor se prepara para fazer campanha eleitoral em 2004 e a seguir virá quem há-de pagar.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Eu é que vou pagar.

O Orador: - A Pavimentação da Estrada Regional de Santa Bárbara (**com relatório de adjudicação do dia 09/12/03**). O valor da melhor proposta é de 363.049.00 € mais IVA perfazendo 410.245,30€. O Plano só tem inscritas 60% das verbas necessárias (**para um prazo de execução de 2 meses**).

Em terceiro lugar, o que se observa é que parte das verbas do Plano para 2004 são para pagar dívidas de obras já executadas e inauguradas nos anos de 2002 e 2003.

São exemplos indesmentíveis:

A envolvente à Ribeira Grande, trecho II (Acção 11.1.3). As verbas previstas no Plano são de 1 milhão e 75 mil euros, servem para pagar em parte, trabalhos a mais executados em 2003.



Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Eu não vejo qual é o problema.

O Orador: - Construção da Escola EB 2,3 Ginetes (Acção 17.1.4). A obra foi concluída e inaugurada em Setembro de 2003. O Plano para 2004 tem uma verba prevista de 1.958.632 €.

Esta é a boa gestão? É assim que este Governo paga o que deve? E só faz o que pode pagar?

- Reformulação da rede escolar do Topo e Santo Antão, em São Jorge (Acção 17.1.5). A obra foi concluída em Agosto de 2003. O Plano para 2004 prevê, no entanto, uma verba de 495.003 € para esta Acção.

Sr. Presidente do Governo, ao observar este Plano e este Orçamento compreendi as declarações do Sr. Secretário Regional da Habitação. De facto, em absoluta ilegalidade, mas pelos vistos é o vosso truque na governação.

Os senhores são fiscalizados pelo Tribunal de Contas, são fiscalizados por este Parlamento e o que eu estou agora a fazer é exactamente esse exercício.

Mas, vamos dizer mais:

Em quarto lugar, fica percebida a incapacidade do Governo para assumir boa parte dos investimentos, que passam para a responsabilidade de empresas públicas e serviços autónomos.

- Será a Junta Autónoma do Porto da Horta que vai investir 8,5 milhões de euros na orla marítima das Lajes do Pico;

- Será a SATA a fazer vários investimentos que competiam ao Governo Regional, mas o que é grave é que o Sr. Presidente do Governo não tenha preparado este Plano para **transferir para a SATA o correspondente à parte regional no custo daquelas obras**, endividando, assim, a SATA e promovendo derrapagens financeiras nas empreitadas de obras públicas, sem qualquer preocupação na gestão pública rigorosa dos custos do investimento



Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!* Isto é que é descascar.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Isso é o que você julga.

O Orador: Em 4 obras, a serem agora promovidas pela SATA, há uma derrapagem financeira de 44,13%. A lei não permite que seja assim, como o Sr. Presidente do Governo sabe que devia ir só até ao limite dos 25%.

Mas vou dar-lhe os exemplos concretos:

- A Concepção e Construção da Aerogare da Ilha do Pico tinha previsto, no concurso público realizado, um preço base de 4 milhões de euros, mas foi adjudicada por ajuste directo pelo valor de 5 milhões 399 mil 667 euros. (Prazo 420 dias). Já viram a derrapagem? Já perceberam como é que se pode governar e ter dinheiro para cumprir o que prometeram? Não é possível.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Fazer um concurso público com um caderno de encargos com a previsão de um determinado preço, ter que anular este concurso porque ultrapassa a lei dos 25% e depois fazer um ajuste directo, é de uma absoluta intransparência política.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): É assim mesmo. Não sabe que é assim?

O Orador: Não é não senhor. É não respeitar os concursos públicos. Eu sei do que falo, no plano político e no plano jurídico.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Reclamavam os socialistas que tudo seria feito por concurso público e passam a vida a anular os concursos públicos e a fazer ajustes directos, com derrapagens, em média, de 44,3%. Isto é boa gestão?



(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente do Governo Regional (Carlos César): É cumprir a lei.

O Orador: Mas os exemplos não acabam aqui.

- A Remodelação e Ampliação da Aerogare da Ilha das Flores tinha previsto no concurso público realizado um preço base de 1 milhão 397 mil 701 euros, mas foi adjudicada por ajuste directo pelo valor de 2 milhões 40 mil 999 euros e 96 cêntimos. (Prazo 360 dias).

Mais uma derrapagem irresponsável, mais uma anulação dum concurso público e a opção por fazer um ajuste directo sem qualquer transparência.

Deputado João Cunha (PSD): Mais uma negociata.

O Orador: Outro exemplo, Sr. Presidente:

- A Remodelação e Ampliação da Aerogare da Ilha de São Jorge tinha previsto no concurso público realizado um preço base de 1 milhão 563 mil 554 euros e 41 cêntimos, mas foi adjudicada por ajuste directo pelo valor de 1 milhão 996 mil 787 euros e 41 cêntimos. (Prazo de um ano).

Deputado Lizuarte Machado (PS): O prazo é que incomoda.

O Orador: Veja a derrapagem, 44,13%. Assim não se pode governar os Açores a caminho do desenvolvimento, nem saber gerir os parques dinheiros públicos que tem à sua disposição.

- A Ampliação da pista do aeroporto do Pico tinha previsto no concurso público realizado um preço base de 4 milhões 603 mil 904 euros e 59 cêntimos, mas foi adjudicada também por ajuste directo pelo valor de 7 milhões 231 mil 520 euros e 55 cêntimos. (Prazo 300 dias).

O Sr. Secretário Regional da Economia está orgulhoso desta gestão?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Já está feito.



O Orador: Se fosse numa empresa privada provavelmente estava despedido dias depois.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Convém realçar que o PSD não está contra a execução destas obras, estamos é contra o tipo de gestão preconizada por este Governo.

Finalmente, e se não fosse a gestão do tempo seria possível encontrar muitos outros exemplos, é ainda possível observar neste Plano para 2004 que não estão contempladas várias promessas, solenemente feitas e agora lançadas ao abandono pelo PS.

- A Variante à cidade da Horta, naturalmente o contentamento do Sr. Deputado Renato Leal,...

Deputado Renato Leal (PS): Não me diga que também tem ajuste directo!

O Orador: ... (prevista no PMP, mas que não consta deste Plano);

- A Via de acesso ao Porto da Praia da Vitória, tanto reclamada pelo Deputado Clélio Meneses, (prevista no PMP, mas que não consta deste Plano);

- A Envolvente à Ribeira Grande - trecho III (teve 3,5 milhões de euros para 2002 e 2003, mas neste Plano já nada consta);

- A Variante à ER 1-1ª da Povoação, da minha terra, (nada consta neste Plano);

- A Variante à ER 6-2ª São Carlos – Terceira (nada consta neste Plano);

- O tão badalado Pavilhão de Exposições de Ponta Delgada para onde foi, Sr. Presidente do Governo?

- O Campo de Golfe do Faial, que chegou a dizer que vinha cá colocar a primeira pedra, para onde é que foi Sr. Presidente do Governo? Eu sei. Falta dinheiro e a má gestão dos exemplos que eu dei atrás.



Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): O senhor sabe por que é e por isso não está a ser honesto.

O Orador: Eu sei, Sr. Presidente, mas ao ter esbanjado dinheiro como esbanjou nos exemplos que atrás citei, não pode sobrar verbas para cumprir essas promessas.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Para concluir, Sr. Presidente, esta é a nossa indignação, o que se vê é que das palavras aos actos vai uma grande distância. Sobrou a paciência dos que esperaram fiados nas palavras, mas que já desesperam fartos das promessas não cumpridas do PS.

O problema deste Governo socialista não é de agora, vem de longe e ainda se vai arrastar até Outubro de 2004.

Para bem dos açorianos, o seu fim está próximo. O seu limite é 2004.

Deputado Paulo Messias (*PS*): 2008!

O Orador: Os Açores é que já reclamam uma nova esperança, porque querem vencer os desafios do futuro. O PS não oferece essa capacidade.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)



Apenas está inscrito o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos. Tem a palavra.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma vez que a intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro versou grandemente as estradas regionais, eu gostaria de reafirmar, em nome do Governo, duas coisas:

Em primeiro lugar, o ano de 2004 vai ser um ano tranquilo para as empresas, ao contrário provavelmente daquilo que os senhores desejariam, porque gostam muito é de crise e dessas coisas assim.

Os senhores não gostam de comparação, mas a comparação serve para verificar que os senhores são única e simplesmente a esperança do passado.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): E os senhores são a desilusão do presente.

O Orador: Os senhores gostam muito de resolver essa situação com as comparações, que nós também as temos, mas a comparação é simples, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, porque em matéria de asfalto betuminoso na Região Autónoma dos Açores só foram capazes de pavimentar 140 km ao longo de 20 anos e nós pavimentámos 450 km. Mas pior do que isso, os senhores gastaram 102 milhões de euros nesses 149 km...

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): Nessa altura não havia euros.

O Orador: ... e na nossa gestão, nós conseguimos fazer os 450 km com 203,7 milhões de euros.

Deputado João Cunha (*PSD*): O resto foi para o fogo de artifício.

O Orador: Isto quer dizer que nós fizemos e vamos fazer mais com o menos dinheiro. O custo do quilómetro também foi mais barato e, portanto, é isso que os senhores não podem, de facto, combater.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para além de todos esses incumprimentos, são situações que não têm em conta, e isso não me parece ser correcto, a reprogramação financeira que foi feita em 2003, por razões conhecidas aqui nesta Assembleia e onde se retirou muitas acções, porque governar é optar, que os senhores agora dizem que são incumprimento. Não faz nenhum sentido.

Houve uma reprogramação financeira em 2003, por razões conhecidas, em que foram retiradas muitas acções consciente e deliberadamente, porque não havia recursos financeiros para poder executá-las.

Isto significa que a nossa reprogramação feita correctamente em 2003 representa também uma opção deliberada para nós podermos cumprir aquilo que poderíamos fazer. Foi isso que nós fizemos.

Em matéria de balanço de quem é que fez mais e gastou menos, os números é que atestam isso.

Portanto, a vossa confiança é sempre na derrota, na catástrofe, na crise e isso, efectivamente, não significa nada para os Açores e é por isso que eu também digo que os açorianos não se revêem nessa postura, porque os senhores não têm nada a oferecer de novo aos açorianos. (*)

Deputado Francisco Sousa (PS) *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado João Cunha (PSD): Fiquei sabendo que misturar fogo de artifício com asfalto é mais barato!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário José Contente:



Para além dos vários exemplos da minha intervenção inicial tenho um reservado para si, exactamente para esta oportunidade.

Devo dizer, Sr. Secretário, que o registo principal é aquele que eu já disse em aparte: “Hoje o PS e o seu Governo são a desilusão do presente e a falta de expectativa”.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): E o PSD é a anedota do futuro!

O Orador: Mas digo-lhe mais:

O senhor nem sequer é capaz de manter coerência entre o que diz num dia e o que diz poucos dias depois.

Em certa altura, nesse exercício que o senhor permanentemente insiste fazer, disse que o Governo do PS ia resolver o problema das empresas e que não pagaria as irresponsabilidades dos Governos do PSD.

Lembra-se do caso da 2ª circular de Ponta Delgada?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Lembrome.

O Orador: Um triste caso para si, Sr. Secretário,...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Para mim não.

O Orador: ... porque chegou a dizer: “Não pago nada. Os erros são da responsabilidade do PSD”.

Mas depois, em declarações aos jornais do dia 15 de Fevereiro de 2002, o Sr. Secretário disse: “Esta indemnização vem pagar uma dívida do antigo Governo do PSD. O Secretário Regional garantiu também que vai cumprir escrupulosamente com os pagamentos da indemnização”.

Como se pode acreditar nas suas palavras, ditas em Fevereiro de 2002, quando o seu chefe de gabinete diz que, afinal de contas, as indemnizações devidas



vêm, de facto, de 95, mas cuja responsabilidade vai até a um período de execução contratual em Abril de 1999?

Surpresa!

Quem é que estava em 99 no Governo?

O senhor e o Partido Socialista!

Eu sei muito, Sr. Secretário, por isso não pode vir aqui dizer qualquer patranha, porque não engana nem passa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Depois, o senhor para fugir àquele pedido de indemnização que era feito no Tribunal, tentou fazer um acordo para o diminuir, e fez esse acordo, curiosamente um acordo que, por mera coincidência, correspondeu a um pedido de 1995, ou seja, o pedido inicial da indemnização que o senhor recusou pagar. Entretanto, o que o senhor fez, ao contrário do que afirmou em Abril de 2002, foi não cumprir como prometeu, e por isso as suas promessas o vento levou-as, passando agora a ter que pagar um multa por incumprimento.

Dou-lhe exemplos:

Deveria ter pago em 30 de Abril de 2001 o valor de 100 mil contos e até 30 de Abril de 2002 o valor de 295 mil contos.

A verdade é que o Governo Regional não cumpriu este acordo e agora vai ter que pagar adicionalmente mais 50.150 contos em juros.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: É esta a gestão que o Sr. Secretário Regional faz dos dinheiros públicos? É esta a responsabilização que o senhor quer fazer relativamente aos governos do PSD em 95?

O senhor é responsável pelo pagamento dessa indemnização, pelo facto de não ter cumprido a sua própria palavra em pagar atempadamente o acordo indemnizatório e agora leva com juros de mora.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Vem queixar-se que não há dinheiro. Não tem razão. Foi, isso sim, um mau gestor.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação à última frase do meu gestor, ela fica comprovada com aquilo que os senhores fizeram e realizaram e aquilo que nós fizemos, investimos e que foi realizado.

São dados que são indesmentíveis e que os senhores não podem aduzir mais nada contra isso.

Por quilómetro nós fizemos mais com menos dinheiro e isso fica registado para a história.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Está aqui um acordo que o senhor não cumpriu!

O Orador: Em relação ao caso que falou da chamada indemnização da 2ª Circular, o senhor começou muito bem só que terminou mal,...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Quer que lhe mande a cópia?

O Orador: ... porque à data da entrada do VII Governo Regional havia um pedido de indemnização de mais de 300 mil contos e esse pedido em 96 subiu, de acordo com a empresa, para 2 milhões de contos. Isso não era da responsabilidade do Governo Regional do Partido Socialista.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O que nós fizemos foi uma coisa muito simples que significa boa prática de gestão, que foi resolvermos um problema, em primeiro lugar, com um tribunal arbitral, mas antes da decisão desse tribunal houve um entendimento entre a Região e a empresa no sentido de dirimir esse conflito e no sentido de penalizar ao mínimo uma obra que, desde o início, foi mal projectada pelos vossos governos e que teve muitos problemas de erros e omissões.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Foi até 99.

O Orador: O senhor pensa que essa indemnização que aconteceu até 99 é da responsabilidade do Governo do Partido Socialista, quando essa indemnização foi baseada nos erros, nas omissões e nas más ordens que foram dadas pelo então Governo do PSD? Obviamente que foi. Essa indemnização é totalmente da vossa responsabilidade em termos do governo anterior e até lhe posso dar exemplos:

Não estava para haver trevos na Levada e em São Gonçalo e há última da hora o então responsável disse à empresa “mas nós agora já queremos introduzir aí uma ligação à Fajã de Cima”, o que implicava, como óbvio, mais uma alteração ao projecto. Foram situações desta natureza que efectivamente explicam que a empresa pediu uma indemnização elevadíssima.

Essa indemnização foi bem negociada pelo Governo Regional e foi negociada no acordo que previa que se o Governo tivesse dificuldade em alguns anos, teria que pagar juros adicionais.

Como sabe essa dificuldade existiu no ano em que isso não foi pago e vai ser pago no ano seguinte, mas isso não tem nada de anormal, porque está escrito no contrato.

Nós não tivemos os recursos financeiros para pagar uma dívida que era vossa...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não senhor. A responsabilidade foi vossa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: ... e fizemos um acordo exactamente para honrar o bom nome da Região, duma empreitada que foi mal projectada e que as decisões foram também mal tomadas e a obra foi, nessa altura, mal gerida.

Portanto, os maus gestores foram os vossos governos. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Muito brevemente, porque a gestão do tempo a isso obriga, para dizer que é triste que o senhor possa ser desmentido pelas suas próprias declarações em Abril de 2002, que eu citei, dizendo que escrupulosamente ia cumprir o acordo. Agora reconhece aqui que não cumpriu e por causa de si a Região tem que pagar 50 mil contos de juros de mora, por um acordo que está feito e subscrito pelo Sr. Presidente do Governo.

O senhor não cumpriu a sua palavra. O senhor pela sua gestão deu um prejuízo à Região de 50 mil contos, mesmo que tenha havido erros de projecto. Isso é normal e nas suas obras, provavelmente também os existirá.

Deputado Renato Leal (PS): Normal?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Boa gestão!

O Orador: Estão a procurar desviar as atenções do essencial, mas não conseguem.

O Sr. Secretário consegue desmentir que vai pagar 50 mil contos de juros de mora por não ter cumprido o acordo que o Sr. Presidente do Governo assinou com a empresa...

Deputado Lizuarte Machado (PS): O acordo já previa essa questão.



O Orador: ... e que o senhor declarou em Abril que pagaria e que cumpriria escrupulosamente?

Desminta isso aqui, se faz favor.

O senhor é ou não responsável pelo pagamento desta multa de 50 mil contos?

O senhor não faltou à palavra em Abril de 2002 quando disse que pagaria escrupulosamente o acordado com essa empresa? Isso é que é de bom gestor?

O senhor deu prejuízo à Região Autónoma dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só uma palavra muito breve para dizer que em matéria de prejuízos nós poderíamos elencar vários prejuízos de situações não pagas desde 1986 que estavam lá penduradas na Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Dos exemplos que eu dei ali da tribuna, o Governo vai ter que pagar milhões de euros.

O Orador: Não tenho nenhum pejo em falar naquilo que nós tivemos que assumir de 92 a 95 e que representam centenas de milhares de contos e que nós tivemos que saldar em 96 e 97.

Se é isso que o senhor considera boa gestão, estaríamos conversados.

Mas, queria-vos dizer que é preciso ter algum, permita-se, descaramento de vir acusar o Governo Regional de ter assumido um compromisso que é da vossa inteira responsabilidade...



Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é da nossa responsabilidade!

O Orador: ... e que representa uma obra que teve problemas e foi por isso que a empresa pediu uma indemnização, ou seja, os senhores estão a acusar-nos de termos feito um acordo não ruinoso para a Região, no sentido de assumir um compromisso do bom nome da Região, duma empreitada que foi lançada por vós, mal projectada por vós e que conduziu, de facto, a essas situações.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Por causa do senhor vão ter de pagar 50 mil contos de multa.

O Orador: Em relação ao acordo que está estipulado com a empresa, obviamente que nós não podemos satisfazer a prestação do segundo ano e como estava lá escrito nós poderíamos e vamos pagar alguns juros por essa indemnização.

Também lhe quero dizer que essa indemnização está em negociação e, portanto, não pense que vão ser os 50 mil contos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Vai tentar dar a volta ao acordo.

O Orador: Podem fazer as conferências de imprensa que quiserem que isso não resulta.

Eu gostaria de dizer mais uma vez que esta obra é uma obra que foi lançada por vós, mal projectada por vós, que teve um pedido de indemnização feito por causa disso e que o Governo Regional do Partido Socialista a única coisa que fez foi assumir os compromissos da Região que vinham de trás e, naturalmente, honrar os compromissos de acordo com um calendário que, entretanto, foi possível realizar.

Isto significa que o senhores deviam estar mais uma vez envergonhados com uma situação que é da vossa responsabilidade e que nós assumimos na íntegra como Governo da Região.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A Região é pessoa de bem.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Infelizmente não foram só estes, foram pelo menos, que eu tenha conhecimento, mais de meio milhão de contos em coisas relativamente simples, algumas que vinham de 1986, como um portão da Escola Antero de Quental. Portanto, os senhores não nos dão lições em matéria de gestão, porque efectivamente os “rabos de palha” que deixaram foram muitos. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mais de 50 mil contos, Sr. Secretário.

Presidente: Srs. Deputados, terminámos aqui o debate sobre estas Propostas de Decreto Legislativo Regional.

Vamos passar às declarações finais.

Entretanto o Sr. Secretário vai informar os tempos ainda disponíveis.

Secretário: O Partido Socialista dispõe ainda de 44 minutos; o Governo dispõe de 5 minutos; e o PSD dispõe de 14 minutos.

(Pausa)

Presidente: Vamos dar início à parte final deste debate com as declarações finais.

Agradeça que os diversos Grupos Parlamentares fizessem chegar à Mesa as propostas de alteração, para serem fotocopiadas e distribuídas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Acompanhámos a apresentação das propostas do Governo sobre o Plano e Orçamento para 2004. Participámos com normalidade nas audições feitas em



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Comissão aos membros do Governo. Discutimos e analisámos internamente essas propostas. Tomámos conhecimento de pareceres e ouvimos parceiros sociais. Utilizámos todo o tempo regimental para, em Plenário, levantarmos as questões que nos pareceram mais importantes.

Penso, numa palavra, que o Grupo Parlamentar do PCP cumpriu com a sua obrigação e funções parlamentares em relação a esta que é a discussão central anual deste Parlamento.

Estamos agora a terminar o debate e temos que dizer que as argumentações usadas pelo Governo não nos fizeram alterar nem a análise, nem as preocupações que temos a propósito destas propostas e das políticas económicas e sociais que vêm sendo realizadas na presente legislatura pelo Governo e pela maioria absoluta do PS.

O presente debate foi muito marcado pela discussão do que se propôs e não se fez no presente e no passado.

Se é certo que essas questões têm interesse óbvio, nomeadamente para demonstrar que o Plano é historicamente, muito mais usado como instrumento de propaganda do que como instrumento de planeamento, também é certo que o debate foi pobre no que toca às nossas necessidades de futuro.

Para o PCP/Açores, este Arquipélago que é uma Região Autónoma Portuguesa e que é uma Região Ultraperiférica da União Europeia, tem o direito a ter uma economia regional construída a partir do aproveitamento das nossas capacidades e potencialidades existentes e reforçada com outras e novas capacidades e actividades económicas.

Só com um modelo assim construído poderemos convergir, poderemos enfrentar os custos da insularidade, poderemos criar um futuro melhor e seguro para os nossos filhos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Açores de hoje, tem, infelizmente uma fortíssima semelhança com os Açores de há 7 anos, e que reside no facto de agora como há 7 anos, não estarmos a crescer com o ritmo suficiente para criar a convergência a que temos direito, quer com o espaço nacional, quer com o espaço comunitário.

Todas as evoluções verificadas e certamente que muitas houve, são insuficientes e precárias enquanto não entrarmos num verdadeiro e actualizado processo de desenvolvimento.

É para o PCP/Açores de lamentar que tal tema não tenha sido verdadeiramente discutido nestes dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Por muito que seja dito o contrário, o certo, certo é que as consequências da recessão económica que se vive no País em virtude da política de Barroso/Portas estão já a chegar à Região e alguns dos indicadores irão, nos próximos meses, mostrar isso mesmo.

Isto acontece, embora com o amortecimento inicial que alguns mecanismos regionais permitem, porque é inevitável que aconteça, desde logo na profunda ligação que há entre a quebra de poder de compra e a quebra nos consumos.

Os reflexos da política nacional também se farão sentir, como já foi aqui dito, na redução da capacidade de investimento público regional e das autarquias.

É a partir desta reflexão que tiramos a primeira das conclusões que queremos registar e que diz respeito ao facto da política nacional do PSD/PP, por ser centralista e por visar modificações estruturais muitíssimo negativas no País, afecta e prejudica gravemente o desenvolvimento regional.

A segunda conclusão que tiramos de todo o trabalho feito é que as presentes propostas, tal como muitas outras feitas ao longo dos anos, quer por este Governo, quer por outros Governos, constituem uma resposta claramente



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

insuficiente se enquadrada numa perspectiva de obtenção de um crescimento que seja convergente.

A terceira conclusão que tem que ser registada refere-se ao facto de ser absolutamente óbvio que o Plano foi concebido como parte de uma política muito imediatista e muito virada para a própria conservação no poder. Fazem-se inúmeras promessas que, desde logo se sabe, são feitas porque estamos em ano eleitoral.

A quarta conclusão diz respeito ao facto de a presente proposta de Plano contar 41% de verbas não desagregadas, não sendo válidas as justificações dadas pelo Sub-Secretário Regional do Planeamento e Assuntos Europeus, pois as áreas por ele referidas existiram sempre nesta Legislatura e as verbas não desagregadas em 2001 representavam 21%.

Esta sempre crescente não desagregação corresponde a um também sempre crescente reforço do estilo arbitrário e centralizado de realizar o investimento.

A quinta conclusão, ligada aliás à anterior, tem muito a ver com a falta de vontade, absolutamente demonstrada pela prática e pelas opções, em não promover as condições essenciais a um desenvolvimento harmónico de toda a Região.

A sexta conclusão refere-se à decisão de privatizar a EDA, SA, que consideramos ser um dos mais sérios erros do actual Governo Regional.

A sétima conclusão prende-se com o facto de haver um investimento crescentemente insuficiente face às necessidades das áreas sociais, carência essa directamente ligada a uma concepção orçamental herdada do PSD e que encara o orçamento público, prioritariamente, como financiador de faixas da iniciativa privada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A oitava conclusão é a de que este Plano não é um instrumento que assuma claramente a defesa das nossas produções e indústrias fundamentais, a par da defesa do crescimento de outros sectores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Registadas estas que são as conclusões principais do Grupo Parlamentar do PCP tem que ser dito que nós, legitimamente, defendemos sérias mudanças de política para a nossa Região Autónoma.

Não sendo o momento de explicar essa nossa visão é contudo o momento de dizer que é urgente que o crescimento convergente deixe de ser uma miragem, propalada pelos governos desde 1984, mas sempre substituída por políticas e práticas quase todas elas imediatistas e como tal incapazes de criar um modelo de desenvolvimento adequado.

É tempo de sublinhar ser de fundamental importância que a Região e o País trabalhem para a valorização do Estatuto da Ultraperiferia, instrumento essencial para que, no quadro comunitário, a convergência seja viabilizada.

É tempo de dizer e de exigir que o relacionamento institucional entre o Governo da República e os Governos Regionais não só deixe de ser feito com conflitualidade como, principalmente, deixe de estar marcado por instrumentalizações partidárias.

É tempo de dizer com toda a clareza, que uma eventual maioria absoluta futura do conjunto PSD/PP seria o mesmo que instalar um quadro político regional de submissão ao centralismo histórico e presente da direita nacional no poder.

É tempo de dizer, também com toda a clareza, que a Região nada ganha com a existência de qualquer Governo regional assente numa maioria absoluta.

É tempo de dizer que só um quadro político mais plural, pode reequilibrar as políticas, torná-las mais adequadas às especificidades e mais aptas a encontrar as respostas necessárias.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP não apresentará propostas de alteração na especialidade, por considerar que neste contexto, elas não podem ser um contributo, uma vez que o Governo, em geral, não cumpriu as mais significativas propostas do PCP que foram apresentadas e aprovadas nesta legislatura.

O Grupo Parlamentar do PCP votará na generalidade e na globalidade contra esta propostas e na especialidade ajuizará da validade relativa de cada programa.

O Grupo Parlamentar do PCP fez tudo o que estava ao seu alcance, para, ao longo desta legislatura, contribuir para o equilíbrio das Propostas de Plano e Orçamento. Estas propostas que são as últimas da legislatura são a síntese de uma política com a qual globalmente não concordamos porque tem erros e insuficiências muito sérias.

Disse

Presidente: Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A poucos meses do fim deste Governo Regional, de pouco servirá vir aqui tecer grandes comentários sobre planos e orçamentos que mais não têm sido do que o exercício anual de uma farsa, em que fazemos de conta que as coisas ainda têm solução.

Não vale a pena. Não contem connosco nessa encenação. Não contem sequer connosco para alterações ou melhorias àquilo que já não tem emenda. De nada serve o remendo novo em pano velho.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Já é tarde para corrigir, ou sequer lamentar. Não vale a pena gastar cera com tão ruins defuntos

Foram rosas que passaram. Primeiro com a euforia do estado de graça, depois com a corrosão de alguma falta de sentido de Estado.

Aliás, a falta de algum sentido de verdade dos vossos documentos já não deixa espaço para que funcione a melhor das boas vontades.

Quantas obras prometidas, quantas obras planeadas, quantas promessas adiadas, ano após ano, sempre com a capa de que a taxa de execução de cada Plano é alta, como se não fosse simples perceber que gastar o dinheiro é fácil. O que não pode continuar a ser tão fácil, o que não queremos que continue a ser tão fácil, é que se continue a gastar tanto dinheiro sem cumprir com tanta anunciada obra. É que foram, nestes 8 anos, 1000 milhões de contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Onde está o sentido de verdade? Continua o Governo Regional a afirmar no Orçamento que o valor das transferências do Orçamento de Estado está aquém das suas expectativas. Mas afinal, não foram os senhores que em 2000 escreveram no Plano a médio prazo que as vossas expectativas para as transferências do Estado em 2004 eram de 43 milhões de contos, ou seja, 215 milhões de euros? E porventura também não foram os senhores que no orçamento deste ano anunciaram que as vossas expectativas eram de 231 milhões de euros? E então os senhores nunca ouviram dizer que 231 é mais 16 do que 215? Então que necessidade têm de virem aqui ouvir que este Governo da República vai transferir mais 16 milhões de euros do que aquilo que os senhores aguardavam do amigo Guterres?

Não quero com isto deixar de dizer que sou daqueles que pensam que a nossa terra merece certamente mais. Mas essa é uma questão diferente e que não tem a ver com este ou outro Governo da República. Obviamente que o valor das



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

transferências do Estado sempre esteve e continua a estar aquém da importância que os Açores têm na valorização de Portugal como Nação no contexto atlântico e internacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Os Açores são anunciados pelos vendilhões da utopia como o oásis e o exemplo de prosperidade de todo o universo habitado.

Realmente, lá diz o povo, que quem não tem vergonha todo o mundo é seu. Algum dia foi a nossa economia regional exemplo para alguém que viva no mundo civilizado?

Apenas numa coisa, da qual obviamente nos orgulhamos. Na iniciativa, na vontade e na convicção dos açoreanos em vencer as adversidades. Não fossemos nós um povo com 500 anos de história de permanente batalha com as dificuldades que a nossa realidade acarreta. Esta força de vontade é certamente a nossa maior riqueza, que não podemos perder, por muito que os socialistas tenham cultivado o facilitismo e o adormecimento da sociedade civil.

Está hoje demonstrado que este Governo Regional tem alguma dificuldade em acompanhar o dinamismo e a evolução da sociedade açoreana e daqueles que a esta se têm juntado em parceria criando novas fontes de riqueza e de bem estar, milhares de novos postos de trabalho, milhares de novas habitações...

É por isso que, se perguntarmos a um comum cidadão que viva nos principais centros urbanos, se nos últimos tempos o progresso tem chegado à sua terra, a resposta será afirmativa. Mas se perguntarmos porquê, a resposta é rápida e automática: os hotéis, o comércio, novos bairros, novos arruamentos nas principais vilas e cidades, dezenas de novos restaurantes e bares, e, no caso da ilha de S. Miguel, os 4 Km de estrada entre S. Roque e a Atalhada.

E não será que hoje é sobretudo aos privados que se deve a maior parte das obras grandes, das emblemáticas, das que marcam o ritmo do nosso tempo e a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

diferença do dinamismo dos maiores centros? Este é um governo que tem um discurso estruturado em velhos chavões progressistas, mas que na acção ficou para trás no tempo, nos métodos, no ritmo, no compromisso, e no acompanhamento da sociedade civil.

Quem esteve na inauguração do novo Centro Comercial e ouviu o conteúdo despropositado de um determinado discurso, em que se tentava convencer Belmiro de Azevedo que o referido investimento só foi possível graças à política deste Governo (e não ao capital investido), perante até o sorriso demolidor da assistência, ou seja, de muitos daqueles que são os obreiros desse novo progresso, sabe bem do que falo.

É também esse desmerecimento das nossas instituições regionais que importa reconquistar na simpatia dos açoreanos em nome da própria Autonomia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Mesmo assim, o PS, num acto de desespero autista, de quem não percebe que está isolado em todas as frentes, diz que está coligado com os açoreanos.

O que gostava de saber é quando é que essa coligação começou? Quando é que os açoreanos se pronunciaram sobre isso? Quem é que disse que sim?

É que o povo não foi com certeza. Então os senhores já se esqueceram do resultado das autárquicas? Então os senhores já não se lembram que nas legislativas 50.000 açoreanos tiveram opinião diferente dos 35.000 que ainda vos apoiavam em 2002?

Aliás, uma coligação é a junção de duas realidades diferentes, com um projecto e um propósito comuns. Se este fosse um governo que integrasse o apoio dos açoreanos, não precisava certamente de se coligar. Se o querem fazer é porque sabem que deixaram de ter o apoio natural dos açoreanos.

Ter essa vontade, para quem está aflito nem sequer é criticável. Criticável é sim dizê-lo, sem a outra parte, os açoreanos, o ter consentido.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A ideia da verdadeira coligação está com tanta força que até o PCP já veio inventar que se ia coligar com as causas justas, esquecendo-se que já pertence à CDU: a mais velha coligação de Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Mais do que os valores financeiros desperdiçados em todos estes oito anos em que a esquerda governou os Açores, permitam-me que manifeste aqui o meu mais veemente repúdio pela cultura de contra valores, que resultou das novas filosofias partilhadas por esta esquerda que se auto proclama solidária e tolerante.

Não vou aqui falar daquilo a que Ferro Rodrigues diz ser um problema do PS/Açores.

Não faremos com o PS o que este Partido fez com o líder nacional do CDS que, sendo mera testemunha de um processo, foi acusado, trucidado e quase julgado erradamente pelos socialistas na praça pública.

Não responderei nesta matéria com a mesma moeda da tentativa continuada, declarada e fracassada do PS/Açores de me retirar da actividade política. Aliás, triste coincidência o Partido Socialista ter enchido a cidade de Ponta Delgada com cartazes em defesa de desvios sociais, num contexto extemporâneo, e tão a despropósito que já veio agora, só agora, retirá-los.

O que não significa que no campo dos princípios nos sujeitemos a um pretenso muro de silêncio.

Politicamente não está, nem pode estar, em causa esta ou aquela pessoa, essa é uma questão que só à justiça diz respeito, embora Ferro Rodrigues diga que é um problema do PS/Açores.

É tempo de firmeza nas convicções. Quando tudo passa a ser permitido, e até considerado normal no discurso corrente, os desvios passam a ser cada vez mais profundos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Como publicou a Santa Sé, em 16 de Janeiro deste ano, em nota da Congregação para a Doutrina, os valores da doutrina da Igreja como a defesa da vida humana e a família no seu verdadeiro conceito são “princípios éticos que, pela sua natureza e pelo seu papel de fundamento da vida social, não são negociáveis”. Ou, citando o mesmo documento, a laicidade “não deve gerar a confusão entre justa autonomia da esfera política com a recusa do ensinamento da Igreja” numa forma de “laicismo intolerante”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No meio dos números e das obras, que sociedade queremos nós afinal?

Pensemos nisto. Pensemos todos nisto, sem excepções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados;

Voltemo-nos a levantar e devolvamos aos açoreanos a esperança no futuro.

Os Açores precisam de uma profunda mudança.

Façamos de 2004 o início de um novo tempo.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PP e do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, em nome do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz:

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo

No encerramento do debate do Plano e Orçamento para 2004, quero, antes de mais, desejar bom trabalho ao novo Secretário Regional da Agricultura e Pescas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Neste debate que agora termina, o passado recente da governação socialista marcou o seu presente condicionado, que não oferece mais do que dez meses de futuro.

Sabemos que o presente nos pode tentar distrair, mas o que importa é reafirmar princípios e valores e falar do futuro.

Para nós, os princípios valem mais do que os interesses partidários e os valores superam qualquer conjuntura política.

Para nós, ninguém está acima da lei ou fora da sua protecção. Para nós, não há cultura de Estado nem nenhum código de ética partidário que se possa impor aos outros.

O PSD/Açores é um partido assumidamente personalista. Para nós, o fim último da política reside na pessoa humana.

Pugnamos pela sua dignidade e pelos seus direitos pessoais, sociais e políticos.

Reafirmamos esses valores, independentemente da crise política do Governo hoje e sempre.

Os valores e os princípios servem para precaver, evitar, combater e ultrapassar problemas, obstáculos, dificuldades e crises. Defendemos os valores da moderação, do altruísmo, do respeito pela autonomia pessoal, como defendemos a imaginação, a inovação, a corresponsabilização, a tolerância, o rigor e o diálogo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo,

Srs. Membros do Governo:

Hoje quero falar-vos do futuro.

Do futuro dos Açores, do futuro de cada açoriano.

Do açoriano que foi esquecido, do açoriano que foi discriminado, do açoriano que foi adiado e enganado.

Quero falar-vos da esperança, de ambição, de felicidade e de sucesso.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Quero falar-vos do que faremos, do que um novo governo fará se os açorianos assim quiserem.

Não vamos prometer o impossível, nem vamos garantir o que sabemos que não poderemos fazer, mas queremos o melhor para a nossa terra e temos um projecto ambicioso.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Vamos ser honestos nas propostas. Achamos que os açorianos apreciam a honestidade e merecem a verdade.

O PS esteve neste debate obcecado em lembrar um passado distante e agarrado a todo o custo ao presente que quer eternizar, mas é preciso governar os Açores em diálogo com todos, não só com os que dizem sempre que sim, nem só com os que giram à volta do poder.

É preciso governar os Açores com verdade e não negando a verdade dos números ou usando-os ao jeito de propaganda enganosa.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É preciso governar os Açores com valores, não pensando que vale quase tudo para fazer esquecer os problemas ou mesmo até para os resolver.

É preciso governar os Açores com princípios, não achando que sem regras é mais fácil atingir objectivos imediatos que só interessam a quem está no poder pelo poder.

Tantos planos e orçamentos socialistas de ficção, que os açorianos deixaram de acreditar no que devia ser um conjunto sério de intenções a cumprir num determinado prazo real.

Queremos trazer de novo a credibilidade aos documentos, aos Planos, aos Orçamentos e aos números.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Fazer com que os açorianos confiem nos políticos e nas suas promessas.

Apostamos na solidariedade, porque a solidariedade é a melhor síntese de valores que se pode ter em política.

Temos as pessoas como primeira opção. Por isso, o Governo liderado pelo PSD, se os açorianos assim quiserem, aumentará as reformas e as pensões dos idosos, alargará o apoio ao domicílio para 24 horas, melhorará as condições e os níveis de protecção social, concretizará a convergência salarial entre os trabalhadores das IPSS e os que desempenham funções idênticas na Administração Pública, que este governo tem negado, como justamente pretendem estes trabalhadores.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Combateremos a pobreza e a exclusão social, que é a raiz de todos os problemas.

Neste combate estão todos convocados, cada um de nós, todas as famílias, todas as empresas, todas as autarquias, todos os governos.

Não faremos política partidária com a pobreza e a exclusão social, não nos preocuparemos em dominar política e partidariamente as instituições sociais.

Pelo contrário, o trabalho das instituições particulares de solidariedade social, das Misericórdias, das Casas de Povo, do voluntariado social e das famílias vale incomensuravelmente mais do que o interesse partidário.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Propomos um Plano Regional de Acção para a Inclusão, no qual consagraremos as medidas de política integrada de vários domínios e que tenham por objectivo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

o reforço da coesão social, a modernidade e a capacidade colectiva de construção de uma sociedade mais justa e equitativa, com iguais oportunidades para todos. Queremos qualidade, acima de tudo qualidade de vida para aqueles que não precisam.

Tudo faremos para compatibilizar a competência no trabalho com a felicidade em casa dos açorianos, fazendo mais creches, mais jardins de infância e criando novas estruturas de apoio às famílias.

Apostamos na família e estaremos ao lado das famílias preocupadas com a toxicodependência, agindo a tempo, antes de mais e, sobretudo, antes que seja tarde.

Os problemas enfrentam-se, não se adiam, nem se escondem.

A toxicodependência é já uma grande preocupação dos açorianos.

Apresentaremos um programa de prevenção da toxicodependência que envolva escolas, bibliotecas, IPSS, autarquias e centros de saúde.

Queremos uma verdadeira aposta na desintoxicação, com mais e melhores programas, mais profissionais, mais espaço.

Queremos novas formas de reinserção, sem complexos, sem discriminação, simplesmente com uma mão amiga que apoia, incentiva e está presente sempre que é necessário.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Vamos criar um programa de apoio financeiro às autarquias locais e vamos reforçar o acesso das autarquias aos fundos comunitários, porque sabemos que é mais fácil resolver os problemas dos açorianos todos juntos em vez de uns contra os outros.



Vamos trabalhar com os autarcas e nunca contra eles, sejam de que partido forem.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: O actual governo, – de acordo com o Jornal Oficial –entre 1997 e Outubro de 2003, deu 64,4% dos apoios às Câmaras e Juntas do Partido Socialista, que apenas representam 26% de todas as Câmaras e 40% de todas as Juntas; e 33,6% dos apoios às Câmaras e Juntas do Partido Social Democrata, quando estas representam 68% de todas as Câmaras e 57% de todas as Juntas de Freguesia dos Açores.

A discriminação das autarquias é o traço mais marcante do estilo da governação socialista.

Discriminar não é o nosso modo de agir, discriminar não vai ser, nunca foi nem será o nosso estilo de governação.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Investiremos nos caminhos, abastecimento de água e energia às explorações agrícolas, apostaremos na qualidade das condições de trabalho dos agricultores, bem como na qualidade do “Produto Açores”.

Apostamos em fixar a população no mundo rural, temos como objectivo estratégico diversificar a base produtiva do sector agrícola, dialogaremos com as associações agrícolas e com os agricultores, faremos a revisão da Lei de Orientação Agrícola.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A definição de sistemas de apoio financeiro e a reforma da legislação do emparcelamento agrícola e do modelo institucional do sector agrícola serão prioridades da nossa actuação neste sector.

Apresentaremos um Plano Regional para o Desenvolvimento Agro Rural e um Plano Integrado de Extensão Rural e Divulgação Agrária.

O nosso ambiente é o nosso maior tesouro, por isso é preciso protegê-lo e educar para a sua protecção.

Na educação ambiental reside o segredo da preservação ambiental.

Procederemos à reforma do quadro institucional da administração do ambiente e do quadro legal do ordenamento do território.

É preciso uma cultura de acção e uma consciência ambiental, é preciso um Programa Operacional de Ambiente e de Valorização do Território.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Apostamos estrategicamente no mar, que nos permite dar um contributo essencial para a dimensão atlântica de Portugal e da Europa, que é fonte de energias renováveis e de recursos naturais a explorar e a defender.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Contribuiremos para a dignificação da profissão do pescador, para a modernização da frota, para a melhoria das infra-estruturas portuárias e para a qualidade do transporte do pescado.

Queremos promover o sucesso educativo, fomentar uma cultura orientada pelos valores da excelência e do mérito pessoal.

Queremos jovens com mais sucesso escolar, pais mais presentes na educação dos seus filhos, professores mais motivados para ensinar.

Apostaremos no primeiro ciclo do ensino básico: vamos dotar todas as salas de aula de um computador com uma ligação à Internet, e vamos generalizar um programa de iniciação a uma língua estrangeira.



(Risos da bancada do PS)

Mesmo que o PS goste de rir perante propostas tão importantes.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Dignificaremos a carreira docente, promovendo a formação contínua, acautelando a estabilidade dos quadros de pessoal, dialogando e não combatendo os sindicatos de professores, com quem este governo teve as maiores dificuldades em se entender.

Queremos uma rede escolar qualificada, com instalações seguras e funcionais. Apostamos na acessibilidade aos cuidados primários de saúde, temos como objectivo a cobertura integral da população em cuidados essenciais de saúde. Vamos recorrer à contratualização pública de médicos para ultrapassar a falta de médicos de família, apresentaremos um programa específico de combate às listas de espera.

Deputado Luís Medeiros (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Numa área tão importante como a saúde, não teremos vários secretários, cada um com a sua política, diferente da do anterior, sempre a recomeçar de novo mesmo quando estão quase a acabar.

O que nos vale é a dedicação dos profissionais de saúde.

As tecnologias de informação e comunicação são uma oportunidade económica, uma oportunidade de rasgar as limitações da nossa geografia.

Aqui temos oportunidade de concorrer em pé de igualdade com os outros, não nos podemos queixar mais acerca da nossa distância e do nosso isolamento.

Temos de ter ambição e coragem.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Temos de investir nas escolas para que a educação neste sector seja equiparada ao melhor que há no mundo e temos de angariar parceiros que nos façam ganhar esta aposta, dando-lhes condições empresariais e fiscais.

Esta deve ser uma das grandes apostas da nova geração de açorianos.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Investiremos na promoção turística para que o esforço dos nossos empresários tenha valido a pena e para que muitos outros invistam neste sector fundamental para o desenvolvimento dos Açores.

Defendemos a liberalização controlada do espaço aéreo. Criaremos mais riqueza, com sistemas de incentivos mais eficazes, melhor dotados e orientados, definidos tendo em conta que cada uma das nossas ilhas e cada sector económico representa realidades diferentes, mas também complementares.

Contamos com todos, com os pequenos e médios empresários para promover o emprego e a coesão social, combatendo as fragilidades que afectam a nossa baixa taxa de produtividade e a nossa baixa taxa de actividade.

Não faremos da promessa de um apoio financeiro que tarda em chegar a asfíxia de um projecto empresarial.

Queremos libertar a sociedade civil de um governo que tantas vezes falha no que se lhe pede e que tantas vezes está presente quando não é desejado.

Não é preciso, repito, não é preciso mais poder político para os políticos do governo, mas mais sociedade civil no projecto autonómico que defendemos.

Vozes da bancadas do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nós propomos uma política de concertação social, de solidariedade intergeracional, de cooperação com o Governo da República, pondo sempre acima dos interesses do nosso partido os interesses dos Açores.

Se os açorianos confiarem em nós – como esperamos – o futuro governo liderado pelo PSD não será, já o disse e repito, a versão açoriana nem a extensão açoriana do actual Governo da República. Propomos resolver problemas com o actual Governo da República e não, como se faz agora, criar problemas com o actual Governo da República.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Propomos uma política regional de habitação social menos propagandística e mais preocupada com as carências existentes, que, a par dos casos resolvidos, diga também as carências, infelizmente, ainda existentes, que dê casa a quem não a tem, resolva também os inúmeros casos de habitação degradada.

Na habitação, como em muitas outras áreas, todos perdemos por não haver mais cooperação com as autarquias locais e com o Governo da República.

Os açorianos não querem continuar com um governo nos Açores que tem o estilo do PS nacional, que importa para o governo de cá o estilo de oposição de lá.

Os açorianos não querem um governo politicamente isolado que faz “guerrilha política” com o Governo de Lisboa e vira as costas às autarquias dos Açores.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Açorianos:

Como vêm nós temos ideias, ideias novas e ideias que o PS teve, mas já se esqueceu ou tem mas não consegue concretizar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*



O Orador: Em 2004 vamos explicar a todos os açorianos as nossas ideias, neste debate falamos, como é devido e mandam as regras do parlamento, do Plano e do Orçamento do Partido Socialista.

Se os açorianos quiserem apresentaremos o nosso Plano e o nosso Orçamento no exercício das nossas responsabilidades governativas.

Por enquanto este é o Plano e o Orçamento que resta, para o tempo que falta.

Em 2004 estaremos disponíveis para debater o futuro, para fazer os debates que o PS quiser, as vezes que o PS quiser, com quem o PS quiser. Aqui, e onde os tempos de debate sejam iguais e estes sejam transmitidos em directo.

Somos açorianos, somos candidatos a governar depois dos socialistas e não antes dos socialistas;...

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... as próximas eleições servem para optar entre este governo e o futuro governo liderado pelo PSD; as próximas eleições não são para escolher entre o passado remoto e o passado recente, mas para escolher os caminhos para o futuro.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: O PS gosta tanto de falar do passado que o que temos para dizer é que fiquem no passado que nós vamos andando para o futuro.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Vêm aí as eleições e é por isso que de 2002 até 2004 as verbas não desagregadas aumentam de 21% para 41%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As verbas não desagregadas aumentam porque a regra assumida pelo governo é “quem paga manda” e o PS precisa de mandar, porque esse é o seu principal argumento.

A grande ideia que o PS teve para este Plano foi fazer o possível para não associar ideias ao dinheiro para que o dinheiro sirva para esta grande ideia que é a da propaganda, transformando um Plano num panfleto, o que deveria ser uma estratégia de desenvolvimento numa campanha partidária, transformando uma ambição colectiva de todos os açorianos numa mera ambição de poder.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: As verbas não desagregadas aumentam porque a desagregação do governo se intensifica.

A anunciada privatização da EDA é outro exemplo deste espírito eleitoralista – mais uma vez dizemos – não se privatiza a EDA a pensar nos interesses do governo ou nos interessados na privatização, mas no interesse dos Açores e o interesse dos Açores não aconselha a que se privatize a EDA acima dos 49%.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Já é tarde para o governo dizer que amanhã vai ser diferente do que é hoje.

Passados quase oito anos, o governo diz que dará prioridade ao investimento público nas ilhas mais pequenas, os açorianos percebem que o governo confesse o seu erro, mas não acreditam que corrija o seu rumo.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Para nós, as ilhas maiores, e por isso com mais potencialidades, não têm que esperar pelas mais pequenas, têm uma dinâmica de desenvolvimento diferente, por isso é que é preciso investir mais, repito, muito mais nas ilhas mais pequenas para que não fiquem para trás.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Nós não queremos uma Região desequilibrada, sem coesão económica e social, não queremos dividir os açorianos, mas unir os Açores. Sabemos que o governo está preocupado com a estratégia eleitoral do PSD, mas quanto mais o governo se preocupar connosco, menos ficamos preocupados com o nosso próprio futuro.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Propomos um movimento açoriano que reúna todos os que acham que se pode governar melhor.

Não é um escândalo, como diz o PS em perfeito desespero, é uma alternativa credível que ameaça o actual poder e que será, se Deus quiser, vencedora.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

O que nós propomos uma mudança segura, que respeite os funcionários públicos independentemente da sua cor partidária; que respeite os compromissos legais e contratuais assumidos pelo actual governo; oferecemos um projecto feito de ideias ambiciosas e de valores sólidos, propomos um



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

programa de acção que já tem o contributo de muitos açorianos que não têm partido, mas acreditam que se pode fazer melhor.

Perguntamos – hoje este governo está melhor do que ontem? A resposta é não.

O segundo governo socialista é melhor do que o primeiro? A resposta é não. A maioria absoluta fez bem ao governo ? A resposta é outra vez não.

Os açorianos sabem tomar conta do seu futuro.

O governo é o presente que se preocupa com o passado e se quer arrastar para o futuro.

Mudar de governo não é arriscar, é agarrar numa oportunidade que não se pode perder.

Mudar é continuar o que está bem e corrigir o que está mal.

Mudar é vencer, avançar, alcançar novas metas, conseguir níveis de vida melhores para os açorianos.

O PSD está hoje cada vez mais com mais energia ao lado dos açorianos para juntos percorremos um novo caminho, um caminho da vitória.

(Aplausos de pé das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para fazer a intervenção final.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Sendo esta a primeira vez que subo a esta tribuna na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista começo por saudar o Senhor Presidente e a Mesa da Assembleia Regional, os Senhores Líderes Parlamentares, todos os Senhores Deputados, uma saudação especial ao Sr.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Presidente do Governo Regional Carlos César e à Senhora e Senhores Secretários Regionais, de forma particular ao Dr. Vasco Cordeiro nas suas funções de Secretário Regional da Agricultura e Pescas a quem desejo as maiores felicidades.

Igualmente gostaria de cumprimentar os funcionários desta casa com quem esperamos ter toda a cooperação, bem como, todos os Senhores Jornalistas que acompanham os nossos trabalhos.

Poderíamos neste momento fazer a declaração da vontade e empenhamento da Direcção do Grupo Parlamentar no exercício das suas responsabilidades, mas como já vamos todos com vários anos de exercício de mandato de Deputado, esperamos corresponder à confiança com que os nossos Camaradas nos elegeram com 26 votos a favor e dois votos brancos, dada a ausência de dois Senhores Deputados na Terceira e no Continente.

O nosso compromisso é, portanto, o de continuarmos o trabalho de propositura, acompanhamento e apoio à acção do Governo Regional, no pleno exercício das nossas funções e competências de deputado, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que suporta e que se sente muito honrado em ter como militantes seus o Presidente da Assembleia e o Presidente do Governo Regional dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo destes três dias analisámos e debatemos o Orçamento e o Plano para 2004.

Ouvimos a explanação dos objectivos e metas a atingir, no fim desta legislatura com estes documentos, da parte de todos os Membros do Governo, participámos, enquanto Deputados do Partido Socialista nos debates, apoiando e complementando as intervenções governamentais.

Da parte do PCP ouvimos críticas a vários projectos todavia apresentou várias sugestões e propostas.



No que toca ao PSD e ao PP foi patente a consonância no bater das palmas unânimes quer o orador fosse de uma ou de outra bancada e até em “à parte” houve honras ofendidas de dama que há uns anos atrás era considerada “pessoa não grata”. Como diz o nosso povo “pois alevá!”

Os Deputados da ainda não consumada aliança mas que demonstraram já estarem a praticar actos comuns, preocuparam-se em tentar demonstrar todos os compromissos eleitorais do Partido Socialista que ainda não foram cumpridos, apresentaram-nos o habitual relatório das lamentações, e até chegaram a anunciar números e valores das desgraças que nos aconteceram no primeiro semestre ou no terceiro trimestre do corrente ano, esquecendo-se, omitindo os montantes e percentagens que espelham o progresso e o desenvolvimento que os Açores têm vivido ao longo dos últimos anos.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Esqueceram ou omitiram questões extremamente relevantes !

Os dois documentos que estiveram em debate surgem num contexto internacional e, sobretudo, nacional bastante desfavorável. A retoma da economia europeia tarda a chegar . Espera-se no entanto que os últimos sinais de crescimento da economia norte-americana sejam, duradouros, embora existam poucas garantias nesse sentido.

A economia nacional encontra-se infelizmente, repito, infelizmente, em recessão: o desemprego não pára de subir, a falência ou a deslocação de empresas continua a aumentar, os aumentos salariais não cobrem a inflação esperada ou no caso dos trabalhadores da Função Pública, na sua maioria será de zero em dois anos consecutivos, ...

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*



O Orador:... os investimentos do PIDAC diminuem em 6% no próximo ano. Numa palavra as expectativas e esperanças dos Portugueses continuam cada vez mais baixas.

Na Região Autónoma dos Açores apesar de alguns índices negativos em poucas áreas esperamos continuar a minimizar ao máximo a repercussão da situação nacional, conscientes de que haverá sectores que não conseguirão manter-se intactos, como seja o do turismo na parte em que depende dos turistas continentais dada a situação nacional.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Os Senhores Deputados, em vias de união, esqueceram ou omitiram o facto de as relações financeiras entre a República e as Regiões Autónomas terem-se alterado por imposição unilateral do Governo da República, que a Sra. Ministra das Finanças, Dra. Manuela Ferreira Leite, impediu o Governo Regional dos Açores de aceder a um empréstimo bancário de 32,4 milhões de euros para reposição do stock da dívida regional, com o apoio do Presidente do PSD/Açores, Dr. Victor Cruz! Como se explica esta situação? Afinal o que faz o Sr. Deputado Victor Cruz que nem consegue que o seu Governo da República cumpra com decisões anteriores? Afinal onde pára o compromisso de estar na Assembleia da República nos momentos cruciais para os Açores? Será que considera que os sinistrados do Faial e do Pico não mereciam a sua presença nessa hora? Será que os alunos da Ilha do Faial não mereciam a sua acção nessa matéria? 6 milhões de contos ou seja 32 milhões de euros não seriam mais do que suficientes para satisfazer todas as alterações que os Senhores Deputados da oposição aqui nos apresentaram?



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Mas,

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isso foi o ano passado. E agora não há nada a dizer sobre a discriminação que consta que vamos ser sujeitos em relação à Madeira? O Orçamento de Estado aprovado há poucos dias na Assembleia da República impede, quer as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, quer as Autarquias Locais de contraírem novos empréstimos! Como explicam mais esta situação em que a Região Autónoma da Madeira irá utilizar um empréstimo de 35 milhões de euros do Orçamento de 2002, que naturalmente irão ter o consentimento da Dra. Manuela Ferreira Leite! Sejamos claros! Nós não estamos contra a Região Autónoma da Madeira poder fazer um empréstimo para dar execução ao seu Plano, satisfazendo necessidades e carências do Povo da Madeira. Estamos contra, açorianamente contra, é o facto de a maioria absoluta que sustenta o Governo da República, ter rejeitado a proposta legítima, apresentada pelo Governo Regional dos Açores para contrair um empréstimo em 2004 que aumentaria o endividamento líquido de 20 milhões de euros, nos Açores e agora ir possibilitar aos Madeirenses o que negou aos Açorianos. E que não podemos aceitar é que seja por questões clubísticas! O que temos a certeza, se isso acontecer, é que a Dra. Manuela Ferreira Leite e o Dr. Durão Barroso farão connosco o mesmo que fizeram com o Pacto de Estabilidade e Crescimento: Os Portugueses que apertem o cinto, os Franceses e os Alemães que alarguem o déficite.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não podemos deixar de questionar o maior partido da oposição pela diminuta participação nos debates e mais grave do que isso, quais as alternativas que têm para as políticas apresentadas e defendidas pelos governantes e Deputados do Partido Socialista? Falaram mal, criticaram negativamente, mas onde param as vossas novas propostas diferentes, as alternativas?

A vossa alternativa é o quê: em vez de uma escola, duas? Em vez da rua amanhã é já hoje? Em vez de um lar com 20 camas é um lar com 30 camas? Em vez da conclusão do 2º troço da envolvente à Ribeira Grande é já o 3º troço?

Mas será que, com o Orçamento que temos, faziam mais e melhor? Como? Onde?

Na ânsia do discurso do “bota-abaixo”, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, veio a esta tribuna criticar as opções do Partido Socialista e do seu Governo na área da Agricultura, denegrindo tudo e todos, que tínhamos e passo a citar, “a fileira do leite amordaçada”. Senhor Deputado, quem a amordaçou? Não foi o Primeiro Ministro de Portugal, Dr. Durão Barroso, quem afirmou que durante 12 anos não poderíamos produzir nem mais um litro de leite para além do que havia o seu Governo acabado de negociar na Comunidade?

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Afinal quem amordaçou a lavoura açoriana? Não foi o Primeiro Ministro que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro apoia? Não foi o Governo que conta com o Dr. Paulo Portas como Ministro e que os Senhores Deputados, em vias de coligação, apoiam?

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, nos exercícios que fez na sua intervenção do debate foi infeliz e passo a citar de memória o seguinte: “As taxas que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

diminuem, quando deviam subir, baixam graças ao Governo Socialista e ao Carlos César, as que sobem no bom sentido, bem sobem ... graças a Deus!”.

O Plano para 2004, como bem disse o Governo neste debate, “é um plano que, associado ao rigor e à credibilidade possível na obtenção de receita que o suporte, visa preparar a economia e a sociedade para a próxima legislatura, na qual iremos consolidar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento iniciado em 1997 e garantir aos Açorianos do século XXI condições de progresso e competitividade nunca antes atingidas na nossa Região”.

E, este plano tem em vista o mandato 2004/2008 devido ao trabalho desenvolvido pelo Governo Socialista nos últimos anos.

Senão vejamos:

Carlos César no seu primeiro Governo propôs-se e conseguiu resolver problemas estruturantes que afectavam o tecido económico e social da Região: os preços dos transportes marítimos e aéreos entre a Região e o Continente, dentro da própria Região – e avançou com investimentos estratégicos – 2ª fase da geotermia, cabo de fibras ópticas, rede de abate – conseguindo a confiança dos empresários, a quem pagou todas as dívidas do passado, inclusivé a dívida de cerca de 17 milhões de contos, em moeda antiga, à Caixa Geral de Depósitos pelo não pagamento por parte dos Governos do Dr. Mota Amaral, da bonificação dos juros que os terceirenses tiveram, e bem, direito para a sua reconstrução do sismo de 1980. Todavia essa medida fez com que muitas famílias açorianas viessem a ter problemas graves nos empréstimos bancários nesta instituição, e ao mesmo tempo Carlos César estimulou os investidores a investir com segurança, com confiança, com dinamismo, como não havia memória nos Açores.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Neste segundo mandato consolidámos aquela estratégia com os investimentos realizados nas redes de infra-estruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, da educação, formação, saúde, solidariedade e segurança social, na conservação e preservação da natureza, do nosso património construído, na transmissão da cultura dos nossos antepassados.

No âmbito do tecido produtivo apoiámos o prosseguimento de infra-estruturas fundamentais para o nosso sector primário – a agro-pecuária e as pescas - e acelerámos o apoio ao investimento na actividade turística, vector essencial para o desenvolvimento da Região, terceiro pilar da nossa economia. A ciência e a tecnologia representam para os Socialistas o quarto vector do nosso progresso.

Este Governo sabe a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação. Do quanto elas são importantes para nós, que vivemos numa Região isolada, afastada, pequena, muito dispersa, onde as comunicações são um factor essencial para o nosso desenvolvimento. É vermos a forma como os Açorianos têm aderido a estes novos meios de comunicação! Somos a Região do País que mais aquisições faz via Internet, somos uma das regiões do país com melhores índices na utilização destes meios. Podemos orgulhar-nos de termos sido os primeiros, a nível nacional, na implementação do ensino recorrente mediatizado através da Internet.

Outras áreas houve que mereceram e merecem a atenção cuidada deste Governo, como seja a Habitação. É de todos nós conhecida a situação em que se encontravam em muitos casos as nossas habitações.

Os Açorianos conhecem bem os efeitos que as calamidades provocam nas nossas moradias. Infelizmente ainda subsistem por estas nossas ilhas fora, muitas habitações sem condições de segurança sísmica e condições higieno-



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

sanitárias exigindo obras em muitas delas. Quer o sismo da Terceira quer o último sismo que atingiu as ilhas do Faial, Pico e São Jorge devem servir-nos de aviso tanto no que respeita à construção e à edificação do novo, quer nas reconstruções, ampliações e adaptações. Construir com segurança, em segurança e em lugar seguro exige-se a todos quantos participam neste processo: Governo, Autarquias, Proprietários, Empresários, Construtores, Trabalhadores. As nossas Ilhas de Santa Maria até ao Faial estão muito sujeitas à sismicidade, mas as intempéries com vendavais e fortes chuvadas têm assolado os Açores ciclicamente. Sejamos previdentes!

Este Plano e este Orçamento contemplam verbas para múltiplas acções na habitação, mas também devemos ser cautelosos e zelosos dos dinheiros públicos, apoiando mas exigindo contrapartidas, ajudando mas simultaneamente dando formação e informação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não iremos naturalmente abordar todas as áreas do Plano, todavia mencionaremos apenas mais três que reputamos importantes: A Comunicação Social continuará a contar com apoios para a melhoria de micro-coberturas da rádio e televisão, produção de programas de televisão, difusão, circulação e modernização tecnológica dos órgãos de comunicação social, promoção e divulgação da Região.

Na Administração Pública Regional continuar-se-á com a utilização das modernas técnicas de automatização nos procedimentos administrativos, manter-se-ão os programas de formação profissional dos funcionários e agentes da administração regional e local, dos corpos especiais da Função Pública – professores, educadores, médicos, enfermeiros, entre outros.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

No âmbito do Comércio, da Indústria e do Artesanato manteremos os programas de apoio que possibilitarão aos empresários a modernização das suas empresas, criando condições de higiene, trabalho e segurança aos seus trabalhadores e maior capacidade quer de produção quer de comercialização dos seus produtos.

Vamos avançar com a privatização da EDA. Haverá quem esteja contra como o afirmou o Sr. Deputado José Decq Mota entre outros. Mas governar é isso mesmo; optar e optar para bem e por bem de quem se governa.

Nós consideramos que é uma boa opção a privatização da EDA. E igualmente neste sector, também os partidos da oposição se esqueceram ou pelo menos omitiram a convergência do tarifário eléctrico com o todo nacional.

Será, Senhores Deputados da oposição que a baixa do tarifário em montantes nunca imagináveis por Vossas Excelências não são um enorme contributo para a diminuição de custos dos factores de produção? Será, Senhores Deputados da oposição que o facto de o Governo Socialista ter conseguido diminuir em muitos euros os custos da energia de todos e de cada um do açorianos, ao final do mês, não são um enorme contributo para a melhoria do nível de vida de todos nós?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ao fazermos o balanço destes 7 anos de governação e tendo presente o Plano que vamos aprovar para 2004, reconhecemos com humildade que não fizemos tudo, tudo quanto nos comprometemos nos nossos manifestos eleitorais, mas fizemos muito e muito que deles não consta: construimos, ampliámos, melhorámos, adaptámos escolas, hospitais, centros de saúde, estradas, arruamentos, portos, aeroportos, aerogares, terminais de carga e de passageiros, bibliotecas, casas do povo, sedes sociais, creches, infantários, jardins de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

infância, lares, centros de dia, centros de convívio, ecotecas, caminhos agrícolas, caminhos rurais, lotas, casas de aprestos, etc..

Apetrechámos com meios técnicos e equipamentos desde escolas a hospitais, de bibliotecas a ecotecas, dos centros de ciência viva aos centros de convívio.

Alargámos, estabilizámos ou adaptámos os quadros de pessoal docente, médico, enfermagem, técnicos superiores ou profissionais de cada sector da administração, tendo consciência de que ainda temos um longo caminho a percorrer nestas áreas.

E é por termos a convicção de que ainda temos muito para dar aos Açores, é por termos a certeza que podemos e queremos Continuar a Mudar os Açores, que os Açorianos depositarão confiança em nós, no Partido Socialista, no Presidente Carlos César e nos darão em Outubro do próximo ano um mandato para governarmos os Açores.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para intervir, em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional, Carlos César.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Com a aprovação neste Parlamento do Orçamento e do Plano de Investimentos para 2004 completa-se a programação do Governo Regional para esta VII Legislatura – a segunda, de governos sob a minha responsabilidade, depois de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

um período de 20 anos em que o PSD esteve no governo e em maioria nesta Assembleia.

No final do próximo ano, realizar-se-ão eleições regionais. Todos – nós, governo, e partidos da oposição - analisámos a evolução da situação da nossa Região, conhecendo o impacto junto dos açorianos das nossas palavras e dos nossos actos nos resultados dessas eleições que se avizinham.

Também por isso, valeu a verdade e valeu a pena estes três dias de debate.

De um lado, a oposição, em particular a coligação minoritária PP/PSD, a fazer o que sempre tem feito – criticando tudo, anunciando crises todos os anos, desincentivando, confundindo, falando mal e destruindo. Para além disso, apenas nos trouxe um punhado de *slogans*, comprados a uma empresa de *marketing*, enfeitados por frases feitas que, como promessas ou como compromissos, podiam ser feitos por qualquer partido e em qualquer lugar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Ouvimos esta oposição com toda a atenção e com vontade de aprender, mas, como sempre tem acontecido, raramente nos chegam uma ideia ou uma forma diferente, que nos alerte para uma prioridade ou nos indique um meio de fazer melhor.

E não se pense que o governo não gostaria de ouvir propostas novas. Nós, muito naturalmente, desejamos ser o melhor governo e ter cada vez melhores resultados. Por isso, em nada nos pesaria a humildade de, alertados - modificar, ouvindo - aprender, e, perante boas sugestões, levá-las por diante.

Mas, infelizmente, não tem sido assim, nem sequer o foi agora. Esta oposição só se opõe, e todos desperdiçamos a oportunidade de, tendo pela primeira vez



um governo que a quer ouvir, nem ela o aproveita, nem nós a podemos aproveitar.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O PSD que no passado, pela sua arrogância, caiu do governo, tudo indica que, pela sua actual incapacidade, permanecerá em apneia na oposição.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Estimados Amigos da Oposição

As eleições não são um concurso de habilidades, de silogismos literários, nem de combinações entre profecias eufóricas e ou funerárias. Por isso, muito francamente, não vão a lado nenhum dizendo que “o governo está em fim de ciclo”, ou que “o PSD fará tudo o que não foi feito” ou que “o PSD faria tudo o que foi feito, melhor” do que nós. Desde logo, porque a memória passada e recente dos Açorianos não é curta, porque a verdade é que nem fizeram melhor quando foram governo nos Açores, nem fazem melhor agora que governam no Continente.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deixaram-nos a Região à míngua, pejada de dívidas aos fornecedores quando entrei para o governo, e conduziram o País, nestes quase dois anos, depois de criticarem a política financeira do governo anterior, à recessão económica, com os indicadores de confiança dos consumidores abaixo dos mínimos da recessão dos anos 90, com o aumento do pessimismo quanto às perspectivas da



economia portuguesa nos próximos 12 meses e com cerca de dez portugueses por hora lançados no desemprego.

A coligação minoritária PP/PSD tem, efectivamente, como se vê, passado e presente. Não nos queira, portanto, convencer que, a soma do seu mau passado com o seu mau presente é a sua garantia para um bom futuro.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos que nos ouvem:

O Orçamento e o Plano de Investimentos para os Açores no ano de 2004, reflecte, nas medidas e acções previstas, um conjunto múltiplo de objectivos:

1. Manter a tendência de diminuição do peso do agregado das despesas correntes no Orçamento da Região, que passa de 13,6% em 1996 para menos de 8% no próximo ano;
2. Salvaguardar o equilíbrio das nossas Finanças Públicas, pese embora as múltiplas despesas acumuladas de reparação dos efeitos de calamidades e a inesperada proibição, que nos foi imposta, de recorrermos aos empréstimos necessários para investimentos, em três dos quatro anos deste nosso mandato;
3. Aproveitar todas as ajudas da União Europeia e todas as possibilidades e benefícios resultantes da nossa condição reconhecida de região ultraperiférica e de povo espalhado pelo continente americano;
4. Aumentar o investimento público direccionado para o apoio à economia, evitando as consequências mais nefastas de importação da crise do Continente – nosso principal mercado de referência – e protegendo o



emprego e o rendimento das famílias, consolidando os novos sectores e iniciando as bases de um terceiro pilar da nossa sustentabilidade;

5. Manter e reforçar as medidas na área social, onde somos os campeões da solidariedade, que facilitem o acesso à saúde, protegendo cada vez mais os idosos, as crianças em risco, as pessoas com deficiência, as famílias sem habitação e ajudando os que ainda não conseguiram libertar-se da pobreza;
6. Investindo em outros suportes do nosso desenvolvimento, quer no Ambiente, quer nas Novas Tecnologias, quer no apoio à Universidade dos Açores e ao Serviço Público de Televisão na nossa Região, quer na Educação e na Formação Profissional, com os olhos postos nas oportunidades e no futuro da juventude nas nossas ilhas.

Mas, senhoras e senhores deputados, este plano de investimentos para 2004 tem, ainda, outra dimensão de concretização. Com ele

- Vamos concluir muitos compromissos e obras que havíamos assinalado na nossa última eleição;
- Vamos iniciar ou prosseguir outras que, ao contrário do que desejávamos, não estarão concluídas em Outubro de 2004, mas estarão em andamento;
- e,
- Vamos iniciar, prosseguir ou concluir várias obras e medidas, que não pensávamos fazer há quatro anos atrás, mas que, entretanto, assumiram necessidade ou prioridade, e que tiveram que passar à frente de outras.

Na verdade, nem tudo o que pensávamos fazer foi feito. Dizemo-lo, honestamente. Aqui ou ali, não foi possível, nem o será até Outubro de 2004, ora por nos faltar o dinheiro para o efeito – já que nos vimos impedidos de recorrer aos empréstimos programados – ora porque o tempo e a evolução da situação social e económica nos exigiram outras prioridades.



Ao longo destes três dias de debates, tal como nos últimos meses, só ouvimos a oposição falar desses casos. Aliás, as propostas da oposição parecem resumir-se às ideias e às propostas do PS e do Governo que não poderemos concretizar neste mandato, mas que resolveremos, com certeza, com a confiança dos açorianos, no nosso próximo governo do Partido Socialista

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Falta, porém, à oposição, e, de modo especial, à coligação minoritária PP/PSD, a coragem de reconhecer as milhares de medidas e de obras que fizemos, e que mudaram tanto os Açores para melhor. Governamos para o bem ou governamos mal.

Os Açores de hoje – e é essa a comparação que a todos nos interessa! – são muito melhores que os Açores que os governos do PSD nos deixaram.

Pode a oposição dizer o que diz, mas a realidade está muito distante das suas palavras e os açorianos conhecem-na:

- Perguntem aos nossos pescadores o que lhes acontecia no tempo do PSD quando não podiam ir para o mar. Pediam esmola. Foi o governo do PS que instituiu o Fundo de Compensação Salarial, e, ainda ontem, foram aprovados mais novecentos e quarenta e sete processos de apoios aos pescadores;
- Perguntem aos lavradores, quando no tempo do PSD lhes deviam pagamentos de leite com um e dois anos de atraso, se isso agora lhes acontece;
- Perguntem-lhes se havia um único matadouro em condições, quando agora todos estão prontos e novos, o da Terceira vai ser inaugurado e os do Pico e de Santa Maria estarão em fase adiantada de conclusão;



- Perguntem aos quase oitocentos funcionários públicos que deixaram em emprego precário se não foi com o governo do PS que lhes demos segurança e tranquilidade às suas famílias, aumentando, também, de 17% para 24% o número de licenciados na função pública, qualificando-a dessa forma;

Mas não só:

- Quando chegámos ao governo não havia um programa de deslocação de especialistas de saúde às seis ilhas sem hospital, e, só para falar no ano passado, esses médicos fizeram nessas ilhas mais de 15.100 consultas. Tínhamos 350 médicos nos Açores e agora temos 455, havia 793 enfermeiros e agora há 1040. No futuro faremos ainda mais e melhor;
- Quando chegámos ao governo, na segurança social, havia 28 ATLS e agora temos 87, aumentámos em 65,08% a capacidade dos Acolhimentos para os Sem Abrigo, encontrámos zero Centros de Acolhimento Temporário para Crianças e criámos 7, triplicámos o número de Centros de Actividades Ocupacionais, passámos de 44 para 114 Centros de Convívio para Idosos, de 19 para 42 creches, de zero para 2 enfermarias de retaguarda, de zero para 4 residências para deficientes, de 33 para 85 serviços de apoio domiciliário. No futuro faremos ainda mais e melhor;

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: - Quando chegámos ao governo encontrámos a generalidade das escolas em estado degradante e pagámos às autarquias para recuperarem a sua maioria no caso do 1º ciclo, e construámos, remodelámos, ampliámos e adaptámos dezenas de outras escolas por todas as ilhas dos Açores. Em 1996, havia no 3º ciclo e secundário um professor por cada 11 alunos, agora há 1 para



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

cada 9. No tempo do PSD havia 21,9% das crianças com três anos no pré-escolar, agora há 40,3%, 55% com quatro anos e agora há 73,3% e 91% com cinco anos e agora estão 100%. Havia 5 escolas profissionais e agora há 18. Mais de 7.000 jovens frequentam o ensino profissional, quando no tempo do PSD havia cerca de 400. No futuro faremos ainda melhor;

- No sector do Ambiente, o estado ainda era pior. Nem um plano especial ou estratégico. 15 lixeiras, que vamos reduzir a 1 em 2004. Zero na promoção da exportação de resíduos, zero de número de eco-escolas, quando já vamos em 40 com 4 mil alunos. Zero em número de ecotecas, para cerca de 15 mil frequentadores, que alcançaremos em 2004. 34 áreas protegidas em 1996 para 69 em meados do próximo ano. Zero protocolos com Juntas de Freguesia para limpeza e desobstrução de ribeiras quando o governo do PS já contratou, até ao momento, com cem Juntas de Freguesia. No futuro faremos ainda mais e melhor;

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

- Quando chegámos ao governo, e mesmo dois ou três anos depois, o PSD ainda considerava uma extravagância governamental a aposta na sociedade de informação;
- Nos governos do PSD construíam-se 117 habitações apoiadas por ano, quando connosco a média subiu para mais do dobro. Quando o PS foi para o governo havia zero Planos Municipais de Emergência para Catástrofes e agora há 18. Em vinte anos de governo, o PSD fez 140 kms de estrada de asfalto betuminoso, e, nós, em apenas oito interviremos em 450 km. Consumia-se, em média, 181 mil toneladas/ano de cimento, e entre 97 e 2003, 296 mil toneladas. No futuro faremos ainda mais e melhor;



(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

- Quando o PS entrou para o governo a tarifa de transporte aéreo para residente entre os Açores e Lisboa era 92 euros mais cara do que é hoje, e entre Ponta Delgada e Horta 47 euros mais cara. O preço da electricidade era 36% mais caro que no Continente e agora a diferença é de apenas 2%. Todo o transporte marítimo de contentores diminuiu o seu preço entre 23 e 50% e o movimento de mercadorias subiu 62%. No futuro ainda faremos mais e melhor;

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

- Com o PSD, entre 1992 e 1997, os Açores cresceram apenas 6% em número de dormidas de turistas. Com o governo do PS, entre 1997 e 2002 crescemos 88,2% e vamos continuar a crescer este ano. Ainda há bocado – e tenho muita pena de dizer à oposição – recebi a notícia de que o crescimento turístico neste ano vai ser uma realidade. O movimento de passageiros de transportes marítimos entre ilhas passou de 270 mil para cerca de 460 mil pessoas, e o de passageiros nos aeroportos aumentou 41%. Os incentivos à iniciativa privada cresceram, com o meu governo, 131%. No futuro faremos ainda mais e ainda melhor;

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

- Quando o PSD saiu do governo havia uma taxa de desemprego de 7,9%. Com o governo do PS nos últimos 17 trimestres, o desemprego foi sempre inferior a 4% e nos últimos 12 trimestres a 3%, e esperamos que assim seja no último



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

trimestre deste ano. No futuro queremos que continue assim para tranquilidade e para benefício das famílias açorianas. Por isso teremos que continuar a fazer mais e teremos que continuar a fazer melhor.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

- Com o governo do PS subiu a taxa de actividade, e, embora a das mulheres ainda seja baixa, em 1996, no escalão mais jovem, era de 13,7% e agora é de 31,6. Quando o PS entrou para o governo, em termos do Rendimento Primário das Famílias estávamos em último, a 3 pontos do Alentejo e Centro e a 4 do Norte. Em 2000 estávamos já em 4º, em igualdade com o Norte e o Centro e ultrapassado o Alentejo. No chamado Rendimento Disponível das Famílias, em 1996 estávamos também em último lugar, a 6 pontos do Norte e a 8 do Alentejo. Em 2000 deixámos de ser os últimos, igualando o Norte, e, embora com maior valor absoluto, apenas a 2 pontos do Alentejo. No futuro ao açores serão ainda melhor.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Em termos de Produto Interno Bruto de que tanto de fala, temos vindo sempre, sempre a crescer, e a partir de 1999 mais do que a média de crescimento do nosso país. Estamos a convergir com a média nacional, mas temos que continuar a fazer mais e melhor para prosseguir essa convergência.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Pode a oposição dizer o que diz, mas a realidade está, felizmente, muito distante das suas palavras.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Açorianas e Açorianos:

Sabemos que não vivemos no melhor dos mundos.

Sei bem que muitas famílias ainda têm dificuldades, ora porque carecem de uma habitação condigna, ora porque convivem com problemas como a toxicodependência ou outros.

Também sei que o nosso caminho de progresso económico é ainda um desafio, que depende de muitos passos a dar na diversificação, na inovação, na qualificação, na eficiência de gestão e na produtividade.

Sei o muito que temos feito e, como tornei claro aos Açorianos no Encerramento do Congresso do Partido Socialista, sei, ao contrário de outros, exactamente, o que queremos e devemos fazer.

Não recito slogans nem copio o programa dos outros, para fingir que sei o quero para os Açores. Era uma vergonha a que eu não me sujeitava, mas é uma vergonha a que muita gente se sujeita.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sei o que quero para os Açores. Nestes debates parlamentares demos, os nossos governantes e os deputados que apoiam o Governo, mais uma vez, prova disso.

Os Açorianos não querem voltar atrás. Querem continuar em frente. Querem seguir no caminho do sucesso. São como nós. Vamos, então, continuar a mudar, juntos, os Açores para melhor. Do Corvo até Santa Maria, juntos, para melhor, em coligação com os Açorianos.

Muito obrigado.



(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados chegámos ao fim das declarações finais.

Já vos foram distribuídas as propostas de alteração.

Vamos fazer um pequeno intervalo de 15 minutos, para as poderem apreciar.

(Eram 19 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos exactamente com as votações e vamos começar por votar, na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o Plano para 2004.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com a proposta do Plano para 2004, façam o favor de se manterem como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Plano para 2004, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à especialidade e vamos fazer a votação por programa.

Programa 1. Para este programa existe uma proposta de alteração do PS e outra do PSD. Está à discussão

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Para apresentar, de forma muito sintética, a proposta de alteração para o Programa 1, apresentada pelo Partido Socialista.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

A proposta de alteração consubstancia alterações às acções 1.2.2, 1.2.3 e 1.4.1, tendo em vista o reforço da acção 4.2.1 do Programa 4 – Desenvolvimento Florestal, no que respeita aos caminhos rurais.

Visa-se com isto, bem como com as propostas de alteração que a seguir se seguem para o Programa 3, reforçar e incrementar a particular dinâmica dos Serviços Florestais, no que respeita à melhoria, conservação e rompimento de caminhos rurais em 600 mil euros concretamente. (*)

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Em primeiro lugar vamos votar esta proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que estamos a propor é um aumento de 345.085 euros no projecto 1.1 –Infra-estruturas agrícolas, porque consideramos que é neste projecto que se situam três acções que consideramos fundamentais para o desenvolvimento e, sobretudo, para o salto qualitativo que é preciso dar na melhoria da produção de leite, designadamente nos acessos às explorações e, sobretudo, a electrificação rural e o abastecimento de água.

Portanto, a dotação global deste projecto, passaria de 2.965.000 euros para 3.310.000 euros.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção no âmbito das propostas do PSD, que será comum a todas elas.

As propostas de alteração apresentadas pela bancada do PSD são tecnicamente mal fundamentadas, incoerentes com deliberações recentes e unânimes neste plenário e gravemente penalizadoras dos serviços e organismos autónomos da Administração Regional.

Tecnicamente mal fundamentadas, porque escamoteiam o rigor imposto, responsável e conscientemente, pelo Governo Regional ao aumentar apenas em 0,35% as despesas correntes e em 0,42% as despesas com pessoal.

Incoerentes com a decisão votada aqui pelo PSD há menos de um mês, quando aprovámos o Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o próximo ano.

Gravemente penalizadoras dos serviços e organismos autónomos da Administração Regional ao ponto de pôr inclusivamente em causa o pagamento dos vencimentos aos funcionários públicos, o que será certamente exigir e pedir de mais depois do congelamento que já foi feito e verificado em função das decisões tomadas ao nível da República. (*)

Voices da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 1.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 2. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 3, para o qual existe uma proposta de alteração do PS.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a totalidade do Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 4, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a totalidade do Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Sobre os Programas 5 e 6 não existe nenhuma proposta de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os dois Programas.

Parecendo não haver inconveniente, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com os Programas 5 e 6, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 5 e 6 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 7, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD. Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O conjunto de alterações que o Partido Social Democrata apresenta, tem como origem de fundos a redução de verbas nos gabinetes dos Secretários Regionais e solidariamente também uma proposta para redução na Assembleia Regional.

Estas propostas são no valor de 4,2%, não pondo, como é óbvio, em causa nada do que estava previsto em cada um desses gabinetes e em cada um desses organismos.

Concretamente em relação a este reforço que temos no Projecto 7.1, - Promoção Turística, que é uma das matérias mais importantes para os Açores, entendemos que tudo aquilo que pudermos fazer nesta fase para a promoção turística nunca será o suficiente, numa altura em que se verifica algum desequilíbrio e é preciso fazer o ajustamento entre a oferta e a procura.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, vamos ter que ter aqui permanentemente, ao longo dos anos, uma boa quantidade de fundos para fazer promoção turística, mas nesta fase, por maioria de razão.

Quaisquer outros meios que existam de promoção, de acordos, etc., são bem-vindos, mas aqui também quisemos dar um sinal, uma nota daquilo que entendemos como fundamental para o sucesso dos investimentos que estão a ser feitos e para o sucesso de um sector estruturante para a economia dos Açores.

Por outro lado, quero dizer também que, da Proposta do Plano de 2003 para a proposta do Plano de 2004, há um decréscimo de 14,7% neste Programa, razão também pela qual nós fazemos esta proposta, havendo para 2004, relativamente ao que estava previsto no PMP, uma descida substancial e, por isso, entendemos que faz todo o sentido reforçar, mesmo que seja para acrescer a outros meios e outros acordos que já existam de promoção. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS irá votar contra esta proposta de alteração, apresentada pelo PSD, porque do ponto de vista técnico está incorrecta.

Como foi claramente revelado pela intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já o ano passado foi assim. Vocês votaram contra as nossas propostas. O ano passado eram 10%.

O Orador: ... há uma confusão entre classificação orgânica das despesas e classificação funcional. Há uma despesa que por estar no gabinete dum secretário regional não quer dizer que seja uma despesa de funcionamento. As despesas de funcionamento, neste caso, crescem apenas 0,3%, o que significa



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

que, ao cortar nestas unidades orgânicas, o que se está a cortar são, fundamentalmente, despesas de investimento e de capital.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 7.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Srs. Deputados, temos agora uma série de Programas sem alteração, pergunto à Câmara se posso pô-los à discussão e votação em bloco.

Deputado José Decq Mota (PCP): Só o 8 e o 9.

Presidente: Assim sendo, vamos votar os Programas 8 e 9.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 8 e 9 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 10. Está à discussão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Programa 11. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Programa 12. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Programas 13 e 14. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 13 e 14 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 15. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Programa 16. Está à discussão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 17. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Programa 18. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora aos Programas 19, 20 e 21. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 19, 20 e 21 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Programa 22. Para este Programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD. Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Apenas para explicar e justificar a proposta de alteração do PSD, que visa reforçar verbas para equipamento de apoio a idosos, à infância e juventude.

Uma opção estratégica do PSD, quer no que diz respeito a uma aposta de solidariedade social para com os idosos, quer para com a juventude, mas sobretudo para com ela valorizar mais uma oportunidade na taxa de actividade das mulheres açorianas, com o enquadramento que é possível e a partir deste reforço assegurar a criação de novos postos de trabalho para as mulheres.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

As verbas deste reforço foram retiradas às despesas dos gabinetes, numa taxa média de 4,2%. Isto não afecta o funcionamento dos gabinetes dos Srs. Membros do Governo e da própria Assembleia e resolve significativamente um reforço de apoio aos idosos e à juventude da Região Autónoma dos Açores, também permitindo a oportunidade de criação de postos de trabalho, designadamente para as mulheres açorianas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas de Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Pela última parte da sua intervenção percebemos a demagogia que preside a todas essas alterações.

Para que fique claro, e já agora tentando perceber se há alguma verdadeira e recta intenção de V. Exas. nesta proposta de alteração, se bem percebo esta contabilidade, os senhores pretendem aumentar cerca de 1 milhão cento e tal mil euros nesta rubricas ao nível da solidariedade social, mas no Plano em geral da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais diminuem 13 milhões de euros e seria bom saber se é na saúde, se é na segurança social, em que valência é que é.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): É nos gabinetes.

O Orador: Se bem percebo o vosso mapa, é nos gabinetes e nas despesas do Plano. Talvez não tenha percebido, mas não é fácil perceber.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): A demagogia é que o atrapalha.

O Orador: Voltamos ao gabinete.

Os senhores pretendem, se bem percebi, reforçar em 1 milhão, cento e tal mil euros, mais concretamente 707 mil euros os equipamentos de apoio a idosos e 426 mil euros os equipamentos de apoio à infância e juventude.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu faço-vos uma proposta, e se cada um cumprir a sua parte conseguimos fazer isto com alguma facilidade, que é a seguinte:

O orçamento da segurança social, como sabem, tem uma componente nacional e nós podemos perfeitamente e de forma muito justificada, porque ao nível regional, felizmente, a segurança social entre as nossas receitas e as nossas despesas tem desde 99 um superavit, solicitar ao orçamento nacional da segurança social que nos seja dado este reforço.

Tenho a certeza que com a proposta do Governo Regional e com o vosso apoio isto será possível e este problema ficará resolvido.

Temos acordo ou não temos acordo? Fico à espera da vossa resposta. (*)

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Primeira nota:

Embora atrasado percebeu tecnicamente como é que o PSD ...

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Não sei se já percebi. Não é fácil.

O Orador: Se não sabe, devia saber. Não sabendo, manifesta ignorância nessa matéria e, portanto, nem sequer justificaria o tipo de intervenção que fez. Mas o que queremos saber é se está ou não de acordo e se o PS vai ou não votar esta nossa proposta que reforça a verba nestes dois projectos e acções.

Se estão de acordo, então podem votar, porque a verba que fomos retirar não afecta mais nada no Plano e no investimento do Governo Regional. Afecta, sim,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

no valor de 4,2%, as despesas do seu gabinete, nomeadamente assessorias, carros, publicidade, etc..

Deputado Mark Marques (PS): *Muito bem!*

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ignorância técnica, Sr. Deputado.

O Orador: Se quer ser solidário, o PS que vote a favor desta proposta, porque estas acções ficam com valores reforçados para investimento.

Eu deixo um desafio, Sr. Secretário: quero ver se o Governo aconselha o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a votar favoravelmente esta propostas e assim perceber a seriedade das suas declarações agora feitas.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colegas de Governo, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Eu realmente não tenho, embora com muito respeito por quem tem, um grande jeito para estas questões contabilísticas, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós já tínhamos visto isso!

O Orador: Acredito perfeitamente.

... mas ao contrário, e por obrigação óbvia, o meu colega Dr. Roberto Amaral, lembra-me que ao nível do pessoal o meu gabinete tem para 2004 a verba de 1.288.975 euros...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso é distribuído por todos os gabinetes!

O Orador: ... para todas as despesas do meu gabinete.

Portanto, os senhores querem-me tirar 1.234.000 euros e fazendo as contas restam cerca de 50 mil euros.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Além disso, também me parece evidente, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, que se esse reforço do orçamento nacional eventualmente vier para a Região ficamos todos a ganhar. Acho que é justo, face ao contributo que temos dado e à forma como temos gerido as verbas que temos e o aumento de receita que temos conseguido.

Tenho também a certeza que se o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro falar com o Sr. Ministro Bagão Félix, pessoa, aliás, muito simpática, e levar uma galinha poedeira de Porto Martins, é pessoa para, de certeza, aceder a esse pedido.

Muito obrigado. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Cada vez que eu ouço o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais falar vejo que a elevação do seu pensamento e do seu dizer é tão baixa que me custa a acreditar que esteja no lugar que está.

O Sr. Secretário continuou a não comprometer-se com uma votação favorável a esta proposta e ao que ela visa. Afinal, o senhor não quer, como disse que gostaria, reforçar verbas para o apoio aos idosos e à juventude.

Eu queria dizer-lhe que, neste caso, devia ter como exemplo aquilo que o Presidente do seu Governo fez em 91, fazendo aprovar nesta Casa o fim de Adjuntos dos Membros do Governo, para com isso poupar dinheiro e investir.

Cá está um bom exemplo. Siga o Sr. Presidente do Governo nessa matéria.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, creio que estamos em condições de votar esta proposta de alteração, apresentada pelo PSD.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Eu queria informar a Câmara, designadamente o Governo Regional de que só tem 40 segundos.

Passamos agora à votação do Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 23, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o Programa 23, concretamente para as acções 23.4.2 e 23.4.5, tem por objectivo reforçar em 100 mil euros a acção 27.1.3, do Programa 27 – Habitação, sublinhando desta forma a particular dinâmica do Governo Regional em matéria de política de habitação, conforme ficou claramente evidenciado ao longo deste debate. (*)

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 23.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Por indicação dos Grupos Parlamentar vou pôr à votação os Programas 24 e 25.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 24 e 25 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 26.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.



Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Programa 27. Para este programa existem duas propostas de alteração, uma apresentada pelo PS e outra pelo PSD. Está há discussão o Programa 27, bem como as alterações propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata apresenta uma proposta de alteração do reforço das verbas no projecto 27.2 – recuperação da habitação e realojamentos, por ser uma matéria que, para nós, é uma prioridade, por um lado, como já foi várias vezes referido e, por outro, tendo previsto no Plano para 2004 uma verba que é 31,7% menor do que a verba que estava inicialmente no PMP para este ano de 2004.

Como já disse, as origens dos fundos para estes reforços baseiam-se na redução de 4,2% do orçamento dos gabinetes. Aliás, a nossa opção o ano passado também foi neste sentido e fizemos inclusivamente uma proposta de diminuição de 10%.

Também quero lembrar que tivemos uma das propostas aprovadas pela bancada da maioria e na altura não se lembraram dessas pseudo deficiências técnicas que agora levantam.

Gostaria ainda de dizer mais uma coisa relativamente a esta matéria.

Com este reforço que propomos o projecto 27.2 – recuperação da habitação e realojamento, ficaria com 6.000.870 euros, o que representaria um acréscimo de 31%, face àquilo que é proposto aqui. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Falando de habitação no local próprio, a pedido do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, visa o reforço da acção 27.1.3 em 100 mil euros, no que respeita ao apoio à construção de habitação, concretamente na área da auto construção e mais não é do que a consequência da proposta de alteração ao Programa 23, que acabámos de aprovar. (*)

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

É só para dizer que com este chumbo da maioria, o PS acabou de chumbar todas as nossas propostas e acabou de evidenciar a sua demagogia. A demagogia das propostas de alteração não é nossa. A demagogia da vossa votação é que se evidencia, porque o que nós propusemos em todos estes programas tinha como objectivo repor para o Plano de 2004 exactamente as verbas que os senhores tinham para 2004 no Plano a Médio Prazo inicial. (*)

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Duarte de Freitas certamente que, antes de fazer esta declaração de voto e este proposta de alteração, devia ter apresentado uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado repondo, em matéria de autorização de endividamento, aquilo que devia caber à Região.

O Partido Socialista votou contra esta proposta de alteração apresentada pelo PSD pelas razões que já evidenciou logo no início deste debate na especialidade e porque a aprovação destas propostas, retirando verbas aos nível dos gabinetes, põe em causa o funcionamento, como já dissemos, duma série de serviços e organismos das Administração Pública Regional e ao pôr em causa o funcionamento desses serviços e organismos, põe em causa a garantia dos vencimentos dos funcionários públicos e isso não acontecerá nunca com o apoio da bancada do Partido Socialista. (*)

Presidente: Vamos votar agora o Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora aos Programas 28 e 29. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os Programas 28 e 29 foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Programas 30 e 31. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os Programas 30 e 31 foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Está à discussão o Programa 32.

(Pausa)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não há intervenções, vamos votar

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Programa 33. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Feito o debate e votação na especialidade, vamos fazer a votação final global da Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Plano para 2004.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Plano para 2004, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à Proposta de Decreto Legislativo Regional - Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2004.

Está aberto o debate na generalidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento da Região para 2004, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Artigo 1º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Artigo 2º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Sr. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Artigo 4º. Para este artigo existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS. Está à discussão.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso

Deputado Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apenas para apresentar a justificação desta proposta de alteração que visa melhorar as condições de obtenção de empréstimos por parte do sector público empresarial, com vista à realização de novos investimentos da responsabilidade destas empresas. (*)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero referir que com esta proposta de alteração, os números que eu apresentei na minha intervenção inicial, quando se discutiu o Plano e o Orçamento, são alterados, porque em vez dos 375 milhões que ficariam de dívida pública



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

consolidada, já vamos ficar nos 410 milhões, o que representa em moeda antiga 80 milhões de contos, traduzidos por outros números significa um crescimento médio anual de 10 milhões de contos de dívida que o seu Governo fez até agora. (*)

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS. Esta proposta substitui na íntegra o artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP.

Presidente: Ponho agora à discussão os artigos 5º e 6º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 5º e 6º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 16 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 7º. Está à discussão.

(Pausa)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora aos artigos 9º, 10º e 11º. Estão à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 9º, 10º e 11º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigos 12º, 13º e 14º. Estão à discussão.

(Pausa)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 12º, 13º e 14º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 16 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Está à discussão o artigo 15º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 15º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 16º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 16º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Existe uma proposta de aditamento para o artigo 15º. Está à discussão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A havia sofrido uma alteração a 18 de Janeiro de 2000, que não foi tida em conta aquando da proposta de alteração ao mesmo diploma em Setembro deste ano.

Assim sendo, cumpre-nos propor agora uma nova alteração no sentido de reintroduzir os números que ficaram revogados com esta última alteração de Setembro.

Obrigada.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar esta proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer agora a votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2004, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Orçamento da Região para o ano de 2004 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, com esta aprovação fica o Governo Regional dotado dos meios para a governação do próximo ano de 2004.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os nossos trabalhos estão encerrados por hoje. Recomeçaremos amanhã às 10,00 horas.

Boa noite e obrigado.

(Os trabalhos terminaram à 21,00 horas)

() Texto não revisto pelo orador.*